

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU -33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas
v.34, n.1, jan-jun /2014

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br
Roberto de Sousa Miranda

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG)
*Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG)* Bernard
Roux (INRA/Paris)* Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves
(UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/
FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani
(UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salete Bar-
bosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG)
*Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva
(UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de
Soler (UFCG) *Olívio Alberto Teixeira (UFS) *Paolas Cappelini Giuliani
(UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reys Novais
(UFRJ) *Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) *Robério Ferreira dos
Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria
Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Yasmine Lima

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

DIRETORA:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ronaldo Sarmento de Sales Junior

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.34, n.1, jan-jun /2014 - . -
Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 - .

v.

Semestral

Resumos em *português*, *abstracts in English*

ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330

CDU 338-43 (05)



SUMÁRIO

EDITORIAL 05

Ghislaine Duque

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: “DIVERSIDADE DO RURAL CONTEMPORÂNEO” 06

Norma Vieira, Deis Siqueira, Darcy Di Paolo

“O que é de mulher e o que é de homem”: relações de gênero na pesca artesanal (Comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil) 08

Márcio Caniello, Marc Piraux, Valérios V. de S. Bastos

Identidade e Diversidade no Território da Cidadania da Borborema (PB) 24

Edcarlos Mendes da Silva

Das Margens do Rio São Francisco às Marginalidades do Lago de Sobradinho: desterritorialização e desengano 49

Denes Dantas Vieira

Os “empoderados” da agricultura familiar 65

Eduardo Jordão de Araújo

A experiência da APAEB (BA): ação coletiva e práticas solidárias 80

Estévani Pereira Oliveira, Valdênia Apolinário, Maria Lussiu Silva

Aprendizado e estrutura institucional do APL do Melão em Mossoró/Baraúna (RN), Brasil 94

Agustin Avila R

Por los Caminhos del Mundo Rural: El buen vivir Tojol-Ab´Al de Chiapas 115

ARTIGOS TÉCNICO CIENTÍFICOS

Miguel Ângelo Perondi, Norma Kiyota, Sidemar Presotto Nunes

Gestão Social da Água: a experiência sindical dos agricultores familiares do sudoeste do Paraná... 135

Cecilia Pérez Winter

La Economía Familiar: una discusión sobre modelos..... 147

Luciano Cipriano da Silva, Maria Luiza Lins e Silva Pires

Gestão Comunitária de Saneamento em Comunidades Rurais: cooperativismo e oferta de serviços públicos na zona da mata de Pernambuco 161

EDITORIAL

Os temas, conceitos e questões que a Revista Raízes apresenta neste número são presenças constante no debate acadêmico e nos espaços de construção das políticas públicas. O volume 34, número 1 – jan/junho de 2014 traz um dossiê, organizado pela Professora Ghislaine Duque, composto por 07 artigos, escritos por pesquisadores inseridos em diferentes instituições e grupos de pesquisa do Brasil e de outros países. O dossiê, criativamente, intitulado “Diversidade do Rural Contemporâneo”, traz artigos que discutem temas como: gênero, território, identidade e desenvolvimento, além de cobrir empiricamente espaços diversos que vão da Amazônia brasileira, passando pelo Nordeste semiárido, até o México.

Na sequência do dossiê a Revista Raízes traz uma seção de artigos técnico científicos, composta por três artigos que expressam dinâmicas, conflitos e contradições, envolvendo ações coletivas e práticas de cooperação a exemplo do artigo de, Miguel Ângelo Perondi, Norma Kiyota e Sidemar Presotto Nunes, que busca analisar a experiência de gestão social da água realizada pelos sindicatos rurais do território Sudoeste do Paraná e seu protagonismo na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Na mesma direção do artigo anterior Luciano Cipriano da Silva e Maria Luiza Lins e Silva Pires, analisam o modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco. Observando, centralmente, as principais dificuldades enfrentadas no processo de implementação do modelo de gestão.

Ainda neste número, a partir do artigo Cecilia Pérez Winter, o leitor de Raízes terá a possibilidade de compreender três modelos de interpretação da economia familiar no mundo rural, sistematizados por: A. Chayanov, H. Lamarche y J. Van Der Ploeg. O foco da análise apresentado pela autora são as categorias, autonomia, o papel do Estado, o impacto da tecnologia e do mercado.

A todos uma boa leitura!

Os Editores

APRESENTAÇÃO

Se fosse preciso dar um nome a este dossiê, seria “Diversidade do Rural Contemporâneo”: diversidade dos temas abordados (gênero, território e identidade - porém sob enfoques totalmente diferentes – ação coletiva, visão do desenvolvimento econômico versus filosofia da igualdade); diversidade dos espaços onde esses temas foram pesquisados (do Brasil – Amazônia ou diversos estados do Nordeste do Brasil - ao México), diversidade das abordagens teóricas.

Norma Vieira, Deis Siqueira e Darci Di Paolo iniciam este número desenvolvendo uma reflexão sobre as relações de gênero na pesca artesanal, numa comunidade da Amazônia. Embora haja trânsito entre as atividades do homem e da mulher, o que é “de homem” é sempre mais valorizado. Pois o princípio da maternidade e da reprodução - destino “natural” das mulheres - faz com que as atividades domésticas não sejam reconhecidas como trabalho. No entanto, as mulheres assumem na maioria das vezes uma sobrecarga de funções: além dos cuidados com a casa, com os filhos e com os idosos, cultivam plantas medicinais no entorno da casa, ainda confeccionam e consertam redes de pesca, e também pescam à proximidade da casa e processam o pescado. Todo esse trabalho é considerado apenas como “ajuda”. Mas como suas tarefas domésticas não lhe permitem, por exemplo, permanecer em alto mar durante vários dias como os homens, estes têm seu papel valorizado, enquanto não há reconhecimento social da importância da mulher. Essa pesquisa realizada na Amazônia talvez pudesse inspirar reflexões sobre a valorização da mulher em outros contextos.

A seguir, três artigos tratam do tema “território”, mas sob enfoques totalmente diferentes.

No quadro de uma pesquisa nacional sobre o programa “Territórios da Cidadania” (programa criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário), Márcio Caniello, Marc Piraux e Valério Bastos foram encarregados de avaliar esse programa no “Território da Cidadania da Borborema”, na Paraíba. Foram 27 equipes de pesquisadores de universidades públicas que investigaram um universo de 37 Territórios da Cidadania no país todo. Vale indicar aqui que o termo “Borborema” designa várias realidades que se superpõem parcialmente: um espaço geográfico, uma das quatro sub-regiões do Território e o próprio Território. Reproduzindo as tabelas geradas pela “Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema” segundo critérios criados para as tabulações nacionais, os autores mostram duas realidades aparentemente opostas: as notáveis diferenças entre o grau de desenvolvimento dos quatro sub-territórios, em particular no funcionamento do colegiado territorial, e ao mesmo tempo uma mesma identidade marcada pela importância da agricultura familiar. Daí o título de seu artigo: “Identidade e diversidade”.

Edcarlos Mendes da Silva também trata de território e identidade, mas a partir de um caso concreto, vivido: a experiência de sua própria família. A pergunta é: o que acontece quando uma população é arrancada de seu território, com o aniquilamento de todas as referências físicas e psicológicas a ele ligadas (“desterritorialização”) e quando tem que recompor sua identidade num novo território (“reterritorialização”)? Esta foi a realidade imposta com a transferência compulsória da população que ocupava a área hoje coberta pelo lago criado pela construção da barragem de Sobradinho. Desde a infância, Edcarlos ouviu relatos e queixas que o marcaram profundamente. Mas não deixa de fazer um enorme esforço para tratar essa realidade dolorosa de forma objetiva. Embora a interpretação de certos episódios talvez pudesse ser nuançada, a visão do autor merece respeito e compreensão. E principalmente, sua abordagem é original em relação aos vários estudos realizados em outros casos de transferência de populações em decorrência da construção de barragens, e sua pergunta permanece essencial: Qual é a relação entre a identidade de um povo e seu território?

A seguir, Denes Dantas Vieira articula os dados de sua pesquisa, realizada em dois territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, com a discussão teórica dos conceitos de Bourdieu. As análises da pesquisa constataam uma diferença importante no papel desempenhado pelas lideranças dos dois territórios. As mesmas instituições – Igreja, sindicato e partido político – exerceram uma influência quase antagônica. No Seridó, foram as paróquias que serviram de apoio para a criação dos sindicatos. No Sertão do Apodi, a Igreja católica também teve um papel importante, mas os sindicatos e os partidos políticos se tornaram mais representativos, e a Igreja saiu de cena, deixando que o protagonismo fosse exercido pelos jovens por ela formados. Finalmente, são os agentes que se beneficiam, que se “empoderam”. Nesta concepção, o “capital social” não é sempre sinônimo de bem coletivo, promotor da equidade social. Pois há uma concorrência entre os agentes pelas melhores posições. No caso estudado, o esforço para compreender os “empoderados” da agricultura familiar contribui para entender como práticas sociais produzidas em diferentes espaços sociais resultam em formas diferentes de poder.

Eduardo Jordão de Araújo tem acompanhado durante vários anos a bela experiência da APAEB. Esta associação de agricultores familiares que cultivam, entre outros, o sisal, conseguiu aumentar consideravelmente o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos associados agregando valores aos produtos (fábrica de tapetes, loja de artesanato, laticínio, supermercado, etc.), o que se tornou possível graças a uma forte cooperação entre os membros. A partir desta experiência, o autor apresenta diversas linhas teóricas que discutem a ação coletiva dos empreendimentos econômicos, a questão da organização e as condições de seu sucesso. Em conclusão, considera que o crescimento sustentável das organizações passa pela necessidade imperiosa do estímulo à prática da solidariedade.

Finalmente, reunimos dois artigos que apresentam duas visões absolutamente opostas do desenvolvimento, da economia e da vida em sociedade, com a filosofia específica que alimenta cada uma dessas duas visões.

Estévani P. Oliveira, Valdênia Apolinário e Maria L. Silva apresentam o sistema produtivo do melão, cultura situada no semiárido potiguar e destinada ao mercado. O “arranjo produtivo local” (APL) enfatiza aprendizagem e interações entre os agricultores para que estes alcancem “níveis de competitividade sustentáveis”, vistos como importantes para o sucesso econômico dos produtores. As autoras apresentam os aspectos teóricos desse enfoque, em particular como se dá o aprendizado tecnológico e o papel das empresas no desenvolvimento de produtos e processos a fim de “transformar o conhecimento em riqueza”.

Agustin Avila, por sua vez, nos apresenta os Tojolabales, povo indígena do sul do México. O objetivo dos Tojolabales, sua aspiração comum é a igualdade: a satisfação das necessidades básicas de todos. Competitividade e sucesso econômico são conceitos absolutamente opostos a sua filosofia. Seu ideal é o “buen vivir”, a vida boa para todos. Em face das tentativas de assimilação cultural e de ocupação de seu território, eles tentam resistir. O autor desenvolveu uma longa pesquisa tentando penetrar a concepção do “buen vivir” dos Tojolabales, que ele considera uma crítica à noção de “desenvolvimento”. Esse povo mantém uma relação de afeição com a “mãe terra” e todos os seres vivos que nela se hospedam. É uma bela lição de vida – que, infelizmente, é pouco entendida.

Para finalizar, queremos agradecer, “de coração”, aos colegas e amigos/as que colaboraram com este número, dando parecer, aconselhando modificações, revendo o português (e que não queremos citar para respeitar seu anonimato). Agradecemos também ao CNPq por seu apoio financeiro na editoração deste número.

Ghislaine Duque

Professora colaboradora da Universidade Federal de Campina Grande (PB)/
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
(UFCG/PPGCS) e pesquisadora do CNPq

“O QUE É DE MULHER E O QUE É DE HOMEM”: RELAÇÕES DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL COMUNIDADE DE BONIFÁCIO, AMAZÔNIA ORIENTAL, BRASIL.

Norma Vieira, Deis Siqueira, Darcy Di Paolo

RESUMO

Este artigo pretende visibilizar a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero em diferentes ambientes (terra, água, mangue) utilizados na pesca artesanal em uma comunidade da costa nordeste paraense. O texto ancora-se em entrevistas parcialmente estruturadas, observação participativa e grupos focais. Identificou-se uma nítida, mas não inflexível divisão sexual do trabalho e uma rigidez dos lugares de gênero, ou seja, o que é de homem e o que é de mulher. Há trânsitos de ambos entre as atividades, espaços e recursos naturais, mas o que é de homem é sempre mais valorizado na hierarquia das atividades. E há uma inflexibilidade de gênero constituinte: o doméstico é das mulheres. As relações de gênero se ancoram na menor valorização do que é do feminino e no princípio da maternidade e da reprodução como destino das mulheres.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Pesca Artesanal; Hierarquia; Divisão Sexual do Trabalho.

“WHAT IS OF WOMAN AND WHAT IS OF MAN”: GENDER RELATIONS IN ARTISANAL FISHING: BONIFÁCIO COMMUNITY, EASTERN AMAZON, BRAZIL

ABSTRACT

This is visualized the sexual division of labor and gender relations in different environments (land, water, mangrove) used in artisanal fishing in a coastal community of northeastern Pará. The anchor of the text on partially structured interviews, participant observation and focus groups. It was identified a crisp, but not inflexible sexual division of labor and a rigidity of the places of gender, in other words, what is of man and what is of woman. There are both transits of between the various activities, the different spaces and natural resources, but what is of man is always more value in the gendered hierarchy of activities. And there is an inflexibility constituent genre: the role and tasks related to household are women. Gender relations are anchored on the lower valuation than is female and the principle of motherhood and reproduction as the fate of women.

Keywords: Gender Relations; Artisanal Fishing; Hierarchy; Sexual Division of Labor.

Doutoranda do PPGBA – Programa de PG em Biologia Ambiental/UFPA; professora da Faculdade de Educação/UFPA/Campus Bragança. normacosta@ufpa.br.

Pós-doutora. Aposentada e colaboradora do Departamento de Sociologia da UnB; bolsista PQ do CNPq; bolsista do PVNS – Programa Professor Visitante Nacional Sênior da Capes no PPGBA. deissiqueira@yahoo.com.br.

Doutoranda do PPGBA; professora da Faculdade de Turismo/UFPA/Campus Bragança. dflexa@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal consiste em importante fonte de alimento e de renda monetária para muitos grupos de áreas costeiras e fluviais do Brasil (Bayley; Petrere Jr., 1989). Nesta, de maneira similar ao campesinato, os membros do grupo doméstico constituem a base da unidade de produção, organizada a partir de relações de gênero e de geração.

Nas comunidades de pescadores artesanais, de modo geral, estas relações são estruturantes dos processos educacionais, produtivos, de gestão e de apropriação dos recursos naturais, dentre outros. Homens, mulheres, meninos, meninas, idosos, idosas engajam-se na produção pesqueira em diferentes momentos e com intensidades variáveis (Furtado, 2008).

Mulheres e homens compartilham uma variedade de atribuições nas atividades de pesca artesanal. Contudo, a mulher assume, na maioria das vezes, uma sobrecarga de funções, sem a correspondente visibilidade ou reconhecimento social de sua importância na lógica da produção e distribuição dos recursos (Almeida, 2002).

Nestes contextos como em muitos outros, as mulheres estão inseridas sobretudo no campo do cuidado, da casa, da família, ou seja, o lugar da reprodução, e suas atividades de pesca são representadas, classificadas, hierarquizadas em consonância com essas atribuições e logo, como sua extensão ou prolongamento.

Este tipo de relação entre homens e mulheres centra-se de um lado, em torno do mando e do poder, e de outro da invisibilidade (SALOMÃO; VIDAL, 2009). Assim, os estudos de gênero tornam-se relevantes para a compreensão da divisão do trabalho entre homens e mu-

lheres inseridos nas atividades de pesca, propiciando o entendimento de como se dá o processo de organização das mulheres neste setor e suas formas de resistência frente à ideia hegemônica, mesmo em estudos acadêmicos, de que a atividade pesqueira é uma atividade masculina (Raimundo; Gehlen, 2008).

De fato, parece ser muito antigo o padrão de divisão sexual do trabalho no sentido de excluir as mulheres da pesca de mar, exclusão ancorada em várias interdições no plano simbólico e diversos mecanismos de controle sobre elas (Maués, 1993; 1994). Mas, na região, há muitas notícias de que mulheres pescam em águas próximas a terra (pesca de beira ou de mar raso), com armadilhas fixas ou móveis. Nunca deixaram de pescar em rios, lagos, manguezais, praias (Maneschy, 1995a).

Há uma necessidade acadêmica, social, política, de visibilizar os lugares, os papéis, as relações de gênero, também com o intuito de se descortinar as atividades de pesca desenvolvidas pelas mulheres.

Ademais, concordando com Segato (2003; 2005), não é recente o vínculo da mulher com a preservação e com a promoção da diversidade genética (manipulação das sementes); com as atividades em torno da reprodução da vida; da busca, provisão, com o cuidado e o uso de água (preparação dos alimentos, higiene familiar e do espaço doméstico); com a criação de animais, o cuidado com o cultivo da terra, colheita de frutos, de sementes; com a identificação e a preparação da matéria prima para a confecção de peças artesanais; com o conhecimento das plantas medicinais cultivadas nas proximidades das casas. E estas atividades propiciam às mulheres uma relação próxima, intensa, produtiva e reproduti-

va com sua paisagem, seu ambiente, seu entorno, caracterizando-se como guardiãs da conservação. Na vida comunitária, a dualidade de gênero condiciona todos os campos da vida de forma mais presente ou mais visível do que no contexto urbano-industrial.

O presente artigo apresenta parte dos resultados de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ESAC – Estudos Socioambientais Costeiros. Afirmar que a pesca não é uma atividade apenas de homens, visa a contribuir com as discussões em torno de gênero, destacando a amplitude de domínios e de ambientes (terra, água, mangue) em que a atividade de pesca acontece, contando para tanto com pesquisas realizadas na comunidade de Bonifácio/Bragança e tendo ainda como referência outras investigações já realizadas em outras comunidades da região costeira.¹

1. ÁREA DE ESTUDO

Dominada por macro marés, a planície bragantina é caracterizada pela ocorrência de manguezal que ocupa 95% de toda área costeira (Souza Filho, 2001). Nessa planície está localizada a Península de Ajuruteua e a praia de mesmo nome, composta por três comunidades: Vila do Meio, Comunidade dos Pescadores e Comunidade de Bonifácio (Krause; Glaser; Soares, 2005).

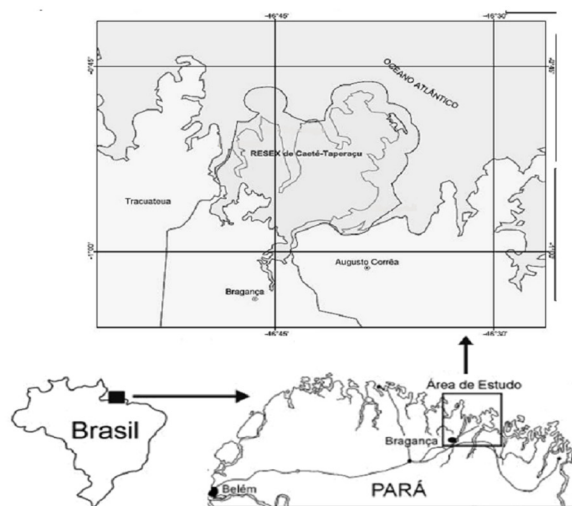
A comunidade de Bonifácio localiza-se a aproximadamente 35 km da cidade de Bragança, na parte oriental da Amazônia, nordeste do estado do Pará, região conhecida como Salgado

Paraense (Figura 1). Sua principal atividade é a pesca artesanal, a qual é aqui compreendida como a captura de variadas espécies de peixes, de crustáceos, de moluscos.

Assim, além dos peixes de alto mar, na comunidade pesca-se turu (*Teredosp.*), caranguejo (*Ucidescordatus*) e sururu (*Mytella guyanensis*, *Mytella Charuana*, *Mytella Falcata*); siri (*Callinectes* spp), camarão (*Litopenaeus schmitti*), gó (*Macrodonanctylodon*), sardinha (*Anchoa mitchilli*), sardinha (*Anchoa hepsetus*), sardinha (*Anchoa hepsetus*), sardinha (*Anchoa hepsetus*) e outros peixes.

A floresta de mangue abrange grande parte dos quintais das casas da comunidade. Dela são extraídos principalmente crustáceos, moluscos, madeira (carvão e manutenção dos currais de pesca – armadilhas fixas na água), além de partes das plantas para remédios medicinais para uso doméstico.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO COSTEIRA E ESTUARINA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL.



Fonte: Repinaldo Filho (2012).

¹ Programa de PG em Biologia Ambiental/IECOS – Instituto de Estudos Costeiros/UFGA – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. O ESAC é coordenado por Deis Siqueira, PVNS/Capes e PQ/CNPq.

2. ESTRATÉGIAS INVESTIGATIVAS

O trabalho de campo, realizado durante os anos de 2012 e 2013², ancorou-se em entrevistas parcialmente estruturadas e observação participante (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009), realizadas depois de várias visitas à comunidade para contatos e registro das primeiras informações. Houve participação na rotina de várias famílias da comunidade, incluindo alimentação conjunta, pescarias, atividades domésticas e de manutenção dos instrumentos de pesca, dentre outras.

As entrevistas foram realizadas nos domicílios de 20 famílias de pescadores e pescadoras, as quais foram identificadas a partir de pesquisas realizadas anteriormente, ou seja, em 2006 e 2007 (Vieira, 2007). O critério utilizado foi a maior disponibilidade de participação na pesquisa.

Além das entrevistas foram realizados quatro Grupos Focais com membros (homens, mulheres e jovens) das famílias entrevistadas, com propósito de enriquecer e aprofundar as informações coletadas. Foram apresentados para o grupo alguns tópicos identificados como centrais a partir das estratégias de pesquisa anteriores, no sentido de dinamizar a discussão. Estes encontros ocorreram na escola de ensino fundamental da comunidade e as falas foram registradas em gravações fonográficas e posteriormente transcritas. Veiga e Gondim (2001) definem Grupo focal como uma técnica de pesquisa que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador.

3. O QUE É DE HOMEM E O QUE É DE MULHER

A pesca das mulheres na água acontece dentro do estuário e se limita a determinadas espécies de peixes costeiros como a sardinha, o bandeirado, a pescada gó e os bagres, além dos crustáceos, com destaque para o siri e o camarão.

A pesca dos homens na água, em geral, abrange todo tipo de peixes, costeiros e marinhos, além do camarão. A pesca realizada por eles acontece dentro e fora do estuário (alto mar) e as espécies-alvo capturadas possuem maior valor comercial.

Quando estão em terra, os homens, de modo geral, cuidam da manutenção dos barcos, vão à Colônia de Pescadores, trabalham na carpintaria, especialmente nas residências, jogam bola, confeccionam e reparam apetrechos de pesca.

As atividades desenvolvidas por homens e por mulheres nos diferentes domínios de atuação pesqueira – mangue, mar, terra na comunidade de Bonifácio revelam que o campo de atuação da mulher na pesca é tão amplo quanto o dos homens, sendo que as atividades realizadas por elas bem como seus espaços de atuação estão condicionados pela função central do cuidar, pois praticamente tudo que gira em torno do cuidar: casa, filhos, companheiro, idosos, tem sido obrigatoriamente um campo de atuação de mulheres.

Entre os horários de maré adequados à pesca, as mulheres se organizam para operarem as diversas atividades ligadas ao cuidar: limpar a casa e o terreiro/quintal, lavar as roupas e louças, cozinhar, alimentar os animais domésticos, sobretudo patos e galinhas.

2 A dissertação de Vieira, Norma (2007), *Participação Juvenil na Pesca Artesanal da Vila de Bonifácio, Bragança, Pará, Brasil*, defendida no Programa de PG em Biologia Ambiental, Campus de Bragança da UFPA em 2007 foi elaborada a partir de pesquisas realizadas na mesma comunidade.

A lida e o cuidado com os filhos e filhas pequenos também estão incluídos no conjunto destas atividades consideradas femininas, inclusive o seu acompanhamento na escola. Essas tarefas dificilmente são compartilhadas com os homens, a não ser quando a mulher está muito doente, segundo elas no fundo da rede. Ainda assim, vale ressaltar, neste caso, a participação de homens (maridos/ companheiros e filhos) se limita a certas tarefas. O usual é que outras mulheres, parentes da família ou vizinhas se apoiem mutuamente em caso de doença ou de período pós-parto.

Consequentemente, mulheres (e crianças) pescam somente em locais próximos de suas casas (rios, manguezal, praias) e não participam de pescarias distantes em alto mar, as quais levam muitas horas ou dias.

Portanto, é bastante comum a pesca coletiva, na qual participam filhos, filhas, parentes, vizinhas, oportunidade em que são incorporadas outras atividades, tal como a lavagem de roupa. Também realizam as atividades de pré e pós captura, sempre em compatibilidade com as tarefas domésticas. O trabalho de salga do pescado foi importantíssimo até a chegada do gelo e da refrigeração nas últimas décadas do século passado.

Outra atividade ligada ao cuidar, designada especialmente às mulheres, é o uso de plantas ora para uso medicinal, ora para prote-

ção espiritual da família dos seres encantados, tais como a Mãe D'Água, a Curupira e a Matinta Perera³.

Cabe às mulheres cativar essas entidades para que se mantenham longe de seus entes familiares. Para tanto elas oferecem aguardente (bebida alcoólica apreciada na região) e cigarros, preferencialmente manuais, de tabaco. Essas oferendas ou agrados são colocados no fundo do quintal para serem levados e utilizados pelas entidades. Porque estes seres são perigosos: podem provocar mau-olhado (sofrimentos como febre, depressão, dores, brigas familiares e separações matrimoniais), ou fazer com que as pessoas se percam na floresta de mangue.

É comum as mulheres plantarem mucuracaá (*Petiveria alliacea* L.), cipó d'alho (*Mansoa alliacea*), pião roxo (*Jatropha gossypifolia*), arruda (*Rutagraveolens*), comigo ninguém pode (*Dieffenbachia pictata*) no entorno da casa como uma garantia de que estes seres permaneçam distantes, sobretudo das crianças, consideradas mais frágeis diante dos perigos que eles podem causar.

Elas pescam e coletam no mangue, além de crustáceos, moluscos, partes específicas de plantas da floresta para uso medicinal, como exemplo a casca do mangue vermelho (*Rhizophorangle*), a caneta do mangue (semente do mangue vermelha, também chamada de propágulo), a casca da siribeira ou mangue bran-

3 É bastante frequente na região a ideia de entidades sobre-humanas, parte do que Maués (2008) indica como uma espécie de catolicismo popular, que mantém relações com o xamanismo nativo (pajelança cabocla), cuja origem se remete a antigas práticas e crenças dos índios Tupinambás, assim como a influências portuguesas e africanas. São encantados ou bichos do fundo, tais como a Mãe D'Água. Este ente surge da água doce, incluindo a de poços de água, hipnotiza (flecha) a pessoa e a chama tentando afogá-la. A flecha provoca dores, febres, depressão. Há também os "encantados" do mangue e da mata, como a Curupira e a Matinta Perera. Trata-se, em todos os casos, de seres perigosos, que podem provocar mau-olhado (sofrimentos como febre, depressão, dores, brigas familiares e separações matrimoniais) nas pessoas, ou fazer com que se percam na mata. Os serviços das curandeiras e das rezadeiras, além dos pajés, são bastante utilizados pela população (rezas, chás e fitoterápicos, rituais de proteção das casas, curas de enfermidades, etc.). O médico tende a ser o último a ser consultado.

co (*Avicenniagerminaus*), o fruto do mangue-de-botão (*Conocarpuserectus* L.). Estudos realizados na península de Ajuruteua por Carneiro, Barboza e Menezes (2010) confirmam o uso de espécies nativas do mangue para fins medicinais.

Correspondente a esta pluralidade de atividades é a fragmentação do tempo das mulheres, marcado por uma superposição de atividades, domésticas e extra-domésticas, enquanto o tempo do homem tem um caráter unicêntrico, ou seja, realiza-se uma única atividade, ou duas no máximo (Alencar, 1993). As mulheres pescam mais próximo das residências e em horários compatíveis com as atividades domésticas. Os homens pescam mais distantes, geralmente fora do estuário. Seus horários de pesca são mais longos, com aproximadamente 10 a 15 dias em mar aberto.

4. HIERARQUIZAÇÃO, VALORAÇÃO E GÊNERO

A realidade da comunidade de Bonifácio confirma as afirmações de Segato (2005) sobre comunidades rurais e aldeias indígenas. Nessas, a sociedade é dual, dividida em espaços, tarefas, direitos, deveres repartidos entre os gêneros. “Essa dualidade é definida hierarquicamente no que se refere ao poder e ao prestígio desiguais, porém, constituída pelo que poderíamos definir como duas comunidades ou coletivos de gênero [...]” (Segato, 2005, p. 5). Assim, o tecido comunitário geral é dividido em dois grupos, cada um deles com suas normas internas de convivência e associação tanto para tarefas produtivas como para os ritos.

As tarefas domésticas são tidas como responsabilidade da mulher, seu encargo primordial. Sendo estas atividades naturalizadas enquanto obrigação da mulher, elas não são reconhecidas como trabalho e tampouco as mulheres são reconhecidas enquanto trabalhadoras. O fato do uso dos espaços e dos tempos dedicados por elas à pesca serem limitados pelo comprometimento da reprodução contribui para a sua limitada visibilidade enquanto pescadoras.

A pesca feminina em Bonifácio, de modo geral, está voltada para o autoconsumo⁴ familiar enquanto que a masculina, em pescarias mais distantes da costa, se destina à comercialização. Estudos realizados por Glaser (2005) na região confirmam que a pesca para autoconsumo é realizada predominantemente por mulheres e por crianças. Ambos os tipos de pesca são fundamentais à manutenção do grupo doméstico. A primeira não gera receita financeira, mas desempenha um papel fundamental na economia domiciliar. Entretanto, tem menor valor e reconhecimento social em relação à pesca comercial. As mulheres não se reconhecem e não são reconhecidas como trabalhadoras e pescadoras, mas como ajudantes. Ajuda que não tem o mesmo valor, o mesmo estatuto de trabalho, tal como ocorre em muitas unidades camponesas brasileiras.

Esta realidade em que atividades desenvolvidas por mulheres, mesmo que idênticas às aquelas feitas por homens, não são consideradas trabalho, e sim ajuda, é confirmada por inúmeros estudos existentes em torno de agricultores familiares e de populações tradicionais (artesãos, extrativistas, pescadores artesa-

4 Optou-se pelo uso de autoconsumo em lugar de subsistência por se acreditar que esse último implica uma ideia de inferioridade em relação a uma condição humana de existência definida externamente.

nais), os quais indicam uma divisão sexual bem definida, a inexistência de ou pouco intercâmbio de tarefas e obrigações, o prestígio masculino, a invisibilidade do trabalho da mulher (Paulilo e Brumer, 2004; Scoth e Cordeiro, 2007; Di Ciommo, 2007). Entre os estudos realizados na região podem ser indicados: Maneschy (1993; 1994; 1995a, 1995b); Maneschy e Escallier (2002); Henrique (2005) e Maués (1993; 1994). Almeida (2002), referindo-se especificamente ao nordeste do Pará, afirma que a mulher assume, em geral, uma sobrecarga de funções sem a correspondente visibilidade ou reconhecimento social de sua importância na lógica da produção.

À diferença do que é mais valorizado, como esfera econômica, mundo das mercadorias, o trabalho doméstico se efetiva em torno de relações entre pessoas e ancora-se em uma disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Neste sentido, lembrando as contribuições de Delphy (2009), o trabalho doméstico determina a condição das mulheres também na comunidade estudada. Ainda segundo esta autora, a família pode ser lida também enquanto um local de exploração econômica das mulheres, pois, nela, dá-se uma apropriação material pelos homens de sua força de trabalho, sejam elas esposas, mães, filhas.

Para Woortmann (1992), a identidade do grupo pesqueiro é constituída a partir da identidade masculina. Logo, a atividade de pesca tende a se remeter ao mar e não a terra. Ainda para esta autora, o universo masculino dentro das atividades pesqueiras relega ao silêncio o universo feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo. Porque as

relações sociais de sexo são estruturantes, assimétricas e hierárquicas.

O reconhecer-se e ser reconhecido parte de um modelo histórico cultural calcado no princípio hierárquico de divisão sexual de trabalho na pesca, ou seja, uma destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Simultaneamente, a ocupação por parte dos homens possui maior valor social agregado (Kergoat, 2009).

Assim, a hierarquização presente visibiliza-se quando os discursos apontam que o lugar do homem é no mar, pescando, e o da mulher é em terra, cuidando da casa e da família.

Porém, na indicação da rotina das mulheres, elas fazem referência a um conjunto amplo de atividades, tais como pescar nos furos (canais de maré – águas marítimas que se estendem sobre o continente/mangue - estuário), pescar próximo de casa, pescar siri, camarão, gó, sardinha e outros peixes, consertar, limpar, confeccionar redes de pesca, pescar no manguezal turu, caranguejo, sururu, processar o pescado (limpar, eviscerar, retalhar, salgar o pescado para autoconsumo ou para a comercialização). Essas são algumas das inúmeras atribuições das mulheres pescadoras desenvolvidas de forma articulada às atividades domésticas, desenvolvidas na casa ou no quintal dessa.

O trabalho das mulheres é essencial para a manutenção da cadeia de pesca, mas ele é invisibilizado pelo lugar de gênero, pela assimetria da divisão sexual desigual e hierárquica do trabalho, a qual desvaloriza o que é considerado feminino.

A visão hegemônica do que é pesca e do que é ser pescador ou pescadora não confere a devida importância ao conjunto de tarefas que

a última assume, o qual é igualmente essencial à reprodução das famílias (Maneschy, 1995a)

O fato das mulheres compatibilizarem vários encargos domésticos além de geração de renda concorre para excluí-las do estatuto profissional de trabalhadoras da pesca (Maneschy, Siqueira, Alvares, 2012).

Os homens coletam peixes de espécies de maior valor comercial. Assim essa atividade é considerada principal e masculina. As atividades no manguezal e as da linha de costa, consideradas uma extensão da casa, são femininas, da mulher. As suas atividades na pesca (confecção, conserto de redes, salga de peixes) consideradas estas como sendo dos homens, são consideradas como ajuda.

As demais atividades de pesca que elas desenvolvem, geralmente em companhia de outras mulheres e de crianças, são menos valorizadas e têm menor valor comercial. Estabelece-se um continuum valorativo entre o mercado e o autoconsumo. Nesse, as mulheres movem-se em direção às atividades de menor valor comercial, menor monetarização, menor valorização da atividade enquanto trabalho. O autoconsumo se desvaloriza junto com as demais atividades do mundo da reprodução.

Para os e as participantes da pesquisa, a categoria pescador remete-se a: Ter seu próprio dinheiro; Questão de sobrevivência; Ter experiência e conhecimento; Sustentar a família; Saber fazer tudo que exige a função; Quem vai para o alto mar, quem pesca no mar.

Desse modo, cabe aos homens: Pescar; O homem na pesca é tudo porque faz e sabe fazer tudo; Pescar é duro, não dá para a mulher; Trazer renda para a família, pouco ou muito; Consertar e tecer rede; Sustentar a família, Saber tudo sobre a pesca; Trabalhador da pesca.

Por outro lado, cabe à mulher: Ficar em terra ajudando o companheiro; Cuidar da casa e dos filhos; Pescar próximo de casa; Trabalho doméstico; Limpar o peixe e os camarões; pescar na beirada jogando puçá (rede cesto) para pesca do siri; Ir ao manguezal pegar turu, caranguejo e sururu; Pescar nos furos; A mulher que conserta rede e trata peixe não é pescadora, mas ajudante do marido; Cuidar do quinhão (pescado para consumo da família); Ajuda o marido antes e depois que ele sai para pescar.

O termo pescador se sustenta claramente no ato de pescar e nas palavras dinheiro, trabalho, mar, experiência, conhecimento, definições que se fazem presentes nas entrevistas de homens e de mulheres. E o lugar da mulher está associado ao cuidado, à ajuda, à terra, ao manguezal.

Estudo realizado por Di Ciommo (2007) sobre equidade de gênero em uma Reserva Extrativista do Sul da Bahia confirma que as atividades de pesca desempenhadas pelas mulheres como a salga e a limpeza dos peixes (necessárias para o consumo próprio, mas que agregam valor ao pescado vendido) não são remuneradas e nem valorizadas socialmente.

Resultado similar foi apresentado por Lisboa e Lusa (2010) em pesquisa realizada em três países (Brasil, México e Cuba) sobre desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero no meio rural. Para as autoras, o modelo de desenvolvimento, nos três países, ainda prioriza a figura masculina no espaço agrícola e a contribuição das mulheres e dos mais jovens (crianças e adolescentes) para a economia de mercado é totalmente negligenciada e negada. Nessa mesma lógica vivem as mulheres pescadoras da comunidade do Bonifácio quando suas atuações nos diferentes domínios – terra,

água e manguezal- não lhes dão status de trabalhadoras da pesca.

Nesta lógica, Maneschy (2001) ao estudar populações pesqueiras da região indica que as mulheres estão quase sempre assumindo funções nos limites estabelecidos pelas hierarquias de gênero, articulando os requisitos da produção e da reprodução do grupo familiar.

Bennet (2005) ressalta que entender como o gênero influencia nos modos como o setor pesqueiro é administrado, é olhar sobre como homens e mulheres interagem com o recurso (processo já presente nas formas de interação de meninos e de meninas). Porque só se avança na compreensão de gênero, se pensado em termos de relações. As relações de gênero são constituintes da organização da família, da comunidade, da sociedade.

Associando as falas dos e das participantes da pesquisa, conclui-se que ser pescador equivale a masculino porque é o homem que vai ao mar, que conhece e faz tudo na pesca, é aquele que gera renda. Neste contexto as mulheres tendem a não serem consideradas pescadoras. Por que não se inclui o conjunto de tarefas assumidas pelas mulheres na atividade pesqueira como pesca, restando para elas apenas o lugar de ajudante? Afinal, o que é pescar?

Em 2009, foi sancionada a lei nº 11.959 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Brasil, 2009), a qual passou a regular a atividade de pesca e revogou-se o decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

Nesta, a atividade de pesca é definida no art. 2º da lei nº 11.959/2009 como “[...]toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos

pesqueiros”. E segundo o art. 4º. no seu parágrafo único “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” são considerados atividade pesqueira artesanal (Brasil, 2009).

Mais abrangente que as legislações anteriores, esta lei contempla as atividades desenvolvidas no cotidiano das mulheres; abre espaço para a pesca com fins de autoconsumo e possibilita mais visibilidade para o trabalho delas na pesca, especialmente quando considera parte das atividades de pré e pós captura, as quais são realizadas sobretudo pelas mulheres.

Sobre a referida lei, Maneschy, Siqueira e Alvares (2012) enfatizam que ela abriu portas para o reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivas. A categoria “atividade pesqueira artesanal”, na qual é grande a presença das mulheres, passou a incluir os trabalhos de confecção e de reparos de artes e de petrechos de pesca, além do processamento do produto da pesca artesanal.

Mas o avanço na legislação parece não ter encontrado ainda eco na comunidade estudada, pois a pescadora de Bonifácio continua a ser identificada como ajudante. A realidade local ilustra a hierarquização e a desigualdade daquilo que é considerado do homem e o que é da mulher, ou seja, os lugares de gênero construídos pela cultura e sociedade.

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho, mesmo que varie no tempo e no espaço porque é adaptável, tem dois princípios organizativos: a) o da separação - há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e b) o hierárquico - maior valor ao trabalho dos ho-

mens, ou o trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher. Na pesca artesanal a divisão sexual do trabalho funda-se em um modelo assentado nos lugares de gênero. Representação social que se revela no dito popular, A pesca é do homem, o peixe é da mulher, ou seja, no mar o homem, em terra a mulher.

As variáveis força e resistência física se apresentam neste discurso como características masculinas, legitimando os homens enquanto os agentes capazes da atividade (Cavalcanti, 2008). Essa visão polarizada tem reforçado a ideia de pesca enquanto atividade masculina, valorizando-se e enfatizando-se as atividades em alto mar.

5. SEXO E GÊNERO: RIGIDEZ E TRÂNSITO

Um olhar superficial sobre as práticas realizadas na comunidade pode identificar a inexistência de uma divisão sexual do trabalho. Afinal, de modo geral, homens e mulheres realizam as mesmas tarefas mesmo que em tempos e em ambientes diferentes: pescam peixe, crustáceos e moluscos, consertam e confeccionam instrumentos de pesca.

E se poderia concluir, como o faz Ferrugem (2010), por uma divisão não sexuada do trabalho a partir de investigações realizadas em Novo Airão, na Amazônia, com artesãos de produção de arumã, com fibra vegetal, organizados em uma associação. Essa autora afirma que “a distribuição das tarefas, na produção do artesanato de arumã, não é pautada pela dife-

rença sexual, mas pela emergência das relações de parentesco flexibilizando a pressuposta divisão sexual do trabalho”. Essa pesquisadora refere-se a estes pressupostos como uma forma distorcida “como os antropólogos recorrentemente leem as relações de trabalho, ou melhor, a distribuição do trabalho entre os membros da família, mais especificamente entre homens e mulheres” (Ferrugem, 2010, p.426, 438).

As atividades de processamento de pescado realizadas em terra, de modo geral, são atribuições das mulheres, especialmente aquelas voltadas para uso da família, mas quando os homens estão no mar, nos barcos, eles mesmos realizam essas tarefas, assim como cozinham para si mesmos.

Homens e mulheres no Bonifácio pescam no manguezal, ainda que a pesca delas não possua a mesma regularidade que a deles. Os homens pescam eventualmente, sendo esta coleta mais usual no período da andada do caranguejo⁵ ou quando necessitam de madeira para a manutenção dos currais.

A comercialização do pescado, principalmente de peixes e de camarão, é realizada preferencialmente pelos homens e em boa medida no momento em que estes chegam da pescaria. Na maioria das vezes, antes mesmo da partida para o alto mar, o pescador já se compromete com o atravessador/marreteiro⁶ para a compra e venda do material da produção. O que não é vendido no momento da chegada da pescaria, assim como a pequena produção realizada no estuário, quando não se destinam ao autoconsumo são comercializados, em geral,

5 Período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas tocas e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

6 Atravessador ou marreteiro são expressões locais para aqueles que compram a produção pesqueira diretamente do pescador e a vendem para outros (comerciantes, feirantes, consumidores finais).

nas próprias residências. Na ausência do marido, as mulheres assumem este lugar de comercializar o recurso.

Apesar da quase ausência dos homens no mundo da domesticidade, cabe a eles algumas tarefas, como pegar água no poço (poço amazonas)⁷ e fazer as despesas da casa (efetuar a compra de gêneros alimentícios, de limpeza e outros para uso da família). Por sua vez, as mulheres também as realizam, quando necessário.

Contudo, esta flexibilidade e trânsito não se identificam nos lugares rígidos de gênero, ou seja, o que é de homem e o que é de mulher, o que é masculino e o que é feminino. As gerações também são formadas no emaranhado das determinações de gênero. Assim, como os homens desde a infância (Vieira, Moraes, Nunes, 2013) estão ligados às redes produtivas de espécies para a comercialização de peixes costeiros e marinhos, bem como de crustáceos aquáticos, principalmente camarão, o mangue, local de pesca para autoconsumo, constituiu-se, desde a infância, enquanto espaço feminino.

À diferença de outras comunidades próximas, onde a atividade geradora de renda mais importante é a coleta de caranguejo, executada, sobretudo por homens, o mangue é espaço masculino e não feminino como em Bonifácio, onde o mar é considerado o espaço masculino. Aqui, a pesca do manguezal é coisa de mulher, embora ela também não seja reconhecida como pescadora.

O que determina o que é masculino e o que é feminino é a hierarquização das atividades. O mundo do masculino é o que tem mais valor, o que é considerado melhor, mais peri-

goso, mais difícil, mais arriscado, mas rentável, mais complexo e tem maior valor social se comparado ao que é de mulher.

Interessante que entre as atividades de confeccionar e reparar os instrumentos de pesca, os homens dedicam-se em grande medida mais às funções do reparo. Segundo vários pescadores entrevistados, essas são mais difíceis e exigem maior habilidade. Em contrapartida, as atividades de confecção dos mesmos, sobretudo das redes, são consideradas como femininas, pois exigem menos habilidade, são mais simples. Portanto as mulheres estão mais presentes. Porque o que é de homem, geralmente, é sempre mais difícil, arriscado,

E a âncora mais poderosa desta rigidez de gênero que garante privilégios aos homens é o lugar da maternidade e da reprodução, enquanto destino das mulheres. Em contextos comunitários deve-se pensar em mundo das mulheres e mundo dos homens (Segato, 2003, p. 8) e não unilateralmente em mulheres e homens individualmente, sem mediações de seus respectivos coletivos-mundos dentro das comunidades.

Esta constituição deve pautar as reflexões e as políticas públicas, para que, de fato, se reforce o papel “[...] do mundo das mulheres no atravessamento e mediação dos projetos e ações quando do que se trata é da proteção da natureza”. Porque nas comunidades como a de Bonifácio, o gênero se constitui de forma nítida em termos de mundo dos homens e mundo das mulheres, cada um com seu tecido próprio de relações. A igualdade de valoração, de prestígio, de poder entre estes dois mundos deve ser promovida. “Somente desta forma emer-

⁷ Dentre as diversas práticas tradicionais de armazenamento de água, o poço amazonas consiste no aprimoramento destas práticas. É feito de diversas formas, usando principalmente tijolos e terra batida e na parte superior é comum o uso de anéis de cimento

girão mulheres, isto é, indivíduos mulheres que se destacarão dentro de suas respectivas comunidades de gênero e a partir delas, e não desenraizadas delas” (Segato, 2003, p. 12).

CONCLUSÕES

Na comunidade de Bonifácio, localizada em Bragança/PA, as práticas sociais são relativamente fluidas na ocupação dos territórios, na divisão do trabalho entre homens e mulheres, na relação com os recursos naturais. Há trânsito de homens e de mulheres entre o variado conjunto de tarefas executadas na localidade. Mas este trânsito não pode ser lido apressadamente, como se indicasse que não há uma divisão sexuada do trabalho e que a sociedade não se estrutura nas relações de gênero.

Porque há uma hierarquia de gênero. Por detrás deste trânsito de atividades, há uma invariante: aquelas que são consideradas como de homem são mais valorizadas do que as atividades de mulher. Ou seja, o masculino está sempre melhor localizado na hierarquia de gênero do trabalho e da vida.

E este jogo assimétrico se articula diretamente com o destino da reprodução. Um dia de vida de uma pescadora demonstra o quanto atividades de trabalho remunerado e atividades de trabalho doméstico são enredadas e condicionadas pelas relações de gênero. Mas neste arranjo, destaca-se a recorrência das atividades reprodutivas (domesticidade, filhos, família) como destino das mulheres.

O sistema de gênero conta com a divisão sexual de trabalho como uma de suas bases mais importantes, se não a mais importante, para produzir e reproduzir as relações de gênero.

Atividades exercidas por mulheres e por crianças e, eventualmente idosos têm sido lidas como tendo um caráter marginal à atividade propriamente pesqueira, mas elas são funcionais, articuladas, essenciais para a prática da pesca artesanal em seu conjunto, sobretudo quando diminuem as capturas ou os preços do pescado de maior valor comercial. Isto porque a pesca do pescador se articula com as várias relações sociais, tarefas, responsabilidades familiares.

Assim, a ordem social está demarcada pela divisão sexual do trabalho, articulada, por sua vez, ao modelamento do tempo, da territorialidade, dos recursos naturais pelas relações de gênero. Trata-se de mundos construídos a partir do gênero, com seus respectivos coletivos, internamente estruturados que condicionam e mesmo determinam os lugares, as atividades, as funções de homens e de mulheres. Mas as relações de gênero se ancoram na menor valorização do que é feminino, mesmo que os homens realizem, eventualmente, uma atividade que seja de mulher (gênero e sexo); e no princípio da reprodução e da maternidade como destino naturalizado das mulheres (sexo e gênero).

E o amoldamento da vida pelo gênero é tão poderoso que se apossa inclusive da produção de conhecimento e de categorias que alimentam a construção de políticas públicas. Tanto assim que apesar do avanço recente da legislação, a pesca continua a ser pensada como pesca em alto mar, realizada por homens e desassociada das inúmeras práticas que a compõem e que incorporam os demais membros do grupo doméstico.

Trabalho recebido em 02/02/2014

Aprovado para publicação em 27/08/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. F. Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha dos Lençóis-MA. 1993. 188 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UnB, Brasília, 1993.
- ALMEIDA, Marineide Pereira. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste paraense. In: HÉBERTTE, Jean. MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.p. 73-89.
- BAYLEY, P. B.; PETRERE JR, M. Amazon fisheries: assessment methods, current status, and management options. In: DODGE, D. P. (Ed.). Proceedings of the International Large River Symposium. Canadian Special Publication of Fisheries and Aquatic Sciences, v. 106, p. 385 – 398, 1989.
- BENNET, Elizabeth. Gender fisheries and development. *Marine Policy*.n.29, p.452, 2005.
- BRASIL. Lei 11.959, de 29 de junho de 2009. Presidência da República. Casa civil,2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em 29/09/2013.
- CARNEIRO, D.; BARBOZA, M.; MENEZES, M. Plantas nativas úteis na Vila dos Pescadores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Pará, Brasil. *Acta Bot. Bras.* v. 24 n.4. Feira de Santana, Oct./Dec. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33062010000400017>>. Acesso em: 03/11/2013.
- CAVALCANTI, Stela Farias. Violência doméstica: análise da lei Maria da Penha, lei nº 11.340/06. Salvador: Juspodivm, 2008.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 173-178.
- DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade em uma Reserva Extrativista Marinha. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, X, n. 1, p. 151-163, jan. – jun. 2007.
- FERRUGEM, R. Mendes. Relações de trabalho e parentesco: intercâmbios e flexibilidade na Associação de Artesãos de Novo Airão – ANAA. In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JR., E. A. (Orgs.). Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro. Manaus: UEA Edições, 2010, p. 426-444.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. p. 256-262.
- FURTADO, Lourdes G.. Sobre os argonautas da Amazônia: o estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: uma contribuição aos estudos da Antropologia. In: LEITÃO. V.; MAUÉS. R. (Orgs.). Nortes antropológicos: trajetos, trajetórias. Belém: EDUFPA, 2008. p. 41-80

GLASER, M. Inter-relações entre ecossistema manguezal, a economia local e a sustentabilidade social no estuário do Caeté, Norte do Brasil. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Orgs.). *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: NUMA/UFPA, 2005 p.37-50.

HENRIQUE, R. A mulher e as relações de gênero em comunidades pesqueiras: o caso de Acarajó (Bragança, Pará). In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Orgs.). *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 139-154.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, (37) 132:595-609, 2007.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KRAUSE, G., GLASER, M. SOARES, C. Co-evolução das dinâmicas geomorfológica e socioeconômica numa comunidade pesqueira. In: GLASER, M. CABRAL, N. RIBEIRO, A. L. (Orgs.). *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: NUMA/UFPA, 2005, p.189 – 206.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Revista Estudos Feministas*, vol. 18. Nº 3, Florianópolis, Dossiê Mulheres e Meio Ambiente, set./dez., p. 871 - 887, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores e curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista Brasileira de História da Ciência*. 10, p. 53-74, 1993.

_____. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D' INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 251-258.

_____. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*. Belém, v. 11, n. 02. p. 145-166, 1995 a.

_____. *Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA, 1995 b.

_____. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 48 – 72.

MANESCHY, M. C.; C. ESCALLIER. Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. In: FURTADO, L.; QUARESMA, G.; HELENA, D.(Orgs.). *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.p. 57-90.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ALVAREZ, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*. (20) 03, p. 817-837, 2012.

MAUÉS, Maria Angélica. “Trabalhadeiras” e “camaradas”: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores. Belém: UFPA - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

_____. Quando chega essa “visita”? In: D’INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.p. 227-240.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. A pajelança cabocla como ritual de cura xamânica. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (Orgs.). Pajelanças e religiões africanas na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2008, p. 102 – 133.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.

PAULILO, M. I.;BRUMER, A. As agricultoras do Sul do Brasil. Revista Estudos Feministas 12: 24-39, 2004.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Pesca: atividade exclusivamente masculina? Anais do Encontro Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder. ST 64 – Gênero e pesca: participação da mulher no desenvolvimento local. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:<www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST64/Raimundo-Gehlen_64.pdf>. Acesso em 23/10/2012.

REPINALDO FILHO, Fernando Pedro Marinho. Contribuição do Conhecimento Ecológico Local ao sistema de gestão compartilhada da

pesca de Emburateuas nos estuários da Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará. 2012,164 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). UFPA, Bragança, 2012.

SALOMÃO, Mirian da Silva; VIDAL, Josep Pont. A participação das mulheres no espaço público-político: algumas reflexões. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira; CANCELA, Cristina Donza (Orgs.). Mulheres e gênero, as faces da diversidade. Belém: GEPEN, (Coleção Mulheres e Gênero na Amazônia – v.1), 2009.p.23 -34.

SCOTH, R. Parry; CORDEIRO, R. L. M. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil. Estudos Feministas. 15 (2): 102-129, 2007.

SEGATO, Rita. Uma Agenda de Ações Afirmativas para as Mulheres Indígenas do Brasil. Brasília: Série Antropologia, n°. 326. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003.

_____. Análise de gênero e elaboração de uma proposta para a estratégia de gênero do Programa da Cooperação Técnica Alemã para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais. Brasília: Universidade de Brasília/ Departamento de Antropologia, mimeo, 2005.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, Maria Theresa; MENDES, Amilcar (Orgs.). Ecossistemas Costeiros: Impactos e gestão ambiental. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.p. 84-102.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*. 2(1), p. 1-15, 2001.

VIEIRA, Norma. Participação juvenil na pesca artesanal da Vila de Bonifácio, Bragança, Pará, Brasil. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). UFPA, Campus de Bragança, Bragança, 2007.

VIEIRA, Norma; MORAES, Sérgio; NUNES, Zélia. Estudo da pesca e a escolaridade de jovens pescadores na Vila de Bonifácio, Bragança-Pará, costa norte brasileira. *Bol. Instituto de Pesca*. São Paulo, 39(2): p. 195-204, 2013.

WOORTMANN, E. Da complementaridade à dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, p. 41-61, 1992.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE NO TERITÓRIO DA CIDADANIA DA BORBOREMA (PB)

Márcio Caniello, Marc Piraux, Valério Veríssimo de Souza Bastos

RESUMO

Identidade e diversidade interna são duas características importantes do Território da Cidadania da Borborema, Paraíba, e formam uma dialética que este artigo procura analisar: uma forte identidade territorial marcada pela agricultura familiar, trespassada por diferenciações internas que evidenciam variações zonais sensíveis em termos de capacidades institucionais, participação no colegiado territorial e acesso a projetos. Para isso, é delineada uma tipologia dos espaços subterritoriais em relação à qual são rebatidas evidências obtidas pela Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema (GEPAD/UFCG) no quadro da pesquisa nacional sobre o Programa Territórios da Cidadania (SDT/MDA/CNPq). Os resultados mostram níveis internos de desenvolvimento diferenciados e uma forte relação entre a diversidade geográfica, o nível do capital social e o funcionamento do colegiado territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural, Programa Territórios da Cidadania.

IDENTITY AND DIVERSITY NO TERRITORY OF CITIZENSHIP OF BORBOREMA (PB)

ABSTRACT

The identity and the internal diversity are two important characteristics of the Territory of Citizenship of Borborema, Brazil, and form a dialectic that this article seeks to analyze: a strong territorial identity based on the small-scale family farming transfixed by internal differences that reveal important zonal variations in terms of institutional capacity, participation in the territorial governance and access of projects. For this, we outlined a typology of local spaces which is compared to the evidences obtained by the “Monitoring and Information Cell of Borborema” (GEPAD/UFCG) in the framework of the national research on the Territories of Citizenship Program (SDT/MDA/CNPq). The results show varying levels of development and strong relationship between geographic diversity, social capital and functioning of the territorial council.

Key words: Territorial Development, Rural Development, Territories of Citizenship Program

INTRODUÇÃO

A identidade é o elemento agregador das políticas públicas territoriais, pois ela é um poderoso liame para a ação coletiva e cooperativa na medida em que se constitui como um fator de coesão social profundamente arraigado nos indivíduos, envolvendo valores culturais, memória social, referências históricas e geográficas, bem como os projetos coletivos de quem a compartilha (Caniello, Piraux, Bastos, 2013, p. 90). Isso porque a ação dos indivíduos é determinada no âmbito de estruturas subjetivas a partir de uma dialética entre parâmetros racionais, por um lado, e códigos de conduta e princípios de pertença por outro, que, enquanto valores, proporcionam ao sujeito uma identidade social e um credo gregário, tornando-o parte da totalidade que o define como pessoa (Caniello, 2001 e 2009).

Como pontuou Max Weber em busca da “natureza e legitimidade de organizações políticas territoriais” (Weber, 1978 [1921]: 901), é na “comunidade política”, entendida como uma “comunidade de sentimentos” (Idem: 207), que a solidariedade social é elaborada através de princípios de pertença como a “crença na ascendência comum” (Idem: 387), o “apego ao território”, a “confiança na tradição” e a “participação” dos sujeitos na construção de um “destino político comum” (Idem: 903). Esses princípios evocam sentimentos de honra, orgulho, proteção, fraternidade, reciprocidade, etc. que fazem os indivíduos identificarem-se entre si e cooperarem em ações coletivas de toda natureza, inclusive a construção de um “projeto de desenvolvimento”. Enfim, a identidade social confere unidade coletiva.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) – criada em 2003 para implementar o “enfoque territorial” (Adib, 2005) nas políticas públicas de desenvolvimento rural – considera a identidade como “um elemento aglutinador [que] facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente” (Brasil, 2011). De fato, como resume o primeiro titular da SDT, o processo que redundaria na criação do Programa Territórios da Cidadania tem como fundamento a definição de territórios “formados em um processo histórico de construção de identidades” (Oliveira, 2008).

Para a SDT, a identidade é constituída pelas características e traços distintos que possibilitam que os indivíduos que fazem parte de uma população específica reconheçam-se mutuamente, assim como se diferenciem de outras populações ou grupos (Brasil, 2011). É o que os antropólogos chamam de “identidade contrastiva” (Cardoso de Oliveira, 1976). Assim, a identidade se manifesta a partir da expressão do grupo e de sua ação social e coletiva frente a outros grupos e se forma, fundamentalmente, a partir das influências presentes no espaço ocupado pela população que processa e reorganiza seus significados em relação aos valores e tendências sociais e culturais (Brasil, 2011).

Efetivamente, contudo, a identidade social só se configura como um catalisador para o “destino político comum” de uma coletividade – no caso, para a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento territorial sustentável – a partir de interações concretas e conscientes dos sujeitos nessa direção, o que, na estratégia territorial adotada pelo governo brasileiro, se dá pela constituição e funcionamen-

to de colegiados deliberativos democráticos, os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER). É o chamado “ciclo de gestão social” (Brasil, 2009), que pressupõe uma dialética ativa, produtiva e progressiva entre identidade, participação social e desenvolvimento rural sustentável, envolvendo a negociação e deliberação acerca de todos os processos de constituição, representação, participação, operação e de impacto das ações dos colegiados (Oliveira e Perafán, 2012).

Ora, se a identidade social é contrastiva, ela se apresenta como um fenômeno sociológico relacional e situacional. A identidade não é um todo absoluto, substancial, que se impõe inquebrantável à psique do indivíduo, mas uma “representação coletiva” (Durkheim, s/d [1898]) que será efetivada de acordo com as circunstâncias da ação e decisão dos sujeitos em relação aos laços e oposições grupais que cingem sua existência, especialmente em processos políticos. Com efeito, um indivíduo tem inúmeras referências grupais classificatórias que se entrecruzam, como gênero, classe de idade, procedência, ascendência familiar, afinidade política etc., os quais estabelecem espaços identitários diferenciados. No caso da identidade territorial, esses espaços são, sobretudo, escalares. Por exemplo, um indivíduo define-se como brasileiro em contraste com os não brasileiros, mas, enquanto nordestino, ele se opõe a todos os brasileiros de outras regiões do país, ao passo que como paraibano se opõe aos nordestinos oriundos dos outros estados, como participante do Território da Borborema aos outros Territórios da Cidadania e assim por diante. Parafraseando Evans-Pritchard (1978 [1940], p. 154), esse é um “princípio estrutural na expressão dos valores políticos”, segundo o qual quanto

menor o grupo territorial, tanto maior o sentimento de unidade entre seus membros e tanto maior a coesão política entre eles.

De fato, como demonstramos alhures, a pesquisa nacional que analisou trinta e sete Territórios da Cidadania evidenciou que há uma grande diversidade intraterritorial em todos eles, o que informa laços de proximidade e relações de contraste com outros subgrupos, apontando para uma visão de território como espaço que engloba uma significativa diversidade (Caniello, Piraux, Bastos, 2013b, p. 99). Da mesma maneira, o Território da Borborema apresenta diferenciações internas importantes que influem na própria dinâmica da gestão social do colegiado, com a formação, por exemplo, de um “núcleo duro” hegemônico de recorte político subterritorial (Caniello, Piraux, Bastos, 2012, p. 90).

Tencionamos mostrar neste artigo que apesar de uma identidade fortemente ligada à agricultura familiar no Território, o funcionamento do dispositivo de governança e o ciclo de gestão social resultam de significativa diversidade intraterritorial ligada ao capital social, às trajetórias e às características de cada zona. Nesse sentido, procuramos estabelecer uma tipologia dos espaços subterritoriais no Território da Borborema e avaliar como essa tipologia se rebate em dois aspectos da dinâmica territorial analisados pela pesquisa. Primeiramente, em relação às “capacidades institucionais” do território, isto é, “as condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas, considerando seu arranjo político-institucional, e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos” (Brasil, 2011b).

Em segundo lugar, em relação à própria gestão do colegiado.

Nossa hipótese é que as diferenças zonais observadas estabelecem alinhamentos políticos como um resultado direto da atuação da sociedade civil organizada e da presença de um grande centro urbano em uma das zonas, o qual concentra a maioria dos órgãos governamentais federais. Nesse sentido, essas diferenças estabelecem uma maior eficácia política aos representantes das zonas mais fortes em termos de capital social e institucional, redundando em resultados práticos diferenciados no processo de desenvolvimento territorial, os quais fortalecem exatamente as zonas mais fortes em detrimento das zonas mais fracas.

1. NOTA METODOLÓGICA

Os dados analisados neste artigo são oriundos de pesquisa desenvolvida pela Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, Paraíba (Caniello et al, 2009), realizada no âmbito de uma pesquisa nacional desenvolvida por 27 equipes de pesquisadores de universidades públicas que investigaram um universo de 37 Territórios da Cidadania, tabulados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) do MDA/SDT a partir de metodologia específica (Brasil, 2010)¹. A pesquisa abordou cinco dimensões da política territorial, entre as quais três são trata-

das neste artigo: identidade territorial, capacidades institucionais e gestão do colegiado.

No Território da Borborema, a coleta de dados sobre identidade foi realizada no período de 18 de novembro de 2010 a 04 de março de 2011 a partir da aplicação de questionários (Q2) aos oitenta membros² do Colegiado Territorial, ao passo que o inquérito referente às capacidades institucionais foi realizada no período de 25 de setembro a 05 de novembro de 2010.

O questionário sobre identidade (Q2) é composto por perguntas sobre os aspectos-chave que a definem, a saber:

1. Definição dos limites territoriais;
2. Características marcantes do território;
3. História comum do território;
4. Conflitos existentes no território;
5. Gestão territorial em termos de participação de organizações;
6. Visão de futuro;
7. Metas e objetivos.

As perguntas sobre estes aspectos são compostas por sete itens cada, a serem avaliados em uma escala de 1 (nenhuma importância) a 5 (muito importante) em relação aos fatores de identidade, a saber:

1. Ambiental: demonstra o peso que têm os atributos relativos aos recursos naturais, áreas de proteção, patrimônio na-

1 Projeto de Pesquisa Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009 (Caniello et al, 2009).

2 O colegiado territorial era composto, na época da coleta de dados, por 99 representantes, dos quais 19, por fazerem parte de entidades sem representação, não tiveram o questionário aplicado. Esta decisão foi tomada em reunião da CAI com a coordenação do colegiado, considerando o Regimento Interno. Após o processo de recomposição efetivado em 2011, o colegiado passou a ter 96 membros.

tural e problemas ambientais nos aspectos do desenvolvimento territorial;

2. Agricultura Familiar: aponta para a influência das condições de desenvolvimento da agricultura local, suas organizações, os problemas e expectativas dos agricultores;

3. Economia: indica o efeito dos processos produtivos, polos de desenvolvimento, geração de emprego e da estrutura econômica local;

4. Etnia: mostra a interferência dos grupos que agem baseados em suas crenças e perfis étnicos;

5. Colonização: trata do processo de ocupação territorial;

6. Pobreza: refere-se ao impacto da marginalidade, exclusão social, desigualdade e outras precariedades econômicas;

7. Político: refere-se à influência dos grupos políticos, filiação partidária e das organizações comprometidas com os processos políticos nos aspectos chaves do desenvolvimento territorial.

O questionário sobre identidade foi aplicado aos membros dos Colegiados Territoriais com o propósito de identificar os elementos que lhes dão coesão e definem, para os atores sociais, os seus aspectos – delimitação, história e características do Território, bem como da gestão de conflitos, perfil das organizações e planejamento – em relação aos fatores-chave do desenvolvimento – ambiental, agricultura

familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e política³. A partir da média aritmética simples da pontuação dos fatores frente aos aspectos foram gerados indicadores que variam entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que o valor 1 (um) indica maior influência de um determinado fator na identidade territorial, e 0 (zero) menor influência (Brasil, 2011). Os indicadores foram estratificados em biogramas que delinham o perfil identitário de cada território⁴, o que permitiu realizar uma classificação da tipologia territorial quanto à identidade predominante nos 37 territórios da amostra⁵.

As capacidades institucionais referem-se às condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território – considerando seu arranjo político-institucional – e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos (Brasil, 2011b).

O Índice de Capacidades Institucionais (ICI) – que também varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que o valor 1(um) indica maior capacidade, e 0 (zero) menor capacidade das instituições do território – foi calculado a partir da aplicação de três tipos de questionários: capacidades institucionais (Q1), acompanhamento da gestão do Colegiado Territorial (Q3) e avaliação de projetos de investimento (Q5), os quais tiveram unidades de coleta diferenciadas, a saber: o Q1 foi aplicado a um representante de cada Prefeitura Municipal, num total de 21 entrevistas, tendo como respondentes um vice

3 Ver Tabela 1 – Importância do fator “Agricultura Familiar” na definição da Identidade Territorial (Porcentagem de respostas) para o Território da Borborema, abaixo.

4 Ver Figura 1 (Indicadores de Identidade do Território da Borborema-PB), abaixo.

5 Já analisamos comparativamente a tipologia nacional obtida (Caniello, Piraux, Bastos, 2013).

-prefeito, 15 secretários municipais, sendo 12 secretários de Agricultura, e outros 05 servidores de escalões administrativos inferiores; o Q3 foi aplicado a todos os membros da plenária do colegiado territorial, totalizando 80 entrevistas; e o Q5 foi aplicado por projeto de investimento, cada qual com três unidades de aplicação: 1 (um) representante dos executores do projeto, 1 (um) representante dos beneficiários e 1 (um) representante do colegiado conhecedor do projeto, totalizando 21 questionários em 7 projetos de investimentos então concluídos no Território da Borborema.

Os questionários são compostos, além das questões de identificação da entrevista, por perguntas de múltipla escolha, dicotômicas (sim ou não), escalares (valores de 1 – nota mais baixa - a 5 – nota mais alta) e abertas, sendo que cada um deles contribui com diferentes questões para a construção do índice (Brasil, 2011b), que é formado pelos seguintes indicadores:

1. Gestão dos conselhos: refere-se à gestão dos conselhos territoriais, atuação na análise dos projetos. Analisam os componentes sociais e ambientais dos projetos, a atuação em busca por fontes de financiamento e a promoção da integração dos projetos;
2. Capacidade das organizações: enfatiza a capacidade de gestão das organizações presentes e atuantes no território, tais como: cooperativas, grupos de mulheres, cadeias produtivas, acordos de comercialização, prestadores de serviços tecnológicos, organizações comunitárias, entre outras;
3. Serviços institucionais disponíveis: relacionam-se aos serviços prestados pelas

organizações nos territórios, tais como: assistências técnicas, apoio tecnológico, informações sobre preços etc.;

4. Instrumentos de gestão municipal: referem-se aos instrumentos disponíveis nos municípios para o desenvolvimento de sua gestão, tais como: ordenamento de uso do solo, uso de produtos perigosos, manejo de dejetos, normas sobre impactos ambientais, mapeamento de zonas de risco, planos de gestão, projetos e estratégias de coordenação com instituições federais e estaduais;

5. Mecanismos de solução de conflitos: dizem respeito aos mecanismos e instâncias utilizadas nos municípios dos territórios para solução dos conflitos, bem como fazem referência aos movimentos e expressões sociais presentes nos territórios, tais como: autoridades locais, comitês comunitários, organizações fora do município e mobilizações de grupos locais;

6. Infraestrutura Institucional – refere-se à existência de infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, nos territórios;

7. Iniciativas comunitárias: correspondem à expressão política territorial, refletindo os diferentes tipos de iniciativas das organizações sociais frente aos diferentes temas de importância para o desenvolvimento territorial, assim como a capacidade da população em estabelecer alianças para defender seus interesses, em especial, projetos e alianças para o desenvolvimento social, produtivo,

cultural, ambiental, turístico, ente outros e, por fim;

8. Participação: diz respeito, tanto ao grau de participação das organizações municipais, no território, quanto da participação dos beneficiários de projetos locais, na sua demanda, elaboração e gestão.

O cálculo do Índice de Capacidades Institucionais (ICI) é aferido a partir da média aritmética simples dos indicadores de identidade em cada uma das perguntas sobre os aspectos chaves de desenvolvimento e está estratificado em: 0,00 - 0,20 = Baixo; 0,20 - 0,40 = Médio Baixo; 0,40 - 0,60 = Médio; 0,60 - 0,80 = Médio Alto; 0,80 - 1,00 = Alto (BRASIL, 2011).

Os indicadores foram estratificados em biogramas que delineiam o ICI de cada território, o que permitiu realizar uma classificação da tipologia territorial quanto às capacidades institucionais⁶ dos 37 territórios da amostra.

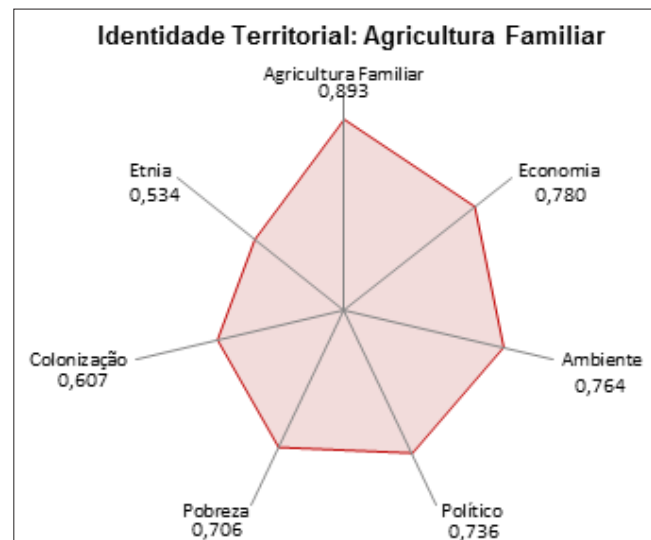
2. IDENTIDADE

A agricultura familiar é o principal fator de identidade social no Território da Cidadania da Borborema. Este indicador, que aponta para a influência das condições de desenvolvimento da agricultura local, suas organizações, os problemas e expectativas dos agricultores, atingiu um escore de 0,893, classificado como “alto” numa escala que varia de zero a um, conforme metodologia da pesquisa nacional que analisou 37 Territórios da Cidadania em todo o Brasil.

Embora em todos os territórios analisados esse tenha sido o principal indicador de identidade social, o índice apurado para o território da Borborema foi o sexto maior da amostra, ficando acima da média nacional, 0,853 (Caniello, Piraux, Bastos, 2013).

De fato, os dados oriundos da aplicação dos questionários mostram ser esse fator o mais importante na definição da identidade territorial, enquanto todas as outras categorias, com exceção do indicador “etnia”, tiveram as suas avaliações ranqueadas como “médio alto”, evidenciando que também são elementos relevantes para essa definição (Figura 1).

FIGURA 1- INDICADORES DE IDENTIDADE DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA-PB



Fonte: SGE/SDT/MDA.

Esmiçando a tabulação dos dados sintetizada na Tabela 1, verificamos que 90% dos entrevistados consideraram a agricultura familiar como o fator mais importante para a histó-

6 Ver Figura 8 (biograma do Território da Borborema), abaixo.

ria comum do território ao classificarem sua influência como “alta” ou “média-alta” neste aspecto, ao passo que 88,8% como o elemento de maior relevância para a delimitação territorial e 87,5% como a característica mais marcante do território. Esses dados são muito significativos, uma vez que a base da identidade de qualquer grupo social é constituída, como ressaltamos alhures (Caniello, 2001; Caniello, Piraux, Bastos, 2013, p. 88-90), pelo sentimento de pertença que os indivíduos nutrem pelo território em que habitam, pela história que compartilham e pela cultura da qual participam. Assim, através dos altos índices atribuídos à agricultura familiar na avaliação destes quesitos, os membros do colegiado da Borborema expressam que a identidade territorial está profundamente enraizada na “condição camponesa”⁷.

TABELA 1 – IMPORTÂNCIA DO FATOR “AGRICULTURA FAMILIAR” NA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL (PORCENTAGEM DE RESPOSTAS)

(Continua)

QUESITO	ALTA	MÉDIA-ALTA	MÉDIA	MÉDIA-BAIXA	BAIXA	N/S N/R	TOTAL
Limites do Território	76,25	12,50	3,75	1,25	2,50	3,75	100
História Comum	72,50	17,50	5,00	0,00	0,00	5,00	100
Características Marcantes	68,75	18,75	7,50	1,25	0,00	3,75	100
Gestão Territorial	60,00	26,25	10,00	1,25	0,00	2,50	100
Resolução de Conflitos	48,75	23,75	11,25	7,50	2,50	6,25	100
Visão de Futuro	76,25	15,00	2,50	2,50	0,00	3,75	100

7 Admitindo-se que “não encontramos camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (Woortman, 1990, p. 14) e que, portanto, devemos atentar para os “níveis da condição camponesa” (Ploeg, 2008, p. 60, *passim*) quando analisamos grupos sociais em que a agricultura familiar é um fator identitário preponderante.

(Continuação)

QUESITO	ALTA	MÉDIA-ALTA	MÉDIA	MÉDIA-BAIXA	BAIXA	N/S N/R	TOTAL
Metas e Objetivos do Desenvolvimento	68,75	18,75	7,50	0,00	1,25	3,75	100

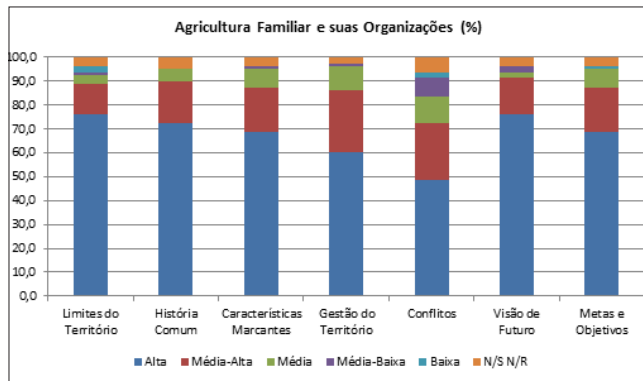
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa no Território da Borborema tabulados pelo SGE

Foi possível verificar também que, para 86,3% e 72,5% dos entrevistados, respectivamente, as organizações de agricultores familiares foram consideradas as mais importantes no que tange à gestão do colegiado e à resolução de conflitos. Nesses dois quesitos, que apontam mais para a própria ação coletiva dos indivíduos e menos para o sistema de valores que a fundamenta – isto é, que expressam como a identidade é efetivada na prática social cotidiana, seja no consenso (gestão), seja no dissenso (conflito) – também a agricultura familiar despontou na liderança (Ver Figura 2), demonstrando que os membros do colegiado consideram-na não apenas como um “sentimento de pertença”, mas também como o principal fundamento organizacional e de ação coletiva.

Finalmente, 91,3% dos entrevistados consideram a agricultura familiar como o aspecto mais importante na definição de sua visão de futuro e 87,5% como o principal elemento para a definição de metas e objetivos de desenvolvimento. Esse resultado também é extremamente importante, pois evidencia que os membros do colegiado da Borborema entendem que sua “participação em um destino político comum” (Weber, 1978 [1921]: 903) está intimamente relacionada com a manutenção da identidade camponesa como uma referência

para o planejamento do desenvolvimento e como uma esperança para o futuro do território.

FIGURA 2 - A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE SUAS ORGANIZAÇÕES PARA A IDENTIDADE TERRITORIAL



Fonte: Elaboração própria.

Já tivemos a oportunidade de demonstrar que, realmente, a história e as dinâmicas sociais no Território da Borborema indicam claramente que a agricultura familiar é a base do conjunto de ideias, valores, conceitos e estratégias de ação que os sujeitos sociais nele inseridos compartilham (Caniello, Piraux, Bastos, 2012 e 2013b). De fato, a agricultura familiar é a principal categoria produtiva do espaço rural no território, pois, segundo o último censo agropecuário (Brasil, 2009b), ele possui 27.564 estabelecimentos rurais, sendo 24.745 (90,76%) da agricultura familiar, os quais empregam 86,4% do pessoal ocupado no setor contra apenas 13,6% empregados nos estabelecimentos patronais. Além do mais, a agricultura familiar apresenta um desempenho econômico bem superior à agricultura patronal no territó-

rio, pois embora detenha apenas 43% das terras, auferiu 64% do valor total da produção agropecuária territorial em 2006 (Idem).

Esses dados tornam-se ainda mais eloquentes quando consideramos que o território tem um papel importante na produção agropecuária do Estado da Paraíba, onde a fruticultura se destaca como o setor mais importante, com uma produção anual de 165 mil toneladas, respondendo por toda a safra de tangerina e de mudas de frutas cítricas do Estado, além de 94% da laranja, 66% do limão, 61% da banana, 70% do abacate e 61% da jaca (Brasil, 2009b). O caso do município de Matinhas, maior produtor de tangerina do Nordeste e de banana e laranja do Estado, é especialmente significativo em relação à força da agricultura familiar no território, pois, ali, 90% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares, os quais ocupam 72,26% das áreas produtivas (Idem).

A horticultura também é uma atividade agrícola forte no território da Borborema, que responde por 25% da produção do Estado, tendo colhido cerca de 30 mil toneladas no ano de 2006 (Brasil, 2009b). Destaca-se, nesse setor, a evolução da produção orgânica, que apresentou um aumento de 33% no volume produzido e 117% no faturamento entre os anos de 2006 e 2009, de acordo com dados do Polo Sindical da Borborema, principal “ator” do capital social no território e organizador dos produtores orgânicos⁸.

Outras lavouras importantes são o feijão preto (45% da produção estadual), a batata inglesa (32,6%), a fava (27%) e a mandioca (14,4%). Entre os produtos agroindustriais, destacam-se

⁸ Não temos dados mais recentes sobre a produção orgânica do Território, mas, em virtude da disseminação das feiras agroecológicas nos municípios, tudo indica que esta tendência tenha se mantido ou mesmo ampliado.

a aguardente, com a destilação de 1.342.000 litros em 2006, 83% da produção estadual, a farinha de mandioca, com 1.418 toneladas no mesmo ano (45% da produção estadual), a polpa de frutas, 60 toneladas (43% da produção estadual) e dois mil litros de suco de frutas (40% da produção estadual) (Brasil, 2009b).

Embora a produção de milho no território tenha correspondido a apenas 8,5% da produção do Estado (17.541 toneladas), todos os municípios produziram esse grão, o mesmo acontecendo com o feijão. Esses dados são interessantes, pois o milho e o feijão são as lavouras típicas do campesinato nordestino, já que constituem a base da subsistência das famílias. Assim, a disseminação das lavouras do milho e do feijão por todo o território, inclusive em suas partes mais castigadas pela baixa pluviosidade, indica a forte presença da agricultura familiar no Território da Borborema que, por sinal, é o único produtor de sementes de feijão da Paraíba (Brasil, 2009b). De fato, comparando-se a quantidade produzida com a quantidade vendida desses grãos no Território da Borborema verificamos que apenas 40% da produção de milho e 34% de feijão foram comercializadas (Idem), o que demonstra, evidentemente, que a maior parte da produção é para o consumo da família, reforçando a tese de que a principal força produtiva da região é camponesa.

A pecuária não é uma atividade tão importante quanto a agricultura no Território da Borborema, pois o rebanho territorial representa apenas 16% do efetivo estadual, média superada apenas pela criação de aves (18,5%). Entretanto, também aí, verifica-se a preeminência dos estabelecimentos rurais da agricul-

tura familiar, que concentram 55% do rebanho bovino, 71% do suíno e produzem 59% do leite de vaca e 67% do leite de cabra. O “ponto fora da curva” é a avicultura, amplamente dominada pela agricultura patronal, que concentra 69% das galinhas e 72% da produção de ovos (Brasil, 2009b).

Segundo o IBGE, em 2011 o Produto Interno Bruto do Território da Borborema atingiu o montante de 6,94 bilhões de reais, o que representa 19,6% do PIB da Paraíba. Campina Grande concentra 76,9% de toda a riqueza produzida no território (R\$ 5,33 bilhões), enquanto os municípios de Esperança, Queimadas, Solânea, Lagoa Seca, Areia e Alagoa Nova apresentaram cifras entre 253 e 127 milhões de reais, o que somado, representa 14,7% do PIB territorial. Os outros 14 municípios, que apresentam números entre 13,5 e 90 milhões de reais, detêm apenas 8,4% do PIB⁹.

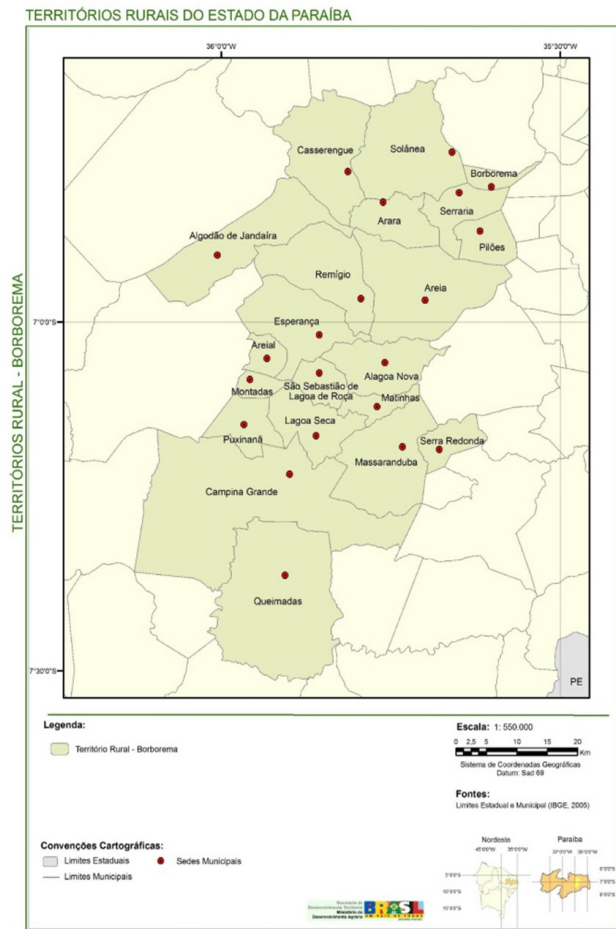
3. DIVERSIDADE

Embora pequeno, com 3.233 km² de área (23,1% do Estado), o Território da Borborema apresenta uma grande diversidade e seus 21 municípios estão distribuídos em nada menos do que cinco microrregiões geográficas definidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança. Esses municípios, em média separados uns dos outros por distâncias entre 10 e 20 quilômetros, variam muito em área, indo de pouco mais de 25 km² (Borborema) a 594 km² (Campina Grande), mas a maioria é

9 <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=29&ci=P&c=21>, acessado em 28/02/2014.

de pequenas dimensões, pois treze municípios (62%) têm até 200 km².

FIGURA 3 - MAPA DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA

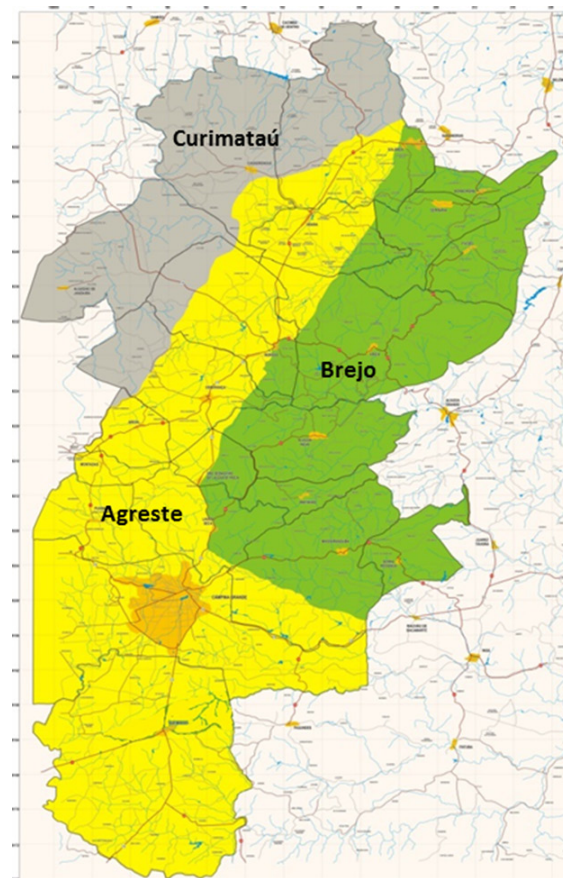


Fonte: MDA.

A altitude da sede dos municípios varia entre 300 e 713 metros, mas é a precipitação pluviométrica anual que representa o principal fator de diferenciação geográfica do território, indo de uma média histórica de cerca de 300 mm/ano em Algodão de Jandaira a 1.400 mm/ano em Areia, municípios separados por me-

nos de cinquenta quilômetros, o que evidencia a presença de três regiões ecológicas no território: Curimataú, Agreste e Brejo (Figura 4). O Curimataú Ocidental é a região mais seca, com a média de pouco mais de 600 mm/ano, seguido da microrregião de Esperança (670 mm/ano) e Curimataú Oriental (770 mm/ano). O Brejo Paraibano, com uma média de precipitação anual de cerca de 1.200 mm é a área mais chuvosa, seguindo-se a microrregião de Campina Grande, que se insere na região ecológica do Agreste, com a média histórica de 830 mm/ano¹⁰.

FIGURA 4 - REGIÕES ECOLÓGICAS DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA



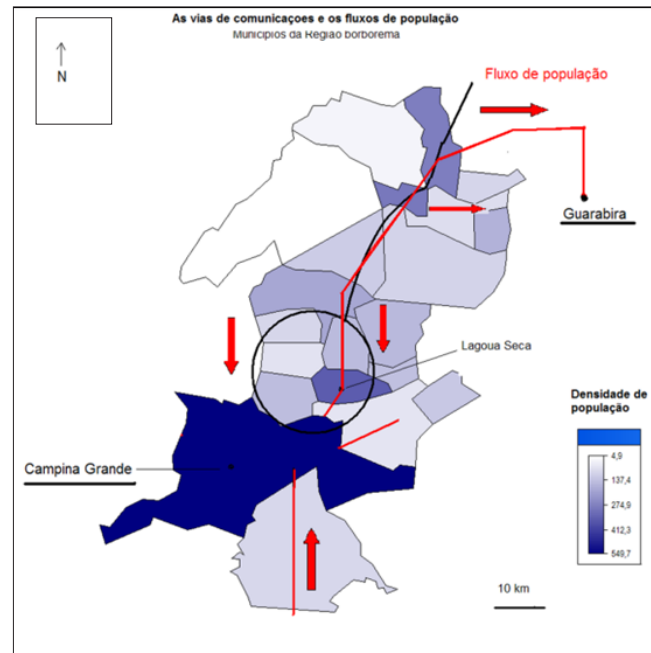
10 Segundo dados da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA). <http://www.aesa.pb.gov.br/>

A população e a densidade demográfica também variam em proporções muito expressivas no Território da Borborema: de acordo com o IBGE ¹¹, atualmente Campina Grande tem 400 mil habitantes, enquanto Queimadas e Esperança pouco mais de 40 e 30 mil, respectivamente; há quatro municípios com mais de 20 mil habitantes (Solânea, Lagoa Seca, Areia e Alagoa Nova), cinco com populações entre 10 e 20 mil e nove com menos de 10 mil. Mesmo sem considerar o município de Campina Grande, que em função de suas dimensões é um caso bastante particular com 648,31 hab./km², a variação da densidade demográfica é muito alta: por um lado, temos os populosos Lagoa Seca (240,73 hab./km²) e São Sebastião de Lagoa de Roça (221,16 hab./km²), por outro lado, encontramos municípios com índices muito baixos, principalmente na parte semiárida do Curimataú, no noroeste daquela microrregião, como é o caso dos municípios de Algodão de Jandaíra (10,74 hab./km²) e de Casserengue (35,05 hab./km²).

Além desses elementos, há outros fatores de estruturação e diferenciação que caracterizam o Território da Borborema, como a localização dos polos urbanos que se destacam nas atividades humanas na região (Campina Grande e Guarabira) e as vias de comunicação (Figura 5). Campina Grande se destaca por ser a segunda maior cidade da Paraíba e influencia fortemente as atividades econômicas de área central e sul da Borborema e do Agreste paraibano. A cidade de Guarabira, localizada no Brejo, segundo centro em importância, embora não faça parte do Território, influencia as atividades econômicas de sua parte nordeste.

O território é trespassado, no sentido Norte-Sul, pela BR 104 que, em Campina Grande, se cruza com a BR 230, rodovia que atravessa longitudinalmente o Estado da Paraíba, ligando o litoral ao sertão. Assim, Campina Grande fica na encruzilhada de duas das três principais rodovias da Paraíba, sendo um ponto historicamente natural de confluência populacional e de concentração de negócios e serviços.

FIGURA 5 - VIAS DE COMUNICAÇÃO E FLUXOS DA POPULAÇÃO



Fonte: Piraux e Bonnal (2009).

A partir desses elementos e considerando-se, também, suas dinâmicas sociais, produtos da diferenciação espacial das atividades agropecuárias, das capacidades institucionais dos municípios e das características da agricultura familiar e de suas organizações, é possível

11 <http://www.cidades.ibge.gov.br/>, acesso em 27/02/2014.

construir um zoneamento do Território da Borborema. Assim, além da concentração urbana de Campina Grande, podemos identificar quatro zonas diferentes com dinâmicas territoriais específicas, conforme representado na Figura 6.

FIGURA 6 - ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA



Fonte: Elaboração própria.

A Zona 1 (Central) abrange 11 municípios: Alagoa Nova, Areal, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Puxinanã, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serra Redonda. Com grande dinamismo produtivo, essa zona é caracterizada pela forte den-

sidade populacional e por uma agricultura familiar bem estruturada e organizada, constituindo-se no espaço privilegiado de intervenção do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema¹². Nela predominam os pequenos estabelecimentos familiares com um sistema de cultivo diversificado, mas fortemente dominado pela horticultura (95% da produção territorial) e pela fruticultura (81% da produção territorial) (Brasil, 2009), esta última concentrada numa subzona, localizada na microrregião do Brejo paraibano onde as condições edafoclimáticas são mais favoráveis.

Outro fator que merece destaque em relação à Zona Central é sua proximidade de Campina Grande, que permite tanto a venda dos produtos agropecuários do território quanto a realização de atividades não agrícolas, com destaque para o comércio e serviços, particularmente o acesso à saúde e educação. Aliás, Campina constituiu-se historicamente como um movimentado entreposto comercial e uma área de poderosa confluência humana em função de seu desenvolvimento diferenciado na indústria, comércio e serviços, bem como na ciência & tecnologia em virtude do parque universitário implantado no final dos anos 1950, o que lhe confere até os dias de hoje o papel de importante polo regional. Por outro lado, pode-se dizer que a Zona Central é o “cinturão verde” da segunda maior cidade do Estado.

Embora apresente a segunda melhor média do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do território (0,593), seis municípios têm o desenvolvimento huma-

12 O Polo é o principal ator coletivo das dinâmicas territoriais na Borborema e exerce profunda influência no colegiado territorial. Produto do processo de renovação sindical ocorrido no início dos anos 1980, atualmente congrega uma rede de 15 STR (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) - doze localizados no território da Borborema - aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, a Ecoborborema (Petersen e Silveira, 2007; Bastos, 2010).

no avaliado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) como “baixo” e outros seis como “médio”. Os índices variam de um mínimo de 0,541, apurado no município de Matinhas ao máximo de 0,627, verificado no município de Lagoa Seca¹³.

Na Zona 2 (Nordeste), com 5 municípios (Areia, Arara, Borborema, Pilões e Serraria) destacam-se o cultivo da cana-de-açúcar (68% da produção territorial) e a pecuária de corte (24% do efetivo bovino e 54% da carne verde vendida no território), apresentando também o plantio de banana, manga e jaca (Brasil, 2009). É a principal zona agroindustrial do território, concentrando a produção de farinha de mandioca (91% da produção territorial e 41% da produção estadual), aguardente de cana (60% da produção territorial e metade da produção estadual) e rapadura. A principal cidade dessa zona é Areia – núcleo urbano implantado no século XVII em virtude de suas características edafoclimáticas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar – e também fazem parte dela os municípios de Arara, Borborema, Pilões e Serraria. As atividades desta zona são influenciadas pelas cidades de Solânea e, sobretudo, Guarabira, que não faz parte do território. Como na Zona Central, essa porção do território tem como características a existência de uma agricultura periurbana bem desenvolvida, alta densidade demográfica e a apresentação de uma evolução importante dos sistemas técnicos da agricultura familiar em direção à agroecologia, mas não se beneficia das mesmas forças e

dinâmicas sociais. Por outro lado, ali, a agricultura patronal tem maior importância.

Esta Zona fica em terceiro lugar no que tange à média do IDHM (0,561) e todos os municípios têm seu desenvolvimento humano considerado pelo PNUD como “baixo”. Os índices variam de um mínimo de 0,547, apurado no município de Serraria ao máximo de 0,594, verificado no município de Areia¹⁴.

A Zona 3 (Sul) é composta pelos municípios de Campina Grande e Queimadas, sendo definida pelos habitantes como “Cariri Agrestado”. É uma zona que concentra praticamente todo o parque industrial do território e, no que tange à produção agropecuária, é dedicada principalmente às atividades de pecuária bovina (corte) e à produção leiteira voltada geralmente ao abastecimento da cidade de Campina Grande. Parte das grandes fazendas que se dedicam a essa atividade é objeto de conflitos agrários; a luta pela terra é de fato importante e os movimentos sindicais tentam desenvolver um modelo agroecológico para a pecuária, sabendo que o contexto pluviométrico é pouco favorável. Campina Grande apresenta o melhor IDHM do território, 0,72, sendo o único município a atingir um desenvolvimento humano “alto”, segundo o PNUD¹⁵.

A Zona 4 (Noroeste), com 3 municípios (Algodão de Jandaíra, Casserengue e Solânea) está localizada no Curimataú, zona muito seca, com densidade demográfica muito baixa e o menor IDH observado no território, com uma média de 0,552. Dominam as atividades de pe-

13 <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, acesso em 28/02/2014.

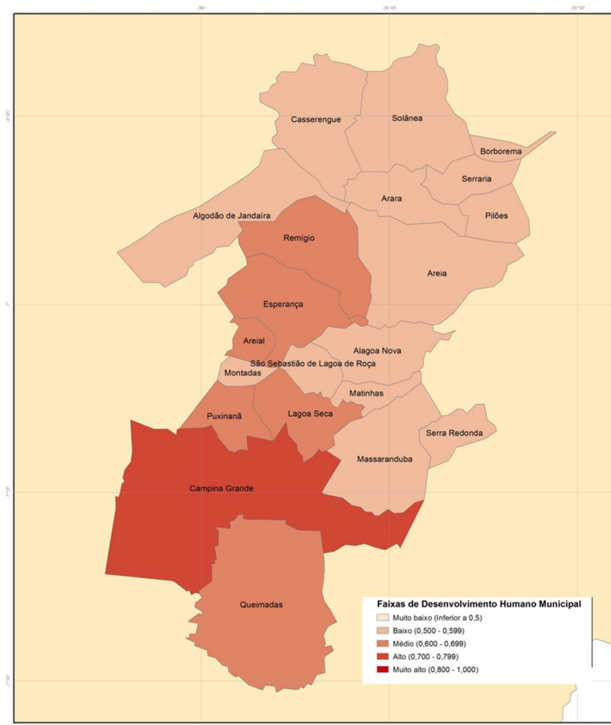
14 <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, acesso em 28/02/2014.

15 <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, acesso em 28/02/2014.

cuária, principalmente a caprinovinocultura de corte, cuja tendência é de crescimento. Nesta zona, as dinâmicas sociais em torno de projetos coletivos são fracas uma vez que dominam as relações salariais entre grandes produtores e trabalhadores rurais. Um movimento recente de reforma agrária ganha força num contexto climático desfavorável, onde a seca torna possível somente atividades de pecuária.

Observa-se uma correspondência entre esse zoneamento e a distribuição dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Território da Borborema (Figura 7). De maneira geral, as zonas Central e Sul apresentam os escores mais altos, enquanto as Zonas Nordeste e Noroeste os mais baixos, o que indica que nas zonas de mais elevados capital social (Centro) e capital institucional (Sul) o IDH é maior. De fato, além de Campina Grande, que tem um IDH classificado como “alto”, todos os municípios que apresentam um desenvolvimento humano “médio” no território estão localizados nas zonas Central e Sul (Lagoa Seca, Esperança, Puxinanã, Areial, Remígio e Queimadas); o “ponto fora da curva” é o município de Matinhas, que tem o segundo menor IDHM do território. Por outro lado, embora os municípios de Solânea (Zona Noroeste) e Areia (Zona Nordeste) apresentem índices melhores dos que os demais municípios da Zona Central (São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Alagoa Nova, Serra Redonda, Massaranduba e Matinhas), dos sete menores índices apurados, seis estão localizados nessas zonas, sendo o pior deles apresentado pelo município de Casserengue (Zona Noroeste). Seja como for, todos os municípios localizados nas Zonas Noroeste e Nordeste têm um desenvolvimento humano considerado “baixo”.

FIGURA 7 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL 2010



Fonte: Elaboração própria com dados do PNUD.

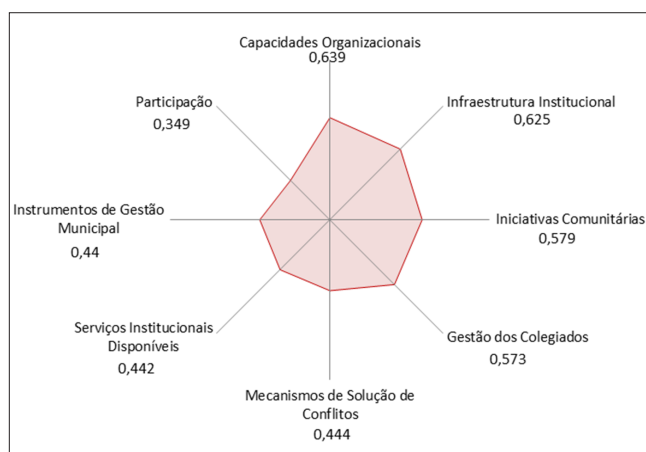
Esse zoneamento demonstra que há uma diversidade interna no Território da Cidadania da Borborema e apresenta uma tipologia de dinâmicas territoriais que evidencia uma situação mais favorável para a agricultura familiar na Zona Central, seguida pelas Zonas Nordeste, Sul e, por fim, Noroeste. Como foi dito na introdução, avaliamos como essa tipologia se rebate em dois aspectos da dinâmica territorial analisados pela pesquisa. Primeiramente, em relação às “capacidades institucionais” do território, isto é, “as condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas, considerando seu arranjo político-institucional, e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos

seus projetos” (Brasil, 2011b); em segundo lugar, em relação à própria gestão do colegiado.

4. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

De acordo com os resultados apurados, o ICI (Índice de Capacidades Institucionais) do Território da Borborema é representado por um índice de 0,491, classificado como “médio”, sendo possível verificar o comportamento de cada indicador em relação àqueles que apresentam maior ou menor capacidade institucional¹⁶. Assim, o indicador capacidades organizacionais foi o melhor avaliado, seguido dos indicadores infraestrutura institucional, iniciativas comunitárias, gestão dos conselhos, mecanismos de solução de conflitos, serviços institucionais disponíveis, instrumentos de gestão municipal e, finalmente, participação. Os resultados referentes ao Território da Borborema estão explicitados na Figura 8.

FIGURA 8 - INDICADORES DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS – ICI



Fonte: SGE/SDT/MDA.

Como demonstramos alhures (Caniello, Piraux, Bastos, 2013b, p. 31), comparando os indicadores das capacidades institucionais com os obtidos ao nível da região Nordeste e do país, os resultados mostram um bom posicionamento do Território da Borborema entre os 37 territórios pesquisados, sendo que os índices ligados ao funcionamento das prefeituras são mais altos que as médias nacional e regional. Essa tendência se confirma para o alto nível de capital social (Putnam, 1996, p. 177) no Território, o que explica que o ICI obtido (0,491) seja um dos maiores apurados na pesquisa nacional, cujo teto foi 0,497, mas fica patente também que as prefeituras apresentam dificuldades para acompanhar esse potencial. Paradoxalmente, contudo, a pior pontuação do indicador “participação” (0,349) fala por si só: aquele que deveria ser o principal fator prático da gestão territorial é o considerado o menos importante pelos respondentes, donde se conclui haver verdadeiramente uma dissonância entre o potencial do Território, sobretudo a qualidade de seu capital social, e o desempenho na prática para o desenvolvimento territorial.

Contudo, a diversidade das dinâmicas territoriais afeta diretamente a avaliação desses elementos pelos atores sociais entrevistados. A análise mostra que as capacidades organizacionais da sociedade civil são mais efetivas na Zona 1 (Centro), base do Polo Sindical e na Zona 2 (Nordeste), seguindo-se as Zonas 3 (Sul) e 4 (Noroeste). Por exemplo, os dados apurados indicam que o número de projetos de iniciativa comunitária sem apoio do governo varia de 35 projetos na Zona 1 (64%); 8 projetos na Zona

16 Ver Nota metodológica.

2 (14,5%), 5 projetos na Zona 3 (9%) e 7 projetos na Zona 4 (13%)¹⁷.

TABELA 2 – QUANTIDADE DE PROJETOS DE INICIATIVA COMUNITÁRIA SEM APOIO DO GOVERNO (POR ZONA)

TIPO DE PROJETO	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4
Projetos culturais	7	2	1	2
Iniciativas em projetos ambientais	6	2	1	1
Iniciativas em projetos produtivos	3	2	1	2
Projeto turísticos	7	1	1	1
Projetos sociais	2	1	1	1
Nenhuma das anteriores	5	0	0	0
Outro	5	0	0	0
Total	35	8	5	7

Observamos o mesmo comportamento estatístico quando consideramos a variável “apoio dos segmentos sociais a atividades do meio rural”, conforme se pode observar na Tabela 3, abaixo:

TABELA 3 – QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE APOIO REALIZADAS PELOS DIFERENTES SEGMENTOS SOCIAIS DO MEIO RURAL (POR ZONA)

SEGMENTO	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4
Grupos Religiosos	18	5	1	3
Grupo de Jovens	10	2	2	2
Associação de Agricultores familiares	10	4	2	3
Associação de assentados na reforma agrária	9	4	1	2
Grupo de mulheres	9	1	1	2

¹⁷ Vamos considerar o total de projetos como parâmetro de comparação pressupondo que as “capacidades institucionais” da sociedade civil variam em função da abrangência de suas organizações, isto é, elas serão mais efetivas na medida em que transcendem o nível municipal em direção à mobilização territorial, o que, aliás, fica demonstrado pela evidência empírica (principalmente a presença do Polo Sindical na Zona 1). Por outro lado, a composição das Zonas não apresenta outras equivalências regulares, a não ser o próprio nível de “capital social”. Por exemplo, em termos de número de municípios, a Zona 1 tem 53% do total (11 municípios), a Zona 2 tem 24% (5 municípios), a Zona 3 tem 9% (2 municípios, mas um deles é Campina Grande) e a Zona 4 tem 14% (3 municípios).

(Continuação)

SEGMENTO	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4
Sindicatos	8	4	2	3
Movimentos sociais pela reforma agrária	7	3	1	2
Cooperativa de produtores	3	0	1	1
Cooperativa de técnicos	0	1	0	0
Comunidade quilombola	0	1	0	0
Comunidade indígena	0	1	0	0
Outros	4	14	0	0
Total	78	40	11	18

Ainda podemos verificar resultados semelhantes, porém menos contrastantes, no quesito “parcerias entre organizações de produtores e prefeituras”, o qual, entretanto demonstra uma mudança de posição entre as Zonas 3 e 4, conforme mostra a Tabela 4, abaixo:

TABELA 4 – QUANTIDADE DE PARCERIAS EFETIVADAS ENTRE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES E PREFEITURAS (POR ZONA)

TIPO DE PROJETO	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4
Desenvolvimento de projetos de infraestrutura	7	4	2	3
Desenvolvimento de projetos produtivos	6	4	2	3
Desenvolvimento de projetos sociais	5	4	2	1
Desenvolvimento de projetos culturais	4	3	2	1
Desenvolvimento de Projetos de proteção ambiental	4	4	2	1
Total	26	19	10	9

Com efeito, quando se considera as instituições governamentais na matriz de análise, a diversidade zonal das capacidades institucionais diminui muito, uma vez que o funcionamento inadequado e a desarticulação caracterizam a grande maioria das instituições governamentais de crédito e de assistência técnica, sobretudo aquelas ligadas às prefeituras. Para se ter uma ideia, quando os representantes das Prefeituras foram indagados se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural ou equivalente prestava assistência técnica aos produtores, observou-se a seguinte distribuição de respostas positivas: na Zona 1 (45%), Zona 2 (60%), Zona 3 (50%) e Zona 4 (67%). Essa constatação favorece nossa hipótese de que as diferenças zonais observadas são o resultado direto da atuação da sociedade civil organizada.

5. GESTÃO DO COLEGIADO

Com relação à tipologia das dinâmicas territoriais, a composição do colegiado reflete uma dialética entre unidade e diversidade, pois evidencia um padrão unitário, a preeminência das organizações da sociedade civil articuladas na plenária, mas varia de acordo com as zonas identificadas. De fato, a Tabela 5 mostra que a representação da sociedade civil é majoritária no colegiado, pois esse segmento detém 57,5% do total dos membros, mas demonstra também que essa preeminência pró-sociedade civil vai caindo na medida em que percorremos as zonas, pois a paridade varia da relação 63% de membros da sociedade civil para 37% de membros dos governos na representação da Zona 1 (Central), para 53,3% contra 46,7% na Zo-

na 2 (Nordeste), 50% a 50% na Zona 3 (Sul) e 42,5% e 57,5% na Zona 4 (Noroeste). Isso revela as relações de poder dentro dessas quatro zonas, a intensa mobilização da sociedade civil na Zona 1 e a fraqueza dos movimentos sociais na Zona 4.

TABELA 5 – PARIDADE DOS SEGMENTOS NO COLEGIADO TERRITORIAL (POR ZONA)

ZONA- MENTO	SOCIEDADE CIVIL		GOVERNO		TOTAL		SC/ GOV
	REPRE- SENTAN- TES	%	REPRE- SENTAN- TES	%	REPRE- SENTAN- TES	%	
Zona 1	29	36,3	17	21,3	46	57,5	1,71
Zona 2	8	10,0	7	8,8	15	18,8	1,14
Zona 3	5	6,3	5	6,3	10	12,5	1,00
Zona 4	4	5,0	5	6,3	9	11,3	0,80
Território	46	57,5%	34	42,5%	80	100%	1,35

Por outro lado, em apoio à nossa interpretação, verificamos que a representação geral no colegiado é maior para as Zonas 1 e 3, pois, a primeira, sendo composta por 11 municípios (52% do total), detém 57,5% da representação e a segunda apresenta uma representação de 12,5 % para 9,5% dos municípios. Por um lado, isso demonstra a capacidade organizacional da Zona Central e, por outro, o fato de Campina Grande, situada na Zona Sul, concentrar a grande maioria dos órgãos federais com assento no colegiado.

Essas diferenças entre zonas se traduziram também na real participação das instituições na vida e no desempenho do colegiado, o que se evidencia pela análise da dinâmica de elaboração dos documentos orientadores do colegiado: Diagnóstico Territorial, Visão do Futuro e Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS). Como podemos ob-

servar na Tabela 6, a participação nas diferentes fases de elaboração desses documentos segue também uma diferenciação por zonas¹⁸. Em termos absolutos, a Zona 1 (Central) apresenta uma participação majoritária na elaboração dos três documentos orientadores, sendo esta maior do que a soma de participações das outras três zonas; por outro lado, em termos relativos observa-se que a Zona 4 (Noroeste) tem o menor número de instituições participantes por município (média de 2,4%) enquanto a Zona 3 (Sul) a maior média (6,7 instituições por município). É a mesma tendência observada anteriormente: o capital social mais desenvolvido explica a preeminência participativa da Zona Central, a baixa participação relativa da Zona 4 sua fraqueza organizacional e a alta participação relativa da Zona Sul o peso das representações dos órgãos federais em Campina Grande.

TABELA 6. TOTAL E MÉDIA POR MUNICÍPIO DE ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E REVISÃO DOS DIFERENTES DOCUMENTOS ORIENTADORES DO COLEGIADO

ZONAS	Nº DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES			MÉDIA DE ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES POR MUNICÍPIO		
		DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	VISÃO DE FUTURO	PTDRS	DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	VISÃO DE FUTURO	PTDRS
CENTRAL	11	66	50	34	6,0	4,5	3,1
NORDESTE	5	23	27	11	4,6	5,4	2,2
SUL	2	16	16	8	8,0	8,0	4,0
NOROESTE	3	7	8	7	2,3	2,7	2,3

O peso da participação das instituições governamentais como um diferencial da Zona 3 é confirmado nos resultados na Tabela 7, que apresenta a porcentagem de participação entre os segmentos da Sociedade Civil e do Governo das diferentes zonas em diferentes fases de elaboração dos documentos orientadores. A Zona Sul é de fato a única que apresenta uma participação maior das instituições governamentais em todas as fases do processo enquanto a sociedade civil é mais presente em média, em qualquer das etapas, nas Zonas 1 (Central) e 2 (Nordeste). Por outro lado, anotamos também uma evolução da participação na Zona 4 (Noroeste), onde houve uma forte mobilização da sociedade civil no início do trabalho (elaboração do diagnóstico), mas no decorrer do tempo esta se esvaziou, equilibrando-se a participação dos dois segmentos.

TABELA 7. PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL E DO GOVERNO ENTRE AS ZONAS NAS DIFERENTES FASES DE ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES.

(Continua)

ZONAS	SEGMENTOS	DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	VISÃO DE FUTURO	PTDRS	MÉDIA DAS FASES
Zona 1	Sociedade Civil	55	60	63	60
	Governo	45	40	37	40
	Total	100%	100%	100%	100%
Zona 2	Sociedade Civil	48	67	68	60
	Governo	52	33	32	40
	Total	100%	100%	100%	100%

18 A tabela 6 apresenta os números absolutos e a média por município de organizações participantes durante as fases de construção e revisão desses diferentes documentos orientadores. Por exemplo, sabendo-se que a Zona Central tem 11 municípios e que 66 organizações participaram do diagnóstico territorial, a média das organizações por município é de 6 organizações. Fizemos a escolha de apresentar esses dados por município porque os números são bastante díspares entre as zonas quando muitas organizações que têm assento no colegiado são representações municipais, como é o caso dos STR, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Prefeitura, CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável). Se não fizéssemos isso, as diferenças observadas poderiam ser a consequência do número de municípios e não do grau de participação das organizações.

(Continuação)

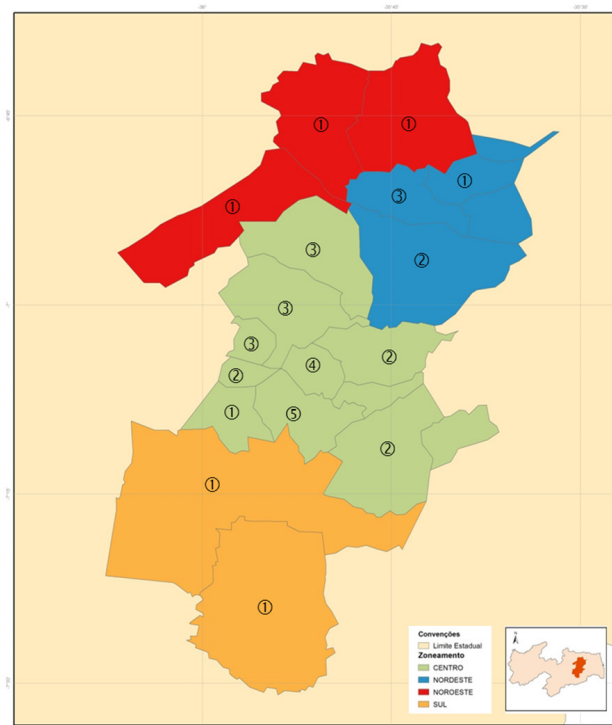
ZONAS	SEGMENTOS	DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	VISÃO DE FUTURO	PDTRS	MÉDIA DAS FASES
Zona 3	Sociedade Civil	38	38	47	44
	Governo	62	62	53	56
	Total	100%	100%	100%	100%
Zona 4	Sociedade Civil	71	50	50	55
	Governo	29	50	50	46
	Total	100%	100%	100%	100%

É interessante anotar também a evolução da participação no decorrer do tempo: todas as zonas registraram uma diminuição dela, passando da fase do diagnóstico para a elaboração do PDTRS, tendência que se observa tanto em relação à presença das instituições do governo quanto da sociedade civil. Já analisamos esse fenômeno em outro artigo, interpretando-o como um indício de que a participação decresce quando se vai do campo das ideias para a prática (Caniello, Piraux, Bastos, 2013b, p. 32).

6. ACESSO A PROJETOS

Uma resultante dessa diferenciação zonal e de seus rebatimentos no “ciclo de gestão” do colegiado, essencialmente a preeminência decisória dos setores mais organizados, é a concentração de projetos de investimento¹⁹ nos municípios da Zona Central, 25 projetos (72%), seguida pela Zona Nordeste, com 6 projetos (Figura 9)²⁰.

FIGURA 9 - QUANTIDADE DE PROJETOS DE INVESTIMENTO (PROINF) POR MUNICÍPIO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA



Fonte: Elaboração própria.

Quando se analisa qualitativamente os projetos, essa constatação fica ainda mais evidente. No que tange à Zona Central, entre as 25 benfeitorias, podemos destacar: (1) seis projetos de segurança hídrica; (2) construção do Mercado do Produtor e do Centro da Mandioca em Montadas; (3) construção de viveiro de mudas e implantação de unidade móvel

19 Projetos financiados através do PROINF (Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais). O PROINF, de responsabilidade da SDT/MDA, é uma ação de inclusão produtiva do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), incluída nos Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015. Tem como finalidade financiar projetos para o desenvolvimento territorial definidos pelos colegiados nos PTDRS (Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável). Apóia com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) iniciativas de municípios, estados e União na forma de investimentos para agricultores familiares de territórios rurais, a partir das demandas priorizadas via Colegiado.

20 Em outro artigo, listamos e analisamos o desenvolvimento de todos os projetos de investimento no Território da Borborema (Caniello, Piraux, Bastos, 2012, p. 23-25).

de extração de mel em Alagoa Nova; (4) construção do Banco Mãe de Sementes e da Escola Família Agrícola em Lagoa Seca; (5) a aquisição de equipamentos para estruturação e ampliação do Núcleo de Beneficiamento de Forragem em São Sebastião de Lagoa de Roça; (6) aquisição de máquinas para beneficiamento de milho e feijão (6 municípios); (7) aquisição de máquinas de beneficiamento e armazenamento de forragem (6 municípios). Na Zona Nordeste: (1) a construção do Centro de Vivência e Apoio à Base de Serviço da Agricultura Familiar no município de Arara; (2) implantação de uma biofábrica para micropropagação de mudas de palma forrageira no município de Areia; (3) aquisição de máquinas de beneficiamento e armazenamento de forragem nos municípios de Arara, Areia e Serraria; e (4) aquisição de máquinas para beneficiamento de milho e feijão no município de Arara. Por outro lado, das cinco benfeitorias destinadas às Zonas Sul e Noroeste, uma refere-se à construção de cisternas e barragens subterrâneas em Campina Grande – entre sete projetos da mesma natureza contratados em 2003, ainda no início do processo de formação do colegiado territorial – e quatro à aquisição de máquinas para beneficiamento de milho e feijão que fazem parte de um só projeto contratado pela Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP).

Quando analisamos mais de perto os projetos destinados às Zonas Sul e Noroeste, verificamos que, de fato, as benfeitorias não foram conquistadas a partir de processos de mobilização decisória no colegiado, mas são resultantes de um rateio entre as prefeituras. No caso do projeto de segurança hídrica, porque já haviam sido deliberados no âmbito dos Con-

selhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e foram simplesmente “territorializados”, quando o governo federal decidiu “territorializar” o PRONAF.

O caso dos projetos da SEDAP é sintomático. O colegiado havia deliberado que as máquinas de beneficiamento de milho e feijão (debulhadeiras) e as máquinas de beneficiamento e armazenamento de forragem (motoensiladeiras) deveriam ser destinadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que as gerenciariam conjuntamente em cada município, já que o resíduo das debulhadeiras serviria como insumo para as motoensiladeiras. Entretanto, houve um alinhamento dos prefeitos, que reivindicaram em bloco as debulhadeiras para as prefeituras, argumentando que “o Polo não pode ficar com tudo”. Assim, construiu-se um acordo entre os dois segmentos (governo e sociedade civil) e não uma decisão formada pela maioria, que realmente defendia o projeto original. O irônico – para não dizer trágico – é que pudemos apurar na pesquisa de campo que as onze moto-ensiladeiras destinadas aos STRs têm sido usadas plenamente pelos agricultores familiares em parceria com os sindicatos, enquanto ninguém dá notícias das debulhadeiras, das quais localizamos apenas uma, depositada na garagem da casa de um prefeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em artigos publicados anteriormente procuramos analisar dois paradoxos na dinâmica do Colegiado Territorial da Borborema: o contraste entre o alto nível do capital social territorial e o baixo desempenho em relação à execução de projetos (Caniello, Piraux, Bastos,

2012) e o divórcio entre o ideário coletivo e as práticas dos atores sociais (Caniello, Piraux, Bastos, 2013b). Neles identificamos cinco ordens de fatores que alimentam esses paradoxos: (1) limites organizacionais do próprio colegiado que redundam em improvisações no que tange a procedimentos básicos; (2) limites na participação dos membros do colegiado, principalmente o absenteísmo e a rotatividade, em decorrência de problemas de representatividade, do “assembleísmo”, da morosidade na execução dos projetos e da burocracia envolvida no seu encaminhamento; (3) questões procedimentais, que têm a ver com a construção interna de regras de funcionamento e de deliberação no colegiado; (4) a falta de um estatuto jurídico que realmente confira autonomia ao colegiado; e, finalmente, (5) constrangimentos ideológicos que pontuam para a preeminência dos meios sobre os fins, da execução sobre o planejamento e da luta política sobre a mobilização produtiva.

Neste artigo procuramos demonstrar que há outro fator dialético no Território da Borborema: uma forte identidade territorial marcada pela agricultura familiar trespassada por diferenciações internas que evidenciam variações zonais sensíveis em termos de capacidades institucionais, participação no colegiado, acesso a projetos e, em decorrência disso tudo, níveis de desenvolvimento opondo as zonas Centro e Sul, mais desenvolvidas, às zonas Nordeste e Noroeste, menos desenvolvidas. Como demonstramos nos artigos citados, a própria dinâmica deliberativa do colegiado, dominada por um “núcleo duro” oriundo da zona central, tende a reproduzir esse processo, perpetuando sua hegemonia no quadro do colegiado e as diferenças entre as zonas que compõem o Território da Borborema. Por outro lado, a zona Sul

tem apenas dois municípios, sendo um deles Campina Grande, que apresenta um dos maiores IDHM do Estado e o maior do Território, ao passo que os IDHM médios das zonas Noroeste e Nordeste foram os que mais evoluíram na última década. Isso demonstra que há vetores políticos e econômicos que transcendem o quadro da política territorial e que talvez sejam mais decisivos para o desenvolvimento local.

Seja como for, conclui-se que, num espaço bastante reduzido, as dinâmicas espaciais e sociais apresentam uma grande diversidade, resultado de condições ecológicas e de trajetórias específicas de cada zona. A hipótese que estruturou a pesquisa, que as diferenças zonais observadas são o resultado direto da atuação da sociedade civil organizada e da concentração dos órgãos federais no grande centro urbano, Campina Grande, foi confirmada.

Contudo, essa diversidade interna – sobretudo as variações espaciais e a hegemonia de grupos de extração subterritorial – é pouco levada em consideração pelos atores locais. A atuação do Colegiado não permitiu assim o reequilíbrio de uma situação altamente desigual, assim como diminuir as dificuldades das zonas deprimidas. De fato, o processo atual de seleção dos projetos, baseado na representatividade institucional e na capacidade de negociação dos representantes durante a assembleia geral, não permite levar em conta as zonas e as pessoas mal ou não representadas. Isto é, esse dispositivo não resolve o problema da exclusão – ou da subordinação – de segmentos minoritários no processo de desenvolvimento territorial.

Essa constatação abre muitas perspectivas sobre o melhoramento das capacidades dos colegiados de entender realmente o seu funcionamento, inclusive os paradoxos dele emergen-

tes, e a integrar melhor os processos de diferenciação interna no território e suas consequências concretas sobre os processos de tomada de decisão. Não compreender essa diversidade pode, de fato, constituir um freio para uma ação coletiva capaz de assegurar mecanismos eficientes de reequilíbrio social e territorial, mesmo no caso da existência de uma identidade comum forte, que realmente é decisiva, mas não suficiente, para a construção de um “destino político comum”.

Trabalho recebido em 15/03/2013

Aprovado para publicação em 20/08/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Conselhos além dos limites”, São Paulo: USP. Estudos Avançados, vol. 15, nº 43, 2001, pp. 121-140.
- ADIB, Alberto Renault. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para planejamento. Brasília, IICA Brasil, 2005.
- BASTOS, V. V. S. Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba. Dissertação de mestrado. UFCG/CH/PPGCS. Campina Grande, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais. Brasília: MDA/ Departamento de Gestão Territorial, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sistema de Gestão Estratégica: documento de referência. Brasília: MDA/SDT, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sistema de Gestão Estratégica: Identidade territorial. Brasília: MDA/SDT, 2011. Disponível em http://sge.mda.gov.br/cai/cai_al/doc/Manual_identidade_07_03_2011.pdf.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sistema de Gestão Estratégica: Capacidades institucionais. Brasília: MDA/SDT, 2011b.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/>.
- CANIELLO, Márcio. O Ethos Brasília: sociologia histórica da formação nacional. Tese de Doutorado. Recife: UFPE/PPGS, 2001.
- CANIELLO, Márcio. A identidade como valor: reflexões sobre o ethos nacional brasileiro. Texto apresentado no Workshop sobre Valores e Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD, 2009. www.mostreseuvalor.org.br/publicacoes/index.php?pagina=5.
- CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; MARTINS, M.F.; BASTOS, V.V.S. Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDS-TR no Território da Borborema (Paraíba). Projeto de Pesquisa para o Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Campina Grande: GEPAD/UFCG, 2009.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. “Capital social e desempenho institucional no Colegiado Territorial da Borborema, Paraíba”, Campina Grande: Revista Raízes, V. 32, Nº 2, 2012. Dossiê V Encontro da Rede de Estudos Rurais: desenvolvimento, ruralidades e ambientalização.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. “Identidade e Participação Social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo”, Estudos Sociedade e Agricultura, Ano 21, V. 1, 2013.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; BASTOS, Valério. “Ideias e práticas na gestão social do Território da Cidadania da Borborema, Paraíba”, Sustentabilidade em Debate, V. 4, Nº 2, 2013b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira, 1976.

DURKHEIM, Émile. “Representações individuais e representações coletivas”, Sociologia e Filosofia. Trad. J. M. de Toledo Camargo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, s/d.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Trad. Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1978.

JARA, Carlos Júlio. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: IICA; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.

OLIVEIRA, José Humberto: “Programa ‘Territórios da Cidadania’: uma estratégia de desen-

volvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica”. Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, Argentina, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Douglas de Sousa; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. “Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais”. Belém: Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. CD ROM (ISBN 978-85-63737-02-1). Junho de 2012.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. “Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Polo Sindical da Borborema”. In: Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: ANA, 2007.

PIRAUX, M; BONNAL, P. “Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB): O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar”. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Ademir A. Cazella, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf organizadores. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WEBER, Max. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. ROTH, G. & WITTI-CH, C. (eds.). Berkeley; Los Angeles; London, University of California Press, 1978 [1921].

WEBER, Max. “Estruturas do poder”, in *Ensaio de Sociologia*. GERTH, H. H. & WRIGHT MILLS, C. (orgs.). Trad. de Walten-sir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 [1921] (Biblioteca de Ciências Sociais).

WOORTMAN, Klaas: “‘Com parente não se neguceia’: o campesinato como ordem moral”, in *Anuário Antropológico* 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UnB, 1990, pp. 11-73.

DAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO ÀS MARGINALIDADES DO LAGO DE SOBRADINHO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E DESENGANO

Edcarlos Mendes da Silva

RESUMO

O presente trabalho discute as novas configurações do mundo rural a partir das transformações ocorridas no entorno do Lago de Sobradinho, considerando as consequências da construção da barragem de Sobradinho e o deslocamento compulsório de boa parte da população de quatro municípios. O percurso das ideias aqui propostas iniciou na pesquisa que deu origem à dissertação de Mestrado, porém alguns pontos foram atualizados e algumas posições amadurecidas. Conclui-se avaliando as consequências da desterritorialização que apagou as referências físicas e psicológicas da população e os impactos do modelo de desenvolvimento imposto a partir de valores exógenos. No entanto, novos fatores (não ligados à desterritorialização) abrem espaço para a esperança, em particular o enorme potencial visto nos mais jovens.

Palavras-chave: Sobradinho – Ruralidade – Território – Desterritorialização.

DES MARGES DU FLEUVE SÃO FRANCISCO AUX MARGINALITÉS DU LAC DE SOBRADINHO : DÉTERRITORIALISATION ET DÉSILLUSION

RÉSUMÉ

Ce travail discute les nouvelles configurations du monde rural à partir des transformations provoquées autour du Lac de Sobradinho, considérant les conséquences de la construction du barrage de Sobradinho et le transfert obligatoire d'une bonne partie de la population de quatre municipes. L'évolution des idées proposées a commencé avec la recherche réalisée pour la dissertation de maîtrise, mais certains points ont été actualisés et certaines positions mûries. En conclusion sont évaluées les conséquences de la déterritorialisation qui a éteint les références physiques et psychologiques de la population et les impacts du modèle de développement imposé à partir de valeurs exogènes. Cependant, de nouveaux facteurs (não liés à la déterritorialisation) ouvrent l'espace pour l'espérance, en particulier l'énorme potentiel des plus jeunes.

Mots-clés : Sobradinho – Ruralité – Territoire – Déterritorialisation.

Mestre em Geografia pela UFBA, com a dissertação “Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e desenganos”, defendida em 2010. Professor da Rede Pública Estadual da Bahia e da Rede Pública Municipal de Remanso-BA. E-mail: edcarlosmendes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1971, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) deu início à construção da barragem de Sobradinho. Em fevereiro de 1977, com o represamento parcial do rio São Francisco, iniciou-se a formação do lago de Sobradinho, concluída em janeiro de 1978, e no ano seguinte, entrou em funcionamento a sua usina geradora de energia.

O lago cobriu uma área de 4.214 km¹, com a expropriação de milhares de imóveis rurais e urbanos. No processo, foram transferidas mais de 72 mil pessoas. Para tanto, houve a reconstrução pela CHESF de quatro cidades sedes dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, assim como redistribuição de terras em compensação por parte dos imóveis rurais submersos. (Pereira, 1987, p.11)².

Estes quatro municípios se situam nas regiões denominadas Médio e Sub-Médio São Francisco (a primeira de Pirapora a Pilão Arcado e a segunda de Remanso a Paulo Afonso). A altimetria varia de 200 a 800 metros, onde se destacam os vales muito abertos, desnudando formas abauladas esculpidas em rochas de alto metamorfismo. A precipitação média anual é de 350 mm, com registros máximos de 800 mm. A temperatura média anual é de 27° C, com evaporação de 3.000 mm anuais, caracterizando o clima tipicamente semiárido.

A paisagem da região é pintada a partir do contraste do rio, com sua carga simbólica, sua vida em movimento, sua riqueza insondável, e a caatinga, vida usualmente adormecida,

com o verde despertar sazonal que traz a esperança de dias melhores, reanima e ilude.

Este cenário natural produz uma fauna rude, como seu meio, mas apresenta sua riqueza peculiar. Poucas gerações atrás, encontravam-se onças e símios variados, capivaras, veados e pássaros exóticos nos recônditos do Vale, animais que eram familiares aos moradores daquelas comunidades, ao ponto de constituírem a sua caça e captura atividades econômicas e moeda de troca, sendo a maioria destinada à alimentação doméstica. Desta combinação de elementos surgiu um tipo humano peculiar, que soube integrar-se às condições naturais, e desenvolver um modo de vida sustentável e equilibrado.

A região do Vale do Rio São Francisco foi ocupada a partir do Séc. XVI, seguindo as trilhas da pecuária, pelo esforço dos desbravadores que semeavam currais ao longo do curso dos rios. Naquelas margens germinaram cidades, formando a cultura posteriormente chamada civilização do gado. Deste modo, constituiu-se a primeira atividade econômica predominante – a pecuária – com pouca demanda de mão-de-obra, o que delineou o perfil do homem da região e sua relação com os recursos naturais. O nativo daquelas paragens fez-se solitário, condicionado a percorrer os ermos da caatinga, sem grandes interações humanas ou econômicas, inclusive com baixo consumo de itens manufaturados, utilizando os produtos do gado para todos os usos que se fizessem necessários, com pouca intervenção na paisagem.

Também a pesca, durante os primeiros séculos da presença branca, outra atividade co-

1 A CHESF também implantou 25 núcleos rurais e sedes distritais, com estradas, energia elétrica e saneamento; neles construiu escolas, igrejas e boa parte das residências (nota da organizadora da revista).

mum na margem do rio, estabeleceu relação de dependência entre rio e homem, na sua singularidade artesanal de prover subsistência; limitava-se quantitativamente e não oferecia risco ao equilíbrio do ecossistema.

A agricultura, presente desde os primórdios como uma necessidade para o provimento familiar, sempre foi complementar à criação, pesca, ou à venda da mão-de-obra para terceiros. O produto das roças geralmente servia para abastecer a própria despensa, e havendo algum excedente, era trocado por outro produto com vizinhos, ou vendido na cidade para a aquisição dos poucos produtos industrializados que se faziam necessários no campo até os anos 1970, quando o consumismo não havia atingido o rural. Costumava-se comprar poucos itens na cidade: tecidos, querosene, ferramentas, medicamentos ou algum outro implemento eventualmente necessário, mas percebe-se que não havia o nível de dependência do campo em relação à cidade que hoje se observa.

1. NOVAS MARGENS, VELHAS ONDAS

A década de 1970 foi marcada por transformações universais, o que já estava no ideário do *outsider*, mas o revolvimento profundo que foi operado na região foi um processo de reconfiguração dos modos de vida, nas instâncias materiais e imateriais, que pouco deixaria incólume para as próximas gerações.

A figura de um Estado forte, impregnado do positivismo da época, interferindo na realidade do São Francisco é visível desde a concepção das barragens em 1945, no governo de Getúlio Vargas, em seguida na constituição da Comissão do Vale do São Francisco, até cul-

minar na construção da barragem de Sobradinho, onde se revela a ação direta do poder federal, subserviente aos interesses das empresas e do grande capital, distanciado e insensível ao povo cuja vida iria transformar.

Um dos pressupostos desta lógica era a ideia de que o país precisava crescer economicamente, aumentando sua produtividade, com o incremento de indústrias de base e fornecimento de matéria-prima. A urgência deste propósito ditava o tom das ações e sua incontestabilidade, no sentido em que teorizaram Milton Santos e Maria Laura Silveira:

O Estado é, portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas, sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas. Nesse período ocorre uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. (Santos e Silveira, 2001)

Deste modo, mesmo uma região mais isolada é forçada a integrar-se nos circuitos mais amplos, perdendo sua autonomia, deixando de ser regida pelas próprias demandas, mas seguindo os ditames do capital.

A crescente demanda daquele momento por energia elétrica tornava-se um problema incontornável. A ampliação da oferta de energia era urgente, e considerando o modelo em uso naquela época, a energia hidrelétrica se apresentava como opção segura, e um excelente mote para a organização de mais um megaprojeto.

A construção das usinas hidrelétricas não é, portanto, uma ação isolada, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem defini-

das no contexto do desenvolvimento capitalista. Não se trata apenas de uma apropriação de recursos naturais, mas a implantação de um estágio mais avançado de “civilização”. Da forma abrupta como se deu a chegada do moderno na região, não poderia haver tempo para o conhecimento mútuo, para o diálogo, para a troca. Outrossim, a chegada da mudança e seus operadores impunham um antagonismo, pois os valores do *outsider* eram diversos e não raramente opostos aos locais.

Naquele momento, apregoavam-se valores como o trabalho especializado, a supremacia do capital, a eficiência, a impessoalidade, a pressa, a burocracia. Tudo isso era visto nas atitudes e palavras das pessoas envolvidas naquele trabalho, e inundava a todos como se ideologia fosse, e como se inevitável fosse a conversão urgente de todos. Cidade nova, terra nova, só fariam sentido se impregnadas de nova mentalidade. Ao caatingueiro não restavam muitas opções de resistência, considerando o predomínio dos interesses do grande capital, sua própria limitação organizacional e desarticulação. A experiência então recente do conflito denominado Pau-de-Colher, quando uma comunidade religiosa no município de Casa Nova desafiou os poderes locais e foi dizimada “pelo governo”, ensinou a lição em relação à resistência ao poder do Estado.

No processo das mudanças, as populações ribeirinhas foram relegadas ao nível de cidadãos de segunda classe, desconsiderados em sua cidadania diante da insignificância de suas vidas, imensamente desproporcional à grandeza da obra nacional. O diálogo e o respeito foram reservados às oligarquias, que oportunizaram o processo em benefício político e latifundiário.

A desarticulação social dos camponeses da região, tomados de assalto pelo imenso aparato estatal, e a incompreensão do que estava acontecendo favoreceram os excessos, injustiças e enganos que permearam a execução do projeto.

As ingerências e falhas neste processo se evidenciaram de modo mais claro na dificuldade de desocupação da área a tempo de cumprir o cronograma, já agravada pela resistência dos camponeses em se estabelecer em regiões de caatinga, muito diferentes das áreas ribeirinhas originais, o que está explicitado nos trabalhos de Siqueira (1992) e Estrela (2004).

Neste cenário, dois processos simultâneos e excludentes revolviam o mundo simbólico e sobretudo a concretude dos modos de vida dos moradores da região: o apagamento de todas as referências físicas, psicológicas e transcendentais resultante da desterritorialização daquelas comunidades, e a forçosa construção de um novo modo de vida, em um espaço diferente e indiferente, com toda a violência simbólica que se nota neste tipo de reterritorialização.

2. ÁGUAS CORRENTES, ÁGUAS ESTANQUES E VIDAS SEDENTAS

É notável, a propósito de tudo o que já se tem dito sobre a região semiárida, que a causa maior da penúria do nordestino não são as condições naturais, mas a gestão que se faz de seus recursos. Colocando de lado por um instante a construção da barragem de Sobradinho, há milhares de pessoas na área cujas vidas não estão relacionadas ao lago de Sobradinho, e sofrem as adversidades do semiárido e limitação no acesso à água, como se não houvesse nas

imediações um dos maiores reservatórios de água do mundo. A despeito de todo o discurso, suas vidas não foram melhoradas pela mega-obra. A ficcionalidade do poder público na área causa muito mais estrago que as intempéries. A histórica ausência de planejamento e ações norteadas pela ineficiência e imediatismo político com sua pirotecnia lançaram durante muito tempo as poucas realizações públicas na treva da inoperância e do esquecimento, ao passo que as vidas de milhares de cidadãos brasileiros se degradavam. O discurso secular que sataniza o aspecto ambiental – a seca – persiste na prática política mesmo nas gerações mais recentes, como se o sertão fosse o purgatório do mundo. Bautista Vidal, prefaciando o livro de Manoel Bomfim Ribeiro (2007) ao estabelecer um detalhado panorama da região, compara aspectos pluviométricos dessa região com outras do mundo, especialmente da Europa, e assevera que o problema reside na evaporação da água e distribuição dos períodos de chuva, não na pouca precipitação, como pensa a maioria das pessoas e sugerem certos discursos oficiais. Existem atualmente em instituições acadêmicas, órgãos técnicos dos governos e organizações não governamentais muitas pesquisas sobre estratégias de otimização da água, armazenando e utilizando-a de modo racional, difundindo técnicas e equipamentos, fomentando a convivência equilibrada com o clima. Muitas iniciativas experimentam técnicas e tecnologias deste tipo, e já acumulam resultados positivos, aliando força de vontade, criatividade e persistência, embora geralmente com recursos limitados; estas pesquisas frequentemente se utilizam da experiência do sertanejo para buscar melhoria de vida com equilíbrio e sustentabilidade.

Mas os sucessivos governos brasileiros não pensavam assim. Desde o Império foram escolhidas as ações mais pomposas, teatrais, imediatistas, e por isso ineficazes. As intervenções são desenvolvidas a partir da pressuposta incapacidade do sertanejo de expressar suas ideias, da inutilidade de suas estratégias de convivência com a seca, da inviabilidade de investimentos pró-sustentabilidade.

Na região, chegam a ser anedóticos os “projetos do governo”, na verdade de governos variados, que efetivamente beneficiam alguns intermediários, mas não deixam resultados duradouros. As barragens e reservatórios das áreas de caatinga são um exemplo. Comuns na década de 1980, eram construídos em sistema de “frentes de serviço” que deixavam recursos e saldo político aos atravessadores políticos e logísticos, restando às comunidades obras de planejamento e execução frágeis, indiferentes aos conhecimentos e vontades dos moradores, de modo que muitos não resistiam sequer a um inverno.

A concepção da barragem de Sobradinho segue nesse tom. Distingue-se em tamanho, e conseqüentemente, tempo de execução, gastos, atingidos... mas contempla a mesma lógica do Estado alienígena, que impôs uma empreitada cujo usufruto não contemplava os prejudicados.

O contingente humano e o aparelho técnico a serviço da CHESF na região eram assombrosos e lembravam uma operação de guerra. A maquinaria pesada, os técnicos com seu falar diferenciado, ambigüidades, incertezas e muito discurso são elementos de um universo em transformação, que confundiam e atordoavam a mentalidade dos moradores.

Mesmo com muitas coisas novas aparecendo, enquanto outras tantas iam sumindo, nos relatos emerge a sensação de que as pessoas não acreditavam que aquilo estivesse acontecendo, como se houvesse um instinto a gritar que não era possível o desaparecimento da terra. Que o rio não poderia subir tanto. Que não era verdade.

O caráter extraordinário do processo – sua dimensão e implicações – pode ser uma causa para o anestesiamiento inicial que se percebe, quando a população não era protagonista no planejamento e execução das ações.

É necessário, entretanto, ponderar que, embora nos canais formais a população fosse a grosso modo ignorada em suas percepções, na escala local existia uma certa sinergia entre alguns setores que operavam em nome da CHESF e os moradores. Para compreender esta aparente contradição é preciso distinguir algumas das diversas faces da CHESF, desde o ambíguo Eunápio Peltier de Queiroz, ora figurando como planejador humanitário, ora agindo de modo igualmente autoritário em relação às populações, e os técnicos que atuavam na linha de frente, em equipes de engenheiros, assistentes sociais, psicólogos e operacionais. No contato direto com as populações, distinguiam-se por suas ações dois tipos de técnicos, aqueles cuja visão se coadunava com a dos superiores, racional, objetiva e distanciada, e outros que integravam grupos de ação mais social, que, sensibilizados com as condições a que foram submetidos os expropriados, agiam em seu favor e chegavam a confrontar os encarregados, e articulando com habilidade, amenizaram o sofrimento da mudança, conseguindo várias pequenas melhorias, de grande significado naquele contexto.

A ação mais organizada e sistemática em termos de crítica e contestação veio da Igreja Católica e dos sindicatos, que gradualmente elevaram o tom, denunciando precariedades nas novas instalações, abusos de funcionários, descumprimento de compromissos, que deram lugar a várias discussões, algumas delas pela imprensa, e eventualmente alguma conquista era alcançada pelos reivindicantes.

D. José Rodrigues, na época bispo de Juazeiro, levantou-se como voz de crítica e contestação ao processo, denunciando os problemas provocados no percurso:

É o progresso do sistema capitalista, provocando grandes ajuntamentos, 20.000, 30.000 pessoas. Terminada a obra, os técnicos partem para outra e o povo fica na miséria e na fome, porque não houve planejamento para sua absorção ou destinação (Lobo, 1984, p. 81).

Em relação às indenizações, por exemplo, a ação da executora foi diversificada, percebendo-se que em momentos e lugares distintos, não havia o mesmo tipo de postura com o interlocutor, motivo pelo qual até hoje muitos amaldiçoam a CHESF, enquanto outros tantos alegam que a mudança não foi problemática, e há mesmo aqueles que apontam ter melhorado seu padrão de vida com a mudança.

No discurso oficial da CHESF, era preciso aceitar o sacrifício em benefício do progresso. Para o engenheiro chefe do departamento de implantação de reservatórios da CHESF:

O sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha

uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão-de-obra. Seria a capacitação das administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados (CHESF, 1982).

Sobradinho não reestruturou as atividades econômicas no recorte, com agricultura “racionalizada” voltada para o mercado. A pesca em larga escala foi um *boom* incipiente que deixou um rastro de degradação ambiental e miséria. As administrações municipais em nada mudaram por conta de Sobradinho. A mudança dos hábitos e costumes ocorreu de fato, mas não se poderia dizer que tenham melhorado a vida das pessoas, sendo superior aos modos tradicionais de vida anteriores.

Se, como já apontado, as decisões governamentais que orientavam o projeto ignoravam a problemática concreta ou imaterial que as pessoas enfrentariam durante seus deslocamentos, sendo estes apenas efeitos colaterais menores, que se dirá da fauna e da flora, num momento em que o ambientalismo ainda dava passos hesitantes em nosso país. De fato, a visão ecossistêmica era então incipiente, e não havia preocupações de resguarda de espécimes vegetais ou animais, o que efetivamente resultou numa transformação ambiental que sequer pode ser aferida hoje.

Diante da carência de estudos empíricos e dados que atestem a degradação ambiental decorrente da construção da barragem, especula-se a partir do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e caatingueiros.

O relato de um então contratado da CHESF, que trabalhou nas operações de patrulha e resgate de animais durante o enchimento do reservatório, em 1978, dá conta de grande quantidade de espécimes, que acuados pela água, instintivamente penduravam-se nas árvores por muito tempo, ilhados à espreita de uma embarcação, tronco, ou algo que fosse a fim de sobreviver. Durante os primeiros meses da cheia do lago, era bastante perigoso para um barco aproximar-se das árvores semi-submersas, dada a grande quantidade de cobras, gatos do mato, raposas e mesmo onças em desespero nos galhos. Supõe-se assim que houve grande quantidade de mortes de animais por afogamento².

A transformação do rio num reservatório de grandes proporções alterou o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos peixes, suas rotinas e ainda com as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies. Efetivamente o pequeno pescador se tornou refém do “atravessador”, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo portanto acessível para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de

2 Sr. José Ventura, entrevista concedida ao pesquisador em 25 de outubro de 2008.

embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca, e absorvem dos pescadores apenas a mão-de-obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma classe hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

Perdeu-se a possibilidade de plantar nas margens férteis naturais do rio, agora submersas, e tornou-se uma aventura plantar na borda que se forma no lago, pois não há cronograma ou sazonalidade de cheia e baixa.

Em março de 1980 foi publicada uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica que a construção da barragem ocasionou na região:

Os problemas que hoje ocorrem na região têm suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o conseqüente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

A tudo isso junta-se outro fato inquietante, ainda não explicado, que é o de extensas áreas agriculturáveis e cidades permanecer inundadas após haver cessado as chuvas. (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, 1980).

Os deslocados pela construção da barragem, no início dos anos 1980, tinham muito a reclamar, pois muitas promessas não haviam sido cumpridas, e surgiam problemas não previstos ou ignorados pelos planejadores, que afligiam a vida em uma área estranha e, não raro, hostil.

Em maio de 1980, um documento assinado pelos sindicatos de trabalhadores rurais aponta as dificuldades e clama por soluções. Na carta, encaminhada à CHESF e governo, listam-se as promessas não cumpridas:

a) cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições;

b) As casas não receberam acabamento (reboco), embora tenha sido organizada grande campanha esclarecendo os perigos do barbeiro, que na época proliferava como nunca;

c) Água tratada e chafarizes nas vilas;

d) Ajuda para roça, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver;

e) Casas de farinha, prometidas, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel de casas de farinha de terceiros;

f) Má distribuição dos lotes, com favorecimento à grilagem;

g) Precariedade das estradas;

h) Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios... (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, 1980).

Algumas poucas reivindicações foram atendidas, mas a grande maioria dos problemas jamais foi contemplada pela executora, relegando as comunidades à sorte, esquecidas e empobrecidas, em nome do progresso.

Em síntese, a partir de tais transformações, em que houve um revolvimento abrupto dos modos de vida, a partir de um projeto público de desenvolvimento, orquestrado pelo Estado a serviço de interesses capitalistas, operaram-se violências diversas, desde o deslocamento compulsório em massa de populações inteiras, a expropriação de terras, o apagamento dos elementos materiais da base de vida e a desterritorialização generalizada.

3. APORTE TEÓRICO

Para possibilitar teoricamente a construção do presente argumento, instrumentalizam-se conceitos das ciências do tempo, do espaço e da sociedade. A já citada ideia de território, na acepção geográfica mais ampla, é aplicada como base para compreender a intimidade do homem com seu chão, numa relação em que, tratando-se do caatingueiro, enraíza-se numa relação de dependência material e da ligação psicológica e ainda transcendental com a terra, o rio, os elementos que o mantêm, que agravam o sentido da desterritorialização operada em função de interesses externos.

O percurso das ideias aqui propostas precede a dissertação de Mestrado *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos* (Silva, 2010), que as condensa, embora pretenda atualizar alguns pontos e amadurecer algumas posições.

Neste sentido, foi adotada principalmente a noção de território proposta por Rogério Haesbaert (2002), na obra *Territórios Alternativos*, que articula a dimensão política e cultural numa sociedade que define seu território, e é por ele definida. O território de um

grupo, seu chão, é sua identidade. Esta identidade territorial é desenvolvida pelos grupos sociais, mas a apropriação e ordenação do espaço são formas de domínio e disciplinação dos indivíduos. Por isso a ênfase no caráter dinâmico do processo de desterritorialização (vinculada à dimensão econômica e política) e reterritorialização (territorialização associada às dimensões política e cultural). As redes associadas com a circulação do capital seriam essencialmente desterritorializadoras, até por terem interesses de desestruturação política.

Complementa-se esta abordagem com o pensamento mais recente de Milton Santos, onde reside, neste caso, a ideia bidimensional de um território – apropriação do espaço – que é físico, concreto, base de produção da vida, e que possui simbolismos que lhe dão sentido. Como ele mesmo explicitou:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p.10).

Embora se verifique mais alusões à mudança das cidades, que carregam o peso da obra, na dimensão material e simbólica, e catalisam os fluxos das populações, é notório que as populações camponesas, em maior quantidade e área territorial, e à época maior peso econômico, são merecedoras de maior cuidado, da mesma forma que receberam maior pressão du-

rante as mudanças. Este recorte de ruralidade é singular, considerando a experiência por que passou a população, de deslocamento compulsório e realocamentos arbitrários, com todas as consequências imagináveis, que resulta em características peculiares na geração atual e seu modo de vida.

Genericamente, o que se possa conceber como mundo rural é hoje uma dimensão da realidade que passou por enormes transformações, a partir da entrada de novas práticas e concepções que configuram na prática uma concomitância de modos de vida antes opostos, o rural e o urbano. É grande o risco de consolidar um conceito totalizante para os modos de vida não citadinos. A dimensão rural se apresenta hoje como uma caleidoscópica sobreposição de territorialidades e noções de realidade da qual a explicação generalizante não dá conta. A heterogeneidade predomina, inclusive entre os chamados “velho” e “novo” rural, como apontado por José Graziano da Silva (Silva *et al*, 2002, p.64).

O universo deste recorte é enorme, tomando a concepção de Brunet *et al* (1992) apud Teixeira *et al* (1997) que amplificam o rural para aquilo que é agrícola e não-agrícola: população, *habitat*, espaço, o que dialoga com a ideia de territorialidade já exposta.

Ou ainda a distinção de Wanderley (2001), que identifica o rural para além do aspecto localizacional, conceituando-o como:

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar

de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Wanderley, 2001, p.01).

De modo que estes espaços e modos de vida não se limitam facilmente às compartimentações convencionais, sendo variáveis e flexíveis, mas intrinsecamente ligados à sua base material, como expôs Abramovay (2000, p.07):

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura (...). Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-la por seu caráter agrícola. Há evidências de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura.

Mas evidentemente o resultado destas transformações, que em sua maioria compõem um fenômeno relativamente recente, é observável, e seus processos podem ser analisados na maioria dos casos. O mundo rural de hoje agrega rupturas e permanências que são gerais e pertinentes à expansão das práticas do capitalismo, às mudanças dos fluxos econômicos, às inovações da técnica, aos novos padrões sociais. Este conjunto de elementos é concreto, visível e universal, mas a busca por peculiaridades em recortes específicos resguarda lições que em muito podem contribuir para a compreensão do nosso tempo. Considerada a mudança

em sua inevitabilidade, e assumindo que os fins geralmente atendem às necessidades capitalistas, resta o questionamento e o protesto em relação ao modo como são impostas as transformações nos modos de vida daqueles que mais perdem no processo.

4. O QUE FICOU DAS ÁGUAS

Pode o capitalismo transformar uma realidade de modo que não fortaleça suas próprias estruturas?

Parece equilibrado dizer que nem os “modernizantes” nem os “modernizados” tinham consciência de suas posições históricas, pois os primeiros não discerniam os interesses e o sentido de suas ações, e os segundos não dimensionavam sua perda e a possibilidade de mobilização e diálogo. A perspectiva do embate de classes em meio à reestruturação dos meios produtivos não parecia evidente.

Há exceções. Muitos técnicos contratados pela CHESF (principalmente as chamadas equipes sociais³) tinham outra visão e outra agenda, preocupando-se com os aspectos humanos e sociais dos expropriados, e chegaram a obter algumas conquistas.

Isto também condiz com a diminuição do Estado diante das forças do capitalismo, em que os direitos dos cidadãos não são ouvidos diante das prioridades governamentais, como resalta Rodrigues (1957, p.115). A sustentabilidade foi relegada a um segundo plano, junto com a sustentabilidade social, num processo global e aparentemente irreversível.

É delicado analisar hoje as ideias que moveram o projeto, num contexto tão diverso do atual, desde a primeira menção legal ao assunto, ainda na Constituição de 1946, até seus desenvolvimentos finais, já nos anos 1980. Muita coisa mudou no mundo, no Brasil, e nas ideias da própria CHESF. A crise do petróleo, que tanto animou o setor hidrelétrico nos anos 1970, não levou ao fim do mundo como se pensava, cessando em menos de uma década. Os governos ditatoriais entregaram o poder político, conduzido agora por interesses empresariais que orquestram os acontecimentos na política nacional. Os movimentos sociais conseguiram avançar, produzir espaços de diálogo, resistências, e mesmo conquistas expressivas.

É preciso um esforço de compreensão para perceber aspectos que emolduram os empreendimentos da época, ao invés da simples e precipitada demonização da CHESF. Não parece razoável crer que um governo – mesmo o militar – concebesse uma operação de tamanha proporção para o mal de sua população, ou que a CHESF por algum motivo tivesse intenções malignas premeditadas ao lidar com a região. Como lembra Andrade (1983, p. 6):

Ninguém pode, em sã consciência, condenar a atitude do Governo Federal fazendo construir essas grandes usinas hidrelétricas, mas devemos lembrar que, ao lado das vantagens produzidas pelas mesmas, ocorreram problemas da maior seriedade, para a população pobre que vivia na região.

Alguns costumes mudaram, não relacionados com Sobradinho, mas ao próprio desen-

3 Segundo Duque (1980) que vivenciou todo o processo, nas equipes sociais precisa incluir agrônomos, técnicos agrícolas, arquitetos, engenheiros, a maioria deles muito dedicados ao serviço da população.

volvimento geral, como a introdução de algumas novas técnicas de produção implantadas na agricultura, na pesca, na pecuária e na pequena produção, produziram um gradual enquadramento da força de trabalho local à adoção de normas, horários, uso da legislação trabalhista, que posteriormente deram aos trabalhadores, mesmo no campo, um aspecto semelhante ao de grandes cidades, no processo de homogeneização que é comum no sistema capitalista. A adoção do relógio de pulso, por exemplo, teve seu maior crescimento na região durante aquele período, representando uma ruptura na relação dos camponeses com o tempo.

Os falares mudaram, se adequando aos novos moradores que chegavam, e com eles toda uma cultura, que não é local, nem de lugar algum, mas um hibridismo que passou a moldar a mentalidade local nos moldes contemporâneos, esmaecendo a peculiaridade da cultura tradicional.

Os resultados deste encontro são efetivamente profundos e irreversíveis, anunciados previamente como “tudo em nome do progresso”, o lema que a CHESF difundia entre os atingidos, que foram submetidos ao conceito, e à sua forma adequados.

Enxerga-se a transformação da vida, a reconstrução das experiências, o lidar com o apagamento da memória e os sentimentos, mas não se pode perder de vista que no fenômeno há o ponto mais imediato, que foi a transformação da base física sobre a qual ocorriam as atividades de subsistência, os arranjos sociais e a formação do indivíduo. Um movimento radical como este implica em conflitos diversos, que devem ser explicitados, para evitar o apagamento, e a falsa ideia de uma realidade pacífica e homogênea como a superfície do lago de Sobradinho.

E é de fato impossível esquecer que no universo rural da região persistem as desigualdades, a limitação no acesso a crédito, a violência, as dificuldades em implantar novas técnicas e tecnologias para o convívio com o semiárido, e a dificuldade de articulação social.

É relevante que, embora o interesse capitalista tenha sido o motor das transformações ocorridas no entorno do lago de Sobradinho, e todo o discurso modernizando que o acompanhou tenha tido êxito em consolidar a imagem do Vale do São Francisco como modelo de desenvolvimento regional, efetivada com a instalação de uma área de interesse para o agro-negócio centralizada no bipolo Juazeiro-Petrolina, nem o discurso nem a transformação alcançaram os municípios do “fundo” da micro região, parte de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, justamente aqueles que margeiam o lago e que mais foram atingidos durante a construção da barragem.

O esquecimento estatal não foi casual, mas resultado de uma política de concentrar esforços em uma área, em detrimento de outra. Na prática, perpetua-se o costume brasileiro do trato desigual, visto durante os deslocamentos compulsórios nos anos 1970, quando se efetivou o conceito de “cidadão de segunda categoria” mencionado por Rubens Siqueira (1992), e nas duas décadas seguintes, quando se aplicou a noção de “municípios de segunda categoria”.

O absentismo estatal, alternado com políticas públicas ineficientes, até aproximadamente o final dos anos 1990, provocou um lapso de desenvolvimento naqueles municípios, evidenciado na disparidade da presença estatal nas várias partes da região. Investimentos e ações públicas que impulsionaram o bipolo fi-

caram restritos à sua área. O tradicional discurso do combate à seca e à pobreza foi mote para embustes que visavam empreguismo, favorecimento de aliados e fortalecimento das redes de mandonismo locais. A resistência das antigas formas de troca de favores, aquela arcaica “política dos governadores” foi um entrave para o desenvolvimento regional, interesse de antigos grupos políticos nativos e conveniência para o projeto maior do Estado da Bahia.

Pelo lado da iniciativa privada, o fomento à instalação de projetos agrícolas, indústrias e toda economia indireta envolvida foi decisivo para o crescimento de Juazeiro e Petrolina, inclusive com o intenso uso do *marketing* para a atração de investimentos, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O agronegócio, não obstante toda a problemática que agrega, trouxe consigo mudanças – oferta de emprego, primariamente – que são consideradas positivas no cômputo geral e que fazem as populações e lideranças das demais cidades desejarem intensamente os projetos de irrigação e outras empresas agrícolas de Petrolina e Juazeiro. Supostamente por razões de logística e outras dificuldades técnicas, as empresas agrícolas não se interessaram pelos municípios do “fundo” do Vale (Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé), aumentando o vácuo das atividades produtivas da região, já que as atividades tradicionais historicamente praticadas pelas populações rurais foram extremamente prejudicadas com o deslocamento compulsório e expropriações de terra.

Aos mais abastados coube o aumento da área de terras, o acesso à borda do lago de Sobradinho, a prática da pecuária, e as possibilidades de crédito junto aos bancos e órgãos de

fomento, facilitados pelos contatos políticos nas instâncias superiores. Os mais pobres perderam a possibilidade de manutenção dos seus modos de vida, a sua terra e as poucas benfeitorias não indenizadas, as redes de relacionamento por vizinhança, a territorialidade e a segurança que dava perspectiva de futuro.

Neste cenário, a maior das batalhas travadas foi promovida por instituições de diferentes cunhos em favor do protagonismo social das comunidades, sobretudo as rurais, batalha iniciada ainda no processo da construção da barragem, pela Igreja Católica, que teve papel preponderante na resistência aos excessos praticados pelos prepostos da CHESF, e à época obteve importantes vitórias em favor das comunidades da região. Posteriormente, várias entidades se esforçaram neste sentido, a exemplo da Articulação do Semiárido - ASA, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Associações de Moradores, e iniciativas mais isoladas de outras instituições e pessoas interessadas na articulação social e formação daquelas comunidades. O sucesso em incorporar novas noções de organização social, convivência com a natureza, modos de produção, e a própria inserção das pessoas nos novos modos de vida serão cada vez mais determinantes para o futuro destas comunidades.

É neste campo de batalha que se definirá o futuro da ruralidade regional. A redefinição da identidade camponesa é um pressuposto para os avanços que farão o campo persistir e progredir. A resistência dos camponeses a novos conceitos é conhecida e de difícil superação. São pessoas que herdaram das gerações anteriores o medo da força coercitiva dos antigos do-

nos do poder, e os preconceitos no discurso da predisposição à subserviência, a demonização da seca, a recusa pela educação formal, a desconfiança com o novo, e viram o poder do Estado em dismantelar a ordem das coisas de modo abrupto e incontestável. Romper com esta mentalidade é um processo lento e difícil, que está em andamento, principalmente através da informação e da educação formal, que aos poucos fazem as novas gerações um pouco mais cientes da sua própria cidadania e da sua força social.

Em relação à política de construção de barragens, passadas mais de quatro décadas, pouca coisa mudou, haja vista o exemplo de Belo Monte, o mais notório nos tempos recentes, que em comparação com Sobradinho revela as mesmas motivações capitalistas, a falta de diálogo com as populações ou com seus representantes institucionais, já que o instrumental do Poder Judiciário é suplantado pelo imperativo da determinação do Poder Executivo, e o Poder Legislativo não participa das discussões, em uma ausência conveniente embora vexatória. Mesmo o aparato da legislação e do ativismo ambiental, fortalecido nas últimas décadas, consegue na melhor das hipóteses, amenizar as agressões ecológicas e retardar a implantação das obras.

As discussões em torno das reparações continuam intensas a cada novo projeto, já que governantes e executores insistem em supervalorizar a obra e seus benefícios, com a resultante depreciação dos moradores, suas propriedades e suas vidas.

Percebe-se ainda que apesar de toda a informação e de todo o aparato legal, e mesmo o grau de apoio que os movimentos sociais recebem, persiste uma situação em que não se consegue organização popular e força de resis-

tência para deter os novos projetos, geralmente impostos pelo Governo Federal, de discurso esquerdista e anticapitalista.

Por conclusão, chega-se a três pontos:

Primeiro, a desterritorialização – com o apagamento de todas as referências físicas e psicológicas e a construção de um novo modo de vida - atingiu todos, ricos e pobres. Mas os ricos fazendeiros tinham capital para se reorganizar, e o fizeram entre outros abrindo lojas de construção. Assim os grupos mandatários oportunizaram as mudanças para manutenção das configurações de poder à sua conveniência, de modo que as estruturas sociais permaneceram, com as oligarquias agora de posse de novos trunfos e as classes trabalhadoras enfraquecidas pelas perdas e humilhações.

Segundo, a violência do processo e sua pressa precipitaram o curso de um modelo de desenvolvimento imposto a partir de valores exógenos e à custa da marginalização dos saberes tradicionais dos povos da região.

Terceiro, apesar de toda a riqueza gerada a partir do negócio da energia elétrica, oriundo de recursos naturais e à custa de alto preço das populações locais, não houve retorno concreto para os vitimados pela obra.

De modo que há uma nova ruralidade, um novo arranjo social e novas atividades produtivas, além de todas as transformações simbólicas, mas é temerário comparar este rural com outros recortes, onde houve tempo, mediação, e menor truculência do sistema e do Estado.

Ainda assim, há sinais alvissareiros, nenhum associado a Sobradinho. O acesso da atual geração à leitura e ao conhecimento a diferencia enormemente dos seus pais, que testemunharam os eventos decorrentes de Sobradi-

nho com pouca informação e compreensão do processo. A chegada de novas tecnologias de comunicação (televisores, celular, internet) somada ao incremento educacional das novas gerações são elementos importantes para a transformação da realidade e melhoria das condições de vida e produtividade. O surgimento de legislações e arranjos institucionais como Área de Proteção Ambiental do Lago de Sobradinho, Territórios de Identidade, Territórios de Cultura, entre vários outros, promove a articulação social e o diálogo interno e externo. O fortalecimento das atividades econômicas rurais diversificadas e novos arranjos produtivos além de novas ações governamentais de incremento de renda abrem novas possibilidades de melhoria de vida.

A soma destes fatores com os esforços de instituições como as citadas abrem espaço para a esperança, fortalecida pelas constatações de transformações positivas já operadas, e pelo enorme potencial visto nos mais jovens, que com o aporte do conhecimento formal e a riqueza do repertório cultural do seu povo poderão construir um novo modelo de vivência que equilibre a harmonia natural e a inserção em sistemas produtivos eficientes, justos e sustentáveis.

Trabalho recebido em 11/03/2013

Aprovado para publicação em 22/02/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social. São Paulo, Rio de Janeiro: FEA PROCAM/USP, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. [Publicação bimestral da Diocese de Juazeiro, Bahia – 1975-1983]. Números 22-32. Juazeiro-BA. 1980.

CHESF. *Sobradinho: novos horizontes para o sertanejo*. VEJA. São Paulo, nº 637, 30/06/1982. pp. 112-113.

DUQUÉ, G. *Casa Nova: interventions du pouvoir et stratégies paysannes; un municipe du sertao bahiano, à l'heure de la modernisation*. Tese de doutorado de 3o. ciclo, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1980.

ESTRELA, Ely Souza. *Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fevereiro de 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Contexto, 2002.

LOBO, Luiz. *Nordestinos*. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica Ltda, 1984.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. *O papel da Igreja na resistência camponesa de Sobradinho*. 1987. 121 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. *A potencialidade do semi-árido brasileiro*. Brasília: Qualidade, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica*. Vol.1. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. *Território e Dinheiro*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

SILVA, Edcarlos Mendes da. *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desganhos*, 2010. 320f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, J. Graziano da; GROSSI, M. E. del; CAMPANHOLA, C. *O que há de realmente novo no rural brasileiro*. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

SIQUEIRA, Ruben. *Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. João Pessoa, UFPB / Mestrado de Ciências Sociais, 1992, p. 50, (mimeo).

TEIXEIRA, M. A., LAGES, U.N. *Transformações no espaço rural e a Geografia rural: ideias para discussão*. Revista de Geografia. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo: Ed. da UNESP, v.14, 1997.

WANDERLEY, M. de N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Inédito: Recife, 2001.

OS “EMPODERADOS” DA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Denes Dantas Vieira

RESUMO

O artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida em dois territórios da cidadania do Rio Grande do Norte: Sertão do Apodi e Seridó, com o objetivo de analisar as trajetórias sociais e as disputas de seus agentes por diversas formas de capital, com base nos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu. O campo de relações da agricultura familiar nos dois territórios foi estudado de forma a identificar os conteúdos do discurso dos agentes. O termo “empoderado” foi identificado como designando aqueles que conseguiram se destacar, sendo, de fato, os grandes beneficiados pelas redes de sociabilidade e suas instituições.

Palavras-chave: Empoderamento; *Habitus*; Campo; Capital Social.

LES “DOTÉS DE POUVOIR” DE L’AGRICULTURE FAMILIALE

RÉSUMÉ

Cet article résulte d’une recherche développée dans deux territoires de la citoyenneté du Rio Grande do Norte: Sertão do Apodi e Seridó, dans le but d’analyser les trajectoires sociales de ses agents et leurs disputes pour diverses formes de capital, à partir des concepts du sociologue Pierre Bourdieu. Le champ de relations de l’agriculture familiale dans les deux territoires a été étudié de forme à identifier les contenus du discours des agents. Le terme « dotés de pouvoir » a été identifié comme désignant ceux qui sont arrivés à se détacher et qui sont, en fait, les grands bénéficiaires des réseaux de sociabilité et de leurs institutions.

Mots-clés: Dotés de Pouvoir; *Habitus*; Champ; Capital Social.

Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br.

1 O presente artigo é parte da Tese de Doutorado defendida pelo autor em 2013, através do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou nesse trabalho foi desenvolvida a partir do estudo das trajetórias sociais dos agentes políticos e sociais da agricultura familiar nos territórios da cidadania do Seridó e Sertão do Apodi no Rio Grande do Norte. Para analisar as trajetórias das lideranças foram realizadas entrevistas com lideranças de organizações e projetos desenvolvidos nos municípios que compõem os dois territórios, Seridó e Sertão do Apodi.

A escolha do percurso da entrevista, locais e entrevistados, buscou identificar as lideranças que compõem o campo de relações políticas desse segmento social. As entrevistas focaram em algumas das principais lideranças nos territórios, onde foram importantes os depoimentos de agentes sindicais, religiosos, políticos com mandatos de vereadores, prefeito, educadores populares e dirigentes de Organizações Não Governamentais.

A proposta do artigo é priorizar as análises da pesquisa empírica realizada com propósito de contribuir com os estudos sobre a ação política dos grupos sociais, que compreendem a agricultura familiar enquanto categoria de ação política. O desenvolvimento das análises se restringe aos conceitos teóricos e metodológicos, *habitus*, campo e capital, do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

A opção pelos conceitos operacionalizados, através da abordagem sociológica de Pierre Bourdieu ajuda na ampliação dos estudos sobre uma teoria da prática social. Os agentes pesquisados, suas trajetórias e o acúmulo de variadas formas de capital por eles usadas em um determinado campo relacional, agricultura

familiar, revelam um universo analítico onde a pesquisa acadêmica tem a oportunidade de problematizar novas possibilidades de estudos para a área rural.

A análise de conteúdo das entrevistas mostrou na pesquisa uma grande riqueza na forma como os agricultores familiares e suas lideranças se organizam e se dividem nas disputas de poder e nos processos de hierarquização no interior de seu campo de relações. O artigo também colabora com o entendimento da dialética existente entre os agentes da agricultura familiar e suas instituições de base, no sentido de alargar a compreensão dos pesquisadores e dos próprios agentes envolvidos para seu papel social e político na sociedade.

1. TEORIA E PRÁTICA SOCIAL

O chamado campo de relações para Pierre Bourdieu é parte fundamental da explicação que sua sociologia intitula de “poder relacional”. Nessa perspectiva teórica, as formas de poder residem nas relações que os indivíduos, ou agentes, acumularam ao longo de suas trajetórias sociais. Enquanto que por um lado o agente adquire poder, formas variadas de capital, em suas relações, por outro lado a matriz institucional revela características de um *habitus* formador.

O conceito de *habitus* é apresentado como um conjunto de disposições culturais, mecanismos de ação que o indivíduo adquire ao longo de sua trajetória social. Através desse conjunto de disposições flexíveis, os agentes criam estratégias, não necessariamente algo racionalizado, e assim fazem uso de variados recursos, que são usados nos campos de relações de seu espaço social.

O *habitus* não condiciona ninguém a agir de uma forma ou de outra, ele apenas é usado como recurso pelos agentes no momento da tomada de decisão. O *habitus* é um “gerador de práticas sociais”, sendo que o agente usa esses dispositivos culturais internalizados no processo de experiência social, para viver na sociedade, nos grupos que ele conhecerá em seu percurso presente e futuro.

Para compreender essa abordagem, Bourdieu (2011b) também propõe a noção de campo, que é desenvolvida no aspecto das estruturas que exercem coação sobre o agente. Através de uma consciência social exterior e autônoma às vontades individuais, o campo é identificado como parte da estrutura condicionadora da socialização. É através do campo que se tem a sensação de estar em um “mundo pronto”, restando apenas a acomodação.

Nós vivemos em campos de relações, ou campos relacionais, logo que para Bourdieu (2011a) tudo é relacional, e a vida social é concebida através de relações entre os agentes nos espaços sociais e no interior desses mesmos campos. No nosso caso, estamos analisando um campo específico, que chamamos de campo da agricultura familiar. Para uso metodológico, falamos aqui em dois campos de relações da agricultura familiar localizados em dois espaços sociais, respectivamente referidos nos territórios do Seridó e Sertão do Apodi.

Nesse debate, cabe ao *habitus*, através do acúmulo de formas diferentes de capital (social, humano, econômico e simbólico) fazer com que o agente percorra os campos existentes em seu espaço social. O *habitus* pode, de

acordo com a trajetória de cada agente, dotá-lo de poder para ser usado em um ou vários campos relacionais. A posição de cada agente no interior de um campo será definida pela quantidade de capital que ele conseguir acumular.

No debate teórico travado por Bourdieu, os agentes podem acessar alguns tipos de capital: o capital econômico, que seria identificado pela quantidade de bens materiais e recursos financeiros acumulados; o capital cultural, definido pela formação e quantidade de recursos humanos conquistados; capital social, caracterizado pela quantidade de relações estabelecidas por meio de cooperação, reciprocidade e pertencimentos mútuos adquiridos através dos processos de socialização.

Por último, Bourdieu destaca o capital simbólico, que é resultado do acúmulo por parte dos agentes de alguma das outras formas de capital já relacionadas. O capital simbólico é adquirido através do reconhecimento dos demais agentes no interior de um campo de relações no espaço social.

As categorias de *habitus*, campo e capital desenvolvidas a partir da teoria relacional de Pierre Bourdieu são consideradas conceitos teóricos e metodológicos. O debate conceitual apresentado aqui orienta o pesquisador nas análises e nos procedimentos de coleta de dados. Para a construção da metodologia de pesquisa é caracterizado aquilo que o artigo chama de matriz de compreensão institucional², ou seja, um procedimento de estudo da trajetória social dos agentes da agricultura familiar nos dois territórios, Seridó e Sertão do Apodi no Rio Grande do Norte.

2 Para Bastos (2006), Instituições são estruturas sociais que regulam e dão sentido à vida das pessoas, podendo ser representadas por uma organização (institucionalizada) e/ou regras formais e informais.

A matriz de compreensão institucional foi construída para as análises do presente artigo através da identificação das instituições prevalentes nas trajetórias das lideranças da agricultura familiar. As instituições que mais influenciaram a formação dos agentes são consideradas prevalentes na formação de seus *habitus*, seja individual ou coletivo. A pesquisa com os agentes entrevistados fez o percurso metodológico para compreender: qual e como o trabalho de organização social realizado nos dois territórios possibilitou a formação de um campo de relações políticas da agricultura familiar?

O propósito do artigo é analisar a constituição de um campo de relações políticas; nesse caso fala-se dos agentes que lideram as organizações sociais da agricultura familiar. A ideia é identificar como esses agentes acumularam diferentes formas de capital (social, cultural, humano, simbólico) ao longo de suas trajetórias, ou seja, como a formação de um *habitus* pode revelar as diferenças e semelhanças existentes no campo de relações da agricultura familiar.

No interior de um campo de relações, os agentes usam os tipos de capital presentes em seus *habitus* para exercerem poder. As regras e as normas de um campo de relações são orientadas pelos agentes melhor posicionados na hierarquia do campo, e a posição dos agentes é referendada pela qualidade e quantidade de capital que eles conseguiram acumular e que usam em suas relações.

As trajetórias dos agentes da agricultura familiar nos territórios estudados revelam uma teia de alianças, negociações e a construção de redes de socialização, que são resultados do capital social produzido pela formação de um *habitus* coletivo e também individual. Esse mes-

mo capital é realimentado ao longo das atuações dessas lideranças e suas instituições no campo de relações por elas construído.

3 SOBRE USO DAS NOÇÕES DE ESPAÇO SOCIAL, AGENTE E TERRITÓRIO

As fronteiras de atuação do presente trabalho são circunscritas ao que se entende como território, pois o recorte da pesquisa tem como base as relações sociais das lideranças da agricultura familiar construídas nos territórios. Essa é a noção de área de atuação adotada também pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), na promoção de políticas públicas.

O conceito de território ganhou densidade a partir da década de 1990, (FAVARETO, 2010). Segundo Ricardo Abramovay (2003, p. 3), os territórios “se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais”.

Neste artigo, parte-se da ideia de território enquanto espaço socialmente organizado, onde se configura um ambiente político institucional particular à atuação de agentes sociais que, através de seus projetos de poder, constroem relações e ocupam lugares, posições em uma contínua concorrência por reconhecimento e visibilidade.

O presente trabalho faz uma analogia, uma aproximação, entre conceitos, não necessariamente iguais, entre o que Bourdieu chama de espaço social e território. Os espaços so-

ciais são lócus privilegiados das relações entre os mais variados agentes, são como recortes de diferentes partes que se complementam e se imbricam na construção da vida social. Em *Coisas Ditas*, Bourdieu (2011b, p. 153) compara os espaços sociais a espaços geográficos:

É possível [...] comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão.

Os agentes da agricultura familiar nos territórios do Seridó e do Sertão do Apodi percebem nesses espaços e os veem como parte integrante de suas trajetórias. Os limites para a atuação desses agentes estão delimitados através de cada território, sendo por excelência a arena do protagonismo e de suas relações compartilhadas. Os espaços sociais são multireferenciados e têm nas trajetórias de seus integrantes as respostas que explicam as propriedades em comum necessárias à estruturação de um campo específico de relações.

Outro aspecto teórico-metodológico importante - e aqui tem caráter operacional - é referente ao uso da categoria "agente". O agente em Bourdieu é concorrente, e disputa posições na hierarquia de um campo de relações. A luta por interesses move os diferentes agentes. O poder de classificar, de nomear é o objetivo perseguido no interior dos campos de relacionamento de determinado espaço social.

O agente, nessa visão, é dotado de poder e ao mesmo tempo é concorrente perante os demais agentes integrantes de um campo.

É utilizada, neste trabalho, a noção de agente para expressar o poder de liderar. Apesar de todo agente, independentemente de seu papel na hierarquia do campo, exercer algum poder, as lideranças da agricultura familiar são, aqui, compreendidas como agentes líderes.

Os agentes com atuação no Seridó e no Sertão do Apodi percebem os territórios não somente como recortes geográficos, mas como espaços de relações sociais compartilhadas, espaços de disputa, de atuação para a execução de seus projetos de poder. Nesse espaço social se inserem vários campos, entre eles o da agricultura familiar, e seus agentes se encontram para dotar o território de sentido, ou seja, este é percebido e constituído pelas práticas sociais dos que dele fazem uso.

As lideranças da agricultura familiar são agentes sociais e políticos no interior de seu campo de relações e no espaço social em que atuam. Toda liderança é um agente, mas nem todo agente é, deseja ou tem a oportunidade de liderar os processos de organização social nos territórios pesquisados. Os agentes líderes são os que detêm o reconhecimento dos demais agentes no campo, possuem legitimidade para representar e falar em nome de um grupo e são respeitados por serem conhecedores das regras e normas de funcionamento do campo.

Os agentes desenvolvem algum papel de mobilização e articulação política, seja no sindicato, seja na associação, seja na Organização Não Governamental, e têm funções de liderança no campo de relações da agricultura familiar nos territórios. Constatou-se que os assessores e dirigentes de ONGs não se limitam a executar políticas públicas e mediar processos. A pesquisa constatou que as ONGs também atuam

como representantes dos agricultores familiares e disputam com os dirigentes sindicais e de associações rurais o direito de representar o segmento, de falar em nome de uma comunidade, de um grupo. Os agentes líderes estão à frente das redes de articulação que circulam no campo. Rede e agentes são compreendidos como conceitos operacionais, metodológicos, através dos quais as relações sociais no campo e no espaço social são estruturadas.

2.1 OS TERRITÓRIOS DO SERIDÓ E SERTÃO DO APODI

Os agentes do campo de relações da agricultura familiar nos territórios do Seridó e Sertão do Apodi costumam fazer severas críticas ao Programa Territórios da Cidadania. Há muitos questionamentos em relação à forma como a política territorial vem sendo executada, atualmente, pelo Governo Federal.

De fato, a política territorial, pelo menos no caso do Rio Grande do Norte, tem sofrido alguns reveses. Os Territórios da Cidadania, antes chamados de Territórios Rurais, estão estagnados desde meados de 2011. O Governo Federal suspendeu repasses, devido a questões relativas à prestação de contas, o que em muitos casos ocasionou a suspensão das atividades dos articuladores territoriais ou a execução das propostas deliberadas pelos Colegiados Territoriais para os municípios.

O Mapa 01 mostra o Rio Grande do Norte dividido a partir da concepção da política territorial e identifica 10 territórios potiguares: Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açu/Mossoró, Seridó, Sertão Central Cabugi, Mato Grande, Trairi, Potengi, Terra dos Potiguares e Agreste Litoral Sul.

MAPA 1 – MAPA DOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: Jessica Oliveira Domingos – Tecnologia em Gestão Ambiental.

O Sertão do Apodi tem uma área de 8.280,20 Km² e representa os municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sépt Rosado.

A população total do território é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a 35,48% do total. O território possui 9.152 agricultores familiares e 2.860 famílias vivendo em áreas de assentamento rural destinadas à reforma agrária, contando também com uma comunidade quilombola.

O Seridó possui uma área de 10.954,50 Km² de extensão e abrange 25 (vinte e cinco) municípios, quais sejam: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruze-

ta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

É a partir da ideia de território que os agentes se referem aos espaços sociais nos quais atuam. Um ambiente institucional foi sendo forjado para dar legitimidade a ações, programas e projetos de um variado grupo de agentes nesses territórios.

No caso do Seridó, o território já é “o território”, no sentido de que antes da política territorial, o Seridó já era Seridó e assim identificado e concebido por seus agentes. No caso do Sertão do Apodi, essa concepção existia de forma frágil e isolada, foram a política territorial e seus desdobramentos que na década de 2000 produziram sua legitimidade. Se perguntar para a população desse território qual é o significado do Sertão do Apodi, certamente não se identificará reconhecimento para essa concepção de espaço.

3. SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS AGENTES

A pesquisa que resultou no presente artigo buscou identificar e compreender o lugar do capital social nos territórios, considerado o principal produto e reproduzidor das relações sociais em questão, e como o capital social, enquanto recurso de poder, foi utilizado pelas disposições culturais que cada agente tem para agir com base no *habitus* adquirido, na formação de um campo de relações. A luta simbólica entre os agentes nos territórios emerge das re-

lações que eles processam no campo de poder da agricultura familiar.

A identificação de matriz de compreensão institucional dos agentes da agricultura familiar nos territórios pesquisados é alicerçada na atuação da tríade Igreja, Sindicato e Partido Político, tanto no Sertão do Apodi quanto no Seridó. A presença da instituição Igreja é crucial para os processos analisados no presente trabalho.

Enquanto no Sertão do Apodi a Igreja foi instrumentalizada pelos agentes em torno de seus projetos, ou seja, serviu como base e ferramenta do processo de empoderamento para a luta no campo de relações constituído no território, no Seridó, a Igreja e seus tentáculos de atuação ainda persistem. No Seridó, a Igreja mesmo sem a mesma força de antes, se não pela força política mas pela força da tradição, tem enorme poder coercitivo sobre suas “crias”, ou seja, sobre os agentes dos quais ela continua pensando ser responsável.

3.1. NO SERIDÓ

No Seridó, identificou-se um espaço social erguido sob a forte influência da religiosidade da Igreja Católica. Falar do Seridó é se perguntar como uma instituição religiosa conseguiu de forma tão contundente contribuir com a estruturação da vida social de toda uma população. O discurso do seridoense é regido pela necessidade de compartilhar um território, de produzir e inventar símbolos e significados comuns. Assim, dizer-se seridoense é antes de tudo uma estratégia de sobrevivência e ocupação de um lugar no mundo.

Não diferente dos demais campos que estruturam o território do Seridó, o campo de relações da agricultura familiar recebeu forte influência da Igreja Católica. A instituição Igreja, com seus órgãos de atuação e o poder de uma religiosidade, teve como principal função no campo da agricultura familiar produzir laços de identidade compartilhados entre os seus agentes.

A Igreja Católica foi fundamental para criar um ambiente favorável ao surgimento de lideranças da agricultura familiar. Esses agentes líderes são oriundos das comunidades rurais assistidas pela Igreja, através de suas ações de formação política e social no território. Foi constatada pela pesquisa a presença de uma Igreja bastante ativa, a partir da década de 1950, atuando de maneira a criar e organizar os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do território.

A sindicalização dos agricultores era incentivada como forma de garantir a influência da Igreja sobre o território. Em grande parte isso era explicado pelo receio com o avanço das Ligas Camponesas, que na década de 1950 se aproximavam do Seridó pelo Estado vizinho da Paraíba. A Igreja Católica tornou-se assim a instituição central de uma matriz que estruturou a trajetória social dos agentes do território.

Através da centralidade da instituição Igreja e de todo o legado cultural cultivado pelo Seridó, o sindicalismo rural do território adquiriu traços políticos que remetem a uma insistente tradição que seus agentes propagam. O sindicalismo rural do Seridó influenciou a trajetória de seus agentes na perspectiva de formar lideranças tradicionais, com uma atuação muito voltada para as relações produzidas, quase

sempre, no âmbito do próprio território ou de seus municípios.

O Seridó, por si só, é uma rede de articulação política, um espaço de poder construído e defendido por seus agentes. Tem-se a impressão de que eles se relacionam com os demais espaços de articulação fora dos limites do Seridó, por ser inevitável, uma vez que, se pudessem, evitariam. O Seridó se basta para os Seridoenses.

O campo da agricultura familiar do Seridó é homogeneizado pelo poder seridoense, tratando-se de um recurso simbólico usado, como já dito, também para intimidar seus concorrentes e produzir visibilidade no espaço social circunscrito do próprio território e do espaço social ampliado de atuação no Rio Grande do Norte.

A construção desse campo teve a contribuição da força da Diocese de Caicó, onde, a partir da década de 1950, as paróquias serviram de apoio para a criação de sindicatos. Já nas décadas de 1980 e 1990, o desempenho da Igreja ficou sob a responsabilidade de seus órgãos e serviços de atuação para a questão social, tendo papel importante na organização das relações de um campo político para os agentes da agricultura familiar.

Por muito tempo, a Igreja Católica do Seridó priorizou a criação de associações rurais e a formação de novas lideranças no território. Já em meados dos anos de 1990 e início do novo século, a harmonia desse campo foi quebrada com o estabelecimento da rivalidade dos antigos parceiros. De um lado, a Igreja, e do outro, a sua criatura, os sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte/FETARN. Em disputa figurava a

rede de associações, que em parte foi criada e incentivada pela atuação da Igreja no território, mas que sem a legitimação dada pelos sindicalistas, possivelmente, não teria ocorrido.

A concorrência pelo “poder de nomear”, de oferecer sentido, falar em nome desse campo de relações em disputa tornou-se conflituosa em demasia para os mais tradicionais agentes da agricultura familiar do Seridó. Os agentes, não mais satisfeitos com suas conquistas até então, intensificaram a luta por novas posições no espaço social ampliado do território, o que ocorreu devido às ambições produzidas pelas disposições de seu *habitus* em atuar no campo da política partidária.

A partir de então, é celebrada uma parceria, formada por grupos aliados em torno da política partidária, movimentos sociais e algumas das principais redes de articulação, envolvendo ONGs, sindicatos, associações etc. Disso, resultou a construção de uma grande estrutura de reprodução do poder desses grupos, proporcionada, também, pela execução do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), que na década de 2000 foi intitulado, no Rio Grande do Norte, de Programa Desenvolvimento Solidário (PDS).

As ações do PCPR montaram uma máquina associativista que ofereceu grande visibilidade política aos seus representantes nos territórios e os agentes do Seridó foram os que mais conseguiram tirar proveito desse momento. No entanto, faltou unidade de ação entre aqueles que sempre se utilizaram do discurso da identidade coletiva. Diante da falta de um projeto comum em torno de nomes para liderar esse campo de relações no Seridó, qualquer tentativa maior de mobilidade de seus agentes

no espaço social ampliado do território resultou em enormes fracassos.

As experiências bem-sucedidas do Seridó no que se refere à conquista de mandatos eletivos e maior participação no cenário político do território são limitadas, quase sempre, aos pequenos municípios. É o caso de Florânia, Cerro Corá, Lagoa Nova, São João do Sabugi e Serra Negra do Norte, cujas experiências se limitam a ambientes institucionais muito circunscritos e marcados, no caso dos dois primeiros, pela mão de ferro de suas lideranças, a partir da formação de verdadeiras oligarquias sindicais.

O *habitus* dos agentes do Seridó tem origem em uma matriz marcada pela trajetória social, fortemente alicerçada em instituições que influenciaram suas disposições para agir no campo de poder constituído para o debate da agricultura familiar. Como já frisamos, o papel desempenhado pela Igreja, sem dúvida alguma, possui grande centralidade; no caso do Seridó, trata-se de uma instituição que não admite ser coadjuvante. Ela mesma é o maior e mais importante agente desse campo no território, do qual nunca saiu de cena.

A matriz de compreensão institucional do *habitus* dos agentes do Seridó diz muito sobre a forma como seus agentes se comportam. No Seridó, a presente pesquisa identificou uma forte reprodução das estruturas coercitivas do campo de relações da agricultura familiar sobre os agentes e uma margem muito estreita do *habitus* em produzir algo diferente do que as instituições daquele espaço social, ao longo de suas trajetórias, neles internalizaram.

Ou seja, o tal sentimento de identidade seridoense, capital simbólico acumulado que

consequentemente está no *habitus* dos agentes do campo da agricultura familiar, foi forjado pela atuação de instituições que ao longo do tempo usam esses agentes em suas disputas por poder e capital para, assim, conservarem viva a representação de um espaço social diferenciado.

O capital simbólico dos seridoenses no campo da agricultura familiar e no espaço social do território é produto e reprodutor de suas instituições. O capital social do Seridó é facilmente confundido com o que muitos chamam de “bairrismo”, expressão que serve para designar a defesa fervorosa dos valores e qualidades de um lugar, território, espaço social, em detrimento de outros.

Como já analisado, apesar de os recursos construídos e mobilizados pelos agentes do Seridó estarem disponíveis para uso em todo o espaço social do território, apenas alguns conseguem fazer uso disso. A distribuição de poder e a manipulação dos diferentes recursos por partes dos agentes no campo de relações da agricultura familiar são realizadas de forma desigual. Os valores seridoenses resultam em ganhos e conquistas para aqueles que estão mais engajados nas redes de articulação do território.

3.2. NO SERTÃO DO APODI

Já no território do Sertão do Apodi, há uma heterogeneidade maior no que se refere a valores supostamente compartilhados pelos agentes da agricultura familiar. Nesse território, a configuração espacial não obedece, nem de longe, aos mesmos atributos de pertencimento mobilizados pelos seus vizinhos seridoenses. O Seridó já era Seridó antes da políti-

ca territorial ou de qualquer demanda política externa, ao contrário do Sertão do Apodi, que, em outras perspectivas, também é chamado de Oeste Potiguar ou Médio Oeste.

A composição dos agentes do campo de relações da agricultura familiar constituído no Sertão do Apodi segue a pluralidade e a diversidade social identificadas em seu espaço social. A Igreja Católica também desempenhou, nesse território, função preponderante na formação de um *habitus* para seus agentes, mas não possui a mesma importância para a estruturação da matriz de compreensão institucional desse mesmo *habitus*, como analisado no caso do Seridó.

A Igreja Católica atuou fortemente para organizar e dotar de um senso crítico inúmeros jovens que hoje são agentes políticos da agricultura familiar no campo de relações erigido naquele espaço social. A grande característica da influência da Igreja no primeiro momento da constituição de um campo de poder no Sertão do Apodi, iniciado ainda na década de 1960, foi marcada pela formação política e social oferecida a grupos de jovens e associações rurais. Posteriormente, muitos desses jovens se tornaram lideranças que renovaram o movimento sindical rural, criando novas associações, cooperativas e Organizações Não Governamentais, que, atualmente, protagonizam a cena política do segmento no território.

Porém, no Sertão do Apodi, a Igreja não possui a mesma centralidade e influência sobre a matriz do *habitus* dos agentes, como ocorre no caso do território do Seridó. Foram os sindicatos e os partidos políticos que produziram disposições para as práticas sociais dos agentes, em alguns casos até mais representativas do que a Igreja Católica conseguiu.

A Igreja saiu de cena no Sertão do Apodi e deixou que o protagonismo fosse exercido pelos jovens por ela formados. Nesse território, a atuação dos agentes em sindicatos e nos partidos políticos foi potencializada pela chegada/ou criação de ONGs. As ONGs são compreendidas como instrumentos de reprodução dos projetos de poder dos agentes, que agem a partir das disposições da matriz do *habitus* e não como parte desta. As instituições que compõem mais fortemente esse *habitus*, ao longo do tempo, instrumentalizaram as ONGs para a reprodução de seus recursos e valores.

A reconhecida organização social do Sertão do Apodi é resultado da intervenção de instituições que, ao longo dos últimos 30 anos, produziram e mobilizaram em seu território importantes laços de cooperação e participação entre os agentes, que, atualmente, integram o campo de poder da agricultura familiar. A presença de uma Igreja com visão social progressista, aliada a sindicatos fortes e concentração de ONGs atuando na organização social, é característica dos processos sociais que se desenvolvem no Sertão do Apodi.

É muito instigante estudar a ação política dos agentes da agricultura familiar no Sertão do Apodi. Nesse território, a matriz institucional que deu origem ao *habitus* dos agentes da agricultura familiar produziu um dos mais visíveis e consolidados campos de relações para esse segmento.

3.3 A FORÇA DO *HABITUS* NA FORMAÇÃO DOS EMPODERADOS

Os agentes da agricultura familiar do Seridó, em seus discursos, exaltam suas quali-

dades políticas como uma disposição intrínseca da sua história. Contudo, Bourdieu (2011a) também diz que o *habitus* age sobre o agente “quase que no corpo”, ou seja, talvez faça sentido os seridoenses se sentirem com um “DNA” diferenciado, pois é isso mesmo que o *habitus* produz nos agentes, ou seja, suas disposições culturais estão tão incorporadas, inclusive na sua postura, que se tem a sensação de que algo que é essencialmente social possa ser biológico.

Já os integrantes desse campo no Sertão do Apodi falam sobre uma construção difícil e contínua de iniciativas de organização social e aprendizagem política, muitas vezes conflituosa. As matrizes Igreja, sindicato e partido político desempenharam papéis diferentes na formação do *habitus* dos agentes e nos desdobramentos de suas ações nos campos dos dois territórios.

As análises da pesquisa que resultaram no presente artigo afirmam que os campos de relações da agricultura familiar nos territórios do Seridó e Sertão do Apodi são bastante diferentes no que se refere ao papel desempenhado pelo *habitus* dos seus agentes. Apesar da mesma matriz de compreensão institucional, fundada no tripé Igreja, sindicato e partido político, o *habitus* dos agentes estudados sofreu influências quase antagônicas dessas instituições em suas trajetórias.

Esse aspecto, como já dito, tem relação com a forma como as instituições da matriz, em menor ou maior medida, interferiram no conteúdo do *habitus* dos agentes e nas suas práticas sociais no interior do campo de relações da agricultura familiar. As instituições nos dois territórios pesquisados possuem singularidades, o que foi fundamental para a produção de resultados diferentes, remetendo a conclusões

sobre a maneira como os agentes estruturam o campo de relações e suas estratégias de acumulação das formas de capital disponíveis em cada território.

As posições dos agentes pesquisados nos seus respectivos campos de atuação representam o modo como eles conseguiram acumular capital social e revertê-lo em outros recursos para serem usados nas disputas e concorrências por reconhecimento e legitimidade em seus territórios.

Enquanto no campo de relações da agricultura familiar no Seridó o *habitus* dos agentes os orientou para uma prática social pouco diversificada, no Sertão do Apodi observou-se a existência de uma dinâmica social mais plural e multirreferenciada. O *habitus* dos agentes seridoenses atuou na produção de ações muito mais voltadas para as questões do próprio território, aliadas a uma frágil variedade de agentes, o que se traduz no que os próprios seridoenses chamam de “cultura diferenciada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior resultado da pesquisa realizada não é apenas realçar as diferenças existentes no modo como um *habitus* comum à atuação dos agentes da agricultura familiar em dois espaços sociais diferentes, aqui também chamados de territórios, conseguiu construir e mobilizar distintas formas de capital social. Até porque, conclui-se que o capital social foi, nessas situações estudadas, um recurso apenas inicial desses agentes para a obtenção de outras formas de capital, objetivando com isso o controle do campo, sua hegemonia, através do exercício da violência simbólica, ou seja, buscando tornar suas ideias as ideias do campo.

Os territórios do Seridó e do Sertão do Apodi são espaços sociais que, através de instituições prevalentes, ou seja, de uma matriz de compreensão comum ao *habitus* de seus agentes, conseguiram produzir dois campos de poder, onde, de forma desigual e hierarquizada, grupos sociais circunscritos a determinados agentes líderes levam adiante seus projetos de poder.

O trabalho também compreende que os ganhos distribuídos de maneira não horizontalizada, recursos esses mobilizados pelos agentes, não têm nada de ilegítimo, apenas fazem parte do jogo de poder no campo em que atuam. O papel do cientista social é problematizar essa realidade e ressaltar como e de que forma isso ocorre em um processo social. O que acontece nos territórios do Seridó e do Sertão do Apodi não revela apenas diferenças de capital social, mas, fundamentalmente, mostra que os resultados das disputas nesse campo são por poder e, conseqüentemente, pelo controle das melhores posições.

Argumenta-se que o capital social não necessariamente é um bem coletivo, no sentido de seu uso ampliado. Os agentes da agricultura familiar, tanto no Seridó quanto no Sertão do Apodi, têm no capital social seu poder para agir e acessar outras formas de capital, mas esse mesmo recurso acabou por dar forma e conteúdo a uma comunidade fechada de agentes que se beneficiam de seus ganhos.

Esse capital social analisado tem pouca relação com o propagado na literatura mais recorrente, como vimos na Introdução: uma perspectiva trabalhada como capital social sinônimo sempre de um bem coletivo e promotor da equidade social. O capital social analisado aqui difere, pois constata que os recursos es-

tão em disputa e que há uma concorrência dos agentes pelas melhores posições no interior de um campo de relações.

O *habitus* dos agentes é decisivo para a posse das formas de capital disponíveis no campo. No caso dos agentes estudados, o capital social tem melhor uso por parte dos que conseguiram ao longo de suas trajetórias acumulá-lo e usá-lo no campo. Os agentes da comunidade fechada de capital social são os empoderados, ou seja, aqueles que de fato são os grandes beneficiados pelas redes de sociabilidades e suas instituições no campo.

A adoção do termo “empoderado” não é alusão a nenhuma teoria do empoderamento ou *empowerment*. A análise das trajetórias sociais dos agentes identificou o termo empoderamento em seus discursos como forma de fazer referência àqueles que, pelas ações desenvolvidas, conseguiram se destacar. Então, trata-se de uma apropriação discursiva do termo empoderamento.

Nesse sentido, quando os agentes entrevistados estão falando dos que passaram por algum processo social de organização, capacitação e experiências com ações coletivas promovidas por Igrejas, sindicatos, ONGs, associações, cooperativas, partidos políticos, governos etc., enfim, indivíduos e grupos que se destacaram no campo de relações da agricultura familiar, ocupando posições de poder, na verdade, estão refletindo sobre eles mesmos.

Os empoderados hoje estão a coordenar, assessorar e desenvolver atividades nas ONGs dos territórios, dirigindo os sindicatos e presidindo muitas associações, cooperativas e grupos que atuam diretamente com os agricultores em suas comunidades e áreas de assentamentos ru-

rais. Na busca pela ampliação de suas capacidades de ação e mobilidade entre um campo e outro no mesmo espaço social, eles também ocupam ou ocuparam cargos nos governos e mandatos de vereadores, vice-prefeitos, prefeitos.

As oligarquias sindicais, em que esposa, filhos e filiados do grupo do presidente se consolidaram em décadas de gestão, como identificado na pesquisa, também são expressões dessa comunidade fechada de capital social. Os eternos presidentes de associações e sindicatos são caricaturas desse empoderamento da comunidade fechada, assim como os dirigentes de ONGs que, além de executarem os projetos planejados para uma determinada área, também querem executar seus projetos político-partidários.

O acesso à informação, através da participação contínua nas ações desse campo, produz inúmeras facilidades para determinados agentes. É o capital social em ação, afinal é para isso que ele serve, para facilitar a vida das pessoas. Nessa perspectiva, precisa incluir na lista dos exemplos de comunidade fechada aquelas áreas, comunidades dos territórios onde as lideranças foram alvo dos primeiros investimentos de projetos de geração de renda, construção de cisternas, irrigação, crédito desburocratizado, etc.

Por fim, a presente pesquisa finaliza sua contribuição para a problematização relativa ao campo acadêmico da agricultura familiar. É defendida a ideia de que os processos sociais nas áreas rurais precisam ser analisados com enfoques teóricos que não enfatizem, necessariamente, as estratégias de resistência, como é comum nesse variado segmento social, aqui representado pelos agentes de um campo. Mas é

preciso que as pesquisas apontem para o alargamento da compreensão de suas práticas sociais, de como se posicionam e lidam com o poder inerente às relações concebidas e processadas em suas relações.

O esforço para compreender os emponderados da agricultura familiar e suas comunidades fechadas de capital social quis contribuir para entender como práticas sociais produzidas em campos de diferentes espaços sociais, Seridó e Sertão do Apodi, reproduziram formas diferentes de poder, mas que resultaram no mesmo propósito, ou seja, em hierarquização e desigualdade em seu acesso.

Trabalho recebido em 10/02/2014

Aprovado para publicação em 20/05/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. *Revista brasileira de Informação bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1999.

BASTOS, Fernando. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. São Paulo: Polis, 2006. v. 600, 255 p.

BAQUERO, Marcelo (Org.). Raízes do Capital Social. In: _____. *Reiventando a sociedade na América Latina: Cultura Política, Gênero, Exclusão e Capital Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. *O Poder Simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

_____. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69

CRUZ, Dalcy da Silva. *O sindicalismo rural e a luta pela terra*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1992.

DUQUE, Ghislaine. A Articulação do Semiárido: camponeses unidos em rede para defender a convivência no semiárido. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. *As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações*. São Paulo: Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED), 2010. v. 1, p. 47-63.

PAIVA, Irene Alves. A Igreja e a Construção de um Espaço Público. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). *Igreja e Política no Rio Grande*

do Norte: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 178-199.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980).* 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

A EXPERIÊNCIA DA APAEB (BA):AÇÃO COLETIVA E PRÁTICAS SOLIDÁRIAS

Eduardo Jordão de Araújo

RESUMO

Aborda-se a experiência da APAEB/Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Bahia), sociedade civil sem fins lucrativos, formada por agricultores familiares sisaleiros. Suas unidades de negócio são fábrica de tapetes e carpetes, bateadeira comunitária, supermercado, laticínio e loja de artesanato. Este trabalho aborda temas como a reciprocidade, cooperação e valores solidários na vida organizacional, além da comparação entre os empreendimentos econômicos solidários e a empresa típica. A pesquisa mostrou que ao longo da história da organização, ela conseguiu articular com sucesso as dimensões ambiental, econômica e organizacional sem prescindir da crença nos valores sociais que a inspiraram e que orientam sua ação solidária.

Palavras-chave: APAEB (BA) – Ação Coletiva – Práticas Solidárias – Sisal.

L'EXPÉRIENCE DE L'APAEB (BA) : ACTION COLLECTIVE ET PRATIQUES SOLIDAIRES

RÉSUMÉ

Nous partons de l'expérience de l'APAEB/Valença – Association de Développement Durable et Solidaire de la Région productrice de sisal (Bahia), société civile sans but lucratif qui réunit des agriculteurs familiaux. Ses unités de négoce sont une fabrique de tapis et carpetes, une batteuse communautaire, un supermarché, une fabrique de produits laitiers e un magasin d'artisanat. Ce travail aborde des thèmes comme la réciprocité, la coopération et les valeurs solidaires de la vie organisationnelle, outre la comparaison entre les entreprises économiques solidaires et l'entreprise typique. La recherche a montré que, au long de l'histoire de l'organisation, elle est arrivée à articuler avec succès les dimensions environnementale, économique e organisationnelle, sans renoncer aux valeurs sociales qui l'ont inspirée et qui orientent son action solidaire.

Mots-clés: APAEB (BA) – Action Collective – Pratiques Solidaires – Sisal.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir dos resultados de uma tese de doutorado, cujo tema decorreu de uma curiosidade que nos acompanhou em todo percurso profissional, a de entender os processos organizacionais em suas origens, desenvolvimento e efeitos. Dois, porém, nos foram mais atraentes: o crescimento das organizações e as mudanças nelas ocorridas internamente. Aliado a isto, o acompanhamento, desde sua origem, da experiência de uma organização singular composta por agricultores familiares da região sisaleira do estado da Bahia, atualmente denominada APAEB/Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, apontou naquele momento para a construção do então objeto de pesquisa.

O caso em referência já havia sido pesquisado por diversos autores com distintas óticas, entre os quais Nascimento (2003), Abramovay e Vega (2003), Cruz Junior (2005). No entanto, além da interface desses assuntos com nosso interesse, não localizamos nenhum estudo que contemplasse as questões do crescimento e das mudanças organizacionais então ocorridas na APAEB/Valente.

O estudo da visão baseada em recursos (VBR) e a contribuição crítica de Mintzberg e Quinn (2008) nos fizeram tomar consciência que a questão do crescimento das organizações teria que ser vinculada à questão da formulação das estratégias organizacionais, pois a primeira pode ser visualizada como resultante da segunda. Assim visto, este trabalho parte de indagações que estiveram presentes na pesquisa de tese: por que as organizações crescem e/ou se transformam? Por que a APAEB/Valente cres-

ce e se transforma continuamente? Em quais valores sociais os seus componentes acreditam para orientar e conduzir esses processos organizativos?

O processo real de construção de estratégias e transformação de estruturas organizacionais é pouco estudado em organizações como a APAEB, mormente em organizações de agricultores familiares distintas das cooperativas. A APAEB/Valente é uma das organizações sociais mais reconhecidas e premiadas nacional e internacionalmente. Fundada em meados dos anos 1980, após intensa mobilização dos pequenos produtores da região sisaleira da Bahia, tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Seu quadro de sócios é de 350 pessoas, a maioria com mais de 50 anos. A entidade é constituída juridicamente como uma sociedade civil sem fins lucrativos e é formada por pequenos produtores rurais que têm a agropecuária como atividade principal e não mantêm empregados permanentes. São três as condições exigidas dos associados: pagar uma única contribuição de 25% do salário mínimo, assumir os compromissos e deveres definidos pelos estatutos e participar das reuniões e de assembleias por um período de três meses.

A cada dois anos, a assembleia de sócios elege um conselho administrativo composto por até 24 membros; uma diretoria executiva com 6 membros, 3 efetivos e 3 suplentes; um conselho fiscal de igual composição e 12 sócios para supervisionar os 4 departamentos (agropecuário, educativo, comercial e industrial). A figura do diretor executivo surgiu recentemente, após reestruturação organizacional em 2001.

Suas principais atividades econômicas são a fábrica de tapetes e carpetes, a bateadeira comunitária (usina de desfibramento), o posto de vendas (supermercado), o laticínio Dacabra, o Curtume e Couros Valente e a Riquezas do Sertão (showroom).

O estudo desenvolvido anteriormente levou em consideração as questões conceituais referentes ao entendimento da formação da estratégia e da mudança organizacional sustentável como processos. Este artigo enfatizará os resultados e a análise desses processos organizacionais, particularmente o processo de mudança organizacional sob a ótica dos valores sociais que o inspiraram e que se colocaram como referência para os indivíduos que conduziram a mudança. Deste modo, o artigo aborda temas tais como a cooperação humana nas organizações, as práticas solidárias nos processos de mudanças organizacionais e a relação solidariedade e sustentabilidade institucional das organizações.

1. O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO SISAL NO ESTADO DA BAHIA

A produção brasileira do sisal é realizada em cerca de 110 municípios do país, conforme dados da CONAB (2006). A produção de fibras é majoritariamente feita na Bahia que, em 2006, segundo a SECEX/CONAB, foi responsável por 89.5% do total produzido, ou seja, 124.290 toneladas. Na Bahia, cerca de 70 municípios produzem as fibras do sisal (CONAB, 2006), sendo o produto cotado como o décimo da pauta de exportações do estado.

Segundo o Censo do IBGE de 2000, o estado possui 567.295 km², com 415 municí-

pios, com grau de urbanização de 67.1%. Com 13.070.250 habitantes, ocupa o 4º lugar em população no país e é o mais populoso da região Nordeste (Oliveira, 2004, p. 8). Sua porção semiárida ocupa a região central, representando mais de 60% da superfície territorial e abrange 258 municípios, com uma população estimada em 5.6 milhões de habitantes.

O relevo exerce um papel significativo na distribuição das chuvas e o regime pluviométrico caracteriza-se por precipitações irregulares no decorrer dos meses e dos anos, ocorrendo períodos cíclicos de estiagem. Essas irregularidades climáticas geram crises econômicas e sociais periódicas, resultantes da baixa produtividade do sistema agrícola vigente. (Ibid., p. 10)

A atividade humana é predominantemente pastoril, distinguindo-se pelo fato do criatório extensivo ter prioridade e as parcelas cultivadas serem cercadas. Atualmente a pecuária extensiva ocupa grandes partes, constituindo a base econômica dessa região. Subsiste também uma agricultura sem grande expressão econômica, principalmente ao sul da planície, representada basicamente pelo cultivo do algodão herbáceo, batata-doce, mamona, sisal, banana, melancia e os de subsistência como feijão, milho e mandioca cultivados nos vales. A agricultura, entretanto, assume relevante importância social por ocupar a maioria da força de trabalho regional (Ibid., p. 11).

Sob a ótica da metodologia de APL – Arranjos Produtivos Locais desenvolvida pela REDESIST (Sistema de Informações de Arranjos Produtivos Inovativos Locais), o estado da Bahia possui um APL onde a produção do sisal é realizada de modo massivo e concentrado na sua porção semiárida. O território considerado

no Arranjo abrange três microrregiões, sendo elas a Nordeste, o Piemonte da Diamantina e a de Paraguaçu. Diferentemente da estatística da CONAB, o APL considera um número maior de municípios produtores do sisal, totalizando mais de 150 (MCT/REDESIST, p. 4).

Por seu turno, o IBGE (2002) considera que 75 municípios são produtores do sisal. Juntos, ocupam uma área de 80.6 mil hectares e abrigam uma população de 1.5 milhão de habitantes. Esses municípios encontram-se localizados naquelas microrregiões do Arranjo, sendo 36 mais representativos na produção (Alves, 2006, p. 371). Na microrregião Nordeste, 15 municípios se destacam, incluindo-se entre eles Valente, localidade que sedia a APAEB (Ibid., p. 371). Ainda na microrregião Nordeste, o número de propriedades rurais dos municípios chega a 63.5 mil, ocupando uma área de 1.33 milhões de hectares. Do total de estabelecimentos rurais, 95.7% são familiares, ocupando 57.7% da área total. O tamanho médio dos estabelecimentos familiares é 12.61 hectares, enquanto que os patronais têm área média de 219.47 hectares (Brasil, 2000). Em termos de área plantada, o sisal ocupa o segundo lugar, perdendo somente para o feijão (102.700 hectares) (Idem, Ibid., p. 371).

O APL é agroindustrial e é composto de 30.000 produtores de sisal, 3.000 donos de motores de desfibramento, 40 donos de bateiras (usinas de beneficiamento) e 12 indústrias de transformação. Neste universo existem distintos portes empresariais, entre os quais micro, pequenas e médias empresas e também organizações como associações e cooperativas de produtores. As principais organizações econômicas existentes são a Companhia Sisal do Brasil – COSIBRA, a Sisalana S/A Indústria e Co-

mércio, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB e a Cooperativa Mista de Produtores da Região Sisaleira – COOPERSISAL.

Segundo a REDESIST, em 2001 a cultura do sisal no Estado da Bahia gerou um montante de 67,7 milhões de reais. Da produção do sisal beneficiado, 70% foram destinados aos mercados europeu e asiático, apresentando Portugal uma participação de 50% nas compras. Já o sisal manufaturado tem como principais importadores os Estados Unidos (86.0%) e o Canadá (5.0%).

A cultura do sisal é intensiva de mão de obra, proveniente da agricultura familiar, a qual articula o trabalho das culturas alimentares tradicionais (milho, feijão, mandioca etc.) com os cuidados rotineiros que o sisal exige. Estima-se que existem no Estado, direta ou indiretamente envolvidos com a cultura sisaleira, aproximadamente 700 mil pessoas (MCT/REDESIST, p. 5).

A APAEB tem um papel importante na melhoria das condições de trabalho, como aparece nesse mesmo documento, após apresentar anteriormente uma série de gargalos da APL que obstaculizam a sua melhoria (idem, p. 5-6). Entre os principais arrolam-se:

- A qualidade do sisal brasileiro é considerada inferior à de seus competidores internacionais;
- Baixo conteúdo tecnológico. Utilizam-se equipamentos de baixa produtividade, com elevado grau de desperdício das fibras contidas nas folhas e elevado número de acidentes de trabalho;
- Baixa eficiência, apenas 4.0% das fibras são aproveitadas;

- Manejo cultural inadequado, influenciando a qualidade e a produtividade;
- Baixo aproveitamento dos subprodutos do sisal, gerando rejeitos que poderiam ser utilizados em outras atividades (herbicidas, produtos farmacêuticos, ração animal, entre outros);
- Inexistência de exploração consorciada com outras culturas;
- Baixo grau de transferência de tecnologia ao pequeno produtor;
- Estrutura de produção, distribuição e comercialização deficientes;
- Necessidade de pesquisas sobre novos usos para a fibra do sisal;
- Baixa remuneração dos trabalhadores;
- Precariedade das relações de trabalho;
- Condições de segurança no trabalho precárias. Número preocupante de acidentes com mutilações de membros superiores no trabalho de desfibramento/descorticação da folha realizado com a máquina “paraibana”.

O mesmo documento afirma a seguir que

“[...] o surgimento da APAEB (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE), na década de 80, teve um importante papel no sentido da promoção de condições e relações de trabalho mais dignas. [...] Posteriormente, a APAEB introduziu uma usina de beneficiamento comunitária e criou uma indústria de tapetes e carpetes, agregando valor à produção e gerando mais empregos.” (p. 5)

2. O MUNICÍPIO DE VALENTE E A ÁREA DE INTERVENÇÃO DA APAEB

O município de Valente dista 240 km de Salvador, capital da Bahia. Encontra-se a uma altitude de 358m, entre as bacias dos rios Itapicuru e Jacuipe; seu relevo caracteriza-se pelo pediplano sertanejo. Localizado no semiárido baiano, seu clima é quente e seco e sua vegetação característica é a caatinga arbórea com palmeira. (Verde, 2007).

Criado em 1958, o município possui uma área de 356.9 km². Valente vivenciou um período de quase trinta anos de crescimento em função do apogeu da cultura do sisal. Nas décadas de 50 e 60, a fabricação artesanal de cordas foi expressiva, gerando renda e emprego para o município. Essa produção decaiu até desaparecer, a partir da progressiva substituição do fio natural do sisal por sucedâneos sintéticos (Verde, op. cit.).

Segundo o Censo do IBGE de 2000, a população de Valente era de 19.129 habitantes, sendo 50.4% na zona rural. Sua população rural pode ser classificada em:

- a) pequenos proprietários rurais que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar no processo produtivo. Essa categoria produz e extrai a fibra do sisal, se dedica à criação de ovinos e caprinos e pratica a pequena agricultura (cultivo de milho, feijão e mandioca);
- b) médios e grandes proprietários rurais, os quais são responsáveis pela criação do gado bovino de forma extensiva;
- c) trabalhadores rurais sem-terra. Esta última categoria trabalha como diaris-

ta na extração da fibra do sisal ou nas fazendas de gado bovino, ou atua como pequenos produtores mediante contratos de utilização de terras de fazendeiros dos municípios da região, associando a prática dos pequenos criatórios e da pequena agricultura alimentar.

A população urbana encontra-se ocupada nos serviços públicos municipais, nas várias atividades da APAEB (900 empregados), na fábrica de calçados da VIA UNO (600 empregados) e no pequeno comércio local (Ibid.,Id.). Segundo o PIB municipal, as principais atividades econômicas são a agropecuária (14%), a indústria (40%) e os serviços e comércio (46%) (Sei, 2004).

Além de Valente outros 14 municípios estão incluídos na área de intervenção da APAEB, conformando uma população de 441.440 habitantes (IBGE 2002). Destes, 58.8% vivem nas áreas rurais. A estrutura de propriedades no conjunto desses municípios segue a tendência já descrita para o município de Valente (Oliveira, op. cit., p. 12).

A atividade pecuária é praticada extensivamente. O município de Valente dispõe de um rebanho de 9.886 bovinos, 6.634 caprinos e 11.387 ovinos.

“...Nota-se uma considerável evolução do rebanho ovino e caprino que já superou, senão individualmente, mas em conjunto, ao rebanho bovino de tradição secular. Esta mudança vem acompanhada também de uma transformação do cenário agrícola, onde a introdução de forrageiras e plantas resistentes à seca, além do aproveitamento de resíduos de sisal são pontos a serem considerados, ao lado de novos procedimentos

tecnológicos, como o armazenamento de alimentos para o rebanho sob a forma de silagem e fenação para os períodos mais críticos de escassez”. (APAEB, 2000: 12).

É nessa área, assim caracterizada, que atua a organização estudada, cujos processos organizacionais passamos a enfocar nos próximos itens.

3. DA AÇÃO COLETIVA ÀS ORGANIZAÇÕES

A ação humana inevitavelmente confronta-se com a proposição de fins para si mesma e a conseqüente escolha de meios para alcançá-los. Conforme Max Weber (1989) teorizou, esta ação, realizada em um quadro de interação social, assume a natureza de ação social e tenderá a adquirir graus maiores de racionalidade na sociedade moderna. Racionalidades distintas baseadas em interesses ou em valores sociais informam e legitimam as escolhas que os indivíduos fazem na vida social e em particular na vida econômica. Nesta última, a ação social dos indivíduos buscará, de modo individual ou coletivo, realizar suas escolhas no mercado ou fora dele. As ações coletivas, em geral, vão se consolidar na construção de organizações formais, que objetivariam suprir aos indivíduos organizados o que eles não conseguiriam obter de modo individual.

Weber também cunhou dois conceitos, o de “associação” e o de “empresa”:

O termo ‘associação’ está reservado a uma relação social que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos, e cuja autoridade é imposta pelas ações

de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente ou chefe, geralmente incluindo um quadro administrativo. (1989, p. 93).

Uma ‘empresa’ é um sistema de atividade contínua perseguindo um fim de uma espécie definida. Uma ‘associação empresarial’ é uma sociedade caracterizada por um quadro administrativo cuja atividade se orienta exclusivamente e continuamente a alcançar os fins da organização.”. (ibid.: p. 105).

A ênfase reservada ao quadro administrativo, nas duas definições, é parte da valoração que aquele autor atribui à burocracia como elemento de mediação política, realização e controle social.

A partir destes enunciados fundamentais, nos deteremos em compreender organizações na perspectiva da economia. Ménard relembra algumas noções antigas que ressaltam distintos aspectos complementares:

(...) a organização é um princípio que, por analogia com a biologia, assegura a unidade de organismos econômicos complexos e resulta-lhes necessário em razão de seu grau avançado de diferenciação e complexificação. (1997)

Em economia, o princípio de organização tem uma expressão precisa: é a divisão do trabalho, na medida em que esta se articule em funções especializadas. (ibid.)

Entendido neste nível de abstração, a organização é então aquilo que caracteriza uma unidade econômica e social. (ibid.)

As ideias de unidade e de princípio integrador de equilíbrio entre funções cada vez

mais complexificadas num processo evolutivo de um organismo compõem uma visão de organização para dentro e ainda dissociada de uma compreensão de ambiente e de interação de mercado.

A partir destas referências – ambiente e mercado –, Ménard apresenta e distingue noções modernas que denomina de integracionista e complementarista. Estas seriam assim definidas:

Abordagem integracionista:

(...) privilegia um ponto de vista global, segundo o qual, a organização designa a arquitetura de um sistema econômico no mesmo sentido de arquitetura de um sistema de informática. A economia de mercado aparece, neste caso, como uma forma organizacional particular, caracterizada pela descentralização de decisões e a predominância de um mecanismo específico de coordenação, o mercado. (ibid.).

Abordagem complementarista:

(...) O conceito de organização é, neste caso, circunscrito, e pensado como forma econômica complementar com relação aos mercados. Sob esta ótica, a economia de mercado se caracteriza pela coexistência destes dois diferentes mecanismos de coordenação, a organização e o mercado. (ibid.)

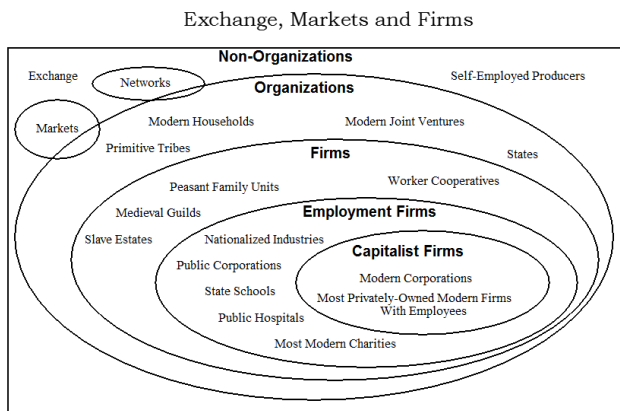
A abordagem complementarista tem dado margem a uma flexibilização do conceito de organização na economia heterodoxa, possibilitando a ampliação da cobertura empírica do conceito a outras formações. Segundo Arrow:

(...) Há muitas outras organizações entre o governo e a firma. Mas, todas elas, se partidos políticos ou movimentos revolucionários

rios, universidades ou igrejas, participam da característica comum da necessidade, para ação coletiva ou para alocação de recursos, de recorrer a métodos do não mercado”. (s/d:26)

O gráfico que se segue foi elaborado por Hodgson e nos dá uma noção da complexidade da natureza do universo das organizações:

GRÁFICO 1 – UNIVERSO DAS ORGANIZAÇÕES
(APRESENTAÇÃO EM AULA. UFRJ, 2007)



/ 29

Os anéis nos revelam quatro grandes tipos de organizações: as firmas capitalistas, as firmas empregadoras, as firmas e as genericamente denominadas de organizações. As firmas não capitalistas (empregadoras e simplesmente firmas) têm crescido em sua atuação na sociedade e obtido relevância no campo do estudo das organizações.

Olson (1999) reafirma o caráter relacional do conceito de organizações, argumentando “(...) que a maioria das ações (...) praticadas por um grupo de indivíduos ou em nome dele se dão através de uma organização”. E acrescenta: “(...) um propósito que de fato é característico

da maioria das organizações, e com certeza de praticamente todas as organizações com um importante aspecto econômico, é a promoção dos interesses de seus membros”. (1999, p. 17-18)

3.1 A COOPERAÇÃO HUMANA NAS ORGANIZAÇÕES

É através das relações sociais de produção com caráter cooperativo entre empresários e funcionários que as organizações industriais funcionam e alcançam seu propósito de realizar a produção estabelecida. A visão teórica clássica de Marx inclui também em sua análise não só o que se convencionou conceituar de cooperação humana, mas também o aspecto oposto à cooperação, que é o conflito. O atributo do conflito, portanto, é considerado por Marx também constituinte das relações sociais de produção. O conflito, enquanto tal, existe em função e é determinado pela existência de interesses distintos no tocante às condições de produção, como também com respeito à apropriação dos resultados da produção por aqueles dois grupamentos humanos (empresários e funcionários). Teórica e metodologicamente, Marx discute a formação de interesses divergentes, formulando os conceitos do binômio ‘forças produtivas <-> relações de produção’ e o de ‘extração de mais-valia’.

Nesta visão, a formação de interesses divergentes, portanto conflituais, levados ao limite, prejudicaria a própria realização da produção. Este problema não seria, pois, resolvido ao nível da indústria, mas sim no plano macro do sistema econômico e político, através de uma reforma nas regras básicas que estabelecem a cooperação.

Uma visão mais recente aborda a questão dos interesses na organização sob outra óti-

ca e está mais interessada em provar a relação entre ‘interesse-benefício-ação coletiva’. Esta visão foi desenvolvida por Olson, em seu livro “A Lógica da Ação Coletiva” (1999).

Se fizermos um esforço para reduzir a complexidade intrínseca de toda e qualquer organização a um patamar mínimo inicial de sua formação, poderíamos afirmar com um mínimo de risco possível que seu propósito fundamental é a promoção dos interesses de seus membros. Tal assertiva reúne uma maior dose de certeza quando aplicada diretamente àquelas organizações originárias de uma motivação econômica comum aos seus membros.

A sociedade moderna é o *locus* privilegiado da aglutinação dos indivíduos por motivações e propósitos secundários, isto é, pela formação e organização manifesta de interesses de parcelas, segmentos econômicos, classes sociais etc. a serem defendidos no mercado ou fora dele. Olson já afirmara antes que:

As organizações podem portanto desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos. (Ibid.: p. 19).

Observando sob este prisma, não caberia aqui falarmos mais da ocorrência de um sentimento natural gregário dos indivíduos ou da necessidade sentida e manifesta por indivíduos de pertencer a um grupo social ou organização, em decorrência da insegurança e da incerteza resultantes da percepção da fragmentação do todo social, mas sim de realização de interesses

e conquista de vantagens ou benefícios, sejam individuais ou coletivos.

As organizações enquanto tais estariam aptas a atender e a respaldar essas expectativas, que em si são explicadas e justificadas como legítimas. É também Olson que relembra quanto a isto o que Festinger (1953) assinalou: “*A atração que exerce a afiliação a um grupo não é tanto pela sensação de pertencer, mas mais pela possibilidade de conseguir algo através desse pertencer*”. (Ibid.:18)

Isto posto, cabe-nos indagar: toda e qualquer organização vai poder atender efetivamente às expectativas de promoção dos interesses e de provimento de benefícios? Ou há que se fazer distinção, p.ex., entre o tamanho das organizações ou número de membros? Há lógicas de funcionamento distintas, uma para a organização pequena e outra para a organização grande, que poderão facilitar ou criar obstáculos à obtenção dos benefícios coletivos?

Olson tece toda uma argumentação no sentido de demonstrar que há uma diferença de base entre a lógica de funcionamento da organização pequena (grupo social) e a da organização grande.

No grupo social, o indivíduo estará coeso com o grupo e disposto a trabalhar coletivamente, despendendo um esforço relativamente similar ao dos outros membros na promoção dos interesses grupais. Portanto, dar-se-á a conquista do benefício coletivo, quase num ponto ótimo, quando o montante do benefício auferido for maior que o custo individual e que o custo grupal para o provimento do benefício. Em contraposição, na organização grande o benefício auferido nunca cobrirá o custo individual para obtê-lo e muito menos o custo grupal. Em decorrência, afirma Olson:

O indivíduo membro da grande organização típica está em posição análoga à da empresa em um mercado perfeitamente competitivo, ou à do contribuinte em um Estado: seus esforços individuais não terão um efeito sensível sobre a situação de sua organização, e ele poderá desfrutar quaisquer vantagens obtidas pelos outros, quer tenha ou não colaborado com o grupo”. (Ibid.: p. 28).

A análise de Olson, na verdade, encobre um debate mais de fundo a respeito da ação do indivíduo enquanto ator individual ou sob a proteção de uma organização, centrado na possibilidade de estender ao âmbito dos grupos sociais e das organizações a aplicação da premissa do comportamento racional centrado nos próprios interesses do indivíduo. Ele discorda dessa possibilidade, afirmando que:

(...) a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agir em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns grupais”. (Ibid.: p. 14).

O autor nos põe, assim, frente à imperiosa necessidade de criação de instituições que possam vir a determinar o comportamento econômico não só individual, mas, sobretudo, a ação grupal nas organizações fundadas nos interesses de seus membros em obter benefícios.

Esta dualidade de condicionamento – coerção e indução – apresenta-se como um recurso diante da quase impossibilidade das grandes organizações propiciarem benefícios compensadores aos indivíduos que as compõem,

quando da comparação com o grupo social. Inevitavelmente, em organizações de dimensões maiores, a busca do consenso entre seus membros pela obtenção dos benefícios coletivos subordina-se a uma coordenação e ao aprimoramento da organização social. Aqui também se trabalha com a ideia de diferenciação interna entre os membros da organização.

A concessão de incentivos econômicos e incentivos sociais, segundo Olson, fará com que os indivíduos se mobilizem para a afirmação dos interesses grupais e possam se sentir diferenciadamente compensados por benefícios, tais como conquista de status social, reconhecimento no grupo, liderança, ou outros na mesma linha.

A análise de Olson aponta, portanto, para a conclusão de que as organizações nunca proverão benefícios líquidos compensadores e que, mesmo assim, se mantêm e são consideradas exitosas, devido a outras atividades e compensações que oferecem.

3.2 ORGANIZAÇÕES E VALORES SOCIAIS

Uma outra maneira de ver organizações - como instituições - é a de Selznick (1997). Ele reinterpreta o debate da compatibilidade entre meios e fins, que tanto interessa aos administradores e critica que “o culto da eficiência na teoria e prática administrativa é a maneira moderna de super-acentuar meios e negligenciar fins”. (1997, p.21) Para Selznick, uma organização existe quando um organismo social é capaz de satisfazer sua missão básica. Para isto a liderança é fundamental, ela age no sentido de proporcionar aquela conquista.

No percurso para obtenção de êxito, certas firmas ou agências são marcadas por distintos modos de tomar decisões, ou por peculiar acordo para definir objetivos, por métodos ou por clientes. “Neste caminho a organização como um instrumento técnico assume (para si) valores”, Selznick complementa, afirmando que o processo de internalizar valores é parte do que denomina institucionalização. (ibid.: p. 21).

A liderança na organização joga um importante papel nesse processo e tem a “tarefa de guiar a transição da organização para instituição, desde que o resultado final incorpore efetivamente desejados objetivos e padrões”. (Ibid.: p. 23).

Esta liderança, denominada de institucional, é apresentada como um dote especial: “A arte do líder criativo é a arte de construir instituição, o refazer de materiais humano e tecnológico para modular um organismo que incorpore novos e duradouros valores”. (Ibid.: p. 25).

Assim posto, acreditamos que esta teoria nos ajude a entender o que ocorreu na organização pesquisada.

4. MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS, VALORES SOCIAIS E PRÁTICAS SOLIDÁRIAS NA APAEB/VALENTE

A partir dos anos 80, quatro estratégias foram lançadas e estabeleceram o norte do crescimento da APAEB/Valente: a. desenvolvimento de empreendimentos de maior porte; b. articulação regional visando um projeto estratégico para a região sisaleira; c. sobrevivência e convivência no semiárido enfatizando a viabilidade e a sustentabilidade da agricultura fami-

liar e d. ajuste no processo de crescimento da organização.

O crescimento individual de uma organização conduz a evolução da mesma, que se vê diante das alternativas: ou adaptar-se permanentemente às atuais e velozes alterações que ocorrem no ambiente ou enfrentá-las estrategicamente para que este mesmo ambiente lhe seja favorável. A APAEB/Valente tem recorrido à segunda alternativa e a tem conduzido e transformado em um processo de aprendizagem organizacional.

Por conseguinte, torna o processo de construção de estratégias algo com caráter social que se inscreve na acumulação de conhecimento dos diretores, funcionários e outros membros da APAEB/Valente e também na ampliação do capital social do segmento dos sisaleiros.

Não obstante, a aprendizagem social do processo de construção de estratégias não garante automaticamente a “boa” ou acertada qualidade das estratégias construídas. Se até este momento podemos afirmar que as três grandes estratégias construídas e implementadas pela APAEB antes da crise dos anos 2000 foram acertadas e válidas, o mesmo não podemos fazer em relação à quarta – e referente à profunda crise financeira – em toda sua extensão e magnitude. A organização pôs como fundamental o apoio financeiro do Estado da Bahia para reorganizar sua economia e por um hiato de tempo estará bastante fragilizada. Nesta crise não percebemos uma disposição em sua Diretoria de ‘agir com suas próprias pernas’.

Os membros da APAEB/Valente têm descoberto nas ocorrências de momentos de instabilidade o espaço para refletir sobre a positividade do desafio das novas oportunidades que o ambiente suscita e da crucial necessidade de refor-

mular e descobrir novos caminhos. Esses novos caminhos foram transformados historicamente em novas estratégias planejadas ou emergentes.

Nesse quadro, percebeu-se que a aprendizagem oriunda da vivência dos processos organizativos tem sido de muita valia e que as estratégias emergentes, como respostas ao imediato, denotam a riqueza e profundidade da aprendizagem ocorrida. Ao nível de cada unidade de negócio, a materialidade desta última afirmação é muito mais perceptível.

Na prática da vida organizacional da APAEB/Valente, ocorreram simultaneamente mudanças rápidas no bojo de um processo de implementação de mudanças gradativas.

O que nos chamou a atenção é que as rápidas foram mais efetivas que as gradativas e reconfiguraram de antemão o perfil da organização. Por outro lado, várias propostas de introdução lenta não tiveram capacidade para serem implementadas ao longo do processo, devido a não alocação de recursos financeiros.

A aprendizagem contida na situação híbrida de fato vivenciada na organização nos indicou os desafios postos pelo ritmo das mudanças em organizações como esta. Um deles nos parece fundamental: conciliar a manutenção da participação social e o comprometimento dos membros da organização com a mudança organizacional, com a urgência das mudanças a serem implementadas. Isto nos remete para o universo dos valores sociais, que numa organização desta natureza cumpre um papel decisivo na promoção da coesão social em torno dos objetivos organizacionais. Paradoxalmente, a urgência da mudança tem se imposto sobre as crenças e os valores de cooperação, solidariedade e sustentabilidade que moldaram a organização ao longo de sua história.

Sendo assim, podemos afirmar que na APAEB/Valente, em sua fase recente, as pressões do ambiente em parte condicionaram a rápida construção de estratégias emergentes e as modificações no arcabouço organizacional para torná-lo condizente com aquele momento da realidade social e organizacional. Mas, isto veio a repercutir no grau de participação e comprometimento dos responsáveis pelas unidades de negócio e funcionários, já que não havia tempo de envolvê-los plenamente nas grandes decisões com respeito à vida administrativa e financeira da organização.

Na verdade, os resultados da pesquisa e sua consequente discussão nos revelaram a necessidade de uma avaliação da cultura organizacional da instituição construída ao longo de quase três décadas, não no sentido de negá-la, mas, de atualizá-la frente às injunções do ambiente globalizado em que a APAEB/Valente está ativamente inserida.

Para organizações como estas, a estratégia é quase sempre uma perspectiva e se reveste do caráter de algo que deve ser espreado no todo, na mente coletiva. Neste sentido, a estratégia de crescimento também pode guardar uma relação direta com os valores sociais praticados e consolidados na organização ao longo de sua história. Não obstante, o crescimento organizacional poderá conduzir a uma revisão crítica da cultura então acreditada e praticada.

CONCLUSÃO

Uma discussão sobre organizações e solidariedade nos evoca duas abordagens. Em Durkheim, vamos encontrar a solidariedade social

marcada pela divisão do trabalho social e configurando uma solidariedade mecânica e uma solidariedade orgânica. Já no contexto que trabalhamos a noção de solidariedade nos coloca também o social, porém, o associando a valores sociais, tais como, reciprocidade, cooperação, sustentabilidade, entre outros.

No universo das organizações solidárias, a sustentabilidade se impõe como vital extrapolando o sentido de um objetivo ou ferramenta de planejamento e se colocando como um valor social a orientar a própria vida organizacional.

Neste sentido, podemos pensar uma relação entre sustentabilidade e solidariedade, entendendo que a segunda pode oferecer o lastro para a primeira se desenvolver. Em termos organizacionais, poderemos então concluir que o crescimento sustentável das organizações passa pela necessidade imperiosa do estímulo à prática da solidariedade.

Trabalho recebido em 25/10/2013

Aprovado para publicação em 10/07/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA, Texto para Discussão no 641, Brasília, abr. 1999, 47 p.

ALVES, Maria Odete. “Tecnologia e Relações Sociais de Produção”. In: Revista Econômica do Nordeste, v. 37, no. 3, jul – set. 2006.

APAEB – Relatório Anual 2000. Março de 2001.

ARROW, Kenneth J. The limits of organization. WW. Norton & Company, New York – London, s/d.

CRUZ JUNIOR, Augusto de T. e al. “Estratégia e Estrutura: em busca do alinhamento organizacional em um clube social esportivo”. In: Gestão & Produção, v. 12, no. 3, 429 – 441, 2005.

FESTINGER, L., “Group attraction and membership”. In: Cartwright, D. e Zander, A., Group dynamics, Evanston, III., Row, Peterson, 1953, p. 93.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e instituições. Celta Ed., Oeiras, 1994. 338 p.

MCT. REDESIST. Arranjo Produtivo Local no Estado da Bahia. Disponível em: <http://redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 07 out. 2006.

MÉNARD, C. “Le pilotage des formes organisationnelles hybrides”. Revue Economique, Vol. 48, no 3, mai 1997, 741-750.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James B. O processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2008, 496 p.

NASCIMENTO, Humberto M. do. Conviver o sertão. Origem e evolução do capital social em Valente/BA. Anna Blume, S. Paulo, 2003, 126 p.

OLIVEIRA, Luis G. de. “O processo evolutivo da firma: uma abordagem neo-darwinista sobre

a trajetória da empresa”. In: Thesis, S. Paulo, ano I, v. 1, 32 – 50, 2004.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. Editora da Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1999. 208 p.

SANTOS, Milton. “Por uma geografia das redes”. In: A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. Hucitec, S. Paulo, 1997 (2^a ed.). Cap. 11. pp.208-22.

SELZNICK, Philip. “Leadership in Administration: A sociological interpretation”. In: FOSS, N. (ed.). Resources, Firms and Strategies, a Reader in Resource-Based Perspective. Oxford University Press, 1997. pp.21-26.

VERDE, Maria Cristina Lima. Estudo de caso: Desenvolvimento sustentável da região sisaleira: APAEB Valente. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. Moraes, São Paulo, 1989. 113 p.

APRENDIZADO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO APL DE MELÃO EM MOSSORÓ/BARAÚNA (RN – BRASIL)

Estévani Pereira Oliveira, Valdênia Apolinário, Maria Lussieu Silva

RESUMO

O artigo trata de Arranjos Produtivos Locais (APLs) com inserção internacional, precisamente o arranjo produtivo de fruticultura de melão de Mossoró/Baraúna, no Rio Grande do Norte. Este APL, de base agrícola e localizado no semiárido potiguar, tem expressiva participação na balança comercial do estado, desde a sua origem. O trabalho está alicerçado no enfoque enunciado pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST/IE/UFRJ) e busca identificar atores, compreender a estrutura institucional do arranjo e em que medida tais interações respondem por sua inserção global. A metodologia inclui pesquisa secundária, aplicação de questionários junto aos produtores de melão do arranjo e entrevistas com os principais responsáveis pelo apoio, promoção e financiamento. Conclui-se que as formas de aprendizado e de interação entre os atores do arranjo contribuem para a inserção deste sistema no mercado internacional.

Palavras-Chaves: Arranjo Produtivo Local; Fruticultura de Melão; Rio Grande do Norte; Brasil.

LEARNING AND INSTITUTIONAL STRUCTURE IN MELON GROWING IN LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS (RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL)

ABSTRACT

This article deals with Local Productive Arrangements (LPAs) and its international penetration. The research specifically aims to acknowledge melon growing in Mossoró/Baraúna, in Rio Grande do Norte in the northeastern part of Brazil. This LPA is based in agriculture and located in the semiarid area of RN. Since it began its activities, the LPA has had a meaningful participation in the state's trade balance. The research is focused on the LPA background, enunciated by the Research Network on Local Productive and Innovative systems (UFRJ) and aims to identify its main issues as well as understand the arrangement's institutional structure and how these interactions are able to influence global insertion. The methodology used included secondary research by means of questionnaires that were applied to melon producers as well as interviews realized with the main personnel responsible for the activity's support, promotion and financing. It is possible to conclude that the forms of learning and interaction among actors contribute to the insertion of this system in the international market.

Key-Words: Local Productive Arrangements; Melon Fruit Growing; Rio Grande do Norte; Brazil

Prof. da Escola de Gestão e Negócios – Laureate International Universities – UNP. Economista, Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN. Este artigo está ancorado na dissertação de mestrado intitulada “Arranjos produtivos globalizados: O caso do APL da fruticultura de Melão de Mossoró/Baraúna– RN”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN em 2011 e orientada pela Profa. Dra. Valdênia Apolinário (UFRN).

Profa. do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (UFRN). Economista, Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e Pesquisadora Associada da RedeSist (IE/UFRJ).

Profa. do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (UFRN). Economista, Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 1980 é caracterizada como uma década perdida, tanto no que se refere ao baixo desempenho do PIB (Produto Interno Bruto), em relação às décadas imediatamente anteriores, quanto nas elevadas taxas de inflação. Todavia, neste mesmo período o estado do Rio Grande do Norte registra taxas de crescimento favoráveis, que tiveram como fator contribuinte, dentre outros fatores, a produção de frutas tropicais, que desde então já era direcionada para o mercado externo.

A partir dos anos 1990 ocorre no Brasil o processo de abertura comercial e financeira que exerceu forte pressão para uma reestruturação produtiva e organizacional. Em consequência percebeu-se, dentro da economia como um todo, uma preocupação cada vez maior dos setores econômicos do país em se adequarem às novas exigências da concorrência internacional. Os impactos decorrentes destas transformações atingiram todos os setores da economia, ainda que não uniformemente. No caso do setor agrícola, especificamente da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, as transformações supracitadas acentuaram ainda mais a inserção deste segmento na concorrência globalizada. Assim, essa atividade tem destacado papel na pauta de exportações do estado, bem como apresenta impactos sobre a economia estadual, particularmente nos territórios que a abrigam.

A fruticultura potiguar pode ser compreendida a partir da abordagem em Arranjos

e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (AS-PILs), ou simplesmente Arranjo Produtivo Local (APL), que enfatiza o caráter localizado do aprendizado e a importância das interações entre os atores como elementos contribuintes para alcançar níveis de competitividade sustentáveis.

Este estudo visa compreender o arranjo produtivo da fruticultura de melão de Mossoró – Baraúna, localizado no semiárido do Rio Grande do Norte. A escolha deste sistema se justifica em razão da sua importância para a economia do estado, seja por ser uma das principais alternativas de geração de ocupação e renda naquele território, seja por ser um arranjo com forte inserção no mercado internacional. Os procedimentos metodológicos seguem aqueles recomendados pela REDESIST/IE/UFRJ¹ e incluem, além de pesquisa secundária, a aplicação de questionários junto aos produtores de melão, bem como entrevistas com os principais responsáveis pelo apoio, promoção e financiamento.

Este artigo está estruturado em mais três seções, além desta Introdução. A segunda seção resgata elementos teóricos que permitem a compreensão sistêmica reivindicada pela abordagem em arranjos produtivos locais. A terceira faz uma caracterização do “APL de Melão de Mossoró/Baraúna”, enfatizando a evolução da atividade nas últimas décadas. A quarta analisa a estrutura institucional do sistema e sua importância na interação e formas de aprendizados entre os agentes econômicos e não econômicos. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

1 A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) é uma rede interdisciplinar criada em 1997 e sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições de vários países. Sua abordagem metodológica destaca o papel central da inovação e da aprendizagem interativas como fatores de competitividade. Ver <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>

1. ASPECTOS TEÓRICOS DO ENFOQUE EM APL

A partir da abordagem sistêmica presente no enfoque em APL, é possível observar as empresas em seus ambientes e não apenas os requisitos específicos construídos e explorados pelas firmas individuais. Acredita-se que a consolidação de vantagens competitivas, fundadas em processos de aprendizado e na interação entre os agentes econômicos e demais atores, fortaleça estes arranjos, sendo um reforço para uma inserção global mais sustentável.

1.1. APRENDIZADO TECNOLÓGICO

A internacionalização da produção é vista como uma alternativa na busca por novos ambientes de competição e resulta do grau de envolvimento internacional conquistado pela firma, podendo ocorrer de diversas maneiras, tais como o investimento direto estrangeiro, a transferência de tecnologia ou a inserção comercial. A busca por um espaço fora das fronteiras domésticas é uma estratégia adotada por empresas capitalistas, que visam, sobretudo, a valorização do capital.

Todos estes aspectos mantêm relação com o processo de aprendizado, particularmente o tecnológico, ao fornecer ganhos para a atividade, sobretudo quando ocorre a interação entre os agentes, reforçando assim o aprendizado e possibilitando a difusão da tecnologia.

O aprendizado tecnológico pode ser entendido como um “processo pelo qual um determinado agente - frequentemente, a empresa - acumula habilidades e conhecimentos, e cujo resultado é um aperfeiçoamento contínuo

da tecnologia, com consequentes ganhos de desempenho” (Queiroz, 2006, p. 193). Nesse sentido, os diferentes tipos de aprendizado assumem importância vital neste processo.

O estudo de Queiroz (2006) resgata a contribuição de alguns autores, tais como Arrow, Rosenberg, Lundvall, que buscaram compreender a importância do aprendizado.

Arrow (1962) introduziu a ideia do *aprender fazendo* no melhoramento da tecnologia para os aumentos de produtividade e a redução de custos, isto é, quanto maior for a produção acumulada, tanto maior será a experiência adquirida pelos trabalhadores, gerentes, dentre outros e tanto melhor o desempenho tecnológico da firma (Arrow, 1962 apud Queiroz, 2006, p. 194).

Rosenberg (1982) com base em estudos na indústria aeronáutica identificou outro tipo de aprendizado, o *aprender usando*. No caso específico, a acumulação de capacidade tecnológica não acontece no âmbito da produção, ou seja, no momento do processo produtivo, mas decorre do fato das empresas passarem um tempo na familiarização com seus produtos a fim de aprenderem a forma mais eficiente de utilização dos mesmos (Rosenberg, 1982 apud Queiroz, 2006, p. 195).

Lundvall (1988) introduziu a ideia de *aprendizado por interação* ao destacar o fato de que a troca de experiências entre os usuários e produtores, movidos pela interação que permeia a relação de ambos conduz à promoção de inovações de produto. Nesse sentido, o fruto desse tipo de aprendizado, que emerge dos laços de cooperação entre eles, é a introdução de inovações, estimulada inclusive por um contexto institucional que envolve tais relações. (Lundvall, 1988 apud Queiroz, 2006, p. 195)

Katz (1976) introduziu a noção de *aprendizado adaptativo*, que diz respeito a processos e produtos que necessitam “ser modificados para funcionar num contexto diferente daquele para o qual foram inicialmente criados”, pois muitas vezes filiais de empresas multinacionais realizam grande esforço visando adaptar a tecnologia para o melhoramento do “desempenho de produtos e processos que não podiam ser replicados nas mesmas condições dos países de origem”. (Katz, 1976 apud Queiroz, 2006, p. 195)

As firmas são organizações que aprendem e inscrevem esse aprendizado em rotinas, sendo assim, o aprendizado incorporado em seu interior representa para a firma um mecanismo de aquisição de conhecimento que está incorporado nas rotinas que expressam a identidade da firma, sendo exemplo disso o que ela sabe, as capacitações e regras de decisão que possui em cada momento.

Contudo, essas rotinas por vezes podem conduzir a uma inércia, como sugere Levinthal (1996). Neste sentido, existe uma ‘armadilha de competência’ que “pode ser entendida como uma espécie de aprisionamento do conhecimento de velhas competências, capaz de inibir esforços de adquirir novas capacidades”. Admitindo tal assertiva, o autor recomenda a necessidade de uma múltipla base de aprendizado, “como recurso para evitar que a especialização associada ao aprendizado reduza a capacidade de resposta e adaptação a mudanças”. (Levinthal, 1996 apud Queiroz, 2006, p. 200)

É importante perceber como o aprendizado se consubstancia em rotinas, ou seja, como as estruturas se constituem no interior das

organizações e assumem a função de aprender, reivindicando um processo de institucionalização. Todavia, igualmente importante é apreender como ocorre o processo de aprendizado nas firmas e as relações que o cercam e que contribuem para a difusão da inovação na economia.

Desta forma, a abordagem em Sistema de Inovação (SI)² ganha relevância nesta discussão ao ressaltar aspectos relacionados ao ambiente em que firmas estão inseridas, particularmente ao fornecer suporte ao processo de aprendizado, interação, geração e difusão de conhecimento.

A discussão do SI parte da necessidade da compreensão dos processos de criação, uso e difusão do conhecimento, pautado no aprendizado e tendo em vista as principais características do capitalismo.

1.2 SISTEMA DE INOVAÇÃO E OS APLS

As firmas desempenham papel privilegiado no desenvolvimento de produtos e processos e na transformação do conhecimento em riqueza. Contudo, além destas, existem outras organizações absolutamente indispensáveis para tal fim, como é o caso das universidades.

Além destas, outras organizações merecem destaque, como as agências governamentais, instituições públicas e privadas de pesquisa, instituições financeiras e de apoio e promoção, as quais são capazes de absorver riscos com atividades inovadoras e estimulá-las. Destaca-se ainda, a relevância de uma legislação facilitadora do desenvolvimento científico e tecnológi-

2 Os Sistemas de Inovação (SI) abrangem diferentes escalas: nacional, regional e/ou local.

co. Tais aspectos referem-se ao papel do Sistema de Inovação.

Para a REDESIST (2007, p. 3), o Sistema de Inovação envolve a articulação entre:

[...] o subsistema industrial, subsistema de C&T e de educação e treinamento; mas envolve também a moldura legal e política, o subsistema financeiro e os padrões de investimento, assim como todas as demais esferas relacionadas ao contexto nacional e internacional, onde os conhecimentos são gerados, usados e difundidos.

Destaca-se que este enfoque reforça a visão sistêmica na qual um novo ciclo de inovações decorreria tanto daquelas introduzidas por empresários empreendedores, mas também em razão de um ambiente favorável às mesmas.

O enfoque em Sistema de Inovação permite que se pense em desenvolvimento considerando também as especificidades locais, de forma que estas sejam exploradas, ao levar em conta a interação entre os atores sociais, econômicos, políticos no processo de aprendizagem e capacitação.

Assim sendo, seu foco de análise centra-se também no caráter local, ambiente no qual se percebe a geração, assimilação e difusão da inovação, em um processo que é interativo e dinâmico entre os múltiplos agentes envolvidos. Com isso,

O processo de inovação é cumulativo, depende da capacidade endógena e baseia-se em conhecimentos tácitos. A capacidade inovativa de um país ou região decorre das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais. Reflete condições culturais e institucionais, historicamente definidas. (Cassiolato e Lastres, 2006, p. 32).

O Sistema de Inovação chama a atenção para o fato da inovação não ser condicionada ou estar sempre atrelada às grandes empresas por meio de seus esforços em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), se traduzindo em inovações. Segundo tal abordagem, além da inovação advir de esforços de P&D, também pode ocorrer para além destes e em setores tradicionais da economia ou em empresas de variados portes e formatos, sejam estas inovações radicais ou decorrentes de melhoramentos ou aperfeiçoamentos, conhecidas como inovações incrementais.

Dessa forma, as inovações decorrem dos processos de aprendizado, sendo este compreendido como um processo social que envolve inúmeros agentes. Logo, é fundamental levar em consideração as instituições e o contexto institucional, já que este último influencia sobremaneira as estratégias empresariais e até mesmo a organização interna das firmas, uma vez que este contexto não é estático e muda constantemente.

Nesse sentido, reforça-se a importância de políticas voltadas para as empresas e também o seu entorno, isto porque a visão sistêmica da interação desses agentes econômicos e institucionais permite uma compreensão melhor dos desafios e oportunidades de cada sistema.

Com base nessa ideia e ancorada na discussão sobre os Sistemas de Inovação, a REDESIST cunhou o termo Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs), mais comumente conhecidos como Arranjos Produtivos Locais (APL). Sendo referência no Brasil na discussão do tema, a REDESIST enfatiza a importância da interação entre os agentes econômicos e institucionais, da capacidade de adquirir e usar conhecimentos de diferentes agentes,

sejam eles fornecedores, produtores, distribuidores/comercializadores.

Segundo Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 14):

O enfoque abrange conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações, incluindo: empresas produtoras de bens e serviços finais e fornecedoras de matérias-primas, equipamentos e outros insumos; distribuidoras e comercializadoras; trabalhadores e consumidores; organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; apoio, regulação e financiamento; cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação.

Apolinário e Silva (2012, p. 205) corroboram com esta perspectiva e afirmam que:

[...] um arranjo produtivo local é uma forma de olhar, portanto uma ferramenta de análise e, ao mesmo tempo, um espaço concreto para a implementação de políticas de desenvolvimento. Também contempla um conjunto de agentes econômicos e não econômicos localizados em certo território, em torno de uma dada atividade, incluindo as suas singularidades, cultura e história, bem como a teia de vínculos mesmo fora do local, mas dentro daquele sistema. [...] Este olhar e agir sistêmico, considerando as diversas dimensões (micro, meso, macro) e esferas (produtiva, financeira, institucional, política), revela-se como uma das principais vantagens do enfoque, e é certamente o seu maior desafio.

Se referindo ao uso do enfoque em APL, Apolinário e Silva (2010, p. 35) advertem que:

[...] um importante passo para incorporar a sua riqueza é desmistificá-lo. Isto porque APLs não se referem exclusivamente à Micro e Pequenas Empresas (MPEs), não se referem exclusivamente a atividades e espaços deprimidos ou de baixa representatividade econômica, assim como não se referem exclusivamente a atividades desprovidas de tecnologia ou a atividades de baixa expressividade comercial. Assim, APL não deve ser confundido com algum estado de precariedade, ou como ‘estágio’ apenas visível em MPEs. Todavia, isto não significa que a busca para que alguns arranjos saiam da vulnerabilidade das suas condições materiais não deva ser perseguida, sendo fundamental atuar sobre a qualidade, produtividade, comercialização, lucros, *marketing*, agregação de valor, práticas trabalhistas e ambientais destes sistemas produtivos.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), com o avanço do capitalismo, no que se refere aos processos econômicos do início do terceiro milênio, torna-se necessária uma lente que possa enxergar as novas atividades que emergem neste contexto. Para tanto, faz-se necessário considerar aspectos territoriais, inovacionais, cooperativos, políticos e sociais visando novos instrumentos conceituais e analíticos que expliquem e contribuam para o desenvolvimento, com sustentabilidade.

Neste sentido, a REDESIST resgata, como mencionado, o conceito de Sistemas de Inovação, pois este permite compreender e orientar os processos de criação, uso e difusão do conhecimento.

Assim, o conceito de Sistema de Inovação e a abordagem em APLs contribuem para o debate sobre o desenvolvimento, uma vez que as especificidades dos diferentes contextos e

atores locais refletem os processos de aprendizagem e capacitação dos países/regiões/territórios. Isso deixa clara a importância do aprendizado, conhecimento e capacidade de interação dos agentes para a dinâmica das diferentes regiões. Com isso, acredita-se que a compreensão de tais aspectos é fundamental para a promoção de processo de desenvolvimento regional, sobretudo em países como o Brasil.

Diante do exposto e a partir do enfoque da REDESIST, a próxima seção analisa a produção de melão destinada ao mercado internacional, precisamente o “APL de Melão de Mossoró/Baraúna”, situando-o no contexto da fruticultura potiguar e demonstrando o seu desempenho recente. Particularmente são analisados os resultados da pesquisa de campo realizada junto a este APL, enfatizando o aprendizado e a interação entre os agentes econômicos e não econômicos que compõem o arranjo, ou seja, sua estrutura institucional.

2. CARACTERIZAÇÃO E DESEMPENHO RECENTE DO APL DE MELÃO DE MOSSORÓ/BARAÚNA

A partir dos movimentos observados nas últimas décadas quanto à globalização e internacionalização dos capitais em todo o mundo, percebe-se que as atividades agrícolas há muito deixaram de ser artesanais e começaram a incorporar elementos que antes não eram vistos nos setores tidos como tradicionais.

Visando atingir os mercados internacionais, inúmeros segmentos de base agrícola foram obrigados a passar por uma intensa reestruturação produtiva, para atender às exigên-

cias de competitividade dos mercados globalizados. Essas mudanças fizeram com que estes se tornassem mais dinâmicos e competitivos, deixando de lado muitas das suas características originais. Este é o contexto em que se insere o “APL de Melão de Mossoró/Baraúna”.

A expansão da produção de frutas no Rio Grande do Norte é relativamente recente. Na década de 1980, a fruticultura potiguar teve como principal estímulo as inversões feitas pelo governo por meio de um arrojado programa de irrigação conhecido como Projeto Baixo Açú no ano de 1989, o qual foi desenvolvido na região semiárida e que contou com o rápido envolvimento da iniciativa privada.

A fruticultura potiguar é uma atividade que abrange uma diversidade de frutas tropicais, com destaque para a produção voltada inclusive para o mercado internacional.

Na década de 1990, todas as empresas que operavam na fruticultura (FINOBRASA, FRUNORTE e a MAÍSA S.A.) tiveram que se adequar às novas exigências do mercado, ou seja, atender às imposições do comércio internacional, sobretudo com relação ao controle de qualidade, pois desde esta época volumes significativos de vendas são direcionados para o mercado externo.

Ainda na referida década, o melão já era considerado o carro chefe da produção de frutas no estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável por mais da metade da produção total do país. Além deste, outras frutas também eram produzidas no estado, como manga, uva, acerola, maracujá e mamão. (Silva, 1996, p. 97).

No que se refere às inovações na fruticultura do estado na década de 1990, pode-se destacar a importância das técnicas de irrigação

desenvolvidas por outros países e adaptadas à realidade brasileira e potiguar, como é o caso da irrigação sob pressão, conhecida como método de aspersão e gotejamento.

No final da década de 1990 e início de 2000, ocorreu a falência das principais empresas frutícolas deste período, ou seja, as mesmas citadas anteriormente, e com isso ficou uma herança tecnológica bastante elevada na região, que serviu de fonte de aprendizado para uma quantidade considerável de pequenos e médios produtores, sendo apropriada e difundida pelos mesmos, o que gerou em Mossoró-RN um mercado específico de equipamentos de irrigação para atender à demanda da época. Já “o beneficiamento passou a ser feito em *packing-houses*³ menores, de grupos de médios produtores, enquanto que a comercialização passou a ser realizada por escritórios privados” (Nunes, Schneider, Filippi, 2006, p. 24).

A saída destas empresas do mercado deu lugar a uma nova configuração naquele espaço, com a chegada do capital internacional a partir das empresas DIRECTIVOS AGRÍCOLA S/A, de origem espanhola; e, da DEL MONTFRESH PRODUCE, gigante norte-americana produtora e exportadora de frutas frescas (Nunes, Schneider, Filippi, 2006, p. 23).

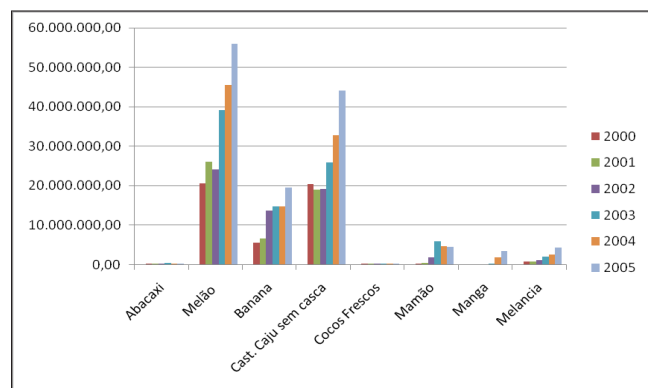
Observando o estado do Rio Grande do Norte, percebe-se que o aumento crescente nas exportações de frutas ocorre a partir de 2001, quando há uma elevação do valor exportado de US\$ 55.634.670,00 para US\$ 103.160.488,00 em 2004, refletindo um crescimento no período superior a 85%. Este desempenho está relacionado ao fato de que o estado se adequou às

exigências do mercado internacional, bem como ao aproveitamento de suas potencialidades naturais, que se traduzem nas vantagens competitivas que possibilitam a sua inserção comercial (Oliveira, 2005, p. 37).

No início da década de 2000, além do estado ter mantido a continuidade da inserção desses produtos que já tinham mercado consolidado, o mesmo consegue diversificar ainda mais a sua pauta de exportação no tocante à fruticultura com acréscimo de mais produtos, como os cocos frescos, secos sem casca, mamões papaias. (Oliveira, 2005, p. 45).

Os gráficos seguintes demonstram o comportamento das exportações de frutas tropicais do Rio Grande do Norte entre 2000 e 2012, período marcado por fortes turbulências econômicas que atingiram a Europa, a partir de 2008, continente tido como o principal mercado consumidor do melão produzido no APL em estudo.

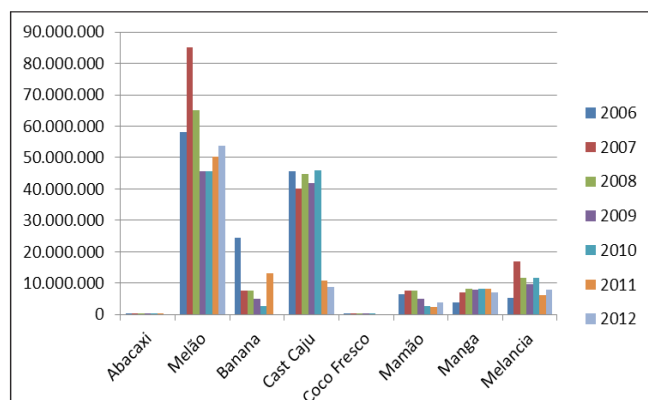
GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÃO DE FRUTAS TROPICAIS DO RIO GRANDE DO NORTE 2000-2005 EM US\$.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2013).

³ O termo é utilizado para designar um lugar específico por onde passam os produtos antes de serem escoados, ou seja, compreendem galpões de embalagens e processamento pós-colheita.

GRÁFICO 2 - EXPORTAÇÃO DE FRUTAS TROPICAIS DO RIO GRANDE DO NORTE 2006-2012 EM U\$\$.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2013).

No gráfico 1 é possível verificar que no início da década houve um crescimento das exportações de melão para o mercado europeu, apresentando uma tendência crescente, chegando em 2005 a um valor de U\$ 55.933.049,00. Já no gráfico 2 verifica-se que entre os anos de 2006 e 2010 houve uma queda significativa das exportações. No ano de 2007, o montante total foi de U\$ 85.196.031,00 e no ano de 2008, verifica-se uma queda significativa, cujo valor atingiu U\$ 64.993.158,00. Em 2009 e 2010 percebe-se uma perda de 50% no total exportado em relação a 2007, ano de maior expressividade das exportações de melão na segunda metade dos anos 2000, permanecendo dentro de uma faixa média de U\$ 45.000.000,00. Contudo, nos anos de 2011 e 2012, mesmo com a grande incerteza do mercado europeu advinda da crise, a atividade frutícola do melão potiguar parece tomar fôlego com um crescimen-

to que ainda aparenta ser tímido, totalizando os referidos anos em U\$ 50.357.740,00 e U\$ 53.866.539,00.

A queda nas exportações do melão no ano de 2008 pode ser explicada pela crise mundial que foi verificada no período, pois a despeito do câmbio favorável, para os produtores, as perdas foram significativas. Em 2009 e 2010 os efeitos da crise ainda podem ser sentidos e, segundo os produtores do APL afirmaram em pesquisa de campo, um agravante é que em época de crise os europeus tinham a característica de “entesourar dinheiro”, ou seja, poupar; o que se refletiu no consumo retraído de frutas tropicais e bens supérfluos em geral. A isto se soma o inverno rigoroso dos anos de 2008 e 2009 ocorrido no Rio Grande do Norte⁴.

Diante da crise europeia, parte da produção foi direcionada ao mercado interno. Um fato relevante colocado pelos produtores no arranjo produtivo em estudo foi a necessidade de investimento, por parte do Governo Federal, visando a criação de uma cultura nacional para o consumo brasileiro das variedades de melões produzidas hoje na região, visto que uma alternativa a essas turbulências internacionais é o investimento também na produção direcionada ao mercado doméstico⁵.

Quanto aos médios produtores entrevistados, antes da crise 20% da produção era direcionada para o mercado doméstico e 80% direcionada para exportação; todavia, com a crise de 2008, houve uma redução do volume exportado totalizando um valor de 60% para o mercado externo e 40% para o mercado interno⁶.

4 Pesquisa de campo, questionário com o produtor.

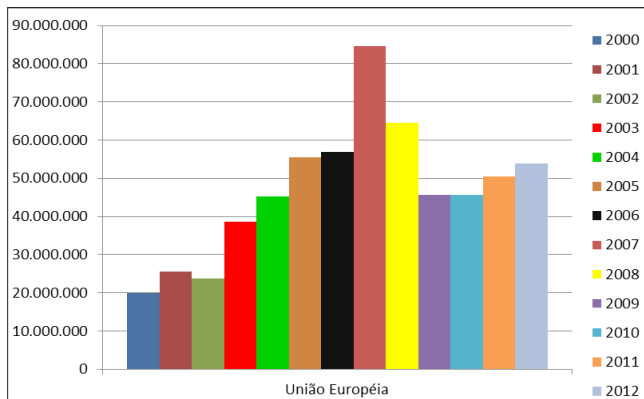
5 Idem.

6 Idem

Com relação aos pequenos produtores entrevistados, antes da crise estes ainda não haviam conseguido a certificação necessária para a comercialização com o mercado externo, mas começaram a fazê-lo apenas no ano de 2009, quando direcionaram 70% de sua produção para o mercado doméstico e 30% para o mercado externo⁷. No ano de 2010, a participação destes produtores no mercado externo aumentou de 30% para 40%.

O gráfico seguinte apresenta o direcionamento da exportação do melão potiguar para a comunidade europeia, mostrando que a queda das exportações no período de crise está muito relacionada com este mercado, uma vez que o foco principal de atuação dos produtores de melão do estado do Rio Grande do Norte encontra-se na Europa⁸.

GRÁFICO 3 - EXPORTAÇÃO DE MELÃO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA EUROPA 2000 – 2012 EM U\$\$.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2013).

2.1 AGENTES ECONÔMICOS E VANTAGENS DE LOCALIZAÇÃO NO APL

O melão vem despontando desde a década de 1990 como o produto frutícola mais importante do Rio Grande do Norte. Isto corresponde a mais de duas décadas de elevada representatividade dentro da pauta de exportação do estado. Durante este período, várias empresas deixam um legado muito forte no manejo e cultivo desta cultura, contribuindo para a difusão do aprendizado tecnológico e melhoria das técnicas de produção.

Atualmente, a organização produtiva neste APL é composta por uma grande empresa (AGRÍCOLA FAMOSA S.A), responsável pela produção direcionada para exportação, e duas importantes cooperativas, sendo uma de pequenos produtores (COODAP), com 23 produtores, e outra de médios produtores (COOPYFRUTAS), com 29 produtores, que exportam consideráveis somas para o mercado europeu, além de outros poucos produtores médios⁹.

As perspectivas do APL de Melão potiguar são favoráveis para os produtores, tendo em vista que o incremento em tecnologia é crescente e a região de Mossoró e Baraúna é bem mais adequada à produção de melão, pelo fato de estar em uma região que apresenta baixa umidade do ar, em decorrência da distância com o oceano, fazendo com que os investimentos que foram realizados nela se traduzam em vantagens competitivas.

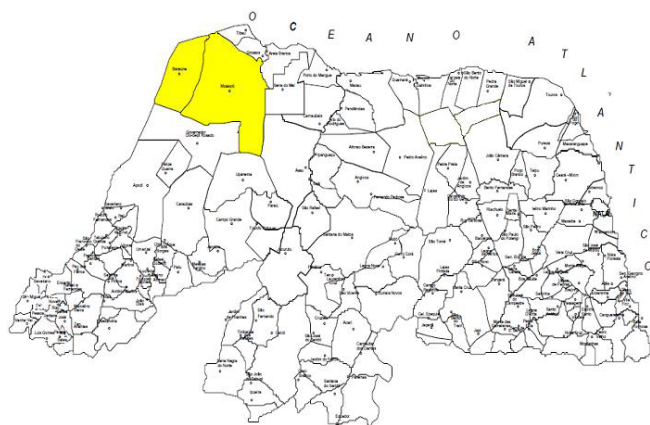
⁷ Ocasão em que realizaram a primeira exportação

⁸ Para a safra de 2013, os produtores fecharam acordo com o mercado asiático, o que representa uma diversificação mercadológica, que pode ser considerada um “*ponto positivo*” no planejamento estratégico do setor, se levadas em consideração as ameaças externas do ambiente mercadológico europeu.

⁹ A área geográfica onde se localizava a produção de melão se deslocou no sentido Oeste do estado, passando de Açu para Mossoró, e mais recentemente, englobando o município de Baraúna.

Em 2012 Mossoró e Baraúna são os principais produtores de melão do estado do Rio Grande do Norte (ver Figura 1).

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO APL DE MELÃO DE MOSSORÓ/BARAÚNA-RN



Fonte: adaptado a partir de SEBRAE/EMPARN/EMATER /2005

Legenda: A área em destaque corresponde aos municípios de Mossoró e Baraúna.

Segundo os produtores entrevistados, o fato destes estarem localizados na região de Mossoró é considerado como um “trunfo” significativo para o cultivo de melão, ou seja, ela é considerada uma vantagem competitiva no mercado internacional, além de ter acesso relativamente fácil aos principais pontos de distribuição mundiais, como Roterdam (na Holanda) e Dover (na Inglaterra). Outra vantagem é que a região conta com um solo de qualidades adequadas para a produção do melão, o qual

possui em sua formação uma profundidade excelente para a cultura. Este fato dá a possibilidade de lixiviá-lo¹⁰, e com isso permitir que o solo responda liberando nutrientes que são importantes para o desenvolvimento da planta, evitando a ocorrência da desertificação.

Ademais, a região ainda conta com 3.500 horas de sol ao ano e 12 horas de fotossíntese/dia, o que significa que o mesmo tipo de melão que é produzido na Europa, mais especificamente na Espanha, berço da produção potiguar¹¹, que leva 120 dias para ser colhido, complete seu ciclo na região de Mossoró em apenas 60 dias. Trata-se de um diferencial relevante para o produtor potiguar, pois no que se refere aos custos e produtividade, o Brasil sai na frente em relação ao resto do mundo.

Outro fator importante quanto à produção potiguar diz respeito à janela de exportação, visto que ela também representa um diferencial em relação ao resto do mundo, uma vez que entre 15 de setembro e 15 de janeiro a produção de melão mundial só pode ser realizada em Mossoró e Baraúna, pois os demais produtores mundiais estão em inverno e até a África, que possui um clima parecido com o semiárido brasileiro, atinge temperaturas frias nesse período durante a noite, afetando o desenvolvimento da planta. Outro diferencial presente neste APL se refere ao aprendizado acumulado advindo das pessoas envolvidas na produção, pois a maioria dos produtores são agrônomos que, por terem acesso às universidades, fazem pesquisa, trabalhando a qualidade do produto como também acompanham custos e pro-

10 Processo no qual por meio da introjeção de água no solo o mesmo responde com a liberação de nutrientes importantes para o desenvolvimento da cultura em questão.

11 De acordo com Segundo Paula, Diretor do COMITÊ EXECUTIVO DE FRUTICULTURA (COEX), as primeiras variedades de melão introduzidas no estado foram trazidas da Espanha.

jeções da atividade. (Segundo de Paula, Diretor do Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX) – Pesquisa de campo, Julho de 2011)

A partir do exposto quanto à exportação de Melão do Rio Grande do Norte, percebe-se que o APL em discussão vem conseguindo se inserir no mercado internacional, o que em parte pode ser compreendido pela vantagem de localização. Todavia, igualmente importante é a compreensão da interação e do aprendizado que ocorrem dentro deste arranjo, os quais também são elementos contribuintes desta inserção internacional.

3. ATORES E INTERAÇÕES NO APL: APRENDIZADO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

As interações existentes entre os agentes econômicos e não econômicos no APL garantem, em parte, a inserção deste arranjo no mercado internacional, uma vez que tais interações resultam do processo de aprendizado existente no arranjo e são reforçados por sua estrutura institucional.

Nesse APL vários atores se destacam, a saber: Cooperativa dos Fruticultores da Bacia Potiguar (COOPYFRUTAS); Cooperativa de Desenvolvimento Industrial Potiguar (COODAP); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco do Brasil (BB).

Cooperativa dos Fruticultores da Bacia Potiguar (COOPYFRUTAS) foi criada em 2005 e a sua história está relacionada à falência da MAISA S.A., quando os agrônomos desta última adquiriram pequenas fazendas e passaram a cultivar melão em suas unidades produtivas no final da década de 1990, uma vez que o solo da região era propício e os profissionais possuíam o conhecimento e domínio de tecnologia para a exploração desta atividade agrícola.

Entretanto, como tais produtores inicialmente apresentavam dificuldades com relação à comercialização da produção, suas primeiras experiências em vendas ocorreram através da terceirização com grandes empresas como a NOLEN e DEL MONT FRESH instaladas no arranjo a partir deste período.

Segundo mencionado em pesquisa de campo, pelo fato dos produtores serem conhecedores do mercado e terem conhecimento técnico e superior, estes perceberam a necessidade de se unirem e comercializarem a produção conjuntamente e diretamente aos clientes, evitando os atravessadores. Assim, ficou evidente que a melhor alternativa era buscar a cooperação, o que representou um ponto forte para a atividade, pois a partir da interação entre os agentes econômicos, o aprendizado pôde ser difundido entre estes produtores.

Em 2001 foi criada a Associação dos Fruticultores da Bacia Potiguar (POTYFRUTAS), com o objetivo de unir os produtores e fortalecer a categoria, possibilitando a venda direta da produção, e principalmente a inserção no mercado externo. E em 2005, nascia a COOPYFRUTAS, com 20 cooperados e com um capital social de R\$ 10.000,00.

A cooperativa possui sede na Rodovia BR 304, Km 38, S/N, bairro Nova Betânia, no município de Mossoró/RN. Atualmente a COOPYFRUTAS possui 29 cooperados, com uma infraestrutura composta por 07 fazendas, *packing houses* modernos e equipados com máquinas de classificação e três câmaras frias. Em 2011, a COOPYFRUTAS cultiva melão, melancia, além de outros produtos como banana, mamão e coco. As principais variedades de melão plantadas são *Yellow Honey Dew*, *Piel de Sapo*, *Gália*, *Cantaloupe* e melancia com semente e sem semente.

Cooperativa de Desenvolvimento Industrial Potiguar (COODAP) teve início em 2009 e fica localizada no município de Mossoró, na comunidade de Pau Branco, cerca de 30 km da cidade. Segundo informações da pesquisa de campo, a participação do SEBRAE foi indispensável na organização da COODAP, pois o mesmo estimulou o alcance das condições necessárias para que os cooperados conseguissem a certificação *Fair Trade* – Comércio Justo¹². Tal selo atestou oficialmente a qualidade de seus produtos, a sustentabilidade de suas lavouras, bem como a não existência de trabalho escravo em suas fazendas.

Com a ajuda do SEBRAE, a COODAP conseguiu auxílio para a comunidade, que passou por um longo processo de treinamento e adequações visando a negociação das frutas no mercado externo, com melhor remuneração. Ao longo de três anos, eles participaram de uma série de cursos sobre associativismo, cooperativismo, técnicas de vendas, boas práticas agrícolas e logísticas, entre outros temas. Os investimentos do SEBRAE-RN, incluindo os custos

da certificadora e de consultorias, totalizaram 70 mil reais. (Franco Marinho Ramos, Gestor de Fruticultura do SEBRAE/RN – Pesquisa de campo, julho 2011).

Uma particularidade é que se trata de uma cooperativa de pequenos produtores, pois cada produtor tem em média 5 hectares. Em 2010 a cooperativa exportou dez containers para a Inglaterra, o que trouxe motivação para os produtores continuarem na atividade, pois para eles, até aquele momento, efetivar uma comercialização que cobrisse os custos era quase impossível. (Ubiratan Carvalho, Diretor da COODAP – Pesquisa de campo, Julho de 2011)

No tocante à contribuição efetiva da cooperativa, em geral, a atuação desta tem sido relevante no processo de organização da produção e comercialização, sobretudo para o pequeno produtor, que tem a capacidade, através da cooperação, de conseguir volumes de produção para negociar no mercado internacional.

Porém, de acordo com a pesquisa de campo, as cooperativas são igualmente importantes tanto para o pequeno (COODAP) como para o médio (COOPYFRUTAS), pois auxiliam nas definições dos objetivos comuns ao arranjo produtivo do melão. Isto acontece através de reuniões que ocorrem semanalmente, onde os produtores cooperados juntam-se para discutir objetivos, metas, inovações, reivindicações, ou seja, temas relacionados ao crescimento do setor, aproveitando as próprias dependências das cooperativas.

Segundo estas organizações, elas sempre estão prontas para buscar informações em feiras internacionais ou mesmo nacionais que discutam o agronegócio, e ainda, incentivem que os produtores conheçam novas realidades ou

12 Corresponde a uma certificação até então inédita para a produção de melão no mundo.

tragam novidades para a região, particularmente para a produção do melão.

Uma das questões mais ressaltadas pelos produtores foi a contribuição das cooperativas na aquisição de insumos necessários ao plantio de forma conjunta, o que possibilitou o barateamento dos custos de produção.

No que se refere aos contratos internacionais, o fato de estar cooperado se constitui em vantagem, pois possibilita o acesso mais rápido aos compradores internacionais, que participam das rodadas de negócios que ocorrem na Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada (EXPOFRUIT)¹³.

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A (EMPARN), com sede na cidade de Natal, é uma Empresa Pública vinculada à Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. É constituída de uma sociedade entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que participam respectivamente com 51% e 49% do seu Capital Social, conforme Decreto Estadual nº 7.741, de 9 de novembro de 1979. A EMPARN teve suas atividades iniciadas no ano de 1980¹⁴.

A EMPARN entra no apoio ao arranjo *“cobrindo a falta que uma EMBRAPA direcionada para o melão faz”*, pois ela estimula, dentro de seus limites, a pesquisa no desenvolvimento de novas variedades de melão, novos agrotóxicos que não sejam danosos ao solo, a fim de ga-

rantir a manutenção da qualidade do mesmo. (Amilton Gurgel Guerra, Diretor administrativo da EMPARN – Pesquisa de campo, julho 2011).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criado em 1972, é uma entidade privada sem fins lucrativos e tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Também atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios.

Suas ações no APL em estudo são destinadas mais especificamente ao pequeno produtor, como por exemplo, o auxílio na capacitação profissional e na obtenção dos certificados de exportação exigidos pelo comprador internacional. Um importante beneficiado da atuação dessa entidade foi a COODAP, apresentada acima, que foi auxiliada pelo SEBRAE na aquisição dos certificados necessários à exportação, e desde então começou sua comercialização com o mercado internacional.

Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX) é uma entidade responsável pela articulação política da atividade produtiva da fruticultura irrigada no estado, sediada em Mossoró, na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Dentre suas atribuições destacam-se estudos de avaliação mercadológica. Tais estudos visam analisar o estágio concorrencial em que a atividade se

13 Trata-se de uma feira de iniciativa de atores do arranjo em questão.

14 Informações extraídas do site www.emparn.rn.gov.br

encontra frente ao mercado internacional, bem como as necessidades de diversificação de mercado, e ainda, os rumos estratégicos para a inserção no mercado nacional e internacional.

Neste sentido, a entidade é responsável por potencializar as interações entre os demais atores deste arranjo. Esta articulação pode ser verificada pela identificação das necessidades de aprimoramento do produtor na obtenção de selos de certificações e pela implementação de projetos que visam a ampliação do consumo de melão no Brasil. A partir disto, o COEX busca aquecer o mercado interno através do marketing de propaganda que divulga a fruticultura potiguar. A entidade ainda tem o intuito de auxiliar e estimular o crescimento e desenvolvimento de pequenos produtores, articulando junto ao SEBRAE a formação de parcerias que garantam a orientação necessária ao conhecimento dos temas acerca do empreendedorismo.

O Comitê também tem grande relevância na organização da EXPOFRUIT, no que tangue a formação das rodadas de negócios, palestras e parcerias com compradores internacionais, representantes de máquinas, equipamentos e tecnologia. Todas estas ações contribuem para o desenvolvimento da atividade.

Ademais, verifica-se nos últimos anos o esforço do COEX na tentativa de fomentar, junto ao cenário político do estado, a instalação de um escritório da EMBRAPA na região de Mossoró, que realize pesquisas de forma mais

voltada para a fruticultura. As articulações do Comitê incluem ainda questões infraestruturais e fiscais, a exemplo da identificação de gargalos como o da “Estrada do Melão”¹⁵ e a devolução do crédito do ICMS.

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) é originária da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM)¹⁶ e foi criada em 2005. Esta organização é a principal formadora e fornecedora de recursos humanos técnicos/especializados para o arranjo.

Segundo a UFERSA (2013, p. 1) “os primeiros trabalhos feitos com a cultura do melão na região foram conduzidos pelos docentes e técnicos dos antigos departamentos de Fitotécnica, Solos, Química e Tecnologia, Irrigação e Drenagem e Fitossanidade da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM”.

Assim, desde então, a atuação da ESAM/UFERSA no arranjo ocorre por meio do ensino e pesquisa, cooperação técnica e financeira, voltados à avaliação de cultivares; manejo de irrigação; absorção de nutrientes; caracterização morfológica; qualidade e produtividade; armazenamento; desenvolvimento de produtos (ex: bebida à base de melão), aquisição de Selos de Procedência, dentre outros. Todas estas ações pressupõem a existência de interações com os demais atores do APL, ao mesmo tempo em que reforçam o aprendizado, com transbordamentos sobre a sustentabilidade deste sistema produtivo e inovativo local.

15 A Estrada do Melão, nos seus três trechos, forma um anel viário unindo quatro rodovias, que liga Mossoró e Baraúna, no Rio Grande do Norte, ao estado do Ceará. O objetivo desta estrada, iniciada em 2008, é facilitar o escoamento da produção de frutas e reduzir o desperdício de frutas quando realizado em vias carroçáveis.

16 A ESAM foi criada em 1967 a partir da iniciativa da Prefeitura Municipal de Mossoró. Em 1969 foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior e, em 2005, através da Lei nº 11.155, torna-se Universidade, passando a ser denominada Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Com relação às Instituições Financeiras¹⁷, o Banco do Nordeste (BNB) se destaca por ter como foco de atuação o desenvolvimento regional. Desta forma, os arranjos podem se beneficiar acessando programas como o “Nordeste Territorial” e o “Cresce Nordeste”.

O Nordeste Territorial é uma estratégia que associa a geração de negócios à organização de cadeias produtivas, visando aumentar a competitividade e promover inclusão social e econômica. A partir da construção de redes de negócios, inovação, difusão de novas tecnologias e apoio à governança, o BNB busca criar um ambiente favorável à integração e cooperação entre os empreendedores e parceiros¹⁸.

O “Cresce Nordeste” é uma linha de financiamento para o produtor agrícola. O programa visa contribuir para o fortalecimento da economia do Nordeste e financia itens necessários à produção, ao beneficiamento e à industrialização. São exemplos disto a preparação do solo, gastos como ciclo produtivo, ampliação ou modernização do empreendimento, máquinas, equipamentos, tratores e veículos, desde que justificados em projeto a ser analisado pelo Banco do Nordeste.

No que se refere ao Banco do Brasil, este fornece crédito ao produtor rural apoiado nas linhas de financiamento “Agricultura Empresarial” e “PRONAF – Agricultura Familiar”, cujas

modalidades podem ser acessadas pelos três tipos de produtores: pequeno, médio e grande.

Dentre as linhas de crédito destaca-se a *produção de sementes e mudas* destinada às empresas fornecedoras das mudas de plantas, no início do processo produtivo, bem como a *aquisição de insumos para fornecimento a cooperados*, cuja importância está relacionada ao fato de ser um diferencial na diminuição dos custos na obtenção dos insumos. Apesar das modalidades de financiamento descritas, verificou-se em pesquisa de campo, uma dificuldade mencionada por agentes econômicos de variados portes. Esta se refere à obtenção do montante de capital necessário ao investimento inicial da produção de melão, dada a tecnologia empregada na produção, o tratamento do solo, a compra dos *muschings*¹⁹ e das *mantas*²⁰, que tornam o investimento bastante elevado, antes da produção “propriamente dita” e, muitas vezes, há dificuldade do banco em liberar o capital requerido.

Considerando a estrutura institucional anteriormente descrita, assim como o papel das organizações de apoio, promoção, financiamento e representação no arranjo, observa-se que a interação entre estes atores é de vital importância para a sobrevivência da atividade, visto que, se de um lado o conhecimento tácito deixado pelo legado das empresas pioneiras da

17 A ESAM foi criada em 1967 a partir da iniciativa da Prefeitura Municipal de Mossoró. Em 1969 foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior e, em 2005, através da Lei nº 11.155, torna-se Universidade, passando a ser denominada Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

18 Informações extraídas do site www.bnb.gov.br

19 Inovação introduzida na produção de melão, que compreende um tipo específico de plástico, cuja função é cobrir o solo, para que a planta não tenha contato com o mesmo e permaneça o máximo possível com a umidade certa, diminuindo o custo com irrigação.

20 Outra inovação. Trata-se de um tipo específico de tecido, cuja função é cobrir a muda, para que a mesma seja protegida contra predadores, clima (vento, sol e chuva).

década de 1980 foi fundamental, hoje se verifica uma articulação e difusão de conhecimento, tecnologia e inovação fomentados e estimulados através dos diferentes atores locais.

As cooperativas, através da interação, geram sinergias dentro do arranjo, pois contribuem para a difusão do conhecimento que já foi enraizado pelos ex-funcionários das empresas na década de 1980, além da busca e aprendizado no que se refere a novos métodos de cultivo para a atividade em questão. Outra vantagem de atuar de forma cooperada advém do fato deste esforço potencializar a produção de melão, através de acordos, objetivos e metas comuns, os quais acabam por garantir a aquisição de insumos para o plantio de forma ordenada, bem como a comercialização, que ocorre de forma conjunta sem a interferência da figura do atravessador. Afora isto, as empresas atuando em cooperativas também obtêm a escala de produção reivindicada para a inserção no mercado internacional. Esta sinergia, no decorrer do tempo, trouxe benefícios consideráveis na estrutura produtiva, como a aquisição de novas fazendas, investimentos em caminhões frigoríficos, equipamentos modernos, que refletem a melhoria da infraestrutura dos *packing houses*.

A parceria entre o SEBRAE, o COEX e as cooperativas contribui para identificação e articulação das reais necessidades mercadológicas, como é o caso da obtenção dos selos de certificações para os mercados selecionados. Essa ação demonstra a preocupação destes atores na ampliação de fatias de mercado e de percepção da concorrência como algo dinâmico e evolutivo. Tais aspectos reafirmam a importân-

cia das inovações e diferenciações, bem como o incentivo à pesquisa, para a sustentabilidade do arranjo.

A atuação da UFERSA no arranjo é fundamentalmente de ensino e pesquisa, advindo daí grande parte das interações que realiza com os demais atores. Além disto, esta Universidade sedia o COEX e participa da organização da Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada (EXPOFRUIT).

No tocante à EXPOFRUIT, seus primeiros esforços remontam aos anos 1990. Em 1993, através de uma parceria entre a MAISA S.A, a FRUNORTE e a ESAM (hoje UFERSA) foi criada a primeira feira de agronegócios do estado conhecida como Feira Nacional de Fruticultura Tropical (FENAFRUT), que tinha como objetivo mostrar aos compradores a qualidade das frutas e promover a realização de negócios²¹.

No início da década de 2000 a feira alcançou o limite do público comportado pelo Hotel Thermas, em Mossoró, sendo necessária sua ampliação no que se refere ao espaço físico. Em 2002 viu-se a necessidade de dar uma nova configuração à feira, que passou a ser denominada de EXPOFRUIT; e, em 2003, começou a ser realizada nas dependências da UFERSA, onde são efetuadas pesquisas para o setor e de onde saem muitos profissionais da área em questão²².

A organização da feira resulta da articulação entre o SEBRAE, COEX, UFERSA, e Prefeitura Municipal de Mossoró, pois os atores entendem que essa é uma oportunidade de gerar negócios para todos envolvidos na atividade:

21 Informações extraídas do site www.expofruit.com.br

22 Idem.

A EXPOFRUIT reúne produtores, importadores, exportadores, distribuidores, fornecedores e delegações de Países como França, Itália, Alemanha, Espanha, Holanda, República Tcheca, Bélgica, Noruega, EUA, Rússia, entre outros. A Feira, que vem crescendo aproximadamente 30%, já é a mais representativa no segmento da Fruticultura Tropical Irrigada no Brasil. O sucesso está na satisfação de expositores e participantes que encontram a oportunidade perfeita para gerarem negócios na ordem de US\$ 18 milhões. (<http://www.expofruit.com.br>).

Ainda quanto ao papel da UFERSA no arranjo, recentemente, segundo informações desta Universidade, a mesma “[...] teve papel decisivo na elaboração do Selo de Procedência Geográfica do Melão de Mossoró”. A conquista deste selo resultou de inúmeras interações entre os atores presentes no arranjo que, a partir de suas funções específicas, atuaram ora em anos de estudos, ora em articulações, ora na adequação às especificações, dentre outras ações, as quais culminaram, em novembro de 2013, com a concessão deste Selo. (UFERSA, 2013). Tais esforços envolveram a UFERSA, o COEX, o SEBRAE, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), as empresas de variados portes. Este fato reforça a importância das interações no alcance de objetivos comuns e estratégicos para o arranjo.

O SEBRAE, por sua vez, além de realizar as interações já mencionadas com os demais atores, também disponibiliza para os pequenos produtores cooperados o conhecimento de sua área de atuação, capacitando-os com cursos sobre associativismo, cooperativismo, técnicas de vendas, boas práticas agrícolas e logística, empreendedorismo, entre outros temas.

Quanto às interações dos produtores com as instituições financeiras, conforme destacado anteriormente, as principais instituições financeiras que atuam junto aos atores do arranjo são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Tal relação por um lado está condicionada ao cumprimento de regras próprias do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e ainda, ao esforço destes bancos em ofertar modalidades de crédito mais próximas das necessidades dos produtores de variados portes.

Por fim, percebe-se que o APL dispõe de uma estrutura institucional, expressa numa densidade de atores, que vem contribuindo ao longo do tempo, através das interações ali existentes, para que o aprendizado, cada vez mais enraizado neste sistema produtivo, permita a sustentabilidade da atividade frutícola na região.

De outra parte, fica clara a importância de todos os atores para o desempenho do APL do melão, sendo possível afirmar que as interações estabelecidas contribuem de forma efetiva para que o mesmo tenha condições de se inserir no mercado internacional.

Logo, avalia-se que as interações têm papel fundamental no desenvolvimento dos arranjos produtivos, uma vez que através destas relações, por si só dinâmicas e mutáveis ao longo do tempo, os atores que compõem a sua estrutura institucional podem criar e recriar as formas de cooperação, de concorrência, de convivência; estabelecer laços de confiança e identidade; trocar experiências. Todos estes aspectos resultam em um aprendizado que pode inclusive modificar os seus comportamentos e inovar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arcabouço teórico utilizado neste estudo foi pertinente para a análise do APL de melão de Mossoró/Baraúna, na medida em que permitiu visualizar o aprendizado, cooperação e a importância da interação dos agentes para o arranjo.

Conforme visto, o APL apresenta destacada vantagem de localização, pois Mossoró é uma região historicamente voltada para a produção de frutas, a partir de um legado deixado pela MAÍSA e pela FRUNORTE nos anos 1980 e 1990. Tais empresas foram responsáveis pela formação de uma mão-de-obra capacitada, no que diz respeito ao conhecimento agrícola, que se transformou em um “know-how” voltado para a fruticultura, ou seja, agrônomos, químicos e pesquisadores. Além disso, trata-se de uma região dotada de qualidades específicas e adequadas, tais como solo, clima e localização geográfica, o que faz com que o melão apresente um diferencial no mercado internacional.

Este conjunto de fatores deixa claro que a produção de melão no arranjo resulta de condicionantes endógenos, seja em razão de aspectos históricos expressos em sua trajetória produtiva, seja ainda em razão de elementos de ordem natural, como aspectos ambientais. Todos estes aspectos reforçam seu enraizamento.

O APL da fruticultura de Mossoró/Baraúna, por meio da interação dos atores e produtores, permite que estes tenham condições de fortalecer suas vantagens decorrentes da especialização produtiva; tenham capacidade de criar mudanças, gerar e criar novas ideias; maior segurança nas decisões coletivas em re-

lação aos riscos e à incerteza, bem como maior capacidade de identificação e aproveitamento das sinergias geradas no interior da atividade. Além disso, podem conjuntamente usufruir de novos produtos e processos que são conseguidos a partir da interação com outros atores, como é o caso do SEBRAE, EMPARN, ou outros de caráter privado por meio de pesquisas que fornecem possibilidades de estudos que auxiliam na produtividade e comercialização.

Além do mais, o atual estágio conquistado pela produção de frutas irrigadas do Rio Grande do Norte reflete o dinamismo desta atividade na região. Esta posição de realce pode ser sintetizada pela análise dos seguintes pontos: destacada condição nacional de produtor de melão; expressivo volume de produtos comercializados, especialmente nos mercados internacionais, e incremento tecnológico expresso na produtividade.

Contudo, a presença de alguns atores é uma reivindicação, como é o caso do governo por meio de suas políticas de incentivo à atividade. Nesse sentido, existe a necessidade do investimento governamental na criação de uma EMBRAPA direcionada ao melão, com seus pesquisadores voltados exclusivamente para a pesquisa científica nesta área, desenvolvendo novas formas de proteção ao solo, sobretudo a resistência às pragas.

Ademais, existe a necessidade de investimento continuado no modal rodoviário, sobretudo nas estradas municipais de acesso às fazendas. Complementarmente, ainda no quesito infraestrutura, o arranjo se ressentia da carência de estradas de ferro e portos eficientes que possibilitem o escoamento da produção de forma rápida para o mercado comprador, que em grande parte encontra-se na Europa.

Todas estas são proposições relevantes para que o APL de melão de Mossoró/Baraúna consiga se manter competitivo nos próximos anos e alcançar patamares ainda mais elevados no mercado internacional.

Trabalho recebido em 28/03/2014

Aprovado para publicação em 02/09/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. A nova geração de políticas para APLs e o debate sobre o desenvolvimento. In: LASTRES, Helena M. M., PIETROBELI, Carlo, CAPOLARI, Renato, SOARES, Maria C. C., MATOS, Marcelo G. P. (orgs). A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental. Brasília: CNI. p. 203-215, 2012.
- APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu. Análise das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso. In: APOLINÁRIO, Valdênia, SILVA, Maria Lussieu (orgs.). Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal, RN: EDUFRN, 2010. p. 31-60.
- CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M, STALIVIERI, Fábio (orgs). Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers 2008.
- CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M (orgs). Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2006.
- CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M, ARROIO, Ana (orgs). Conhecimentos, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Contraponto, 2005.
- CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. IN: CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena, M. M, MACIEL, Maria Lúcia. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2003.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2013). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>.
- NUNES, Emanuel Márcio, SCHNEIDER, Sérgio, FILIPPI, Eduardo Ernesto. Arranjos Produtivos Locais e Agricultura Familiar no Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). XI Encontro Nacional de Economia Política. 2006, Vitória-RS. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1112>>. Acesso em março de 2011.
- OLIVEIRA, Estévani P. A inserção do Agronegócio da Fruticultura do Rio Grande do Norte no contexto internacional. Natal, RN: UFRN, 2005. (Monografia).
- _____. Arranjos produtivos globalizados: o caso do APL da fruticultura de melão

de Mossoró - Baraúna-RN. Natal, RN: UFRN, 2011. Dissertação (Mestrado em Economia).

QUEIROZ, Sérgio. Aprendizado tecnológico. In: PELAEZ, Victor, SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). Economia da inovação tecnológica. São Paulo: Hucitec: Ordem dos Economistas do Brasil, 2006. p. 193-211.

REDESIST. Estudo comparativo dos sistemas nacionais de inovação no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Rio de Janeiro: UFRJ/REDESIST, 2007. Disponível em: <<http://brics.redesist.ie.ufrj.br/Projeto%20BRICS.pdf>>. Acesso em: março de 2011

SEBRAE/EMPARN/EMATER. Eficiência Econômica e Competitividade da Cadeia Produtiva do Melão no Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2005.

SILVA, Maria Lussieu. Uma discussão acerca da competitividade da fruticultura do Rio Grande do Norte (1987 – 1996). Natal, RN: UFRN, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

UFERSA. CTARN participa da elaboração de indicação geográfica do melão. In: Portal UFERSA, 05/11/2013. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/noticias/8803>>. Acesso em Janeiro 2014.

POR LOS CAMINOS DEL MUNDO RURAL: EL BUEN VIVIR TOJOL-AB´AL DE CHIAPAS

Agustín Avila R.

RESUMEN

El Buen Vivir - *jlekil altik* para los tojolabales - forma parte de la vida cotidiana de los pueblos, del ejercicio de una territorialidad frente a los intentos de despojo de sus territorios y de los procesos de asimilación cultural. Es también referente a un mundo de vida alternativo que se reproduce y reconstruye en las relaciones sociales que los tseltales y tojolabales ponen en marcha en su vida cotidiana. Por ejemplo el “buen vivir” está muy ligado también al *lajan lajan aytik*, que significa estar parejos, estar iguales, y que es la aspiración comunitaria de la igualdad. Una sociedad que en la vida comunitaria pone énfasis en la satisfacción de lo necesario y el disfrute de su espiritualidad, hace frente a una economía globalizada que postula la acumulación material desenfrenada, que es causante de la crisis ecológica que vivimos y que no tiene precedentes.

Palabras Claves: Buen Vivir; Chiapas; Tojolabales; Campesindios.

PELOS CAMINHOS DU MUNDO RURAL: O “VIVER BEM” TOJOL-AB´AL DE CHIAPAS

RESUMO

O “Buen Vivir” - Viver Bem” (*jlekil altik*) faz parte da vida cotidiana dos povos tojolabales, do exercício de uma territorialidade face às tentativas de despojo de seus territórios e dos processos de assimilação cultural. Refere-se também a um mundo de vida alternativa que se reproduz nas relações sociais e na vida cotidiana dos tojolabales. Por exemplo, o “buen vivir” é muito ligado ao *lajan lajan aytik*, que significa “ser iguais”, aspiração comunitária à igualdade. É uma sociedade que, na sua vida comunitária, frisa a satisfação do necessário e sua espiritualidade, face a uma economia globalizada que supõe a acumulação material desenfreada, provocando a crise ecológica sem precedente que vivemos.

Palavras chave: “Buen Vivir”; Chiapas; Tojolabales; Povos indígenas.

Para los pueblos indios del estado de Chiapas, México, la Buena Vida - *jlekil altik* para los tojol-ab´ales - forma parte de la vida cotidiana de los pueblos, del ejercicio de una territorialidad, una racionalidad campesindia (Bartra, 2011) y la construcción de un poder social (Toledo, 2013) frente a los intentos de despojo de sus territorios y de los procesos de asimilación cultural.

Mediante este trabajo, realizamos un acercamiento a la concepción del buen vivir que tienen los tojol-abales de Chiapas como crítica a la noción colonial del desarrollo, visualizamos como en la vida cotidiana en la que construyen el *jlekil altik* se prefiguran otras relaciones sociales en medio de disputas de territorialidades (Rodríguez et. al, 2010).

1. TOJOL WINIK/IXAW (HOMBRES Y MUJERES VERDADEROS)

Los tojol-ab´ales son uno de los aproximadamente treinta pueblos mayenses que todavía existen (INALI, 2008). Se nombran a sí mismos los *tojolwinikotik*. *Tojol* quiere decir verdadero; *winik*, hombres; y el *tik* hace referencia al nosotros, así ellos se llaman: “*Nosotros los hombres verdaderos*”. Su idioma es el tojol-ab´al, lo que significa “palabra verdadera”; la palabra que sale del corazón. Al igual que el resto de los pueblos mayas, son herederos de la cultura mesoamericana, la lengua tojolabal, a decir de lingüistas, desciende del protomaya (hablado hace más de 5 mil años). El idioma tojolabal aparece documentado con otros nombres de los cuales los más frecuentes son chañabal, chanabal, cuaneabal, casdal, jojolabal, jocolabal, entre otros (Fabregas, 1994).

De acuerdo al conteo de Población y Vivienda 2005 del INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía), el número de hablantes es de 43.169, de las cuales 21.604 son mujeres (INEGI, 2005).

La lengua tojolabal se habla en aproximadamente 379 localidades de los municipios de Las Margaritas, Altamirano, Comitán, Independencia, Trinitaria, Tenejapa y Ocosingo (INALI, 2008). Para Gudrun Lenkersdorf, los tojolabales han habitado la región de Comitán de manera ininterrumpida desde los tiempos de la Conquista española (Lenkersdorf Gudrun, 1986). Hacia otros lugares de la región tojolabal llegaron en el lapso de los últimos tres siglos; por ejemplo, las comunidades tojolabales de la selva Lacandona fueron orilladas a desplazarse a colonizar dicho espacio por la reforma agraria parcial e inconclusa que se dio a mediados del siglo XX. En el siguiente cuadro podemos ubicar el número de comunidades tojolabales por municipio, lo que nos muestra que básicamente este pueblo se encuentra en los Municipios de Las Margaritas, Altamirano, Comitán de Domínguez, La Independencia y La Trinitaria del estado de Chiapas.

NÚMERO DE COMUNIDADES TOJOLABALES POR MUNICIPIO

MUNICIPIO	NÚMERO DE COMUNIDADES
Las Margaritas	209
Altamirano	79
Comitán de Domínguez	45
La Independencia	30
La Trinitaria	10
Tenejapa	5
Ocosingo	1

Fuente: INALI. Catalogo de Lenguas Indígenas Nacionales. 2008

La región tojolabal no es homogénea, al contrario es muy extensa ya que cuenta con más de 6 mil kilómetros cuadrados en donde conviven una diversidad de actores: iglesias, partidos políticos, ejércitos, ganaderos, comerciantes, aserraderos, pueblos indígenas, organizaciones sociales y civiles, entre otros. Existen tres microrregiones que constituyen áreas ecológicas diferentes en las que, a partir de las historias locales, se han establecido dinámicas particulares, además, la cultura tojol-ab´al ha adoptado determinados matices que nos permiten ubicar los cambios de 1994 al 2010 por microrregiones. Las microrregiones son la de los Valles, la de las Tierras Altas y la de la Selva.

La región tojol-ab´al de los Valles se encuentra en los Valles de Las Margaritas y en los llanos de Comitán. La población tojol-ab´al data desde antes de la conquista. En esta la fuerte presencia de las fincas ganaderas (siglo XIX) marcó la historia local en general y de los tojol-ab´ales en particular, quienes fueron despojados de sus tierras y orillados a vivir como encasillados en las fincas. El gran poder de los finqueros retrasó y obstaculizó el proceso de reforma agraria.

Varios de los solicitantes de tierras que no lograron ser dotados con ejidos, a partir de 1960 tuvieron que emigrar a la selva o tuvieron que incorporarse como fuerza de trabajo, principalmente en el sector servicios.

El poder de los finqueros y posteriormente ganaderos no desapareció. En algunos momentos el proceso organizativo los ha hecho retroceder (por ejemplo, por ley tuvieron que ceder tierras para la constitución de ejidos o como parte de las tierras recuperadas después del alzamiento zapatista), sin embargo, su pre-

sencia junto a los tojol-ab´ales ha sido de confrontación permanente.

Aquí los tojol-ab´ales han convivido de manera cercana con la población de las ciudades de Las Margaritas y Comitán, con los llamados *kaxlanes*. Por esta razón, muchos de ellos han ido hablando cada vez más en castellano. Junto a esto, el idioma tojol-ab´al también ha tomado determinados matices que lo hace que difiera un poco del que se habla en la tierra fría, existen así varias palabras en tojol-ab´al que tienen significados distintos dependiendo de la microrregión en la que se encuentre uno. Además debido a la influencia de las ciudades, la vestimenta y la alimentación también se han ido modificando de manera acelerada. Al mismo tiempo se está introduciendo una gran cantidad de productos que son llevados de la ciudad.

En esta región Valles es precisamente donde encontramos procesos de cambio sociocultural mucho más profundos debido a su cercanía con las ciudades de Las Margaritas y Comitán y al desarrollo de vías de comunicación que permiten procesos de interacción social mucho más permanentes.

En las comunidades de los Valles encontramos todavía una economía campesina que se basa en la producción de maíz, fríjol, algunas hortalizas y ganado básicamente dedicados para la reproducción de la unidad doméstica. A pesar de que se produce fundamentalmente para el autoconsumo, poco a poco están empujando procesos de producción para el mercado como es el caso de jitomate en algunos inverna-deros de las comunidades.

En un trabajo de campo que desarrollamos en las comunidades de Veracruz, Saltillo y Nueva Nicaragua¹, identificamos que existe un

1 Trabajo de campo realizado del 2011-2012.

ordenamiento territorial comunitario, ya que cada comunidad pese a que funciona el trabajo individualizado por parcela posee un área para cultivos agrícolas esencialmente de maíz y de frijol, otra área para estancia de ganado, una de reserva de madera y de bosques, un lugar sagrado según la cosmovisión tojolabal que comentaremos más adelante y buena planeación del caso urbano con solares familiares que permiten el uso del traspatio para la producción de ganado menor, de café, de frutales, de plantas medicinales, entre otras.

La producción agrícola de maíz se realiza de forma híbrida ya que por un lado hacen uso de muchas nueva técnicas de producción traídas sobre todo por la revolución verde como son el uso de agroquímicos y de algunos instrumentos de trabajo, pero por otro lado los que son católicos mantienen el rezo de la tierra a la hora de siembra, la fiesta de la tapisca a la hora de cosecha, así como su participación en romerías en diferentes épocas del año.

En los valles encontramos una diversidad política interesante ya que junto con las organizaciones sociales como la Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC), la Coordinadora de Organizaciones Democráticas de Chiapas (CODECH), la Alianza de Organizaciones Sociales (ASSIS), que abundan en la zona, encontramos la presencia de partidos políticos entre los que destacan el PRD (Partido de la Revolución Democrática), el PVEM (Partido Verde Ecologista de México) y el PRI (Partido Revolucionario Institucional).

La presencia zapatista en esta zona es muy relativa, algunas comunidades como Saltillo aprovecharon la toma de tierras que se puso en marcha con el alzamiento armado de

1994 para hacer lo propio en torno a espacios agrícolas cercanos, aunque no soportaron muchos meses las exigencias de la lucha armada y regresaron a la CIOAC (Escalona, 2010). Actualmente debido al proceso electoral de 2010 donde la CIOAC tuvo una fuerte división entre los que permanecían en el PRD y los que se iban al PVEM (Partido Verde Ecologista de México), se constituyeron dos referentes en la mayoría de las comunidades de la región Valles y de la Selva, la CIOAC Democrática relacionada con el PVEM y la CIOAC histórica con militancia en el PRD, producto de esta división en las comunidades, se ha dificultado la vida en comunidad pero pese a ello se mantienen los lazos comunitarios y las prácticas democráticas.

En las comunidades visitadas, encontramos que la Asamblea de ejidatarios es la máxima instancia de toma de decisiones, pese a que existen diversas organizaciones en las comunidades, los acuerdos se siguen tomando en dicha instancia y ello se realiza en procesos de discusión y reflexión largos y abiertos a la comunidad.

Un ejemplo de resolución de conflictos según la lógica comunitaria lo encontramos en la Comunidad de Nueva Nicaragua donde ante la división de la CIOAC, los dos invernaderos gestionados por dicha organización tuvieron que dividirse de manera inteligente y novedosa permaneciendo el interés general. Siendo 20 socios los que trabajan los invernaderos, 12 quedaron del lado de la CIOAC histórica y 8 de la CIOAC democrática, al tener los dos invernaderos 16 filas de jitomate, a cada socio le fue asignado una fila para su aprovechamiento comercial y cuidado, quedando 4 socios sin producción de jitomate, la comunidad decidió otorgarles pedazos de tierra dentro de las reser-

vas comunitarias para que quedaron compensados de su exclusión de la producción en invernadero. Como podemos darnos cuenta prevaleció pese a las divisiones grupales el sentido de cada miembro de la comunidad quedará satisfecho por el proceso de reparto de los invernaderos y de esa forma mantener la vida comunitaria pese a las diferencias.

Es en esta parte de los Valles donde más presencia institucional es más fuerte y cercana, junto con los ingresos económicos que proporciona la producción de maíz, de frijol y de ganado, los ingresos de la población dependen también de los programas gubernamentales, como Oportunidades, que ha beneficiado varias familias - la mayoría de esposas con hijos de ejidatarios en la escuela. También existen programas de desayunos escolares, así mismo las clínicas ya funcionan en varias comunidades y han recibido apoyos en proyectos productivos como granjas de puercos, aves de traspatio, hortalizas, entre otros. En estas comunidades se paga PROCAMPO (Programa de Apoyo al Campo) a los productores y tienen apoyos del gobierno estatal como el de Maíz solidario que los dota de fertilizante y el de CODECOA (Comité de Desarrollo Comunitario) que les proporciona herramientas de trabajo agrícola. Pese a toda esta política gubernamental, dichas comunidades siguen teniendo un alto grado de marginación después de la primera década del siglo XXI.

La región de las Tierras Altas se encuentra en la zona fría de Altamirano. A diferencia de los Valles, la tierra es de menor calidad; aquí también se establecieron fincas monumentales, aunque en menor medida que en la región de los Valles. Todavía hoy podemos ver los inmensos cascos de las poderosas haciendas que ahí habitaron.

Algunos documentos históricos registran presencia de población indígena desde la conquista, por ejemplo, en 1695 en el “manuscrito de Berlín” de la relación de Nicolás Valenzuela, ya se hace referencia de lugares como Chiptik y de lugares cercanos que hoy son habitados por tojol-ab-ales. (Nuñez, 2010)

Es evidente que recorriendo estas tierras muchos de los cascos de estas fincas fueron edificadas sobre pirámides prehispánicas y con sus propias piedras. No obstante los actuales habitantes tojol-ab´ales se remontan solo desde la época de la finca.

La finca aquí también marcó la historia de los tojolabales. Se recuerda amargamente el maltrato hacia ellos y las muy largas jornadas de trabajo que tenían que cubrir, es probable que por esto, en algunas monografías de este pueblo, se diga que la enorme riqueza que lograron los propietarios privados fue a costa de la fuerte explotación de la fuerza de trabajo indígena. Aunado a ellos probablemente por la lejanía de las ciudades se platica mucho como los peones tenían que cargar en la espalda a sus patrones y a sus familias hasta Comitán y Las Margaritas.

En general, la finca sobrevivió muchos años, algunos de ellos dejaron de existir hasta 1994, lo cual evidencia el gran poder que llegaron a tener los finqueros, quienes durante años se resistieron a la dotación de ejidos. Esta “resistencia” se logró gracias a que estuvieron en contubernio con las autoridades agrarias y gubernamentales.

En la región de la Selva se ubican las Cañadas de la selva Lacandona, la presencia de los tojol-ab´ales se remonta al proceso de colonización de montes y selvas promovida por

el gobierno estatal y federal a partir de la década de los cincuentas. La colonización tenía como objetivo dar salida a las demandas de dotación agraria y la no afectación de tierras agrícolas prosperas, ubicadas en otras partes del estado de Chiapas y del país, muchas de las cuales estaban en manos de grandes terratenientes.

Los tojol-ab´ales, junto con otros pueblos de Chiapas, entre ellos tseltales, tsotsiles, mames y de otras partes del país, llegaron a habitar la selva. Ahí muchas veces en condiciones inhóspitas tuvieron que adaptarse a este nuevo lugar y a convivir con culturas diferentes a las de ellos.

Es importante indicar que a esta región fueron “aventados” los pueblos indígenas, sin embargo, una vez que el capital se da cuenta que de ahí hay recursos naturales estratégicos como la biodiversidad, los minerales y el petróleo, que le son necesarios para su proceso de reproducción, ha intentado sacarlos de ahí, a fin de tener acceso a estos recursos, y continuar con el largo camino de despojo iniciado desde la conquista.

2. TIERRA Y TERRITORIO TOJOLABAL

La región tojolabal se nos presenta así como un mosaico de diversidad ecológica, cultural, histórica, social, económica y política, pero si algo mantiene la identidad como pueblo es la tierra, la madrecita tierra, la *jnantik luum*.

Pese a los procesos de cambio socioculturales que se viven, la diversidad religiosa y los procesos de emigración, para los tojol-ab´ales la tierra sigue siendo un espacio sagrado y privilegiado, no solamente su producción material sino con relación con todos los significados simbólicos que forman parte esencial de su cultura.

Para el mundo tojolabal, que posee una cultura y una cosmovisión particular, su relación con la naturaleza se realiza de una forma particular; para ellos, todo lo que existe en el mundo tiene vida propia. Para los tojol-ab´ales todos formamos un conjunto de cosas dotadas de corazón, ya que el corazón es la fuente de la vida, en la historia de cómo los dioses crearon el mundo, encontramos primero esa concepción:

Los dioses primeros crearon a todas las cosas con corazón, así el hombre solo se dedico a descansar y no trabajaba, porque les decía a las otras cosas que tenían corazón que hicieran las tareas. Así le decía al hacha corta la madera y ella lo hacía, a la coa que sembrara y esta lo hacía. Los dioses enojados porque el hombre no trabajaba decidieron hacer que los volcanes estallaran e inundaran de ceniza el mundo, como algunos hombres se refugiaron en cuevas, los dioses entonces mandaron que lloviera por muchos años. Después de la lluvia y las cenizas una vez que el mundo se seco los pocos hombres que sobrevivieron, tuvieron mucho que trabajar para reconstruir el mundo pero no tenían sobre todo que comer, porque todo había acabado entre las cenizas y las lluvias. Algunos hombres de tanto vivir en cuevas se transformaron en animales, así nació el jalow (tepesquintle), el iboy (armadillo), la chu´u (ardilla), el batz (sarahuato) y el chich (conejo), todos estos animales como recuerdo de su forma humana guardaron la forma de sus manos. En esas andabas el hombre pasando hambre, cuando vio una hormiga arriera que transportaba un grano de maíz y decidió hablar con ella y pedirle que le dijera donde había escondido el maíz, como la arriera se negó, entonces tomo una cerda de caballo de caballo y se la amarro a la mitad de su panza exigiéndole que confe-

sara, - por eso las hormigas tienen esa forma -, después de mucho dolor y sufrimiento, la arriera señaló que lo tenía en un peñasco oculto entre muchas piedras. Fue el hombre a ver dicho lugar y se dio cuenta que el maíz estaba oculto y que era muy difícil sacarlo, Fue ahí donde fue y hablo con el rayo al cual le pidió que le ayudara, el rayo se lanzo sobre la piedra y logro partir la roca, el hombre pudo así tener maíz y desde entonces es un hombre de maíz , en un nuevo mundo, donde el maíz esta unido a la madre tierra²

Para los tojol-ab´ales la tierra es uno de los seres que más quieren, por eso le llaman madre tierra, a ella le deben la vida y su existencia en el mundo.³ Con la tierra establecen una relación particular que se equipara a un proceso de enamoramiento. Todos los días acuden a su encuentro para verla y cuidarla. Si no acuden a verla se corazón se pone triste. Entre los tojol-ab´ales hay un cuidado muy especial por la tierra, pese a que utilizan muchos de ellos químicos actualmente, la mayoría siempre que va a cultivar le pide permiso, “acuden con dos velas al terreno y un poco de trago, se sitúan en el centro y llevan a cabo una oración”⁴.

Para ellos todo ser viviente necesita cuidado, los niños necesitan cuidados, los animales domésticos necesitan cuidados, los animales silvestres necesitan cuidados para no extinguirse, todos necesitamos cuidados y protección. Por lo tanto el maíz que tiene corazón y alimenta a los tojolabales no les gusta que las maltraten, porque si las maltratan se aleja de la

familia o de la comunidad entera. Para ello es muy importante conservar el respeto ante toda la familia y la comunidad para el sagrado maíz.

Cuando se desgrana las mazorcas en la casa para el consumo, se hace con mucho cuidado, normalmente se desgrana con un olote quemado y macizo, este olote al terminar de usarlo de guarda hasta que se juntan de 10 a 20 olotes utilizados para después llevarse a un lugar para descomponerse, los granos de maíz que se cae al suelo al momento de desgranar se levanta con mucho cuidado y se deja aparte para el consumo de los animales de la casa, si se hace al contrario se puede alejar por completo el yaltsil ixim (Corazón del maíz) y la familia sufrirán de hambre.

Cuando se le da de comer a los animales, los granos que no terminan de comer se levantan con mucho cuidado, se guardan y se utilizan para la próxima. También cuando se hace la siembra de la milpa no se puede dejar semillas tiradas en la superficie, porque si llega a suceder el dueño del maíz puede causarle daño al sembradío y así baja la producción.

Con estas creencias y conocimientos, el pueblo tojolabal estima el maíz, por ser el grano sagrado que hace sobrevivir al pueblo, y gracias a la madre tierra les da alimento al sagrado grano al momento de sembrar las semillas en la milpa y al mismo tiempo protección para no ser destruidos por espíritus malos, como por ejemplo el sombrero y la *pajkintaj* (la llorona), que son espíritus malos que solo dedican a hacerles daños al hombre que tiene fe en Dios y de la madre tierra.

2 Testimonio de Don Jaime Lopez, comisariado ejidal de Tabasco 2000, comunidad tojol-ab´al de Las Margaritas, Chiapas.

3 Entrevistas con tojolabales de las comunidades de Veracruz, Nueva Nicaragua, Tabasco 2000 y Buena Vista Pachan.

4 Platica con Arturo Hernández, tojolabal de Nueva Nicaragua.

Por lo tanto el hombre tojol-ab´al solo es un elemento más de la naturaleza, por lo tanto dependemos de ella, y esto significa que el hombre debe de mantener una buena y estrecha relación con la madre naturaleza y sus recursos; no podemos decir que el hombre domina la naturaleza sino que el hombre es dominado por la naturaleza.

Para los pueblos indígenas, la matriz de todos los derechos es la tierra, en el sentido del territorio. La concepción indígena de la tierra es integral y humanista. La Tierra no es solamente el suelo. La Tierra la forman los animales y las plantas, los ríos, las piedras, el aire y las aves; los seres humanos. La tierra tiene vida.

Para los tojolabales el *Lajan Lajan Aytik* significa todos van parejos y son iguales y por lo tanto todos son sujetos. Las comunidades indígenas tojolabales presentan una cosmovisión diferente al mito occidental de Adán y Eva. Ellos piensan que los *kaxlanes* (*Gente de la ciudad*) consideran que la naturaleza no siente así como los animales ya que de inicio no reaccionan, pero con el paso del tiempo muestra cambios devastadoras para el ser humano y para la propia naturaleza. Los tojol-ab´ales mantienen una relación directa con la naturaleza respetándola, puesto que para ellos la naturaleza tiene un amplio significado (es la madre tierra), les brinda un lugar para poder vivir, alimentarse y para realizar sus distintas actividades, la tierra para los tojol-ab´ales no tiene dueño y no es un producto mercantil sino que es de todos.

En el trabajo de campo que he realizado por las microregiones tojol-ab´ales encontramos que no existen procesos de venta de tierra a personas ajenas de la comunidad y que la venta de tierras se da sobre todo entre familia-

res por razones de acceso a la tierra de los nuevos jóvenes de la comunidad.

Otro punto importante en la vida tojol-ab´al es que las personas dicen que si no van a la milpa (Sistema de producción de maíz y cultivos básicos) 2 o 3 días, esta se pone triste; los tojol-ab´ales platican con la milpa como si fuera una persona porque ellos consideran que siente (intersubjetividad), la milpa los llena de alegría. Si la madre tierra la tratan bien reacciona de la misma manera si eso pasa muestra su fuerza, belleza y si se trata mal dicen que las plantas se marchitan.

Por estas razones y dada la relación simbólica que establecen entre la tierra – la madre tierra - y los tojol-ab´ales, la visita a la milpa les permite mantener alegre el corazón, porque mediante ésta pueden relacionarse con uno de los seres mas importantes que para ellos existe. Así *“la milpa, pues, no representa sólo un producto comercializable, tampoco solo la comida para satisfacer el hambre. Al ver la milpa día tras día, al visitarla todos los días, los tojol-ab´ales no piensan ante todo en valores de cambio ni tampoco en valores de uso, sino en una relación vital como la que se da entre hermanos, compañeros o familiares. Por decirlo así, están enamorados de la milpa.”* (Entrevistas realizadas en el 2011).

2.1 EL JLEKIL ALTIK TOJOL-AB´AL

La idea del Buen Vivir es un debate epistémico-civilizatorio sobre otras categorías que explican nuestra realidad latinoamericana. Frente a la visión economicista del desarrollo, los pueblos afroindoamericanos retoman otras concepciones que tienen más que ver con sus

cosmovisiones, su filosofía, sus propuestas de futuro que retornan a mirar el pasado y que, indudablemente va más allá de la crisis civilizatoria en la que nos encontramos.

El Buen Vivir articula un acervo de visiones y prácticas presentes en nuestra historia y en nuestra realidad contemporánea y que por tanto son el sustento concreto de las alternativas. El Buen Vivir no es sólo una utopía de futuro, sino que nombra también porciones de nuestra realidad; hay en el aquí y ahora, en nuestro día a día, por así decirlo, pedacitos de Buen Vivir que hacen viable esta propuesta.

Coincido con Carlos Lenkersdorf (2005) cuando señala que lo que comúnmente se llama desde occidente *cosmovisión* está íntimamente relacionada con el comportamiento de la gente lo que construye a su vez cosmovivencias que se hacen explícitas en el filosofar ético y en el campo de la justicia. En la vida tojol-ab´al aparece recurrentemente el nosotros que se contrapone al individualismo del pensamiento liberal. El Buen Vivir es oponente a la lógica de acumulación material, porque en esta última va explícita la idea de la desigualdad y el beneficio de unos a costa de los otros.

“Es claro por tanto que la apelación a las cosmovisiones indígenas invoca una ruptura con las visiones etno antropocéntricas, y reclama una mirada más bien cosmocéntrica, que incluye la vida en todas sus formas y no sólo humana, cobijada en la naturaleza hoy amenazada” (Farah, 2011, p. 7). Los pueblos indígenas al tener en común la idea de la madre tierra como hogar de todas las formas de vida, al hablar como lo hacen los tojol-ab´ales de que todas las

cosas tienen *yaltzil*, es decir corazón, abren posibilidades de hacer frente a la lógica depredadora del capitalismo actual.

Es así como el buen vivir aparece como alternativa al etnocentrismo occidental y el individualismo del capitalismo actual. El “Buen Vivir” o “Vivir Bien” o “Estar Bien” se basa en una relación armónica y respetuosa entre seres humanos y entre estos y los otros seres vivos que cohabitan la naturaleza.

La palabra desarrollo por ejemplo, no existe en Tseltal, Tsotsil, Tojolabal, Chol – principales lenguas indígenas del estado de Chiapas – ello deja claro su exterioridad al mundo indígena. Tampoco existe en los pueblos esa visión lineal de una vida mejor basada en el consumo en masa, para ellos existe un estado de bienestar.

Por ejemplo, para los tojolabales lo que más se acercaría al Buen Vivir es el *jlekil altik*, *lek* significa bueno, bien o justo. Por su parte *il* y *al* son sufijos de determinación y generalización. El *tik* hace referencia al nosotros, lo que significa que el bien es generalizado y no individual. Dicho de otro modo, el *lekilaltik* se refiere al bien nuestro, al bien común. Para los tojolabales no basta que unos cuantos se encuentren bien, para que haya *jlekil altik*, se requiere que el conjunto de seres se encuentre bien.⁵

Por eso, es necesaria una relación más armónica entre todos los que habitan en el mundo, porque el bienestar de uno está en función del otro. Pero no sólo nos referimos a los hombres y las mujeres, sino a todos los otros que con ellos conviven como los animales, plantas, árboles, ríos, entre otros. Esto implica la ausencia de una visión antropocéntrica, en la que

5 Talleres sobre el Buen Vivir realizados en las comunidades de San Mateo Veracruz y Nueva Nicaragua, Las Margaritas, Chiapas.

el ser humano se posiciona como el centro del mundo y a partir de dicho pensamiento destruye lo que está a su alrededor.

Para Carlos Lenkersdorf (2004), este concepto cubre una gama de aspectos desde lo moral, lo justo y la paz, lo religioso y hasta lo conectado con la salud. Pero también incluye la libertad, no sólo individual sino de la comunidad, del nosotros. Por esto se ha hecho referencia al *jlekil altik* como la sociedad justa.

Una sociedad justa para los tojolabales implica que unos no se aprovechen de otros para beneficiarse, como en la época del baldío⁶ en donde los patrones no pagaban a los indígenas su trabajo. O como el capital logra conseguir una ganancia a costa de no retribuir y despojar parte del trabajo. Significa una sociedad más pareja, lo que los tojol-ab´ales llaman *lajan lajan ´aytik* (estamos iguales o parejos).

En suma, el concepto de *jlekil altik* de los tojol-ab´ales está dentro de la idea del buen vivir o del vivir bien, que significa vivir en armonía con los ciclos de la vida y del multiverso y en equilibrio con todas las formas de existencia. Vivir bien significa vivir en armonía y en equilibrio, en armonía con los ciclos de la madre tierra, con los ciclos del cosmos, con los ciclos de la historia, con los ciclos de la vida, y en equilibrio complementario con toda forma de existencia. La base fundamental para la continuidad del buen vivir es el acceso a la tierra y territorio en el marco del derecho a la libre determinación de los pueblos.

Y es que a partir de la defensa del territorio, de los bienes comunes y del derecho a la par-

ticipación, la sociedad se reorganiza dentro de un nuevo paradigma de civilización que cuestiona el modelo de desarrollo capitalista y evidencia, en la interdependencia de las respuestas a las crisis, la única salida a construir en conjunto.

Para los tojol-ab´ales ese mundo de vida alternativo que tiene como base el *jlekil altik* forma parte de una cultura que no tiene como eje la acumulación material y/o capitalista sino tiene que ver con una relación de respeto con la madre tierra, con una cultura que como construcción colectiva introduce normas y reglas comunitarias que hacen frente a las dinámicas de cambio sociocultural y que construyen subjetividades indias emergentes ante la crisis civilizatoria. (ver Cuadro 1).

CUADRO 1 - ELEMENTOS DEL JLEKILALTIK. CULTURA TOJOL-AB´AL

(continúa)

NATURALEZA Y SOCIEDAD	AUTONOMÍA Y BIEN ESTAR
Todos los elementos de la madre tierra tienen <i>yaltsil</i> (corazón), por tanto hay que respetarlos.	La Tierra no es una mercancía, es la <i>jnantik luum</i> (madre tierra) de la cual se obtiene el alimento y por tanto es sagrada.
En la sociedad existe <i>el lajan lajan aytik</i> (estamos parejos, estamos iguales), la aspiración a la igualdad forma parte de la vida de la cultura tojolabal.	Se esta <i>lekil al</i> (estar bien) si se obtiene buena cosecha de maíz y de frijol. Se está <i>maloytik</i> (mala vida) cuando se tiene enfermedad, se tienen problemas, cuando hay <i>mallo-il</i> (ambición).
Una comunidad bien organizada encuentra el <i>jlekil altik</i> (buen vivir), en las comunidades <i>sjekjel sok skuajel</i> (se manda obedeciendo). Si quien manda obedece a la comunidad, los corazones de todos están alegres y por tanto hay <i>jlekil altik</i> .	En las fiestas y tradiciones se participa colectivamente y se distribuyen los beneficios, el <i>kojtakin</i> que se celebra en el kin santo (santos difuntos) es un claro ejemplo de cómo pervive la cultura tojolabal ya que lo practican múltiples religiones en varias fechas.

⁶ El Baldío se llama al periodo de la Colonia hasta prácticamente el alzamiento zapatista de 1994 donde los tojol-ab´ales tenían que llevar a cabo trabajo gratuito en las fincas de los hacendados a cambio de tener un pedazo de tierra para proveerse de maíz y frijol; en algunos casos dicha tierra solo eran 20 metros cuadrados que no alcanzaba para mantener a toda la familia, lo que muestra la brutal explotación a los que fueron sometidos.

(continuação)

La comunidad tiene sus normas, tiene sus reglas, tiene autonomía, su propia forma de organizarse, de respetar a la Asamblea, de tener su policía comunitaria, ahí hay *jlekil atik*.

El *Komon atel* (Trabajo colectivo) forma parte del *jlekil altik* todos tienen que trabajar para mantener el canal de riego, el camino, la escuela, el agua, la luz, etc.; el beneficio es para la comunidad.

La comunidad coopera para ayudar a los enfermos, todos dan su cooperación para que se atienda en Las Margaritas u otra ciudad el enfermo.

Entre los tojolabales no existen los niños de la calle ni los mendigos, cada familia se hace cargo de los niños en caso de pérdida de sus padres.

El *jlekil altik* no lo hace el dinero, con maíz, fríjol y café se tiene salud y comunidad, entre comunidades se apoyan ya que el trueque existe entre distintas comunidades así intercambian sus productos y resguardan su alimentación.

Como *tojol ixaw-winik* (hombres y mujeres verdaderos) los tojol-ab'ales son hijos del *ixim* (maíz) por eso lo cuidan y lo veneran, se pone en las cunas de los niños, se le reza a la hora de la siembra, no se desperdicia porque llora y se come diariamente ya que es base de la alimentación.

Fuente: Elaboración propia con base a trabajo de campo.

La región tojol-ab'al se ha contruido así en medio de intrincados caminos abigarrados a lo largo de la historia del estado de Chiapas, ya que en la historia tojol-ab'al destaca su carácter errante y el sufrimiento por el que han pasado. Por ejemplo los tojol-ab'ales han sido emigrantes de otros lugares, explotados salvajemente en las fincas trabajando de "en balde", colonizadores de la selva⁷, insurrectos en épocas de libre comercio, emigrantes a Estados Unidos, entre otras.

Para los tojol-ab'ales, la tierra es uno de los seres que mas quieren, por eso le llaman madre tierra, a ella le deben la vida y su existir en el mundo⁸. Con la tierra establecen una relación particular que se equipara a un proceso de enamoramiento. Todos los días acuden a su

encuentro para verla y cuidarla. Si no acuden a verla, su corazón se pone triste.

Por ejemplo en la comunidad de Tabasco 2000 donde llevan a la práctica la teología india, los tojolabales expresan en su ritualidad del altar maya su filosofía de la vida que los construye y reconstruye como hombres verdaderos, parte de "lo que nos permite ser hombres verdaderos – tojol winik otik - es que mantenemos la misma raíz de nuestros antepasados, que todos somos hombres del maíz, sí se deja la guitarra, sí se deja la danza, sí se deja la vestimenta: se deja la costumbre y ya no son hombres verdaderos"⁹.

El altar maya está compuesto por muchos colores y muchas velas, donde cada cosa que uno encuentra en el altar forma parte de la visión del hombre y la mujer tojolabal; para ellos el altar es un hombre de maíz que se forma con las mazorcas de diferentes colores y las flores diversas que lo adornan. Las velas color hueso representan los dientes del hombre, el rojo la salida del sol, la vela negra la noche, las flores amarillas la abundancia, el amor, las flores verdes y azules el cielo y la tierra, el incienso que rodea el altar el ofrecimiento con Dios, la juncia la tierra en la que siembra, la sal el ojo de agua. Todo ello unido en el altar marca una de las características básicas del *jlekil altik*: respetar lo que consigue de la tierra, respetar a la madre tierra.

Y si la tierra es sagrada en el mundo tojolabal, pedir el agua es fundamental en todas las comunidades tojol-ab'ales ya que la fiesta

7 A raíz de los años 50's inicia la colonización de la selva de La Soledad (mal llamada Lacandona), ahí pueblos tojolabales, tseltales, tsotsiles, chujes, choles y mames fueron orillados a desmontar tierras e iniciar así un peregrinar a terrenos remotos alejados de los servicios básicos fundamentales.

8 Entrevistas con tojolabales de las comunidades de Veracruz, Nueva Nicaragua, Tabasco 2000 y Buena Vista Pachan.

9 Entrevista con Jaime López, comisariado de Tabasco 2000.

del 3 de mayo¹⁰ se practica de manera muy intensa. Por ejemplo en la comunidad de Tabasco 2000 se reúnen las comunidades cercanas para ir a los cuatro puntos cardinales del poblado donde se encuentran cruces e ir también al ojo de agua, ahí se reza, se danza, se escucha la música tradicional tocada por jóvenes tamborileros y violinistas y se escucha las palabras del diácono y los catequistas.¹¹

Para ellos todo ser viviente necesita cuidado, los niños necesitan cuidados, los animales domésticos necesitan cuidados, los animales silvestres necesitan cuidados para no extinguirse, todos necesitamos cuidados y protección. Por lo tanto el maíz que tiene corazón y alimenta a los tojol-ab´ales no les gusta que las maltraten, porque si las maltratan se aleja de la familia o de la comunidad entera. Para ello es muy importante conservar el respeto ante toda la familia y la comunidad para el sagrado maíz.

Todas estas tradiciones forman parte de la cultura del pueblo tojolabal, como afirma Don Roberto Hernández¹², catequista de la comunidad Nueva Nicaragua: *“la riqueza del pueblo tojol-ab´al es su cultura, en esa cultura esta el jlekil altik: es estar bien con la familia, es estar bien en comunidad, es defender la cultura”*.

Tal y como afirmó Don Juan Cruz Calvo de la comunidad Chiapas *“Cada vez que muere una cultura, muere una forma distinta de nombrar a Dios por tanto recuperar los conocimientos, las tradiciones, la cosmovisión del*

*pueblo tojol-ab´al nos permiten mantener culturas vivas”*¹³.

Y es que este *jlekil altik* que hemos tratado se enfrenta también a procesos de cambio sociocultural que viven algunas comunidades y que tiene que ver con fenómenos migratorios, el uso de los medios masivos de comunicación y las nuevas tecnologías de la información. Ejemplo de cómo impactan estos elementos lo encontramos en el panteón el día de muertos donde a los cantos tradicionales de esas fechas se suman los sonidos del celular de los jóvenes tojol-ab´ales.

En la comunidad de Veracruz, para enfrentar los cambios socioculturales que pueden darse como producto de la emigración principalmente hacia Estados Unidos, la comunidad ha decidido ejercer un control comunitario de las costumbres; ello impide a los jóvenes usar la vestimenta adquirida en Estados Unidos u otras partes. Además se tiene el uso obligatorio de la lengua tojolabal; ello ha permitido mantener muchas de sus costumbres y a la lengua viva pese a su cercanía con la cabecera municipal. Donde no existe ese control comunitario que indudablemente forma parte del *jlekil altik* que hemos venido describiendo, lo que se puede observar es una pérdida del uso de la lengua y su virtual desaparición y con ello de muchas tradiciones de la cultura tojolabal; tal es el caso de las comunidades Francisco I. Madero y de Yasha, muy cercanas a Las Margaritas y don-

10 La Fiesta del 3 de mayo es una tradición que se remonta a la época prehispánica donde los pueblos mesoamericanos celebraban a las deidades relacionadas con el agua y la fertilidad de la tierra; con la llegada española la Iglesia católica la instituyó como una de las fiestas más importantes de la Nueva España – que posteriormente fue Mital. Explicar! Principio Esperanza. Ed. Trotta. España. 2004s relacionadas con el agua y la fertilidad de la tierra, con la lléxico.

11 Conferencia impartida por Jaime Lopez en el Foro sobre el Buen Vivir de Las Margaritas.

12 Conferencia impartida en el Foro sobre el Buen Vivir en Las Margaritas, Chiapas. Noviembre 2011.

13 Conferencia impartida en el Foro sobre el Buen Vivir en Las Margaritas, Chiapas

de el proceso de cambio sociocultural es plenamente visible.

A la presión sobre el *jlekil altik* de las comunidades se le suma también la amplia gama de religiones que han arribado a la región tojol-ab´al en las últimas décadas; esta diversidad religiosa indudablemente viene impactando el *jlekil altik* al modificar costumbres, “endemoniar” prácticas y rituales tojol-abales y al introducir lecturas o canciones en latín o español en desprecio de la lengua tojol-ab´al. Pese a ello como toda cultura se inscribe en un territorio y este no solo es un espacio geográfico sino sobre todo un lugar desde el cual se marca la vida, la cultura tojol-ab´al permanece porque esta geografiada en esta región y se expresa en la gastronomía típica, en las historias locales, las leyendas, las formas de organización de muchas iglesias que retoman la importancia del Consejo de Ancianos, el diácono, el catequista y en prácticas como el *kojtakin* que reproducen muchas iglesias y que tiene que ver como el reparto equitativo entre el grupo de participantes. Tiene que ver también con el hecho de que a pesar de que teóricamente lo que importa es el mundo de los cielos para muchas de estas religiones, alrededor del maíz, de la siembra y la cosecha se practican muchos servicios (misas), peticiones y llevadas de flores.¹⁴

La tierra para todos los entrevistados, sean católicos o evangélicos en cualquiera de sus vertientes, no es una mercancía para ellos; lo expresa muy bien Don Alfredo Cruz dirigente de la Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC) en la región:

“Nuestros padres y abuelos fueron maltratados y golpeados para que pudiéramos tener la tierra, nos costó mucho trabajo lograrla por eso no la vamos a vender, la vamos a defender y la vamos a hacer producir porque es la herencia para nuestros hijos y que para que nunca más vuelvan a ser amarrados y vivir bajo el yugo de los patrones”¹⁵.

Por estas razones, más que hablar de comunidades tojol-ab´ales que se occidentalizan, observamos comunidades que negocian la globalización y retoman algunos elementos que les son beneficiosos como los tecnológicos, pero al mismo tiempo en su vida íntima mantienen grandes lazos de solidaridad, de pensamiento colectivo y sobre todo un apego muy grande a la madre tierra y la ritualidad del mundo tojolabal.

Todo ello es una alternativa en el mundo actual donde el individualismo y el consumo en masa forman parte de la actual crisis civilizatoria. El buen vivir que practican las comunidades tojol-ab´ales con el respeto muy grande por la naturaleza, con las solidaridades en el terreno económico, con la democracia participativa en las decisiones y el pensamiento comunitarios, son elementos claves de nuevas formulaciones sobre la necesidad de reformar el Estado en México y en América Latina.

3. ROMPIENDO NOCIONES COLONIALES: ADIÓS AL DESARROLLO

Pero si encontramos alternativas al desarrollo en las comunidades tojol-ab´ales de nuestro país, en el medio académico, de orga-

14 Entrevista con Doña Juana Coello, anciana de la comunidad de Veracruz y miembro de la Iglesia Pentecostes.

15 Entrevista con Don Alfredo Cruz, comunidad de Buena Vista Pachan. Oct. 2011c

nismos de cooperación internacional y no gubernamentales, se sigue hablando de desarrollo como la meta a conseguir. Plantear el buen vivir como propuesta conceptual implica empezar a desmitificar dicho concepto y formular al buen vivir precisamente como alternativa civilizatoria.

Como discurso histórico, el *desarrollo* surgió en el periodo posterior a la Segunda Guerra Mundial si bien, sus raíces yacen en procesos históricos más profundos de la modernidad y el capitalismo. Fue durante ese periodo que todo tipo de *expertos* del desarrollo empezó a aterrizar masivamente en Asia, África y Latinoamérica, dando realidad a la construcción del Tercer Mundo.

La década de los sesentas y setentas se caracterizó por el arribo de muchísimos profesionales técnicos y extensionistas al mundo rural que introdujeron los principios de la Revolución Verde, la dependencia tecnológica y alimentaria en la búsqueda de un desarrollo económico y social de los países donde intervenían.

El discurso del desarrollo hizo posible la creación de un vasto aparato institucional a través del cual se desplegó el discurso; es decir, por medio del cual se convirtió en una fuerza social real y efectiva transformando la realidad económica, social, cultural y política de las sociedades en cuestión. Este aparato comprende una variada gama de organizaciones, desde las instituciones de Bretton Woods (p. ej. el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional) y otras organizaciones internacionales (p. ej. el sistema de la Organización de Naciones Unidas) hasta las agencias nacionales de planificación y desarrollo, así como proyectos de desarrollo a escala local.

El desarrollo se convierte así en discurso hegemónico colonial mediante el cual se imponen mecanismos de planeación y programación a los diferentes niveles de gobierno sin tomar en cuenta el contexto, las realidades y sobre todo las subjetividades de los actores sociales supuestamente beneficiarios de dichas políticas. (Avila, 2011 a)

Desde esta perspectiva, las estrategias como el desarrollo rural, por ejemplo, podrían verse como un mecanismo sistemático para vincular conocimientos expertos sobre agricultura, alimentos, etc. con intervenciones particulares (extensión agrícola, crédito, infraestructura, etc.) de forma que – aun cuando aparentan ser “la forma natural de hacer las cosas” – resultaron en una transformación profunda del campo y de las sociedades campesinas de muchas partes del Tercer Mundo, de acuerdo a los lineamientos de los conceptos capitalistas sobre la tierra, la agricultura, la crianza de animales, etc.

Es así que bajo el manto de la palabra desarrollo se profundiza el proceso de subordinación del campo a los centros urbanos y la desvalorización de los saberes locales frente a los conocimientos importados de los centros académicos o instituciones de investigación del Norte. Lo cierto es que el concepto del desarrollo, como sinónimo de crecimiento y modernización, ya se cuestiona desde los años 60 del siglo pasado. La corriente dominante del desarrollo ha reaccionado a las críticas adoptando continuamente elementos claves del ‘desarrollo alternativo’ y apropiándose de los últimos conceptos políticamente correctos. Hasta el punto de que no se puede distinguir un paradigma de ‘desarrollo alternativo’ que ofrezca una opción a la corriente hegemónica.

Así, “se llega a considerar que el desarrollo es un proceso de cambio que llevan a cabo los actores sociales a partir de su historicidad y subjetividad constituyente; con el fin de modificar el presente con conocimientos y capacidades hacia un sinnúmero de proyectos, con el fin de lograr alianzas y de confrontarse con otros actores y con el fin de que prevalezca su mundo de vida, sus discursos, sus intereses” (PDR, 2010, p. 5).

Pese a esta concepción, desde la academia ya hay múltiples voces que desde hace ya décadas proclaman el fin del desarrollo, por ejemplo Wolfgang Sachs señala que: “*Los últimos cuarenta años pueden denominarse la era del desarrollo. Esta época se acerca a su fin. Es el momento indicado de redactar su esquela de defunción*” (Sachs, 1996:1).

Si en el desarrollo los saberes locales propios de occidente se dan por sentados, los sistemas no occidentales de conocimiento se perciben como enemigos del progreso, míticos, tradicionales, como situados en el pasado de la modernidad (Castro-Gómez, 2005). “Se niega así la simultaneidad epistémica del mundo, esto es, la coexistencia en el tiempo y el espacio de diferentes formas de producir conocimientos” (Castro- Gómez, 2007:15). El proceso de colonización epistémica resulta en lo que Boaventura de Sousa Santos (2003) llama “epistemicidios”. Por lo tanto en la revisión del concepto de desarrollo necesitamos hacer una reflexión epistemológica, ya que en nuestros países se ve cada vez más claro que la comprensión del mundo es mucho más amplia que la comprensión occidental del mundo, lo que implica romper las visiones universalizantes de la mundialización y totalitarias de la producción del conocimiento.

La pretensión universalista del desarrollo arrolla infinitud de aspectos culturales que se quieren occidentalizar, como por ejemplo las nociones del tiempo. El desarrollo depende de una concepción del tiempo como una secuencia lineal de estadios progresando interminablemente. En este imaginario del tiempo es que caben los conceptos claves del capitalismo como el de crecimiento ilimitado o progreso. Se nos impone la idea de que la historia tiene un sentido, una dirección, y que los países desarrollados van adelante, y como van adelante, todo lo que existe en los países desarrollados es, por definición, más progresista que lo que existe en los países subdesarrollados: sus instituciones, sus formas de sociabilidad, sus maneras de estar en el mundo. Como afirma Santos (2006) esta monocultura del tiempo lineal incluye conceptos como el de progreso, modernización, desarrollo y ahora, globalización, y tiene sus conceptos residuales como el del primitivo, el salvaje, el improductivo.

Otra concepción occidental que tiende a normalizarse desde el desarrollismo es la del tipo de relación entre el ser humano y la naturaleza. La concepción occidental, ya naturalizada, en la que la naturaleza se transforma en mercancía es un proceso histórico de la modernidad (Polanyi, 2003) que choca con otras concepciones y saberes sobre la relación del ser humano con su entorno.

Lo que vivimos a nivel global con el desarrollismo y extractivismo de este capitalismo neoliberal es un proceso de disputa y de invasión de territorios, especialmente de los pueblos y comunidades. La invasión por parte de la minería que deja sin agua a la agricultura; de las petroleras regando sus desechos tóxicos por los ríos y los mares; o por los agrocombustibles

que alimentan automóviles a pesar de la hambruna humana.

Frente a ello debemos intentar debatir cómo sería posible mantener el control social sobre los bienes comunes, tanto los de la naturaleza como los del conocimiento. Aquí son fundamentales las propuestas de los pueblos originarios que incluyen conceptos y enfoques sobre la Madre Tierra, *la jnantik luum* de los tojolobales y que hablan de una relación más compatible con la naturaleza, por ejemplo.

Frente al concepto de Desarrollo, con sus múltiples significaciones y adjetivos, los pueblos originarios de América oponen otra forma de entender el mundo y de construir otro camino, le llaman el vivir bien, el buen vivir o la buena vida, la felicidad pública, ese es el paradigma emergente que vemos en este siglo XXI o como diría mejor (Ernst Bloch, 2004) lo que no existe pero está emergiendo, es una señal de futuro.

Necesitamos recuperar todos los sistemas alternativos de producción, saber que la temporalidad no es lineal sino que también existen otros tiempos; tener claridad de que perviven también otras espacialidades y saber que tan importante es lo mundial como lo que se produce en un espacio y en un lugar, lo que implica saber analizar a escala local, global y nacional. Debemos hacer un uso contrahegemónico de la ciencia, donde el saber científico pueda dialogar sin diferenciales de poder con el saber laico, el saber popular, el saber de los pueblos indios, el saber campesino y en este proceso metodológico encontraremos que la palabra desarrollo no existe en la lengua de los pueblos originarios, nos daremos cuenta como en el vivir bien, el buen vivir, la buena vida, el

lekil kuxlejaj de los tseltales, el *jlekil altik* de los tojol-ab'ales, el *sumak kawsay* de los kiwchas y el *suma qamaña* de los aymaras tienen poderes más explicativos sobre la sociedad futura que pensamos, donde realmente convivamos en un marco de pluralidad cultural y de diversidad epistémica. La existencia de lo subalterno nos permite visualizar otros caminos por los que podemos transitar las vidas del mundo rural más allá de la lógica egoísta e individualizante del capitalismo neoliberal.

3.1 ECONOMÍAS SOLIDARIAS TOJOLAB´ALES

En las comunidades tojol-ab´ales del siglo XXI, vamos a encontrar así una economía solidaria que pervive y hace posible los intercambios, no importa tanto la cuestión material sino la posibilidad de intercambiar, de ofrecer reciprocidad y buscar el *lajan lajan aytik* (estar parejos y estar iguales), principio básico de la filosofía tojol-ab´al.

Entre las experiencias tojol-ab´ales de intercambio que encontramos y que forman parte de la propuesta de la buena vida (*jlekil altik*), tenemos:

- *B'olmanel* que significa cuando una persona llega a intercambiar su producto por otro a una comunidad, en donde las dos partes salen beneficiadas. El trueque aun es practicado hoy día pues se puede mencionar que algunas personas de la comunidad de Rafael Ramírez, en el municipio de Las Margaritas, Chiapas, cada 8 días llegan a intercambiar productos como: café, caña, aguacate, durazno, guayaba, pepitas de calabaza, ocote, redes para cargar el pozol, hacia la co-

munidad vecina conocida como Saltillo por productos como maíz, frijol, calabaza tierna y tortilla. Esta es una práctica que suscitaba en la época prehispánica para el intercambio comercial de productos entre distintas regiones del país.

- *Koltumatel, tequio o mano vuelta* es una actividad donde se intercambia fuerza de trabajo, esperándose dicho acto sea devuelto por la otra persona, cuando es época de cosecha en la tapisca de maíz, la familia que es dueña de la parcela busca ayuda con las demás personas de la comunidad para realizar dicha actividad de trabajo, la familia antes ayudada debe devolver el trabajo prestado para la cosecha de la parcela en la otra familia. En ambos casos al término del trabajo se lleva a cabo un convivio con la otra familia, mejor conocido como el Chich “que significa el agradecimiento de la fuerza de trabajo prestada a través de una comida”.
- *El Kojtak'in*. Esta es una de las prácticas características de los Tojol-ab'ales, esta consiste en la adquisición de una res para luego sacrificarla y repartir la carne en partes iguales entre los que conforman la comunidad o el grupo de trabajo, después se va pagando poco a poco la cuenta obtenida por participar en esta actividad. Actualmente en Nueva Nicaragua se realizan 2 celebraciones de *koj-tak'in* el día 2 de noviembre, uno por cada grupo de organización.
- *El trueque* se puede manifestar de maneras distintas, cuando una persona en una comunidad necesita ayuda representa-

da en fuerza de trabajo como en el caso del tequio, al término de la actividad, sino se quiere pagar con fuerza de trabajo se puede pagar con el producto sobre el cual se gastó la fuerza de trabajo, esto es un acuerdo tomado, en donde se benefician ambas partes. Esto en el caso de aquellas comunidades que no retribuyen con la moneda.

- *Sk'anjel* “la pedida” cuando una persona del género masculino desea formar una familia llega a la casa de la muchacha acompañado con su papa y dos testigos con el conocido, a solicitar el permiso de los padres de la muchacha para poder establecer una relación de simpatía y afinidad.
- *Skulajel* “segunda pedida y establecimiento del tiempo de relación para el noviazgo”. En esta fase el joven llega acompañado con el papa, los testigos, padrinos, tíos, abuelos y amigos, así mismo la muchacha es acompañada por el mismo número de individuos, el chich (bebida alcohólica tradicional) en esta ocasión es más generoso y cuantioso al anterior siendo entregado a la familia nuevamente. Es justo ahí donde se toman todos los acuerdos para establecer lazos de afecto.
- *Chak' ab'al* “fecha de contraer nupcias, se hace entrega a la muchacha”, se realiza un fiesta por parte de la familia del muchacho y el termino del chich.

Estos elementos culturales que aún se llevan a cabo en las comunidades forman parte de la identidad de un pueblo y de sus habitantes;

así mismo es una manifestación del trueque que involucra el “chich”, los participantes son sujetos de intercambio por cuestiones de relación, afinidad y emparentamiento entre familias, más allá de la satisfacción material lo realizan por el buen vivir y el estar bien en comunidad.

Por lo tanto es trascendental que para tener una sociedad donde predomine la igualdad entre todos sus miembros es necesario que la economía sea solidaria en lugar de competitiva. De acuerdo a lo anterior se puede decir que estos actos de trueque, de solidaridad y de intercambio, son realizados por la necesidad de obtención de un producto por otro, así mismo el intercambio de algo por la satisfacción del ser mismo, o el ganar lazos basados en sentimientos mismas que dan pautas a un mejor desenvolvimiento y relaciones sociales, siendo un factor determinante para el desarraigo de las cosas materiales y en todo sentido haciendo de esta una actividad más humanista.

A MANERA DE CONCLUSIÓN

El planteamiento del buen vivir forma parte de algo mucho más cercano e íntimo de la gente y por eso es que encuentra en los saberes de los pueblos una de sus bases y sentido. Entonces el buen vivir tiene como fundamento aquellas constelaciones de saberes que encontramos en las estrategias de organización social, los lazos comunitarios, las historias orales, los procesos de apropiación ambiental, de conocimientos de plantas y animales, de prácticas agrícolas y ganadería, de procesos culturales (Avila, 2011).

Es así como el buen vivir transita desde los saberes hacia la construcción de senti-

dos de trascendencia del liberalismo y a la descolonización del imaginario. Si la modernidad es producto del cristianismo, el liberalismo y el marxismo, el socialismo del buen vivir del siglo XXI tiene como ejes la democracia comunitaria, la interculturalidad, la defensa de la diversidad biocultural y del bien común en la horizontalidad de las sociedades en movimiento.

El buen vivir entre los tseltales y tojolábales en el terreno económico significa dejar atrás el consumo masivo depredador ecológico y dar paso a una economía moral que se preocupa por la satisfacción de las necesidades humanas en equilibrio con el entorno ecológico. Es construir otra economía con base en la complementariedad, la solidaridad, la construcción de valores de uso más que de valores de cambio, más que producir para el mercado producir para vivir bien y tener plenamente satisfechas las necesidades elementales.

El buen vivir se nos muestra como un territorio vivo donde se trabaja en función de los ciclos que impone la naturaleza, donde las fiestas son punto de unión colectiva, de diálogo y de encuentro. La fiesta así como unión colectiva es parte de los procesos comunitarios, frente a las lógicas individualizantes que traen consigo el modelo económico hegemónico, los pueblos indios tojolabales y tseltales encuentran espacios desde los cuales revitalizar su cultura, sus procesos de apropiación de la naturaleza, hacer frente a los procesos de emigración y de intercambio de valores y construir su autonomía, su buena vida.

Trabalho recebido em 13/12/2013

Aprovado para publicação em 08/05/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, Agustín. *Decolonialidad y buen vivir: actores sociales y constelaciones de saberes en la Sierra del Tigre del sureste de Jalisco*. Tesis. Doctorado en Desarrollo Rural. UAM-Xochimilco. México. 2011 a).
- AVILA, Agustín. “Universidades interculturales y colonialidad del saber” en *Revista de Educación y Desarrollo*. Centro Universitario de Ciencias de la Salud Universidad de Guadalajara Número 16 / Enero-marzo de 2011 b).
- AVILA, Leon. “Territorio, sistemas de conocimiento y buen vivir” en *Chiapas: Territorio, fronteras, migraciones, desarrollo*. Coord. Andrés Fábregas. Ed. UNICH. Chiapas, México. 2011
- BARTRA, Armando. *Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado*. Ediciones La Tierra. Bolivia. 2011
- BLOCH, Ernst . *El Principio Esperanza*. Ed. Trotta. España. 2004
- CASTRO-GOMEZ, S. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán. Universidad del Cauca 2005.
- CASTRO-GOMEZ, S., & GROSFUGUEL, R. (Eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá. Siglo del Hombre Editores. 2007
- CECEÑA, Ana Esther. *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2008
- ESCALONA, Jose Luis. “En los márgenes del zapatismo: Veracruz y Saltillo, dos poblados tojolabales” en *Los Indígenas de Chiapas y la rebelión zapatista*. Coord. Pedro Viqueira y Marco Estrada. Ed. Colegio de México. México. 2010
- ESCOBAR, Arturo. 2005. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*; Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.
- FABREGAS, Andres. “Los pueblos de Chiapas” en *Chiapas: una radiografía* coord., Maria Luisa Armendariz. Ed. FCE. México. 1994
- FARAH, Ivonne. *Vivir Bien: ¿Paradigma no capitalista?*. Ed. OXFAM- Sapienza Università di Roma. 1ª edición. La Paz, Bolivia. 2011
- INALI. *Catálogo de lenguas indígenas nacionales: variantes lingüísticas de México con sus autodenominaciones y referencias geoestadísticas*. México. 2008
- INEGI. *Conteo de Población y vivienda*. 2005
- LENKERSDORF, Carlos. *Los hombres verdaderos*. Siglo XXI. México. 2004
- LENKERSDORF, Carlos. *Filosofar en clave tojol-ab´al*. 1ª. reimpresión. Ed. Porrúa. México. 2005
- LENKERSDORF Gudrun. “Contribuciones a la historia colonial de los tojolabales” en Mario Humberto Ruz, *Los legítimos hombres. Aproximación antropológica al grupo tojolabal*, Volumen IV, UNAM. 1986

- MIGNOLO, W. D. *Local Histories/Global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, Princeton University Press. 2000
- NUÑEZ, Violeta Remedios. “Los procesos de despojo en territorios indígenas durante el patrón de acumulación neoliberal: su confrontación con la lógica indígena de los maya tojolabales”. Tesis de Doctorado en Desarrollo Rural. UAM-Xochimilco. 2010
- PAOLI, Antonio. *Educación, autonomía y lekil kuxlejal: aproximaciones sociolingüísticas a la sabiduría de los tseltales*. Ed. UAM-Xochimilco. México. 2003
- POLANYI, Karl. *La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. FCE, México. 2003
- PORTO-GONCALVEZ, Carlos Walter. . “A reinvencao dos territorios: a experiencia latino-americana e caribenha” en A. Ceceña (Coord.), *Los desafíos de Las emancipaciones en un contexto militarizado*. CLACSO; Buenos Aires; 2006.
- (PDR). *El Posgrado en Desarrollo Rural de la Universidad Autónoma Metropolitana. Propuestas y Debates. Documento Colectivo elaborado por* Olivia Acuña, Armando Bartra, Rafael Calderón, Carlos Cortez, Roberto Diego, Enrique Guerra, Gisela Landazuri, Yolanda Massieu, Miguel Meza, Antonio Paoli, Carlos Rodríguez. 2010
- RIBEIRO, G. L. *Poder, redes e ideología en el campo del desarrollo*. Tabula Rasa.2007
- RODRIGUEZ, Carlos et.al. *Disputas territoriales. Actores sociales, instituciones y apropiación del mundo rural*. Ed. UAM- Xochimilco. 2010
- SACHS W. (Ed.). 1992. *The development dictionary: A guide to knowledge as power*. London: Zed Books. En español: *Diccionario del desarrollo: Una guía del conocimiento como poder*. Lima, PRATEC, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica de la razón indolente. Contra el desperdicio de la experiencia*. Desclée de Brouwer. Bilbao. .2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social. (Encuentros en Buenos Aires)*. CLACSO/UBA; Buenos Aires, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del sur*. Ed. Siglo XXI. México.2008
- TOLEDO, Victor Manuel. *Ecología y política como salir de la crisis*. La Jornada. 28 de Mayo de 2013

GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA: A EXPERIÊNCIA SINDICAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ¹

Miguel Ângelo Perondi, Norma Kiyota, Sidemar Presotto Nunes

RESUMO

Esse artigo analisa a experiência de gestão social da água realizada pelos sindicatos rurais do território Sudoeste do Paraná e seu protagonismo na melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Para tanto, é observada a prática coletiva da experimentação que resulta em inovações do componente técnico e numa maior eficácia na formação de novas lideranças, ao mesmo tempo, em que consolida uma experiência de gestão social da água. Nesse trabalho, é instigante perceber que mesmo no “úmido” Sul a experiência de resgate das fontes naturais de água deixa clara a necessidade de dar visibilidade a projetos que procuram conviver com os problemas, em vez de apoiar estratégias que combatem a realidade via concentração de recursos.

Palavras chaves: Gestão Social; Dispositivos Coletivos; Agricultura Familiar; Água.

SOCIAL WATER MANAGEMENT: A UNION EXPERIENCE OF FAMILY FARMERS OF SOUTHWEST PARANÁ

ABSTRACT

This paper analyze of the experience of social management of water held by rural unions of the territory west of the Paraná and its role in improving the quality of life. Therefore, the collective practice of experimentation that results in innovations of technical component and greater efficiency in the training of new leaders at the same time, as it strengthens the social management of water is observed. In this work, it is exciting to realize that even in the “humid” South to experience redemption of natural water sources makes clear the need to give visibility to projects that seek to live with the problems instead of supporting strategies that combat reality through concentration of resources.

Key words: Social Management; Collective Devices; Family Farming; Water.

Doutor em Desenvolvimento Rural, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pesquisador da Fundação Araucária, E-mail: perondi@utfpr.edu.br.

Doutora em Desenvolvimento Rural, Pesquisadora do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) E-mail: normak@iapar.br.

Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Dois Vizinhos. E-mail: sidemarnunes@hotmail.com.

1 O artigo resulta do projeto de pesquisa financiado pelo MCT/CNPq: *Sementes e Brotos da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil* (Schneider, 2008), cujo produto final foi publicado no livro Schneider et al. (2014). Esse artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa realizada no Sul do Brasil sobre o tema da gestão social da água e que serviu de base para comparar (mais tarde) com a experiência de inovação, governança e empoderamento da agricultura familiar no Nordeste do Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa uma experiência de gestão dos dispositivos coletivos da agricultura familiar para o tema dos recursos hídricos, evidenciando o papel dos sindicatos na melhoria da qualidade de vida no meio rural e seu protagonismo. Para tanto, será observada a prática coletiva da experimentação que resulta em inovações do componente técnico e numa maior eficácia na formação de novas lideranças ao mesmo tempo em que se fortalece a gestão social da água.

Somente 0,2% da água do planeta se encontra na forma de chuva, lagos, nascentes e lençóis subterrâneos disponíveis ao consumo humano; existem ainda 4,7% que se encontram na forma de geleiras e aquíferos (de difícil acesso) e, 95,1% são salobras e impróprias ao consumo (Rainho, 1999). Em vista desta relativa escassez, o aumento do consumo de água e seu acesso desigual fazem com que a gestão da água se torne um dos maiores desafios da humanidade.

O acesso à água de qualidade é indicado por Amartya Sen (2000) como uma das condições imprescindíveis do desenvolvimento. A falta de água própria para o consumo humano nega a milhões de pessoas a liberdade básica de ter qualidade de vida e, mesmo, de sobreviver. A água é imprescindível para a saúde e esta contribui para a liberdade de trabalhar e o desenvolvimento em todas as suas dimensões.

O Sul do Brasil é tido como uma região com boa disponibilidade de água, entretanto, nas últimas décadas sofre com períodos críticos de estiagem. A partir da estiagem de 2004, a Associação do Centro de Educação Sindical (ACESI) fez chegar aos sindicatos de trabalha-

dores rurais da região Sudoeste do Paraná, um projeto de resgate das fontes naturais de água, como forma de preservar a produção de água nos estabelecimentos rurais. O projeto Água e Qualidade de Vida promoveu uma série de atividades em busca da disseminação de medidas de preservação ambiental e da proteção dos cursos e fontes d'água potável para garantir o consumo sustentável de água no estabelecimento rural e despertar a consciência sobre o papel da água na qualidade de vida das famílias.

Assim, este trabalho pretende avaliar as práticas e os processos coletivos de experimentação e ajustes das propostas técnicas e de organização social que permitiram a apropriação pelos movimentos sociais de modelos de gestão social da água, bem como, compreender os fatores que influenciam a capacidade de inovação e funcionamento dos dispositivos coletivos.

Nesta experiência, resumidamente, pode-se observar os seguintes fatos: 1) existe uma estratégia de inovação apropriada socialmente e com autonomia, 2) o processo de reciprocidade e organização contribui para efetivar o projeto e 3) existe uma contribuição clara do projeto para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em preceitos sustentáveis.

1. A ÁGUA SOB O CONTROLE DE QUEM?

No Brasil, de acordo com Valencio (2009) o modelo de desenvolvimento procura não contrapor os interesses privados e tem forte participação do Estado, seja num viés estatizante ou neoliberal. No caso em questão, o Estado se colocou a serviço das empresas e do jogo de interesses ao difundir e subsidiar o emprego de recursos centralizados via a prospec-

ção de poços artesianos comunitários ou privados, mas, o artigo procura analisar uma experiência que reproduz e apoia as iniciativas da própria comunidade na recuperação das fontes d'água. Uma experiência que permite visualizar um novo desenho institucional com uma prática comunitária bancada com recurso público estatal, no caso, através da Petrobrás.

Segundo Martins (2013), os problemas relacionados à escassez de água potável têm suscitado preocupações acerca dos modos de regulação e otimização do uso dos recursos hídricos. Gradativamente, em vários países o controle institucional direto sobre o acesso e uso dos recursos hídricos vem sendo feito a partir da adoção de instrumentos econômicos que visam induzir os agentes econômicos a comportarem-se de acordo com padrões socialmente desejados, ou seja, a valoração da água passa a ser garantia de uso mais eficiente desta, resultando em formas de cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Para o mesmo autor, no Brasil, o princípio da mercantilização da água, sobretudo através das estratégias de valoração, vem sendo amplamente defendido por movimentos ambientalistas e pelos integrantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica. As justificativas comumente manifestadas em favor do princípio estão, por parte dos movimentos ambientalistas, relacionadas à perspectiva de penalização dos agentes poluidores, e, por parte das instituições gestoras, voltadas à arrecadação de recursos financeiros para as atividades de gerenciamento. Entretanto, na sociedade não são apenas as mercadorias que circulam, mas também as pessoas, os nomes, os costumes. E por esta razão, cálculos de custo-benefício não regulam as práticas coti-

dianas de classes e grupos, pois, existem outros repertórios sociais. Essa experiência em análise, por exemplo, evidencia a construção de saberes de grupos sociais que valoram o ambiente de forma não mercantil e constituem mando sobre o seu uso, que resgata o controle social do bem comum. Portanto, é um instrumento de percepção social que contribui com a ressignificação da relação sociedade-natureza.

2. A QUESTÃO DA INOVAÇÃO

Uma das principais referências deste texto é a inovação, que difere da invenção, no sentido da adaptação da invenção e sua integração num ambiente social. É o processo pelo qual um corpo social confronta as qualidades teóricas da invenção à realidade e às contingências do ambiente onde ele atua. Se ele se apropriar, a invenção torna-se inovação e os efeitos de sua implementação são múltiplos (Alter, 2000). Esta noção pode ser aplicada às técnicas, mas também às inovações sociais e institucionais. No quadro das teorias do desenvolvimento – e segundo referenciais da economia social – as inovações sociais correspondem às novas abordagens, práticas, intervenções ou novos produtos, que encontram pessoas interessadas a adotá-las no âmbito das comunidades, das organizações ou das instituições (Bouchard, 2005). Estas inovações são contextualizadas.

De fato, se os princípios forem os mesmos, a tradução desses princípios em ações específicas precisa levar em consideração os contextos singulares e diversificados. Isso pressupõe processos de experimentação. Como diz Alter (2000, p 35) é a acumulação de inova-

ções intermediárias, das apropriações locais e de deslocamentos que importam porque “o que permite a uma invenção, se desenvolver, se transformar em inovação, é a possibilidade de reinventar, de dar sentido adequado às circunstâncias específicas de uma ação”. A trajetória da inovação permite entender melhor o processo de ajustes com relação às evoluções do contexto social, ecológico, econômico ou institucional (Piroux *et al*, 2012).

3. O PROBLEMA DE ACESSO À ÁGUA

No Sul, o tema da água surgiu na agenda das organizações na última década, quando a irregularidade das chuvas passou a revelar a escassez de água para o consumo das criações e dos humanos e o crescimento do número de poços artesianos, que aprofundou a redução da vazão das fontes superficiais, agravou ainda mais os problemas de abastecimento de água.

Entretanto, a precipitação na região Sul não se alterou nos últimos anos, o que houve foi um crescimento desproporcional da produção agrícola frente aos mesmos recursos, que passou a demandar um volume maior de água nos estabelecimentos².

A partir desse crescimento da produção agropecuária, pode-se afirmar que a crise de abastecimento de água nos estabelecimentos decorre do aumento da demanda de água e da degradação do meio ambiente e não da diminuição média da precipitação pluviométrica anual. Considerando que a região possui mais

de 50 mil estabelecimentos rurais, destes 88% de agricultores familiares com uma área média de 20 hectares (IBGE, 2008), existe a grande probabilidade de que cada uma dessas propriedades possua, no mínimo, uma mina d'água. Assim, desde 2005, os sindicatos de trabalhadores rurais da região, organizados em torno da ACESI, mantêm o projeto Água e Qualidade de Vida, responsável pela preservação de mais de duas mil minas de água com solo-cimento e replantio de mais de dois milhões de mudas nativas no entorno das minas, beneficiando mais de quatro mil famílias rurais.

4. INOVAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA E PRÁTICA ENTRE OS AGRICULTORES DO SUDOESTE DO PARANÁ

No Sudoeste do Paraná, o projeto Água e Qualidade de Vida buscou melhorar a disponibilidade e a qualidade da água das fontes rurais. A ideia consiste em obter água de boa qualidade em fontes protegidas com solo-cimento e a recuperação da mata nativa do entorno. O uso do solo-cimento é um método simples que já havia sido introduzido pela Emater nos anos 1980; entretanto, a novidade agora consistiu em utilizar a motivação pela obtenção de água de qualidade, como um tema gerador da qualidade de vida no meio rural e que culmina com uma ação concreta: a proteção da fonte e, por consequência, o comprometimento da família com a proteção do ciclo da água que flui em seu estabelecimento rural (Figura 01).

² Evidencia-se que, entre 1996 e 2006, a produção de leite na região cresceu em 132%, a de aves cresceu 243% e a de ovos em 429% (IBGE, 2008). Observa-se que a taxa de crescimento da região Sudoeste do Paraná é maior que a média estadual e nacional, elevando a participação da região na produção estadual e nacional.

FIGURA 1 – IMAGEM DE UMA FONTE SENDO PROTEGIDA NO SUDOESTE DO PARANÁ.



Fonte: Perondi e KIYOTA, 2010.

Do ponto de vista metodológico, faz-se um diagnóstico socioeconômico das famílias interessadas e, com base no histórico da fonte de água, define-se a estrutura de solo-cimento que será edificada e a área florestal do entorno que será preservada. A família fornece os materiais para a limpeza e proteção da fonte e o projeto, por sua vez, disponibiliza cimento, palanques, arame e mudas de árvores nativas para estabelecer a área de preservação permanente. Além disso, a família beneficiada ainda dedica dois dias em atividades de formação com os monitores locais, bem como, organiza o dia do mutirão na comunidade. O processo se encerra com o isolamento com cerca do entorno da fonte e replantio de espécies nativas na área protegida.

O projeto Água e Qualidade de Vida é avaliado de forma positiva pelos beneficiários, como observam agricultores do município de Dois Vizinhos: (1) *“Descobri que a nossa fonte de água produzia mais de 30 mil litros por dia, uma quantidade abundante para abastecer a casa e o consumo dos animais. Além do mais, o projeto melhorou a qualidade da água que a família utilizava”*; (2) *“A fonte protegida está salvando a propriedade e acredito que a proteção deva ser incentivada. Infelizmente, a maioria dos agricultores ainda não acredita que a degradação das nascentes seja uma das causas da redução da água disponível, preferem acreditar que a falta se deve às mudanças climáticas e das chuvas”*.

Além da proteção de fontes, o projeto desenvolveu outras ações, como as atividades nas escolas para a sensibilização dos professores e estudantes sobre o tema da água, o que permitiu a ampliação do debate com a comu-

nidade urbana. Entretanto, é no meio rural que o projeto construiu sua capilaridade, num processo de sensibilização dos agricultores quanto à necessidade de maiores cuidados com a água. E, justamente, por focar o problema da disponibilidade e qualidade da água como tema central, o projeto firmou sua referência social. Para o coordenador do projeto em Dois Vizinhos, *“trata-se de uma iniciativa prática que desperta a atenção dos agricultores, de forma geral, quanto à necessidade vital da água para a agricultura e a família. Tudo isso, sem considerar que o custo para a proteção da fonte é bastante baixo em função da tecnologia utilizada (solo-cimento) e da parceria que é desenvolvida no município”*.

Além de abordar a importância da proteção da fonte, os monitores buscam conscientizar as famílias de que essa não deve ser uma ação isolada, mas uma atitude de consciência ambiental que pode se multiplicar pela vizinhança. Assim, apesar de ser uma experiência recente e sem o apoio do Estado, o projeto *Água e Qualidade de Vida* já apresenta alguma inovação que permite ampliá-lo em número de beneficiários e na percepção do papel transformador dos próprios agricultores.

5. A INOVAÇÃO SÓCIO-ORGANIZATIVA: A TRAJETÓRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Com base na experiência da estiagem na safra de 2004, a ACESI buscou no edital do

Programa Petrobras Ambiental o apoio para desenvolver um projeto de recuperação das fontes de água nos estabelecimentos rurais. Na primeira edição, entre 2006 e 2007, o valor foi de 1,2 milhões de reais com uma meta de recuperação de 700 fontes. De acordo com o coordenador técnico do projeto, *“cada município se organizou dentro da sua estrutura e multiplicou as ações via parcerias. Assim, de uma meta para preservar 30 fontes por município, foram feitas de 40 a 60; e de uma meta geral de 720 fontes foram preservadas 1.200 fontes na primeira edição do projeto. Os próprios agricultores potencializaram a multiplicação do trabalho de preservação da água”*. Ao final, mais de 3.000 famílias foram beneficiadas e, em razão do sucesso alcançado, obteve-se uma segunda edição do projeto, entre 2008 e 2009, num orçamento similar. Entre a primeira e a segunda edição do programa foram feitos alguns ajustes, o primeiro dizia respeito ao cumprimento da legislação ambiental³. Neste caso, houve dificuldade em cercar a área para a proteção da nascente nas propriedades das famílias beneficiárias. De acordo com o coordenador do projeto *Água e Qualidade de Vida*, *“até hoje isto é um problema; o agricultor resiste em cercar os 50 metros em volta da fonte. Resiste porque muitas vezes é uma pequena propriedade, porque está num local de pastagem ou de lavoura; e cercar 50 metros por 50 dá de meia a uma quarta de terra”*.

Esta dificuldade acompanhou as duas edições do projeto, mas, também serviu para mobilizar politicamente e resultou em três

3 O Código Florestal Brasileiro é baseado na Lei Federal nº 4.771/65 e entende que um estabelecimento rural é composto por: (1) área de preservação permanente (APP) onde não é permitido o uso direto; (2) área de conservação com uso ou reserva legal; e (3) área de produção. A área de preservação permanente (APP) deve ocupar 20% do estabelecimento rural e pode conter a área de preservação se contiver vegetação nativa e a área preservada exceder 50% da propriedade rural, ou 25% no caso de pequena propriedade rural ou posse rural familiar. (Miranda, 2009)

encontros regionais e uma audiência pública a respeito da legislação ambiental. O primeiro dos encontros regionais foi realizado em setembro de 2005 e contou com a participação de 115 pessoas, o segundo foi realizado em março de 2009 e contou com 288 pessoas e o último encontro regional aconteceu em setembro de 2009 com mais de três mil pessoas. A questão central diz respeito às compensações necessárias aos agricultores que têm pequenas propriedades. *“Não dá para o agricultor com pouca terra preservar sem ser beneficiado, senão vai ter dificuldades na produção. Se um agricultor de dez alqueires de terra preservar 20%, mais dois de reserva legal e tiver um rio no meio, ainda vai ter que deixar três ou quatro alqueires de terra, então, como se é compensado por isso? Este é o debate que enfrentamos no projeto!”*, relata o coordenador do projeto.

A audiência pública regional sobre a questão da legislação ambiental aconteceu no dia 30 de abril de 2009 contou com a participação de 800 agricultores e representantes de entidades governamentais e não-governamentais. O evento foi coordenado pela presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com o apoio do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná – GGETESPA e do projeto Água e Qualidade de Vida.

O segundo ajuste ao projeto foi buscar parcerias para programar as ações nos municípios, pois, conforme revelou o coordenador do projeto, *“(...) havia poucos parceiros na primeira edição do projeto (...) e um projeto desta natureza e valor (1,2 milhões de reais) acabou des-*

pertando algum ciúme que nos levou a trabalhar sozinho.” Por isso, a segunda edição do projeto teve convênio com doze instituições propiciando um maior poder de mobilização e capacitação de mais de 220 agentes e agricultores.

O terceiro ajuste do projeto foi ampliar o debate sobre o meio ambiente com o público urbano. Este objetivo foi perseguido através da participação das lideranças urbanas nos eventos do projeto e da distribuição dos materiais publicados pelo projeto (quatro informativos e duas cartilhas). Além disso, o maior desafio foi introduzir a ideia da ECOFÉRIAS nas escolas públicas da região⁴, nas quais foi organizado um conjunto de cursos de três dias para os alunos do 2º Grau, em turmas de 50 pessoas, com duas etapas: uma nas férias de julho e outra nas férias de janeiro.

Por fim, o quarto ajuste ao projeto foi aprofundar o debate com as famílias para além da proteção da fonte em si, mas repensar a estratégia de produção agrícola. Ou seja, *“não adianta fazer proteção com solo-cimento e depois jogar veneno em cima ou então, ele continuar plantando monocultura em cima, só a soja. Nós queremos discutir um todo na propriedade”*, conclui o coordenador do projeto.

O fato de repensar a estratégia de produção no estabelecimento foi consequência da percepção da qualidade da água, pois a fonte protegida com solo-cimento melhorou drasticamente os parâmetros físico-químicos, como a turgidez da água; entretanto, não teve o mesmo avanço no aspecto biológico da contaminação de coliformes totais. A reincidência de contaminação com coliformes demonstrou a difi-

4 A iniciativa desenvolvida no Colégio Estadual Duque de Caxias (Dois Vizinhos) em 2008 foi inovadora: todos os meses os alunos levavam a fatura de água ao colégio para monitorar a redução do consumo de água.

a primeira versão do projeto Água e Qualidade de Vida (de 2005 a 2007) continha 24 municípios e a segunda versão (de 2008 a 2010) passou a atuar em 28 municípios, o que caracteriza a expansão do projeto na região. Tal expansão do número de municípios atendidos entre a primeira e a segunda edição do projeto resultou também na expansão da base sindical da FETRAF. O esforço de capacitação dos monitores e das famílias atendidas pelo projeto formou novas lideranças locais, fortalecendo a cidadania e o sentido de pertencimento e responsabilização sobre os recursos de bem comum.

7. MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA RURAL

Nos 28 municípios articulados pela ACESI, nas duas edições do projeto ocorridas entre janeiro de 2005 e dezembro de 2009, foram preservadas 2.210 fontes de água, beneficiando cerca de 4.000 famílias ou 16.000 pessoas (Acesi, 2009). Nesse caso é interessante perceber o quanto a sinergia de parcerias pode potencializar e ampliar as metas de um projeto: *“no município de Salto do Lontra eram previstas conservar 30 fontes; mas, em vez de 30, foram preservadas 76 fontes dentro do projeto, e isto aconteceu graças ao envolvimento da Prefeitura e Secretaria da Educação”*, confirma um dos coordenadores do projeto.

Neste caso, as inovações proporcionaram melhoria sanitária e de saúde pública, pois, a água turva das minas foi saneada com a proteção em solo-cimento. O problema da sanidade gerou a busca por uma solução técnica, como a própria proteção da fonte e a recuperação

das matas ciliares, bem como, um maior cuidado com o uso dos agrotóxicos.

No que se refere à utilização da água para a produção, a proteção de fontes não é suficiente frente ao tamanho reduzido das propriedades. Um problema estrutural que demanda além da reforma agrária, uma nova forma de se tratar a terra, ou seja, organizar uma transição agroecológica em que o armazenamento da água se integra a outras tecnologias adaptadas ao uso da água para produção.

As lideranças do Projeto no Paraná demonstram preocupação pela dificuldade encontrada em fazer parcerias para ampliar a abrangência da proteção das minas. Trata-se de um processo político de união das forças, indispensável, sobretudo para fortalecer os atores dos projetos, e, conseqüentemente, os próprios projetos.

CONCLUSÕES

Esse trabalho corrobora com a idéia geral do projeto IPODE de que as inovações se apresentam desde uma dimensão criativa até sua forma aperfeiçoada e mais eficaz, sendo, justamente, a participação social o componente metodológico que legitimou as criações e transformou a prática social.

O projeto Água e Qualidade de Vida procura conter os impactos de um sistema de produção intensificado. Uma intensificação crítica da produção, como avalia Ploeg (2006), onde a inovação de proteção das fontes naturais foi inserida para resolver uma crise de abastecimento de água decorrente da multiplicação de um processo produtivo insustentável.

Uma primeira lição tirada dessa experiência é de que as soluções técnicas só têm chance de serem adotadas amplamente, num processo educativo que demonstra sua importância para a saúde e qualidade de vida das famílias e publiciza as formas de aplicar essas soluções. Outra lição, foi perceber o surgimento de um “tema mobilizador”, provocando ações políticas que mobilizaram um número crescente de participantes em audiências públicas, encontros e intercâmbios, que ultrapassou amplamente a expectativa inicial do projeto e resultou em reivindicações políticas mais amplas, isto é, muito além dos objetivos específicos dos projetos.

A grande novidade dessa experiência foi recorrer à participação da comunidade e da organização sindical para empreender uma solução imediata ao problema crônico da falta de água, ressaltando a eficiência dessas iniciativas com relação aos problemas encontrados pelas pessoas nos períodos de crise. A vontade de resolver um problema acabou por ressignificar a água para as famílias e suas organizações, pois, o paradigma de convivência com o problema da água serve como um novo tema de mobilização social e acaba por re-configurar o papel da unidade de produção agrícola, como produtora de água também.

Assim, a sociedade civil foi capaz de propor um novo modelo de desenvolvimento, algo que coloca em debate a intensificação dos sistemas produtivos, instituindo práticas mais sustentáveis de uso dos recursos naturais, procurando resgatar o suprimento da água das fontes superficiais. Partindo das crises de abastecimento da água, descobriu-se a necessidade da experimentação local e de ajustes que permitissem a apropriação de inovações técnicas e organizacionais.

Na busca por autonomia e aprendizagem, o papel dos mediadores, ONG's e técnicos do programa são fundamentais, pois, buscam desenvolver capacidades e competências locais, sendo importante a formação de técnicos nesta “cultura”. Para tanto, precisou-se de tempo para internalizar a confiança no processo educacional e experimental necessário à apropriação dos mecanismos tecnológicos e organizacionais, o que foi facilitado pelo bom diálogo entre produtores e técnicos, quando estes partiram do resgate do saber camponês. De fato, se a fonte protegida fosse o único parâmetro a orientar a avaliação do resultado, teria sido mais fácil contratar empresas privadas encarregadas das obras, desprezando o envolvimento das comunidades como garantia de sustentabilidade do projeto.

Os projetos conseguiram responder à necessidade dos agricultores em sua dificuldade de acesso à água, frente à impossível solução das políticas hidráulicas que centralizam poder, como poços artesianos e açudes. Assim, uma solução com custos mais baixos e com uma atitude coletiva, protagonista e de responsabilização foi capaz de recuperar as fontes de água superficiais. Tais inovações resultaram no acesso à água, formação de agentes comunitários e na compreensão da necessidade de transformar o modelo de produção e consumo para um modelo mais sustentável e responsável de se viver.

Percebe-se nestas experiências a relação entre a inovação, isto é, a experimentação técnica, social e institucional das quais os agricultores se apropriam e a capacidade de renovação dos modelos de desenvolvimento tradicionais. Dessa forma, as relações de poder se transformam, seja em nível local – independência em relação às oligarquias – seja em nível regional –

a partir da governança da política pública. Assim, a sociedade civil, através da mobilização, ganha autonomia e se torna capaz de propor novas políticas públicas.

É importante ressaltar não apenas a inovação no campo político, mas ainda e mais fundamentalmente, a intenção de estabelecer processos pedagógicos e de “experimentação”. Ou seja, não adianta apenas propor algo “novo” para intervenção pública e deixar ao governo a sua execução. E sim, uma atitude coletiva que quer, também, ser protagonista nas ações dos programas e projetos públicos.

Trabalho recebido em 05/08/2013

Aprovado para publicação em 28/06/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACESI – Associação do Centro de Educação Sindical. Publicação única do Projeto “ÁGUA E QUALIDADE DE VIDA”. Francisco Beltrão: ACESI, 2009. 28p.
- ALTER, N. *L'innovation ordinaire*. Paris: PUF, 2000.
- BOUCHARD, M. J. De l'expérimentation à l'institutionnalisation positive, l'innovation sociale dans le logement communautaire au Québec. *Cahier de la Chaire de recherche du Canada en économie sociale, Chaire de recherche du Canada en économie sociale et crises*. Cahiers du CRISES - Collection Études théoriques - no: ET0511: 2005. Disponível em: <https://depot.erudit.org/retrieve/1821/ET0511.pdf> Acesso em: 24 fev. 2015.
- IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná – *Leitura das Estações Pluviométricas de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco de 1980 a 2006*.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em: 10 out. 2008.
- KIYOTA, Norma. *A Representação dos Agricultores Familiares em Espaços Institucionais de Participação Social no Sudoeste do Paraná*. Porto Alegre: UFRGS. 2007 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural).
- MARTINS, R. C. (2013), “A construção social da economia política da água”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 73, 2013, pp. 111-130. Disponível em: <http://spp.revues.org/pdf/1335> Acesso em: 23 fev. 2015.
- MIRANDA, Márcio. *Áreas de preservação permanente e reserva legal: o que dizem as leis para a agricultura familiar?* Londrina: IAPAR, 2009.
- PERONDI, M. A., KIYOTA, N. A gestão social da água no Sudoeste do Paraná. *Revista Agriculturas* (Impresso). , v.7, p.27 - 29, 2010.
- PIRAUX, M., SILVEIRA, L. M. da, DINIZ, P. C. O., DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 5-29, ISSN 1413-0580.
- PLOEG, J. D. van der, O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, Sérgio.

A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Estudos Rurais).

RAINHO, J. M. *Planeta água*. *Revista Educação*, São Paulo, v. 26, n. 221, p. 48-64, set. 1999.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org). *Política, Protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1996.

SCHNEIDER, S. *IPODE - 'Sementes e Brotos' da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil*. Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica do CNPq. Edital Universal MCT/CNPq. 15/2007. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S., MENEZES, M., GOMES DA SILVA, A., BEZERRA, I. *Sementes e Brotos da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALENCIO, N.F.L.S. A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança. *Cronos*, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 57-76, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/3287/2675>

LA ECONOMÍA FAMILIAR: UNA DISCUSIÓN SOBRE MODELOS

Cecilia Pérez Winter

RESUMEN

Los modelos son herramientas analíticas que permiten explicar procesos complejos de forma simple y accesible. En las ciencias sociales diversos modelos se han generado para explicar los diferentes aspectos y problemáticas de la economía familiar. En este artículo se analizan tres modelos, clásicos y contemporáneos, propuestos por los autores: A. Chayanov, H. Lamarche y J. Van Der Ploeg. Se examinará particularmente cuestiones tales como: qué tipo de autonomía existe, el rol del estado, los impactos de la tecnología y del mercado, entre otros aspectos. Esto permitirá reflexionar en cómo fueron cambiando los focos de análisis en esa temática; y explorar los alcances y limitaciones en los estudios de la economía familiar.

Palabras claves: Modelos; Ciencias Sociales; Economía Familia.

A ECONOMIA FAMILIAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE MODELOS

RESUMO

Os modelos são ferramentas analíticas que permitem explicar processos complexos de forma simples e acessível. Nas ciências sociais diversos modelos foram construídos para explicar os diferentes aspectos e problemáticas da economia familiar. Neste artigo analisam-se três modelos, clássicos e contemporâneos, propostos pelos autores: A. Chayanov, H. Lamarche y J. Van Der Ploeg. O foco da análise será comparar o que tipo de autonomia existe, o papel do Estado, o impacto da tecnologia e do mercado. Este estudo permitirá refletir sobre como foram mudando os objetivos das pesquisas e explorar os alcances e limitações nos estudos da economia familiar.

Palavras-chaves: Modelos; Ciências Sociais; Economia Familiar.

FAMILY ECONOMY: A DISCUSSION OF MODELS

ABSTRACT

Models are analytical tools that allow us to explain in a simpler and accessible way, complex processes. Models have been created and used in Social Sciences to examine the variety of themes into Familiar Economy. This article presents and analyzed three models, in different time periods, by A. Chayanov, H. Lamarche y J. Van Der Ploeg, considering: the type of autonomy, the state role, and the technology and the market impacts. This comparison will show how the focus on this thematic has changed, and also to explore their scopes and limits in familiar Economy studies.

Keywords: Models; Social Sciences; Family Economy. Palavras-chaves: Modelos; Ciências Sociais; Economia Familiar.

INTRODUCCIÓN

Diversas disciplinas correspondientes a las ciencias sociales se han abocado al estudio de la economía. Sin embargo, independientemente de la disciplina social y sus subdisciplina, se encuentran aquellas investigaciones que buscan comprender y explicar las problemáticas de la economía familiar (e.g. economía campesina y agricultura familiar). Este artículo propone, a través del análisis de tres modelos propuestos por los autores A. Chayanov (1981)¹, H. Lamarche (1993, 1998) y J. Van Der Ploeg (2008, 2013), discutir cómo ciertas variables influyen la toma de decisión y qué aspectos favorecen o no a generar cambios en su unidad de producción familiar. El interés de comparar y analizar estos modelos es reflexionar sobre los estudios en economía familiar y explorar los alcances y limitaciones de cada uno.

En el caso de Chayanov, afirma que existen campesinos en diferentes sociedades, incluso donde el capitalismo ya se ha establecido en el sector agrario o está en vías de. Para Chayanov pueden y coexisten sistemas económi-

cos capitalistas y no capitalistas. Por ello, argumenta que la teoría económica de su época no contemplaba los estudios de economía familiar porque para él la unidad familiar no funciona bajo las lógicas capitalistas; y por ello no se deben aplicar categorías teóricas como salario, interés, entre otros, porque en esa forma de economía no existen. Y termina postulando un modelo que permita cubrir ese vacío teórico² Thorner et al., 1966). Para el sociólogo francés Lamarche³ (1993, 1998), la explotación familiar es un objeto de estudio en sí mismo, un concepto de análisis necesario para la comprensión del funcionamiento y de la evolución de las formas sociales de producción agrícola. Para él la explotación familiar y campesina son dos conceptos diferentes que no deben ser confundidos o utilizados como sinónimos, como aparentemente hace Chayanov. Ya que según Lamarche, no todas las explotaciones campesinas son familiares. En cuanto al Ing. Agrónomo Van Der Ploeg⁴ (2008), su objetivo es presentar un modelo superador al del “empresario agrícola” que tuvo su auge entre 1950 y 1990, y que postulaba la desaparición de la producción campesina, negando así su existencia ac-

1 A. Chayanov fue un economista ruso que nació en Moscú el 17 de abril de 1888. Estudió en el Instituto Agrícola. Realizó su doctorado en la Academia Agrícola y Forestal Petrovsky. Se identificaba con las ideologías socialistas y revolucionarias de su época. Sus estudios sobre el movimiento cooperativista de Europa Occidental lo influenciaron en el desarrollo de sus teorías sobre la economía campesina. Posteriormente fue condenado durante el periodo Stalinista y fusilado en 1939. Para Van der Ploeg (2013) Chayanov pudo crear un modelo explicativo tan significativo por tener la oportunidad de vivir y trabajar en un momento de transicional con la revolución Bolchevique de 1917 (aunque eso también tuvo sus consecuencias), y el poder tener acceso a una única fuente de información estadística. Para mayor información ver Harrison (1975) o Thorner et al. (1966).

2 Se podría decir además que Chayanov dio lugar al desarrollo de una tradición neopopulista en las ciencias sociales en Rusia y particularmente en los estudios sobre ruralidad. Además sus ideas influyeron en muchos pensadores de Europa y América (Harrison, 1975).

3 Para sus estudios Lamarche reconoce el sistema capitalista en su escala mundial y considera que la explotación familiar existe en diferentes lugares, pero en vez de hablar de países identifica diferentes tipos de sociedades donde el capitalismo se ha establecido (i.e. desarrollado, dependiente, en vías de desarrollo, colectivista).

4 Sus trabajos generalmente abordan las temáticas de los cambios ocurridos en Europa durante el siglo XX, con el modelo modernizador, planteando así un modelo de transición de recampesinización. Es decir, la emergencia de nuevos campesinos considerando el contexto de la globalización.

tual. Para este autor, lo que genera ese modelo es no considerar a los actores sociales que están involucrados en ese tipo de economías, excluyéndolos así de las agendas políticas. Además de las malas interpretaciones en las investigaciones relacionadas a temas de agricultura y desarrollo, en el que se les quita a los agricultores su capacidad de agente y generador de cambio. Los tres autores construyen sus modelos partiendo de vacíos dejados por modelos anteriores con el objetivo de proponer uno que realmente pueda explicar la economía familiar y campesina. Sin embargo, cada autor parte de perspectivas (y contextos históricos) diferentes, lo que produce que enfatizan más en algún aspecto que otro.

1. EL MODELO DE EXPLOTACIÓN FAMILIAR SEGÚN CHAYANOV

Para Chayanov el trabajo familiar es lo que otorga particularidad a la economía campesina. Y los principios que utiliza para definirla son: su capacidad de trabajo, el producto indivisible del trabajo, y el grado de explotación. El objetivo de la unidad es alcanzar un cierto grado de bienestar que le permita su reproducción y no la maximización de la tasa de ganancia. Es decir, mientras más duro es el trabajo, comparado con la remuneración, más bajo es el nivel de bienestar de la familia campesina. El modelo de este autor también define cómo es el excedente, y predice cuándo una unidad de producción familiar buscará intensificar su trabajo, cuándo le convendrá aumentar sus recursos (reproducción de los medios de producción) como la tierra; además de considerar

los precios de las mercancías y de la tierra, y la circulación del capital en crédito, definiendo de esta manera su lógica de la producción.

Chayanov considera que la explotación familiar se encuentra equipada con medios de producción y emplea su capacidad de trabajo para cultivar la tierra. El resultado de su trabajo anual es obtener una cierta cantidad de bienes que posteriormente puede cambiar en el mercado. Esto representa el producto bruto, y restándole el gasto de material anual utilizado en la explotación, se obtiene la ganancia que la familia realmente ha adquirido en el año de trabajo, siendo la única categoría de ingreso. A esto Chayanov define como producto indivisible del trabajo y que no siempre será el mismo para todas las unidades económicas familiares. Ya que variará en cada caso según la situación del mercado, la ubicación de la unidad en relación al mercado, la disponibilidad de los medios de producción, el tamaño y composición de la familia, cantidad de tierra. El excedente que la unidad familiar obtenga, dependerá de las características de la propia familia: grado de esfuerzo, composición de la familia, número de miembros capaces de trabajar, la productividad de la unidad de trabajo. El grado de explotación está determinado por el equilibrio entre la satisfacción de la demanda familiar y la fatiga del trabajo. Es decir, que el grado de auto-explotación se genera por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y por la del peso del trabajo. El equilibrio será alcanzado teniendo en cuenta las condiciones específicas de la producción de la unidad, su situación y ubicación en el mercado (que determina el grado de fatiga) y por el tamaño y composición de la familia y sus necesidades que son las que determinan el tipo de consumo.

En cuanto a la intensificación del trabajo, estará determinada por la estructura interna de la familia, la satisfacción de sus necesidades de consumo y las condiciones de producción que determinan la productividad de la fuerza de trabajo, y no tanto por la situación del mercado. Esto último se refiere a los medios de producción disponibles: tamaño y calidad de la tierra⁵.

En el modelo de Chayanov es sumamente importante conocer las necesidades de consumo, la satisfacción de la familia y su composición, porque es lo que en definitiva determinará el grado de explotación, cómo aplicar la fuerza de trabajo, y qué decisiones tomar: aumentar la cantidad de tierra, procurar por familiares para aumentar la fuerza de trabajo. La familia es un actor activo que está totalmente involucrado en el proceso de su producción y reproducción al punto de considerar que el trabajo es un producto indivisible. El agricultor se administra independientemente; controlan su producción y las demás actividades económicas bajo su propia responsabilidad. Tienen a su disposición todo el resultado de la producción de su trabajo y los impulsan a lograr esta producción de trabajo las necesidades de la familia, cuya satisfacción solo limita el cansancio del trabajo. Esto está mostrando que para Chayanov la unidad de explotación familiar tiene un alto grado de autonomía. Y se expresa en una dinámica de equilibrio interno en una relación entre productores y consumo.

En relación a los medios de producción, uno muy importante es la tierra. La intensidad

del cultivo y su organización dependerán en gran parte de la extensión de tierra a emplear, del tamaño de la familia trabajadora, y la amplitud de su demanda, o sea de factores internos⁶. Las explotaciones campesinas que tienen una cantidad considerable de tierra y que están en condiciones de utilizar su capacidad de trabajo familiar en un grado óptimo de intensidad de cultivo no necesitarán arrendar ni comprar tierra. Ya que en ese caso cualquier gasto de tierra les resultará innecesario. Aumentar la cantidad de tierra, sea por arrendamiento o compra, será evaluada en función de la fuerza de trabajo y recursos disponibles que garanticen la explotación de las tierras y prosperidad. Por lo tanto, la familia considerará aumentar sus recursos y medios de producción solo si permiten obtener un nivel de bienestar mayor. Sin embargo, Chayanov también considera que el precio de la tierra es un factor que influye en la decisión de aumentar su capital. Para él el precio de la tierra es una categoría objetiva que depende del mercado de tierras y éste se verá en parte influenciado por el aumento en la densidad de población rural local. Para Chayanov la densidad de población y las formas de utilización de la tierra son factores sociales muy importantes y que determinan de alguna manera el sistema económico.

En Chayanov un factor importante para entender algunos aspectos de la producción familiar es el demográfico. Ya que ayuda a explicar las diferencias de posibilidades de la agricultura familiar en adoptar nuevas tecnologías y asumir riesgos. Además, la densidad de población y la migración, determinan la utilización

5 Por ejemplo, la escasez de tierra sería una razón por la cual obligaría a la unidad económica a intensificar su trabajo en detrimento de una remuneración menor a la deseada.

6 Como el tamaño y composición de la familia y su relación en proporción a la extensión del terreno cultivado.

de la tierra, el nivel de prosperidad y la cantidad siempre variable de acumulación de capital de la población, ésta última forma la base para la organización del estado. Otro factor importante es el nivel de vida tradicional, impuesto por las costumbres y el hábito, que determina la amplitud de las pretensiones de consumo y, por ende, el empeño de la capacidad de trabajo. En este modelo, el repertorio cultural de las familias influye en el tipo de consumo que van a tener y cómo se organizarán para producir lo preciso para satisfacer esas necesidades. En cuanto al rol del estado, si bien Chayanov lo menciona escasamente, sí afirma que las medidas económicas y políticas del poder estatal controlan el modo de utilizar la tierra y la migración del pueblo. Aspectos que influyen en cómo las familias se organizarán para producir y reproducirse.

El modelo de Chayanov es un análisis teórico del pasado económico. Si bien el autor parte de que las economías agrícolas como la familiar no siguen una lógica capitalista, y consecuentemente no se pueden aplicar sus categorías teóricas, a lo largo de su trabajo busca encontrar categorías alternativas que en cierta forma estarían reemplazando las no capitalistas de salario, interés, por ejemplo. El foco del modelo de Chayanov está dado por la fuerza del trabajo familiar y sus necesidades. Su repertorio cultural determinará necesidades específicas de consumo. Éste último, determinarán la intensificación o no del trabajo. En el caso de necesitar acrecentar la mano de obra, procuraran familiares y no asalariados. En cuanto a los medios de producción y el control de la producción, parece que la familia tiene un alto grado de autonomía, ya que los coloca como dueños

del medio más importante que es la tierra (y su fuerza de trabajo), y del tipo de producción, siendo ellos los que deciden cuándo intensificar sus recursos y su fuerza de trabajo. Con respecto al mercado, la ubicación y la situación de la unidad familiar favorecerán en que la explotación familiar encuentre un equilibrio en la aplicación de fuerza de trabajo, pero no aparece como un gran condicionante de su producción. Con respecto al estado, no parece ser una figura central en el proceso de producción de la unidad familiar, pero sí influyente. Y en cuanto a la mecanización del trabajo, la incorporación de nuevas tecnologías será evaluada según el factor demográfico en el que se encuentra la unidad de explotación familiar.

2. EL MODELO DE EXPLOTACIÓN FAMILIAR SEGÚN LAMARCHE

Lamarche, en su trabajo de 1993, propone un modelo de grados partiendo del Modelo Original hacia el Modelo Ideal, y según la integración (técnico-económica y sociocultural) al mercado de la explotación familiar, tendrá su correspondencia a una determinada relación con la sociedad de consumo, un determinado modo de vida y de representación. De esta forma, el autor concibe una clasificación de la explotación familiar que contempla su diversidad y variabilidad, mostrando los distintos grados o tipos existentes. Este modelo contemplaría las explotaciones familiares teniendo en cuenta su propia historia y ambiente particular en el que funciona la explotación colocándolas en un escalón del modelo. Coloca un punto 0 para aquellas sociedades que se encuen-

tran “aisladas” de la sociedad global como los modelos Tribal o Subsistencia. La propuesta de Lamarche además de medir el grado de integración al mercado, considera la influencia sobre el funcionamiento de las explotaciones colocando de un lado el patrimonio sociocultural que cada explotador o familia dispone, y en el otro, las decisiones que realizan. De este modo, para entender y analizar el funcionamiento de la explotación familiar debe tenerse en cuenta esa dinámica. Asimismo, cada toma de decisión importante es el resultado de dos fuerzas: aquella que representa su pasado y tradición, y aquella que representa la concretización de un futuro (proyectos, expectativas). Las posibilidades de que las familias lleguen o se acerquen al Modelo Ideal dependerán de la complementariedad de su proyecto junto con el contexto (social, económico, político) en el que se encuentra. Así, este modelo permitiría analizar la emergencia, hegemonía o eliminación de ciertos tipos de explotación familiar existentes en una sociedad o país. Se puede observar que Lamarche no solo considera la toma de decisión de cada familia (según la dinámica pasado/futuro) sino que también tiene en cuenta el contexto político-económico en el que se encuentra cada familia.

El principio del modelo es la individualidad de las familias. Porque, más allá de las situaciones particulares que cada familia debe afrontar, cada una tiene el poder de decisión, y además, no todas explotan de la misma manera ni tienen los mismos objetivos a futuro. Todo esto genera la existencia de diferentes tipos de explotación familiar. Asimismo, éstas tampoco están constituidas por un grupo social homogé-

neo, y estos grupos se dividirán según sus condiciones de producción: superficie de explotación, grado de mecanización, nivel técnico, capacidad financiera. Esas condiciones muestran la variabilidad existente de explotaciones familiares. Es decir, no existe un tipo, sino varios, y la diversidad de esos tipos y sus situaciones estarán dados por la toma de decisión de cada familia, por la situación de sus medios de producción y cómo los utilizan. La toma de decisión estará influenciada según su clase social, objetivos, tradiciones, y otros, por lo que su cultura y tradición puede jugarle en contra en algunas decisiones. Por lo tanto, toda explotación familiar se define al mismo tiempo por un modelo de funcionamiento y en una clase social en el interior de ese modelo.

Al modelo le agrega dos conceptos más: el de bloqueo y ruptura. El bloqueo es cuando el jefe de familia se encuentra ante una situación que no le dejan ejecutar ciertas prácticas o estrategias que le permitirían alcanzar el Modelo Ideal. Esto puede ser porque hay políticas que no permiten aplicar ciertas estrategias que podría aplicar el explotador porque están prohibidas, o por falta de acceso a un crédito⁷. La noción de ruptura corresponde a un gran antagonismo entre el Modelo Original y el Ideal y el modelo dominante pre-establecido por la sociedad. Sin embargo, en su trabajo posterior de 1998 Lamarche deja se apelar a los modelos “Original” e “Ideal” porque no sirven para explicar las nuevas transformaciones que están sufriendo las sociedades, y comienza a seleccionar otras variables que le permitan construir tipologías adecuadas para mejorar el análisis. Así, el autor genera un esquema analítico

7 Aquí se puede pensar en el rol del estado como un factor influyente en la aplicación de sus prácticas.

a partir de criterios más diversificados que busca un abordaje más global del funcionamiento de las unidades de producción. Selecciona ocho criterios, de los cuales cuatro son utilizados para evaluar el peso de la familia en las lógicas de funcionamiento y los otros cuatro permiten un análisis del grado de dependencia⁸.

De esta forma, lo que le interesa analizar ahora son las lógicas sociales de funcionamiento. Por lo tanto, teniendo en consideración la interacción familiar y el grado de dependencia en relación al exterior predetermina cuatro modelos teóricos: Agricultura familiar moderna, agricultura campesina o de subsistencia, empresa, empresa familiar. Los modelos de empresa y empresa familiar se caracterizan por una situación de fuerte dependencia. Es decir, los agricultores son muy técnicos y producen esencialmente para el mercado de masa e invierten constantemente, cuando es posible, para mejorar sus medios de producción, hasta colocarse en una situación financiera difícil. La dependencia también es para satisfacer su nivel de consumo y las necesidades alimentarias de la familia. Estos dos modelos difieren sobre el lugar que ocupa la familia en su modo de funcionamiento. Para el modelo de empresa la familia no ocupa una función central en la toma de decisiones y en la organización de estrategias y participa poco de las actividades agrícolas. La tierra es un instrumento de trabajo que a veces es objeto de especulación. En cuanto al futuro, éste no es concebido en términos de representación de la unidad de producción. Bus-

can un status social y una identidad vinculada a una sociedad urbana e industrial. En este modelo el mercado es un factor importante en la producción familiar, pero la unidad parece tener control de sus medios de producción y del proceso productivo, lo que les da un grado de autonomía. Para el modelo familiar el interés de la familia determina con bastante frecuencia la toma de decisión, la tierra es patrimonio familiar que asegura la continuidad del grupo a través de la transmisión y garantiza la sobrevivencia mínima de los miembros de la familia y todos los proyectos son organizados de forma que satisfaga sus intereses. Éste modelo también parece mostrar un cierto grado de autonomía. El modelo campesino o de subsistencia es utilizado para definir unidades más o menos autárquicas estructuradas en bases esencialmente familiares. Los productores de este modelo se definen como independientes, poseedores de lazos familiares particularmente fuertes. Sin embargo, existen diferencias entre una unidad campesina y otra de subsistencia. El modelo campesino tiene una expectativa fuerte de conservación y de acrecentar su patrimonio familiar. Éste modelo parece tener mayor autonomía que los dos anteriores ya que no son dependientes de los avatares del mercado. El modelo de agricultura familiar moderno son unidades de producción poco familiares y conservan toda su independencia. Se caracteriza por un grado de intensificación menor que la media general. La proporción de áreas cultivadas es menor a las forrajeras extensivas. La carga

8 Los criterios son: la relación con la tierra y sitúa a los productores según si la consideran como un patrimonio o como un instrumento de trabajo o un objeto de especulación; la importancia del trabajo familiar en relación al trabajo asalariado permanente o temporario, la estructura familiar y el papel que los productores le atribuyen; las unidades de producción en función de su relación con la representación familiar del establecimiento; el grado de intensificación del sistema de producción; los aspectos financieros; grado de integración al mercado; y la clasificación de las unidades de producción en función de su dependencia alimentaria (acá la integración del mercado pasa a ser un criterio y no un eje rector como en el modelo anterior).

animal (y otros productos) por hectárea es media y hasta un poco menor que la general. El productor de este modelo no quiere involucrarse plenamente en un modo de funcionamiento de tipo campesino o empresa, busca preservar un cierto grado de autonomía⁹. El establecimiento familiar es financieramente poco comprometida y principalmente muy retraída en relación al mercado. La mayor parte de sus producciones es parcialmente reutilizada para las necesidades de la unidad de producción o auto-consumidas por la familia, nunca es totalmente comercializada. El establecimiento funciona de forma similar a la campesina, con más técnica y más necesidades. El productor permanece muy ligado a la noción de patrimonio, tratando de acrecentarlo. Por ello, arrienda pocas hectáreas para personas que no son miembros de su familia y cuando tiene ganancia trata de comprar más tierras. En general los herederos de las tierras elijen ser agricultores, sin embargo, su actitud es más parecida a la empresarial. Casi todas las unidades de producción de este modelo funcionan con mano de obra externa, más de tipo temporaria que permanente. El establecimiento familiar busca conservar todas las potencialidades necesarias para modificar sus comportamientos y aplicar estrategias de adaptación. Estas características entre tradición y modernidad, autonomía y dependencia, define la especificidad de este modelo. Además, la unidad familiar tiene una relativa independencia del estado (en cuanto a ayudas económicas para su

desarrollo). Los productores creen que están en una situación inferior respecto a otros agricultores. En cambio, los del modelo de empresa consideran que se encuentran en una situación favorable. Éste último parece poseer el mayor grado de autonomía por tratar de conservar su independencia y tener control de sus medios y de su producción. Asimismo, Lamarche muestra que este modelo es el que está mejor preparado para adaptarse a diferentes situaciones económicas.

Para Lamarche la familia tiene un rol importante en su producción y reproducción ya que parte del principio de individualidad. Es decir, más allá de la situación de la familia y cómo es la condición de sus medios de producción, es la propia familia la que decide qué y cómo hacer. Las decisiones de la familia son tomadas teniendo en cuenta su repertorio cultural, su conocimiento técnico, su integración al mercado. La familia es un actor activo que constantemente se ocupa de su producción y reproducción. La familia estará más involucrada, en algunos de estos modelos, en el proceso de producción. En cuanto a los medios de producción, su situación genera variabilidad e influirá en la toma de decisión, ya que no todas las familias tienen el mismo acceso o son dueñas de los mismos medios de producción. En relación a la incorporación de nuevas tecnologías, dependerá de la toma de decisión y según qué fuerza es más fuerte, la del pasado o futuro¹⁰. El mercado es una figura importan-

9 En el modelo de Lamarche la autonomía se construye en grados de diferenciación y en relación al mercado, por lo tanto es relativa. Según las características de la explotación familiar, su integración al mercado y su contexto político-económico, es el grado de autonomía que tendrá. Para Lamarche, el modelo de agricultor moderno es que le tiene más independencia y autonomía por ejemplo.

10 Por ejemplo, es más probable que las unidades que se enmarquen en los modelos de agricultor moderno y el empresarial sean las que contemplen la incorporación de nuevas tecnologías.

te, de hecho en sus modelos es fundamental entender en qué grado de integración se encuentra la explotación familiar. El rol de estado también está presente, debido a las políticas que éste genere también influenciarán en la toma de decisión de la familia y en las resoluciones que pueden encontrar según la situación (situación de bloque/ruptura). Ya que algunos problemas que debe enfrentar la familia puede ser consecuencias de políticas impuestas por el estado. Sin embargo, según la característica de la explotación familiar (teniendo en cuenta los cuatro modelos), tanto el mercado, como el estado, tendrán más influencia o no en la toma de decisión de las unidades económicas de explotación.

3. EL MODELO DE EXPLOTACIÓN FAMILIAR SEGÚN VAN DER PLOEG

Para Van Der Ploeg la condición campesina y el modo campesino de hacer agricultura son dos puntos claves, ya que están íntimamente relacionados¹¹. Las características, o principios fundamentales que toma para definir la condición campesina son: 1-la lucha por

la autonomía¹² que se realiza en 2- un contexto caracterizado por relaciones de dependencia, marginalización y privaciones. Esas condiciones tiene como objetivo y se concretizan en 3- la creación y desarrollo de una base de recursos auto-controlados y auto-gestionados, que a su vez permite, 4- formas de co-producción entre el “hombre” y la “naturaleza” viva que 5- interactúan con el mercado, 6- permiten la sobrevivencia y perspectivas a futuro, 7- se realimentan en la base de recursos y la fortalecen, y 8- reducen la dependencia. Asimismo, según las particularidades de coyuntura socioeconómica dominante, la sobrevivencia y el desarrollo de una base de recursos propia podrán ser 9- fortalecidos a través de otras actividades no agrícolas. Por último, existen 10- patrones de cooperación (y reciprocidad) que regulan y fortalecen esas interrelaciones¹³.

Los elementos que utiliza en su modelo son: A) Co-producción, que es la interacción y transformación mutua y continua entre el “hombre” y la “naturaleza” que genera nuevos niveles de co-producción. A través de ella se puede alcanzar el progreso¹⁴. B) La base de recursos. A partir de su creación y crecimiento dan al explotador una cierta libertad en los intercambios económicos¹⁵. C) El aprendizaje a

11 El modo campesino de hacer agricultura está enraizado en la condición campesina y proviene de ella.

12 Para Van der Ploeg (2008), coincidiendo con Lamarche, es relativa pero además es un objetivo relevante a lograr, por ello lo expresa como “la lucha por la autonomía” para poder sobrevivir en un contexto de privación y dependencia. Es decir, los campesinos buscan formas y espacios para lograr y construir autonomía. Esto muestra el carácter dinámico al proceso productivo y la agencia que les atribuye a los campesinos como sujetos sociales. Para este autor la autonomía significa un cambio cualitativo de la producción campesina.

13 Como se puede observar, la condición campesina consta de varios elementos y una dinámica en la que la condición se concreta en diferentes grupos inseridos en relaciones de tiempo y espacio específico y muchas veces contrastante.

14 La producción agrícola para los campesinos representa su campo de batalla, y mejorando la calidad de la producción es que luchan para aumentar su autonomía y mejorar también la base de recursos de su economía.

15 Sin una base de recursos adecuada la co-producción y su desarrollo se dificultan. Por lo tanto, el desarrollo de la agricultura y la base de recursos favorecen la emancipación del campesino.

través del proceso de trabajo¹⁶. D) Patrones de relaciones mercantiles como formas que permiten la autonomía¹⁷. F) Sobrevivencia. Se refiere a la expectativa de reproducción y mejoramiento, y a la unidad simbiótica entre la unidad de producción y la unidad de consumo explícita en el campesinado. G) El fortalecimiento continuado de la base de recursos¹⁸. H) Reduciendo la dependencia¹⁹. I) Lucha por la autonomía: para el autor esta es la cuestión fundamental de la condición campesina. Hay varios factores que ayudan a aumentar o conseguir mayor autonomía (relativa). Su búsqueda y construcción se centra en las interrelaciones entre la unidad agrícola y su contexto. Y aunque tiene diversas formas de manifestarse, gran parte sucede a través del proceso de trabajo (que incluye la toma de decisión de la producción) desarrollado en los campos. J) Pluriactividad²⁰. K) Patrones de cooperación²¹. Los elementos propuestos por Van Der Ploeg se relacionan entre ellos constituyendo una dinámica de la condición campe-

sina que se centra en su constante lucha por la autonomía y coloca al campesino como actor social activo y generador de cambios. Ésta característica no es tan visible en Chayanov y no parece como una característica y objetivo tan significativo para Lamarche.

En cuanto al modo de hacer agricultura, éste deber ser contemplado teniendo en cuenta su contexto social donde se reproduce. El objetivo es producir y aumentar el máximo valor agregado posible. Esto en parte se debe a que el repertorio cultural de los campesinos no define al progreso como la adquisición de bienes. En general su base de recursos disponible es limitada, ya que muchas veces sus recursos disminuyen debido a su reproducción inter-generacional (distribución de bienes entre hijos). Por ello es necesario conseguir el máximo de producción posible sin deteriorar la calidad. A su vez,

Peasants often select equilibria that serve to distance the organization, operation and

16 Si bien no se menciona como un elemento es un factor importante, ya que durante el proceso de trabajo los eventuales que surjan pueden generar en el agricultor nuevas formas de hacer las cosas; y, es donde los campesinos también construyen y reconstruyen un estilo de agricultura, estableciendo un vínculo entre ese estilo de agricultura y el mundo exterior. Para Van der Ploeg la agricultura implica crear activamente recursos, relaciones y símbolos. Lo que muestra el carácter activo de agente que le da al campesino, mostrando que el proceso de trabajo es su lugar e instrumento de lucha para alcanzar su bienestar.

17 Se refiere a las relaciones específicas establecidas con los mercados. Estas relaciones mercantiles se vinculan con aquellas formas en que el campesino se conecta con el mundo exterior. Las relaciones con el mundo exterior son construidas y establecidas según el repertorio cultural local y se basan en la desconfianza, que derivan en la construcción de la autonomía.

18 La co-producción fortalece la base de recursos y puede contribuir en su ampliación y mejoramiento. La extensión y la consolidación de la base de recursos también es considerada creación de patrimonio, e implica utilizar redes sociales que permitan favorecer el control del agua y obtener mejores precios, entre otros.

19 Esto hace referencia a la situación de dependencia y privación que experimentan los campesinos en cuanto a los intercambios que se producen en términos de desigualdad por desarrollarse en un contexto de capitalista de acumulación. Por lo tanto, la forma de reducir esta dependencia es a través de la sobrevivencia y el fortalecimiento de la base de recursos.

20 Son ciertos tipos de actividades que se realizan en la unidad económica y que constituyen una forma de complementar la renta y obtener un ingreso extra para invertir en insumos, y otros, evitando la dependencia de circuitos bancarios u otras formas de crédito.

21 Las condiciones político-económicas cambiantes y eventuales problemas climático-ambientales, requieren de estrategias de cooperación entre campesinos. La co-producción es una forma de impulsarla. Aquí también entra en juego la autonomía, ya que a través de la cooperación pueden ser defendidos los derechos y el bienestar de los campesinos.

development of the peasant farm from the immediacies of the market, thus protecting (albeit only partially) the productive unit, the peasant family and the community to which they belong, from the many threats within these markets. Thus, the balances that translate into specific equilibria might be understood as a kind of Polanyi type of “anti-market device”: they help peasants and peasant agriculture to swing away from the markets whenever and wherever this is needed (Ploeg, 2013, p. 10).

En cuanto a los medios de producción, la base de recursos y la mano de obra será, en términos cuantitativos, relativamente abundante. Por lo tanto, para este autor la producción campesina tenderá a ser intensiva (aunque también dependerá de las tecnologías incorporadas), más allá de la satisfacción de necesidades como plantea Chayanov. El control y propiedad de los medios de producción es de aquellos que se encuentren vinculados directamente con el proceso de trabajo, y las reglas que rigen las relaciones sociales estarán determinadas por el repertorio cultural, relaciones de género de los actores involucrados. La producción campesina es parcialmente mercantilizada. Su producción depende en parte de su historia reproductiva . Van der Ploeg (2013) también considera la agricultura como un arte, en el que sigue enfatizando el carácter heterogéneo y dinámico de la producción y de la importancia del campesino como actor de cambio a través de la toma de decisión:

The art of farming, that is, the deliberate and strategically grounded construction of a farm and the many elements that constitute it, does not separate the farm from its politico-economic environment. Part of the

art of carefully equilibrating many of the balances involves taking into account the parameters, opportunities and threats coming from this environment. These threats, opportunities and parameters are not translated in a straightforward linear way into the farm. They are, instead, always mediated by the farmer, who considers the different ups and downs. They are part of a balance that is equilibrated in a singular way by the farming family. Hence, general environmental tendencies will very often translate into differentiated effects. The art of farming is intrinsically interwoven with the reproduction of heterogeneity” (Van der Ploeg, 2013, p. 69-70).

En el modelo de Van Der Ploeg, como en Lamarche, está siempre presente el contexto social, económico y político en el que se encuentra desarrollando su producción el campesino. La figura del mercado, como se observa también en Lamarche, es fundamental para entender la condición campesina por su constante lucha por conseguir su autonomía, siempre en términos relativos. Ante esta lucha el campesino pelea por tener el control de sus medios de producción, su producción y reproducción. Esto lo conseguirá a través de diversas estrategias como la cooperación con otros campesinos (la reciprocidad) que puede adquirir distintas formas, fortaleciendo su base de recursos, la co-producción y la pluriactividad, por nombrar algunas. Asimismo, una vez conseguida la autonomía, ésta debe ser defendida y mantenida, porque para el autor, el campesino vive en un ambiente amenazador. Es así que la autonomía no es solo relativa, sino que además es una construcción permanente y un aspecto central que determina la condición campesina. Asimismo, la condición campesina es un proceso

dinámico que se va construyendo en un espacio y tiempo específico. En este proceso también entran los conceptos de recampesinización y descampesinización. La primera es un campesinado más articulado con una situación socio-económica más fuerte y auto-sustentada, y por consiguiente, con un grado mayor de autonomía. En la segunda, se produce lo opuesto, hay debilitamiento de las prácticas campesinas, lo que también se puede interpretar como una pérdida significativa de la autonomía.

Por otro lado, Van Der Ploeg también apela a la diversidad de tipos campesinos como postula Lamarche. Sin embargo, en vez de generar modelos definidos (y pre-determinados), Van Der Ploeg genera grados de campesinidad que sirven para explicar “escalas de grises” y donde se percibe el dinamismo y transformaciones que se generan en el campesinado y dentro de las tendencias de recampesinización y descampesinización. Así, plantea tres situaciones: 1) la diferenciación entre campesino y no campesino. Es decir, no campesinos que se transforman en campesinos, como puede ser la emergencia de agricultura urbana; 2) la intersección entre agricultura empresarial y campesina, aquí se puede analizar cómo un campesino deviene en empresario; 3) la frontera entre agricultura capitalista y la campesina, en esta situación entraría los casos en los que se produciría la diferenciación entre campesinos ricos, medios y pobres, algunos de ellos capitalistas. En el modelo de Van Der Ploeg se puede observar el estudio del campesinado como procesos dinámicos y graduales que permite explicar transiciones y transformaciones a través del tiempo y en un espacio específico. Es decir, un estudio de la evolución del campesinado, que si

bien Lamarche pretende lograr lo mismo con su modelo, en realidad su modelo solo logra conseguir “fotos de producción” y no el proceso de transiciones, sino cuando los procesos ya están consolidados.

4. SIMILITUDES Y DIFERENCIAS

Los tres modelos presentados, más allá de sus diferencias y contextos históricos en los que fueron formulados, se cuestionan, por un lado, el cómo definir la economía campesina (o familiar para alguno de ellos). Y por el otro, afirman la existencia de economías que no se ajustan totalmente con la lógica capitalista. Por ello, se pone a la luz la imposibilidad de aplicar conceptos que en primera instancia parecen universales, evitando observar las particularidades y complejidades que la realidad socio-económica agraria posee.

Al ver los modelos con más detalles, podemos apreciar que en Lamarche y Chayanov la familia tiene un rol importante. Lamarche considera que las familias no son un grupo homogéneo, sino que existen clases sociales en el sentido marxista, por ello, no todas son dueños de los medios de producción como tal vez se puede interpretar en Chayanov, y esto es un factor que influirá en la toma de decisión de las familias. Además, el modelo de Lamarche destaca la capacidad que tienen las familias en adaptarse no solo a los contextos político-económicos sino también a los cambios climáticos y que si las familias subsisten es por esa capacidad de adaptación, sin embargo, el modelo del agricultor familiar moderno es el más adaptable de todos. Van Der Ploeg si bien no habla de

la capacidad de adaptación, menciona una serie de estrategias y mecanismos, como la cooperación y la reciprocidad, que ayuda a los campesinos a afrontar ciertas situaciones y a no depender tanto de los avatares del mercado.

Lamarche, también parte de que existe una gran variedad de explotaciones familiares y por ello no se puede definir un tipo específico o un único modelo que pueda ser aplicado a todos los casos existentes en el mundo. Para Van Der Ploeg también existe una variedad de explotaciones campesinas pero se refiere a grados de campesinidad en los que también se pueden dar procesos de recampesinización y descampesinización, y otras situaciones de transformación y transición que denomina “escala de grises”.

En Lamarche y Van Der Ploeg, las decisiones de la familia son tomadas teniendo en cuenta su repertorio cultural, su conocimiento técnico, su integración al mercado. Sin embargo, no en todas las situaciones la familia está totalmente involucrada en el proceso de producción. Esto es similar al planteo de Chayanov, solo que para éste autor son las necesidades de consumo (que serán determinadas por su repertorio cultural) las que influenciarán cómo, qué y hasta cuánto producir. Sin embargo, tanto para Lamarche como Chayanov, sean la toma de decisión o las necesidades de consumo, esos son los factores que generan la diversidad de “diferentes caras de un mismo objeto” como Lamarche lo plantea en el comienzo de uno de sus trabajos. Para Lamarche, la familia es un actor activo que decide su producción, pero no lo considera como un actor social en el sentido de Van Der Ploeg. Lamarche parte de un individuo que está dentro de una familia y toma de-

cisiones, activo y “flexible” ya que contempla la carga socio-cultural y de tradición del individuo que va transformándose en el tiempo. Son sus decisiones racionales lo que generará la organización de estrategias para lograr sus aspiraciones y esto en parte produce diversidad en las formas de explotación familiar. No obstante, el modelo de Van Der Ploeg le da un carácter de agente social activo a los agricultores en el que el proceso de trabajo y el campo son su lugar de lucha permanente. En cuanto al mercado, en los modelos de Lamarche y Van Der Ploeg es una figura central, sin embargo, para Chayanov no parece ser un condicionante tan importante en el proceso de producción. Con respecto al estado, para Chayanov tampoco parece ser una figura destacada, sin embargo, como Lamarche y Van Der Ploeg, afirma que las políticas estatales influyen en cierto punto en la producción y reproducción de la explotación familiar, a través de las políticas que impone.

Con respecto a la autonomía, en el trabajo de Lamarche, se puede observar que existe una autonomía relativa (definida en grados) y es a través de la forma de explotación, toma de decisiones y repertorio cultural que la unidad de explotación logrará su autonomía relativa. En contraposición, en el trabajo de Chayanov no parece haber grados sino que todas las familias tienen una alta autonomía. En cambio en el caso de Van Der Ploeg, también considera que la condición campesina está dada por grados de autonomía, pero para este autor, la autonomía es el eje que define su condición ya que el objetivo primordial del campesino es luchar por obtener mayores grados de autonomía.

Si bien cada autor hizo su aporte en las discusiones sobre el campesinado, estos no se

encuentran cerrados. No solo desde la perspectiva teórica, sino también metodológica. Sin embargo, es a partir de la construcción y reflexión de diferentes modelos que buscan entender y contemplar las diferentes situaciones, lo que contribuye a avanzar en la temática. A su vez, como lo muestran los modelos presentados, los contextos cambian y ello genera nuevas oportunidades para rever y analizar las diferentes respuestas que surgen en cada tipo de sociedad y organización agraria.

Trabalho recebido em 20/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: DA SILVA, G. J.; STOLCKE, V. (Org.). A questão agrária. Brasiliense, São Paulo, 1981, p. 133-146.

HARRISON, Mark. Chayanov and the economics of the Russian Peasantry. *Journal of Peasant studies*, Londres, v. 2, n. 4, p. 389-417, dic. 1975.

LAMARCHE, Huges. A agricultura familiar. EDUNICAMP, Campinas, 1993.

_____. A agricultura familiar: comparação internacional. UNICAMP. Campinas, 1998.

THORNER, Daniel; KERBLAY, Basile; Smith, Richard. The theory of peasant economy. The American economy association. Illinois, 1966.

VAN DER PLOEG, JAN. Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

_____. Peasants and the art of faming. A Chayanov manifesto. Fernwood, Winnipeg, 2013.

GESTÃO COMUNITÁRIA DE SANEAMENTO EM COMUNIDADES RURAIS: COOPERATIVISMO E OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Luciano Cipriano da Silva, Maria Luiza Lins e Silva Pires

RESUMO

O presente trabalho analisa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco. Mais especificamente, este trabalho descreve o processo de criação/incubação de duas centrais cooperativas incumbidas, dentro do projeto, de gerir o sistema de saneamento da região da zona da mata pernambucana. Como está se dando o processo de implementação do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento e quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo? Para responder a essas questões, estabeleceu-se um itinerário de pesquisa que dá particular destaque às políticas públicas voltadas para o meio rural, dentro da perspectiva de promoção da universalização do acesso ao abastecimento d'água e ao saneamento, na relação com o desenvolvimento local. A análise revelou as tensões, dificuldades e avanços presentes em cada etapa de execução do projeto, as disputas políticas para a escolha da equipe diretora das centrais, a destituição de um presidente eleito e a formação de uma nova chapa, a criação do estatuto e sua aprovação pelo conjunto dos sócios, o registro dos Estatutos em cartório e a instalação provisória dos grupos nas sedes das entidades. Também foi revelada a insatisfação da direção de ambas as centrais com a morosidade na conclusão do processo. Tal problemática constitui um laboratório para se refletir sobre as políticas públicas no Brasil, sobretudo sobre o caráter inconcluso de muitas delas. Nesse campo, reside a importância maior deste estudo.

Palavras-chave: Extensão Rural; Cooperativismo; Políticas Públicas.

COMMUNITY MANAGEMENT OF SANITATION IN RURAL COMMUNITIES: COOPERATIVES AND PROVISION OF PUBLIC SERVICES IN THE ZONA DA MATA REGION OF THE STATE OF PERNAMBUCO.

ABSTRACT

This paper analyses the project management model community sanitation in small rural towns in the forest Zone of Pernambuco. More specifically, this paper describes the process of creation / incubation of two central cooperatives empowered within the project, manage the sanitation system of the Zona da Mata. How are you getting the implementation process of project management model and community sanitation with respect to the creation and incubation of the central and the main difficulties in this process? To answer these questions, set up an itinerary of research that places particular emphasis on public policy, specifying the agenda focused on the social field within which bills itself as conventionally policy extension. The analysis revealed the tensions, difficulties and advances present at every stage of project execution, political disputes for choosing the staff director of the central, the removal of an elected president and a new plaque formation, the creation of the constitution and its adoption by all the partners, the registration of the Statutes in office and the installation of temporary seats in groups of entities. It was also revealed dissatisfaction direction of both central with the delay in completion of the process. This problem is a laboratory to reflect on public policies in Brazil, especially on the character of many of them unfinished. In this field, lies the greater importance of this study.

Key-words: Rural Extension; Cooperatives; Public Policy.

Luciano Cipriano da Silva. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: luciano_sociologia@hotmail.com.

Maria Luiza Lins e Silva Pires. Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: marialuizapires@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco. Mais especificamente, este trabalho descreve o processo de criação/incubação de duas centrais cooperativas¹ incumbidas, dentro do projeto, de gerir o sistema de saneamento da região da zona da mata pernambucana².

Tais centrais foram formadas no decorrer de um processo de criação/incubação de associações em torno das questões ligadas ao abastecimento de água e saneamento, formalizadas por meio da elaboração de um Estatuto e registro em cartório. De tal processo, foram constituídas a União das Associações de Serviços Comunitários da Mata Norte do Estado de Pernambuco (Unascope), com 23 associações coligadas e a central das Associações da Mata Sul de Pernambuco (Camaspe), incorporando 21 associações.

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento constitui uma política pública que vem sendo desenvolvida pela secretaria da agricultura e reforma agrária do governo do Estado de Pernambuco, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zo-

na da mata de Pernambuco (Promata). Além do Promata, este projeto envolve a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe) e de duas ONGs definidas no Consórcio Synergia e Colmeia.

Com efeito, desde o ano 2000, a região da zona da mata do estado de Pernambuco tem sido *locus* de projetos de desenvolvimento sustentável no âmbito do projeto Territórios do Desenvolvimento (TD), por iniciativa do governo do Estado, através de ações do Promata,³ subsidiando atividades que, mais tarde, dariam origem ao projeto modelo de gestão comunitária de saneamento.

Estima-se que haja, no espaço rural brasileiro, um contingente de 23 milhões de pessoas que não dispõem de coleta ou tratamento de esgoto, o que corresponde a 75% da população que reside naquele espaço. Os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da falta de saneamento rural no país é uma questão que não pode ser negligenciada (Costa, Guilhoto, 2011).

Assim, o foco de atenção deste trabalho está centrado no processo de criação/incubação das centrais encarregadas da gestão dos sistemas de abastecimento e saneamento das 103 associações vinculadas ao projeto.⁴ As centrais, além de gerenciarem todo esse sistema, tam-

1 Houaiss (2001, p. 672-673) define uma central, como sendo, “uma instalação dotada de meios e equipamentos adequados aos fins para os quais foi planejada, construída e montada, visando abastecimento, distribuição e geração de recursos.” para fins desta pesquisa, a central ocupa a função de aglutinar e gerenciar o sistema de abastecimento e saneamento no meio rural.

2 A mesorregião da zona da Mata de Pernambuco está incrustada geograficamente entre a mesorregião do Agreste e a mesorregião metropolitana. A zona da Mata encontra em seus limites o Estado da Paraíba, ao Norte, e ao Sul, o Estado de Alagoas, sendo composta por 43 municípios, distribuídos em uma área de 8.432,40 km², e ocupando 8,6% do território pernambucano. Segundo dados do IBGE, o número de habitantes chegava, em 2000, a 1.207.274 ou 15,2% da população do Estado de Pernambuco (Andrade, 2003a).

3 Sobre o assunto, ver documento disponível em: http://www.promata.pe.gov.br/internas/zona_mata/perfil.asp.

4 Esse número inicialmente previsto no projeto sofreu algumas alterações com a saída de umas e adesões de outras associações, como será visto mais adiante.

bém teriam a missão de dialogar com o governo do Estado de Pernambuco e suas secretarias, bem como com as associações comunitárias.

Como está se dando o processo de implementação do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento e quais as principais dificuldades enfrentadas para isso? Quais os desafios impostos aos seus futuros gestores?

Para responder a essas questões, estabeleceu-se um itinerário de pesquisa que dá particular destaque às políticas públicas voltadas para o meio rural, dentro da perspectiva de promoção da universalização do acesso ao abastecimento d'água e ao saneamento, na relação com o desenvolvimento local. A universalização dos serviços de saneamento básico, a coleta e tratamento adequados do esgoto e do lixo, e o manejo correto das águas das chuvas encontra apoio legal na Lei nº 11.445 de 2007, que estabelece as diretrizes gerais e a política federal de saneamento básico.

Com vistas à análise inicial desse projeto, foram delineadas, no processo de formalização do projeto, as entidades públicas envolvidas, com vistas à criação de um modelo de gestão partilhada por diversas associações locais.

A *démarche* metodológica instituída neste trabalho se apoiou num processo de observação e acompanhamento sistemático da implementação do projeto, por meio da participação nas reuniões da equipe gestora, nos eventos promovidos pelas entidades implicadas com o processo e, especialmente, nas oficinas de formação dos dirigentes das centrais. Em todas essas ocasiões, os dados foram obtidos por meio da observação e da realização de entrevistas com os gestores do projeto modelo de gestão comunitária - no caso o Promata, a Fadurpe e o

Consórcio Synergia e Colmeia – e com os futuros dirigentes das centrais. O acompanhamento de todo o processo de incubação e formação das centrais aconteceu nas cidades de Nazaré da Mata (Mata Norte) e de Ribeirão (Mata Sul), no momento em que se dava o processo de formação e incubação das centrais. Outros momentos também se constituíram como importantes fontes de coleta de dados, a exemplo do evento de encerramento das atividades do Consórcio Synergia e Colmeia, previsto no âmbito do segundo lote do Edital público licitado 001/2010, que ocorreu no dia 22 de setembro de 2011 na cidade do Recife. Ocasão esta que contou com a entrega de uma publicação intitulada “*Manuais para gestão de sistemas de saneamento rural* – educação ambiental, operação dos sistemas de saneamento e gestão financeira” que fora disponibilizada para todas as associações sob a responsabilidade do referido consórcio.

Este artigo discute, na primeira parte, as políticas públicas voltadas ao mundo rural, contextualizando-as com base em autores, como Callou (2007a) e Fonte (2010). Em seguida, situa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento no âmbito de uma política pública voltada ao mundo rural, contida numa perspectiva de universalização dos serviços de saneamento básico, formalmente instituída na lei nº 11.445 de 2007. Neste ponto, são apresentados os dados referentes às bases do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento, os principais atores envolvidos, as influências teóricas e metodológicas, bem como o processo de mobilização para criação/incubação das centrais Unascope e Camaspe. Aqui também são descritos o processo de criação/incubação das centrais da Unascope e Camaspe, as

estratégias participativas adotadas para a definição do processo eleitoral, e a constituição do estatuto social das centrais. Finalmente, são delineados os desafios, contradições, avanços e limites encontrados no decorrer do estudo.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Deriva do termo “política” a expressão política pública, esta comumente utilizada para definir as ações do Estado na resolução dos problemas sociais. Com suas raízes ligadas às influências anglo-saxônicas, “politics” e “policy” expressam interpretações diferentes, como sublinha Schwartzman (2004, p. 175). Este autor esclarece que o termo “politics” está ligado à “disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade,” enquanto que o termo “policy” refere-se à “implementação das ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio ambiente, redução de pobreza, entre outras.”

Vale ressaltar que este entendimento se apoia na ideia de que as políticas públicas obedecem a uma lógica própria, requerem profissionais especializados e recursos definidos, além de outras ações que priorizem práticas participativas no desenvolvimento do projeto político, a exemplo da tomada de decisões. Ainda, segundo Schwartzman (2004), diferentemente desta tendência inglesa, a interpretação luso-brasileira não distingue a compreensão do termo “política,” sendo esta a expressão dos dois significados.

É fato, porém, que o desenvolvimento das políticas públicas não prescinde de uma agenda governamental que se pautem num con-

texto institucional mais amplo, como observa Schwartzman (2004, p.181):

A mediação entre a política e as políticas públicas é feita pelo estabelecimento de uma agenda, que resulta das condições mais gerais – econômicas, políticas, sociais – de uma época, bem como dos valores e percepções que permeiam a sociedade em cada momento.

Assim, esse contexto institucional tanto é capaz de inspirar agendas governamentais sob a égide e um modelo pautado na ordem e na segurança, a exemplo daquela instituída no período do governo militar, quanto em contextos marcados pelo esforço de garantir a democracia, o bem estar, a organização das contas públicas e as questões sociais, que definiu os governos pós-regime militar. (Schwartzman, 2004). No campo, a fase de Autoritarismo Burocrático, no período compreendido entre 1964 a 1974, foi, segundo Fonte (2010), marcada pelo processo de difusão de tecnologias e modernização a qualquer custo. Callou (2007a, p. 94) chama a atenção ao caráter “de difusora de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira”.

Após analisar as principais agendas de políticas públicas desenvolvidas no Brasil, Schwartzman (2004) argumenta que é necessário considerar alguns fatores para a implementação de uma agenda de política pública. Dentre eles, destaca:

[...] as emergências de curto prazo, que precisam ser enfrentadas com realismo; as preferências e prioridades dos partidos, movimentos sociais e instituições com poder e capacidade de influência no governo e na

opinião pública; e a realidade econômica e social, com suas limitações e condicionantes, que não podem ser ignorados impunemente.

A articulação e a coerência no desenvolvimento da agenda social são identificadas como primordiais para sua aplicabilidade com o êxito que se espera, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e de riquezas. Como já salientado, o contexto econômico, as forças políticas diversificadas no seio da sociedade, bem como as inquietações no contexto nacional e global interferem na definição e desenvolvimento da agenda de políticas públicas (Schwartzman, 2004).

Com efeito, a implementação de políticas públicas envolve pessoas e instituições portadoras dos mais diversos interesses. Do mesmo modo, a aplicabilidade das políticas públicas, desde a sua idealização à fase operativa, dialoga nos diferentes níveis de esferas de poder e de investimentos financeiros. Para Boneti (2007), este conjunto de atores ganha uma função relevante no confronto e pressão com os interesses dominantes. Assim, a inserção dos movimentos sociais e ONGs, enquanto representação política dos interesses das classes populares é, muitas vezes, utilizada como instrumento de troca política e instrumento de barganha para os agentes políticos (Boneti, 2007, p. 17).

Em se tratando de políticas públicas de desenvolvimento rural, o Brasil, ao longo dos anos, desenvolveu, através de suas “agendas políticas”, medidas que tinham, como intuito maior, dinamizar a agricultura, para um projeto agroexportador, tal como revelado Fonte (2010). A estudiosa situa historicamente as ações ou as agendas públicas para o rural bra-

sileiro e as organiza em seis fases: A primeira, de 1930 a 1945, fase marcada pela Presidência de Getúlio Vargas; a segunda, de 1945 a 1964, é identificada pela “democracia liberal populista;” a terceira, de 1964 a 1974, é marcada pelo regime militar inicial ou “autoritarismo burocrático”; a fase seguinte, de 1974 a 1985, é considerada como sendo o período da transição em que o governo militar perdeu com as constantes crises da época. A quinta fase, de 1985 a 1990, corresponde à Nova República e, finalmente, a sexta, que diz respeito à nova perspectiva de um período democrático e participativo.

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento, que se assenta numa proposta de concertação social entre os diversos atores envolvidos – poder público, organizações comunitárias e organizações não governamentais – com vistas ao desenvolvimento local, se relacionaria, dentro da análise de Callou (2007b), na ênfase dada a conceitos como desenvolvimento local e a sustentabilidade, hoje muito presentes nas políticas de Extensão Rural. Trata-se, como admite, uma proposta para união de forças, diante da globalização e do neoliberalismo da economia.

Como observa esse autor:

[...] é nesse cenário que surge o reiterado chamamento por parte do Estado para que as populações rurais participem dos processos de “concertação,” através de associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local. (Callou, 2007a, p.105)

É também neste contexto, segundo Calou, que se atribui grande importância à participação, como ferramenta capaz de permitir a criação de estratégias de luta diante da hegemonia global.⁵

Com efeito, a ideia de desenvolvimento local sustentável constitui a mola mestra do referido projeto, ao enfatizar a melhoria das condições de saúde da população rural, bem como o acesso a serviços básicos de saneamento, destacando questões como acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, produção, coleta e tratamento de resíduos sólidos, além de uma preocupação especial e emergencial com a degradação ambiental dos recursos naturais e biodiversidade da mata atlântica disponíveis nas regiões da zona da mata pernambucana (Pernambuco, 2010, p. 41). Segundo Callou, é neste processo discursivo sobre o desenvolvimento local, que se definem as políticas públicas voltadas ao meio rural.

No âmbito dessa discussão, o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento pode ser situado no conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público, no sentido de universalizar o acesso ao sistema de saneamento e esgoto do conjunto de municípios brasileiros.

No governo Lula, por exemplo, sob a responsabilidade do ministério das cidades, foi lançada a campanha nacional “Plano de Saneamento Básico Participativo”. Fez parte des-

sa campanha a criação de uma cartilha para orientar entidades públicas estaduais, gestores municipais e associações locais na elaboração do referido plano de saneamento⁶. As recomendações se pautaram na Lei nº 11.445 de 2007, que estabelece as diretrizes gerais e a política federal de saneamento básico. Essa lei tem por princípio a universalização dos serviços de saneamento básico, a coleta e tratamento adequados do esgoto e do lixo, e o manejo correto das águas das chuvas. Ficou estabelecido que todas as cidades brasileiras deveriam elaborar os seus planos de saneamento básico até dezembro de 2010. De acordo com o artigo VIII do Capítulo I da referida Lei, a política também abrangeria as localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias. Ainda neste capítulo, fica definida a possibilidade de gestão associada, aí incorporando a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, como fica também instituída a possibilidade de controle social, garantindo à sociedade informações e participação nas políticas de planejamento e avaliação nos serviços públicos de saneamento básico. A intenção de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados é ressaltado no artigo IV do IX capítulo (Lei 11.445/2007).

5 O desenvolvimento local passa a ser identificado como uma via privilegiada para a construção da sustentabilidade nos municípios. Segundo Santos (2003, p. 9), o desafio da satisfação das necessidades essenciais ou de base; o desafio econômico da capacidade empresarial e do emprego; o da revitalização dos vínculos sociais; o da relação do local com o mundial; e, finalmente, o desafio da participação, da democracia e do reconhecimento social constituem as cinco categorias necessárias para o desenvolvimento local.

6 A Cartilha intitulada “Plano de Saneamento Básico Participativo. Elabore o Plano de Saneamento de sua cidade e contribua para melhorar a saúde e o meio ambiente do local onde você vive” traz a Resolução Recomendada Nº 75 de 02 de julho de 2009 que estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo

Ressalta-se, entretanto, que a preocupação com o saneamento básico não é um dado novo nas políticas instituídas no país. Sem a necessidade de nos debruçar sobre o longo percurso das políticas de saneamento do país⁷, cabe-nos pontuar que, a partir da Constituição de 1988 foram definidas as competências dos municípios e da União concernentes à prestação de serviços tidos como essenciais, embora não estivesse claramente definida a universalização desse serviço. De acordo como o artigo 21 desta Constituição, inciso XX, cabe à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano”. E, aos municípios, o dever de “organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial” (artigo 30, inciso V). A todos juntos, porém - União, Estados, Distrito Federal e Municípios – cabe, de acordo com o artigo 23, inciso XX “promover programas de construção de moradia e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1998).

Costa e Guilhoto (2011) chamam a atenção para os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da falta de saneamento nos espaços rurais do país e propõem, como saída, a adoção de fossa séptica biodigestor. Esse tipo de fossa, que não é apenas de coleta, mas de tratamento de dejetos do esgoto, poderia trazer, segundo admitem, grandes benefícios

ao mundo rural, com impactos sobre o conjunto da sociedade⁸.

Para Sabourin (2009) existe, no Brasil, uma série de iniciativas de manejo de recursos comuns e de produção de bens públicos sob a responsabilidade dos agricultores, fundados em relação de reciprocidade. A ação pública do Estado entra, nesse caso, como uma forma de estimular a criação e/ou fortalecer as ações existentes dentro de uma política de desenvolvimento rural territorial (*idem*). Tal perspectiva é, sem dúvida, muito elucidativa para a compreensão do projeto modelo de projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco aqui em apreço.

Ainda sobre esse assunto, Santos (2005, p.11) chama a atenção aos impactos da globalização sobre as formas de regulação estatal, expressos, dentre outras razões, na “erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil”. São questões que fazem com que as práticas sociais se caracterizarem como fruto de negociação conflitual, “entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias” (Santos, 2005, p.11). Tal discussão nos leva a admitir, a semelhança de Sabourin (2009) que o projeto em apreço se constitui como mais uma tentativa de garantir a necessidade de prestação de serviços comunitários no mundo rural, num período de desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores.

7 Sobre esse assunto ver, dentre outros Lucena (2006) e Turolla (2002)

8 Os autores admitem que a implementação do biodigestor permitiria a redução de cerca de 250 mortes, 5,5 milhões de infecções de doenças diarreicas por ano no Brasil e que, a cada R\$ 1,00 investido, seria possível um retorno de R\$ 4,69 em produção e R\$ 2,55 em aumento do PIB.

2. O PROJETO MODELO DE GESTÃO COMUNITÁRIA DE SANEAMENTO

2.1. O EDITAL E O PROCESSO LICITATÓRIO

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento originou-se de um conjunto de ações e financiamentos do governo do Estado de Pernambuco e de instituições parceiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciados desde o ano de 2007. O projeto insere-se dentre as ações desenvolvidas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zona da mata de Pernambuco (Promata).

Estas ações estiveram amparadas nas deliberações do Plano de Investimento Municipal (PIM),⁹ como instrumento de execução das intervenções do Promata. Com o PIM, foi possível discutir com as comunidades rurais algumas ações direcionadas ao desenvolvimento da mesorregião da zona da mata de Pernambuco. Destas ações, se desenvolveram programas para a melhoria econômica, empregabilidade, saneamento ambiental e abastecimento d'água, produção agrícola, coleta e tratamento de resíduos sólidos, gestão e proteção do meio ambiente, operacionalização e gestão dos equipamentos instalados pelos próprios usuários, dentre outras medidas voltadas ao desenvolvimento das áreas da zona da mata (Pernambuco, 2010, p. 41).

No âmbito dessas ações, o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento foi amparado num processo licitatório da ordem

administrativa nº 052/2010 – de acordo com a Comissão Especial de Licitação (CEL) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zona da mata de Pernambuco (Promata) –, através da Concorrência Pública Nacional nº 001/2010, que previa a contratação de prestação de serviços de consultoria para implementação do modelo de gestão do projeto de saneamento rural da zona da mata de Pernambuco.

A Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe) e o Consórcio Synergia e Colmeia foram vencedores da concorrência pública. A Fadurpe ficou responsável pelo Lote 1 previsto no Edital, relacionado à incubação das centrais. Mais especificamente, cabiam à Fadurpe os serviços de capacitação e assessoria com vistas à implantação de dois empreendimentos coletivos, com uma metodologia própria de incubação.

O Consórcio Synergia e Colmeia, por sua vez, ficou responsável pelo Lote 2, do mesmo Edital. Este lote relacionava-se ao fortalecimento das Assecos e das Associações já existentes nas 103 comunidades rurais beneficiadas pelo Promata e Prorural, envolvidas com sistemas de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) (Pernambuco, 2010, p. 46).

Vale ressaltar, nesse sentido, que o Edital do Promata buscou atender as demandas locais, trabalhando com as associações já constituídas, como também com aquelas associações criadas para esse fim específico, as denominadas Assecos, com o propósito de fortalecimento dessas associações no âmbito local, por meio de um processo formativo.

⁹ Este Plano de Investimento Municipal (PIM) é um instrumento de participação coletiva dos locais onde se pretende realizar investimentos públicos. Neste caso específico, o Promata por meio do PIM pode diagnosticar demandas no setor de saneamento nas áreas rurais. Cf. Filho e Braga, 2012.

A ideia que subsidiava os elementos relacionados à prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água presentes no edital teve, como base legal, a lei de saneamento 11.445/2007. Esta lei, segundo informa os requisitos e condições do edital – ordem administrativa nº 052/2010, concorrência pública nacional nº 001/2010, diz que:

[...] a gestão dos serviços de saneamento básico (deve estar voltada) para usuários organizados em cooperativas e associações em localidades de pequeno porte ocupadas, predominantemente, por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentam custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários (Pernambuco, 2010, p. 47).

Como previsto no edital, para que estes sistemas se mantivessem operando ao longo do tempo de maneira autossustentável, tornar-se-ia necessário, além da participação da população local e da sua autonomia no gerenciamento, o comprometimento inicial do poder público, de forma a garantir a execução das metas previstas. Com efeito, a ideia era a de que os sistemas fossem capazes de dar conta da complexidade que envolve a gestão do saneamento básico, além de estimular a participação popular dos atores locais em todas as fases do processo (Pernambuco, 2010, p. 49). Além disso, o edital sublinhava o compromisso de o governo de Pernambuco, a partir dessas ações, atender metas internacionais de acesso à água e ao esgotamento sanitário, conforme objetivo do milênio proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O processo de formação e incubação das centrais, sob a responsabilidade da Fadurpe no âmbito do lote 1, como já sublinhado, envolvia a criação de dois empreendimentos cooperativos que, de acordo com o edital, estariam responsáveis pela gestão de uma rede de 52 Associações de Serviços Comunitários (Assecos) das Matas Norte e Sul de Pernambuco e 51 associações de pequenas comunidades rurais. Embora o edital tenha previsto um conjunto de 103 associações, esse número não foi atingido, limitando-se a 44 associações, nas matas norte e sul. Assim sendo, como definido no documento, tais centrais teriam o papel de interligar as associações, permitindo a construção de uma rede capaz de gerir o sistema e de angariar, ao mesmo tempo, o apoio necessário das instituições públicas (Pernambuco, 2010, p. 43).

A metodologia proposta baseava-se numa perspectiva construtivista,¹⁰ figurando como um elemento pedagógico importante para o desenvolvimento dos conjuntos de conhecimentos e beneficiários das ações. Vale ressaltar que estes beneficiários são os líderes e representantes das Assecos e outras lideranças locais, constituindo-se, assim, público-alvo do processo formativo da incubação das centrais. Essas lideranças, por sua vez, teriam o papel de multiplicadores da dinâmica formativa nas suas comunidades.

O processo pedagógico apoiava-se em quatro eixos principais: o primeiro referindo-se à necessidade de trabalhar a identidade da organização, dando ênfase à ideia de que os integrantes constituem atores partícipes de uma instituição com objetivos comunitários; o segundo referente à estratégia organizacional,

10 Para uma leitura mais aprofundada sobre o construtivismo e a sua metodologia de ação, conferir: Werneck (2006) em seu estudo sobre o processo de construção do conhecimento.

“incorporando o planejamento das decisões de médio e longo prazos, às oportunidades existentes nos territórios de atuação” (Pernambuco, 2010, p. 50); o terceiro eixo destaca os aspectos mercadológicos, aí incluindo aspectos de produtos e serviços em geral, promoção, preço e distribuição; d) por fim, o quarto eixo trata dos aspectos operacionais, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade do negócio coletivo e sua autonomia.

A partir destes quatro eixos pedagógicos, foram delineadas as ações para execução do processo de formação/incubação num espaço de tempo de 18 meses. Este período deveria contemplar três momentos previamente definidos: pré-incubação, incubação e desincubação.

No momento de pré-incubação, estimado pela Fadurpe para quatro meses de execução (FADURPE, 2010, p. 4), previa-se a realização de um Diagnóstico Participativo de Cooperativa (DPC) para cumprir as exigências do Edital. Este diagnóstico seria, portanto, um produto resultante da primeira etapa do processo de incubação/formação. O propósito do DPC era o de compreender as visões dos cooperados em relação ao empreendimento associativo. Apoiado na capacitação, assessoria e acompanhamento, o DPC sedimentaria a base para os passos seguintes da incubação, como previsto no documento.

Santos e Lima (2006, p. 45) destacam que esta etapa é importante para a compreensão do empreendimento que se quer desenvolver. Nesta fase, contemplou-se o nivelamento dos conhecimentos em torno da organização cooperativa e foram realizadas as oficinas sobre a legislação cooperativa e a elaboração do Estatuto Social, com vistas à criação da minuta de estatuto.

Estimado como parte constitutiva do segundo momento, o processo de incubação foi planejado para ser executado num período de 12 meses de formação, representando o momento de Consolidação Cooperativa (CCO). Este momento esteve também apoiado na capacitação relacionada às situações cotidianas vivenciadas pelas centrais. A capacitação dava-se concomitantemente com as ações de assessoramento para a formalização da criação das centrais, tanto em termos de elaboração do estatuto, como em termos de registro e demais documentos necessários para o funcionamento da instituição.

A fase de desincubação estava prevista para acontecer num período de quatro meses, abrangendo o momento de avaliação de todo o processo e a viabilização das ações demandadas para a operacionalização das centrais. Esse momento também estaria fortemente articulado ao processo de acompanhamento e assessoramento presente desde o início da incubação, estimado como um período propício para estímulo à formação de redes de cooperação entre as associações envolvidas na dinâmica de incubação.

De acordo com o edital, todas estas etapas deveriam gerar um produto ao final de suas atividades. Estariam, dentre esses produtos, o relatório do Diagnóstico Participativo de Cooperativa (DPC), a formação e a institucionalização do empreendimento cooperativo, entre outros.

Previo-se também, no edital, a contratação de um corpo técnico para compor o quadro funcional das centrais. Como também previsto no edital, este corpo técnico estaria sob a responsabilidade financeira da Fadurpe, por um período de 12 meses. tempo, segundo as estimativas, capaz de servir como alavancagem do negócio.

2.2. A ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS DAS CENTRAIS

A elaboração dos estatutos sociais das centrais ocorreu de forma concomitante e imediatamente após o processo de diagnóstico que definiu o tipo de empreendimento que seria adotado. Ficou decidido que seriam criadas duas associações inspiradas nos Sisars¹¹, Ceará. Elas foram assim nomeadas: União das Associações de Serviços Comunitários da Mata Norte do Estado de Pernambuco (Unascope) e Central das Associações da Mata Sul de Pernambuco (Camaspe). A elaboração dos estatutos sociais das centrais constituía, assim, o segundo produto definido no projeto modelo de gestão comunitária de saneamento, como já indicado neste trabalho.

A metodologia adotada atendia aos propósitos do edital, ao estimular a participação ativa do grupo na discussão e definição dos pontos importantes que deveriam estar contidos no modelo de estatuto. Foi assim que o grupo pôde influir mais facilmente no processo de elaboração dos estatutos, que embora iguais no seu formato, conservam as especialidades locais, como ressalta o discurso abaixo:

[...] a comunidade julgou, criticou, propôs alterações e tal. Foram várias oficinas até chegar a uma versão final compartilhada. Foi assim que o documento base foi trabalhado. Tanto é que o Estatuto de cada associação colocou sua característica local (Técnico 2).

O curso de formação previsto no processo de incubação transcorreu no período de

novembro de 2010 a fevereiro de 2011. As oficinas aconteciam simultaneamente, ainda que em dias alternados. As terças-feiras estavam reservadas à mata norte e as quintas-feiras, à mata sul. É importante destacar que a simultaneidade das ações e o cumprimento de um calendário não implicaram dinâmicas iguais. Havia particularidades e ritmos diferentes, mostrando que o grau de informação dos participantes, o tipo de coesão existente entre associados e futuros dirigentes das centrais, nível de participação e compromisso do grupo intervieram nos processos.

O processo decorrente da elaboração do estatuto social das centrais culminou com a definição dos representantes legais, tendo ocorrido de maneira muito particular em cada central. Ainda no momento da construção do estatuto social de cada central, foi conduzido um processo eleitoral para a formação das diretorias desses empreendimentos.

A Camaspe formou apenas uma chapa, envolvendo a representação de três Assecos e de sete associações. Este grupo foi eleito por aclamação, sem disputas internas e com uma clara aceitação do presidente eleito que, por sua vez, já era presidente de uma Asseco. É importante frisar que os participantes eram, na maioria dos casos, presidentes de outras associações locais. A Unascope, por sua vez, lançou duas chapas, tendo sido o seu processo eleitoral marcado por disputas e conflitos, diferentemente, portanto, do que aconteceu com a Camaspe.

No período de campanha das chapas concorrentes da Unascope, foram observados

11 Os Sistemas Integrados de Saneamento Rural (Sisars) tornaram-se referência de modelo de gestão no início da década de 1990, por se destacarem no cenário nacional como exemplo exitoso para a gestão de saneamento nas áreas rurais de alguns Estados no Nordeste brasileiro.

fortes embates políticos entre os seus candidatos à presidência, de tal modo que, com a vitória da chapa 1, integrantes da chapa 2 passaram a não mais comparecer às reuniões de formação e incubação da central. Fato curioso nesse contexto foi a constatação, segundo relatos, de que a chapa 2, que perdeu a eleição, não teria recebido votos de seus próprios integrantes.

Esta situação acirrava ainda mais o conflito com integrantes da chapa 2, descontentes com a aclamação do presidente da chapa 1. Para muitos, o presidente eleito não possuía os atributos necessários para o cargo, dado o temperamento instável que se atribui àquele representante. Por conta disso, o então presidente foi deposto do cargo, antes mesmo de que o seu nome se efetivasse em cartório, como primeiro presidente da Unascope no estatuto social.

Com a deposição do primeiro presidente, foi empossado o vice-presidente da chapa, que passou a constar do registro da Ata de formação da central Unascope, como primeiro gestor. Com esse desfecho, o antigo presidente deixou o grupo, não mais participando das demais reuniões.

Definidas as questões relacionadas ao processo eleitoral e à consolidação da direção da central, o percurso natural das atividades demandava o registro e a efetivação das centrais em cartório para oficialização das entidades e posterior obtenção de documentação para o seu funcionamento. Alegava-se sempre que, sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o grupo não poderia participar de ações públicas nem ser contemplado com o recebimento dos equipamentos para a sede, bem como com os veículos previstos no Edital licitatório da ordem administrativa nº 052/2010 – concorrência pública nacional nº 001/2010.

Este cenário se prolongou por cerca de três meses, a partir da instituição do novo presidente da Unascope e de seis meses para a Camaspe. Esta última, apesar de não ter tido percalços na eleição de sua diretoria, só definiu seu processo com registro e oficialização em cartório no primeiro semestre do ano de 2012.

No curso da oficialização do documento, foi observada uma grande dificuldade, em ambas as centrais, em recuperar as assinaturas e demais informações de cada componente da direção. Havia, tanto por parte da equipe gestora do projeto, como por parte da direção das centrais, a cobrança pela agilidade do processo. A primeira cobrava as lacunas ainda existentes no documento, a segunda queixava-se da morosidade do processo de registro e das promessas não cumpridas.

3. UNASCOPE E CAMASPE: AS EXPECTATIVAS DOS SEUS DIRIGENTES

Entre as questões surgidas no âmbito da gestão futura da Unascope e Camaspe, uma das principais inquietações observadas foi relativa à cobrança da taxa de consumo de água nas comunidades. Este foi um assunto recorrente nas discussões durante todo o processo de incubação das centrais. Na verdade, a cobrança de taxa para a manutenção dos serviços de abastecimento e saneamento precisaria ser viabilizada, por se tratar de uma condição *sine qua non* para o funcionamento e sustentabilidade do empreendimento.

Com efeito, os recursos iriam contribuir também para toda a operacionalidade do negócio em termos de aquisição de produtos essenciais, a exemplo de canos, cloro, bomba hidráulica, reparos, válvulas, caixas de descarga etc.

Apesar disso, a cobrança da taxa de serviço se constituía como a principal fonte de conflito. Isso porque estavam em jogo os vínculos pessoais e comunitários, que dificultavam a cobrança a um parente, amigo e vizinho. Outra dificuldade discutida no grupo e também ligada ao problema de taxação do serviço, dizia respeito ao jogo de influência político-partidária local.

As questões de como resolver o problema do corte e enfrentar situações de violência e ameaças moveram muitas das discussões durante o processo de formação, ficando definido que o corte da água seria atribuição das associações e não das centrais.

Somava-se às expectativas quanto ao futuro da central, a insatisfação dos dois presidentes eleitos referente a itens contidos no Edital e, até aquela data, ainda não contemplados, quais sejam: a) a formalização das centrais e entrega das sedes; b) a entrega dos veículos¹²; c) a disponibilização de materiais de serviços; d) a contratação de pessoas com conhecimento técnico pelo período de 12 meses e d) os ajustes das contas das Assecos, com relação a impostos e dividendos. Todos esses processos estavam em atraso, comprometendo o funcionamento das centrais e pondo em xeque a credibilidade do projeto.

A justificativa dada para a não efetivação dos itens acordados no edital era atribuída às

mudanças de secretarias do governo do Estado a que o projeto de saneamento esteve vinculado¹³ e também ao grande volume de chuvas que se abateu sobre as regiões, especialmente em 2011, comprometendo a conclusão das obras e consequentemente da entrega das sedes¹⁴.

Dentre os itens mencionados, o difícil processo de liberação do caminhão limpa-fossas era o que vinha suscitando maior inquietação junto aos gestores das centrais. Segundo técnicos do Promata, o caminhão não havia ainda sido entregue, por apresentar problemas de ordem jurídica de compra e transferência. Além disso, alegava-se também a dificuldade de se encontrar algum órgão que se responsabilize pela sua manutenção, dada a sua complexidade operacional e alto valor que aquele bem envolvia, cerca de 500 mil reais.

A situação do caminhão hoje é a seguinte: ninguém quer assumir. A Compesa disse assim: “eu não quero, porque isso não é um caminhão, é um problema. Ele é cheio de complexidades, é um veículo muito caro de manutenção, que requer uma licença ambiental, inclusive para circular. Os profissionais que vão trabalhar precisam de um treinamento especializado. O IPA não quer, a CPRH não quer. Estão tentando ver se a agência de águas e climas, que foi criada recentemente, se ela recebe o veículo” (Técnico 2).

12 Os veículos incluem duas motos e dois carros com tração 4x4 e um caminhão limpa-fossas de alta tecnologia, que seriam compartilhados pelas duas centrais.

13 A princípio, o referido projeto esteve submetido à Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional (Sedar) e, na conclusão do processo, esteve vinculado ao Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural), submetido à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.

14 Até o término desta pesquisa, a Unascope já havia se instalado na sua sede - um espaço cedido no prédio da Agência Estadual de Meio Ambiente, antiga Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), localizado na cidade de Nazaré da Mata - e já recebido alguns equipamentos fornecidos pelo Promata. A direção da Unascope, entretanto, não recebeu de bom grado o local da sede, considerando que, além de um espaço físico reduzido para a realização de reuniões com os representantes das associações afiliadas, ainda teriam que dividi-lo com pessoas estranhas ao grupo, no caso os técnicos da Agência Estadual do Meio Ambiente.

Além das dificuldades próprias de um veículo que envolve alta tecnologia e custos elevados de manutenção, havia ainda em que se pensar na forma de viabilizar uma prestação de serviço a duas regiões distintas, no caso a Mata Norte e a Mata Sul. Cogitava-se, assim, uma agenda previamente acordada de trabalho.

O preenchimento dos cargos técnicos e operacionais das centrais, cujo pagamento ficaria sob a responsabilidade da FADURPE por um período de 12 meses, também não foi realizado no tempo previsto, como já sublinhado. Registrou-se apenas a contratação de uma funcionária para a Unascope, quatro meses depois de instalada a sua sede. O que ainda era muito pouco quando consideradas as necessidades da central, como relatado pelo seu presidente:

[...] eu preciso de técnico de bomba, preciso de técnico de motor, preciso de técnico de eletricidade e preciso de assistência social para trabalhar neste ramo, para saber as necessidades da associação, para saber como é que está andando o sistema de esgoto e água e o sistema de informática para as tais contas.

Para os gestores do processo, as pendências relativas às contratações e as entregas dos veículos e equipamentos não seriam resolvidas num curto espaço de tempo, por conta da burocracia da administração pública. Assim, entre os avanços e recuos típicos das políticas públicas voltadas ao meio rural, o projeto modelo de gestão comunitária e saneamento vem se redefinindo nos seus objetivos e na sua capacidade de atender as demandas das comunidades da zona da mata norte e sul de Pernambuco. Nesse ínterim, por falta de apoio logístico, operacional e financeiro, apesar de formal-

mente constituídas, as centrais ainda não cumprem a sua missão *de interligar, articular e dar apoio às associações afiliadas localizadas no Estado de Pernambuco*. O futuro ainda incerto dessas organizações põe em xeque os recursos orçamentários do Estado, o trabalho e envolvimento dos gestores do projeto, o envolvimento da direção das centrais e as expectativas dos conjuntos dos atores envolvidos no processo.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar o desenvolvimento do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento, enquanto política pública voltada ao meio rural, este trabalho avaliou o processo de incubação e criação das centrais na Mata Norte e Mata Sul do Estado de Pernambuco, Unascope e Camaspe respectivamente, a partir das dinâmicas organizacionais, bem como dos limites e avanços vivenciados nesse processo.

A ideia de criar uma central regional residia na inexistência de ofertas de serviços abastecimento e saneamento de pequenas localidades do espaço rural. Tal iniciativa seria, portanto, uma forma de intervenção do Estado para minimizar as carências por serviços desta natureza. As centrais, nesse caso, fariam a mediação entre as associações e o poder público, mais especificamente às entidades gestoras do projeto.

Grosso modo, e guardadas as devidas proporções, tais centrais poderiam adquirir, nas pequenas localidades da região da zona da mata pernambucana, um status semelhante à Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento (Compesa). Diferentemente daquele organismo solidamente estruturado, porém, as centrais seriam geridas pelo conjunto dos usuá-

rios organizados em associações. Seria, portanto, uma tarefa ousada e de grande envergadura, com características de outras formas de intervenção política na qual o Estado figura como um ator importante, mas não como único ator.

Para dar conta de um projeto de tamanha amplitude, o processo de criação das centrais fundamentou-se em três momentos: a pré-incubação, a incubação e a desincubação. Todos eles pautados numa metodologia, com forte estímulo à participação. Foi assim na ocasião de se pensar o formato jurídico que teria o empreendimento, foi assim também no lançamento das chapas da direção e no processo eleitoral e, principalmente, na definição das atribuições que teria cada um dos integrantes da direção.

Este último processo culminou com a elaboração do *Manual da Organização e de Procedimentos Operacionais*, instituindo os procedimentos relativos ao registro, controle de caixa etc, que a central deveria adotar.

No curso das investigações, foi possível identificar muitas tensões e conflitos próprios das relações sociais. Conflitos/tensões aqui definidos como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos (Bobbio, 1998, p. 225). No caso em questão, além de escassos, os recursos eram muito disputados.

A reforma das sedes e a morosidade da formalização das centrais eram as questões permanentes das agendas em todos os encontros. Em meio a essas disputas e opressões daqueles que se comprometeram a dirigir um sistema complexo de abastecimento e saneamento, criavam-se novos consensos, acordos que passavam a figurar junto aos conflitos.

Pode-se dizer que a vivência acompanhada na Mata Norte, mais ainda do que na Mata Sul, foi um rico laboratório para se analisar a dinâmica participativa do grupo, as alianças, os acordos, as estratégias utilizadas, reforçando a perspectiva de Bordenave (1983, p. 12), ao estudar as influências do processo participativo como crescimento da consciência crítica da população, em que destaca o poder que a sociedade adquire no sentido de resolver seus próprios problemas sem grandes conflitos que lhe causem prejuízos.

Destacam-se, particularmente, o momento de disputa entre chapas opositoras no pleito da Unascope – Mata Norte, o abandono do convívio do grupo da candidata à Presidência da chapa derrotada, os impasses criados pelo presidente eleito, os dilemas da direção ante a possibilidade de permanência ou afastamento daquele presidente, e finalmente a nova posse do presidente eleito.

Foi constatado que as situações de conflitos vividas pelo grupo fizeram-no avançar no sentido de expor suas expectativas, preocupações e reivindicações.

É possível admitir que a constituição e formalização das centrais, a permanência dos integrantes do grupo inicial na direção, apesar das muitas promessas não cumpridas por parte do governo e o comprometimento desse grupo em torno da realização dos objetivos das centrais, constituem, muito possivelmente, o grande ganho deste processo.

As diversas etapas do projeto modelo de gestão comunitária de saneamento foram sedimentadas em bases participativas, favorecendo o empreendimento do grupo no que diz respeito aos embates estabelecidos com a equipe ges-

tora e com as definições que vem estabelecendo ao longo do processo.

No entorno local, na relação entre associação e comunidade, fizeram-se também presentes conflitos de outra natureza, a exemplo da dificuldade na cobrança da fatura de água e na interferência de algumas prefeituras, comprometendo a autonomia das associações.

No curso das investigações, foi possível também constatar que a execução do projeto modelo de gestão comunitária de saneamento teve que lidar com as situações das mais adversas, desde as chuvas intensas que provocaram enchentes em muitas áreas da zona da mata sul pernambucana, comprometendo a conclusão de obras de saneamento, até às políticas-institucionais decorrentes das mudanças de secretarias responsáveis pela liberação de recursos. _

Uma questão a ser pensada é se o grupo será suficientemente capaz de assegurar a sustentabilidade do processo. Noutros termos, significa indagar, será que o Estado foi capaz de regular sua desregulamentação, como já indicando nesse trabalho por Santos (2005)?.

A insatisfação com a não conclusão do processo é um dado que merece uma reflexão maior, cujos desdobramentos só poderão ser avaliados mais adiante, num outro momento da pesquisa. De todo modo, estima-se que a continuidade e o fortalecimento desse processo aconteciam *pari passu* com a liberação dos equipamentos, dos veículos, e dos recursos financeiros destinados ao projeto.

O sucesso de várias experiências espalhadas em pequenas localidades, o envolvimento dos dirigentes das centrais com algumas dessas experiências e o comprometimento do grupo com a missão de gerir um processo de abas-

tecimento em locais desprovidos deste serviço possivelmente constituirão como estímulo à continuidade do processo. A vontade política do Estado no cumprimento do Edital e, por outro lado, a resistência e tolerância do grupo em lidar com a morosidade do processo serão balizadores do êxito do projeto, indicando o nível do que Bordenave (1983) chama de “lealdade comprometida com a organização”. A pergunta que se faz é a seguinte: O processo participativo com que se deu a formação dos dirigentes e a constituição das centrais será capaz de sinalizar meios para superar a falta de estrutura logística e financeira de modo a garantir a condução das atividades? Ou, dito de outra forma, as centrais, ainda que formalmente instituídas, serão capazes de cumprir a sua missão?

Trabalho recebido em 20/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. *Atlas Escolar de Pernambuco*. João Pessoa, PB:GRA-FSET, 2003a.

BOBBIO, N. MATEUCCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad. VAMALE, C. et. al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª edição, 1998.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é Participação*. [1983;1994] 3ª reimpressão 1998.

BONETI, Lindomar. *Políticas Públicas Por Dentro*. 2ª ed.: Ijuí – Rio Grande do Sul. Editora: UNIJUÍ, 2007. 96p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de*

1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão Rural, Polissemia e Memória*. Recife: Bagaço, 2007a, 118p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local*. Revista UNIRCOOP, Vol. 5, Université de Sherbrooke, Québec, Canadá, 2007b, 164 – 183p.

MINISTÉRIO das Cidades. Cartilha Plano de Saneamento Básico Participativo. http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pn-cpr/Cartilha_Plano_de_Saneamento_Basico_Participativo.pdf. Capturado em 29.05.2015.

COSTA, Cinthia Cabral da. GUILHOTO, Joaquim José Martins (2011). *Impactos sociais, econômicos e ambientais da melhoria no saneamento básico rural no Brasil*. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da Economia Econômica realizado no período de 04 a 08 de outubro em Brasília, 22 p.

FADURPE, Fundação A. S. *Metodologia de Implementação*. Centrais de Gerenciamento do Sistema de Saneamento em Pequenas Localidades Rurais da Zona da Mata de Pernambuco. 2010.

FONTE, Eliane da. *As Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil a Partir de 1930*. In. Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. (orgs). 2ª ed.: Recife, Editora Universitária – UFPE, 53 – 78p.

FILHO, Mauro Normando M. B. BRAGA, Maria do Carmo de A. *Experiências na Elaboração de Planos Diretores Participativos na Mesorregião da Mata Pernambucana*. Disponível em: <http://www.esuda.com.br/revista/final/artigos/Barros-Filho_Braga.pdf> Acesso em: 20 de jun 2012.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: objetiva, 2001. 672-673p.

LUCENA, Andréa Freire de (2006). *As políticas públicas de saneamento básico no Brasil: Reformas institucionais e investimentos governamentais*. Revista Plurais, Vol. 1, No 4. <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/71>.

PERNAMBUCO. *Secretaria de Planejamento e Articulação Regional – SEDAR*. Contratação de Prestação de Serviços de Consultoria para Implementação do Modelo de Gestão do Projeto de Saneamento Rural da Zona da Mata de Pernambuco, no Âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, Parcialmente Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Processo Administrativo Nº 052/2010 – Cel/Promata Concorrência Pública Nacional Nº 001/2010 – Cel/Promata. Disponível

em <http://www.promata.pe.gov.br/internas/upload/licitacao/279_CPN%20001%2010.pdf> Acesso em 05 de maio de 2011.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In. SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar*. 2ª

ed. Porto Alegre: Editora daUFRGS, 2009, 219 – 243 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, Maria Salett Tauk. LIMA, Conceição M. D. *Cooperativismo no Desenvolvimento Local: a recepção popular da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. In. SANTOS, Maria Salett T. CALLOU, Angelo Brás F. (Orgs.). *Associativismo e Desenvolvimento Local*. Recife, PE, Editora: Bagaço, 2006.

SHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 208p.

TUROLLA, Frederico A (2002). *Política de Saneamento Básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas*. Distrito Federal, IPEA. *Texto para discussão nº 922*. 29 p.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Ademir Cazella
Alfio Brandenburg
Carlos Leandro Esteves
Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Delma Pessanha Neves
Leonilde Sérvulo de Medeiros
Laetícia Jalil
Luís Henrique Cunha
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
Maria Aparecida de Moraes Silva
Maria Cristina Alves Maneschy
Marilda Aparecida de Menezes
Mércia Rejane Rangel Batista
Ramonildes A. Gomes
Regina Aparecida Leite de Camargo
Regina Landim Bruno
Valmir Stropassolas
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Luis Henrique Cunha
(Revisão do Inglês e do Francês)

Roberto de Sousa Miranda
(Revisão Linguística e Normatização)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com Raíão oferecer zes a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferece-lo a outro periódico ou coletânea.
3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.
4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.
5. Eventuais sugestões de de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.
6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.
7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.
8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.
9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.
10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.
11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
 - . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
 - . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
 - . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
 - . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
 - Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
 - . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;
 - . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;
12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:
 - . LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.
 - . ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.
 - . ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.
13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.
14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
 - a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
 - b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
 - c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.
15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores ad hoc. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.
16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.
17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.
18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.